

Biblioteca
HC 49. Pb. 575. (65. M45)
2005

RESERVADO



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

***DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO, POBREZA E A ECLOSÃO
DE CONFLITOS NO CONTEXTO DOS PAÍSES EM
DESENVOLVIMENTO: OS CASOS DO SRI LANKA E DA R.D.
CONGO***

ANTÓNIO SÉRGIO CORREIA MENDONÇA

Orientação: Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

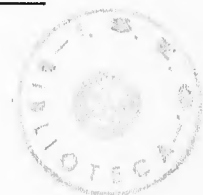
Júri:

Presidente: Doutor José António Correia Pereirinha, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais: Doutor Luís dos Santos Moita, professor catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa.

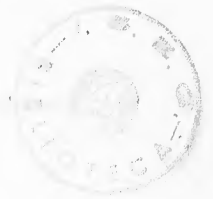
Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Fevereiro/2005



ABREVIATURAS

- A.F.D.L.* - Alliance des Forces Démocratiques de la Libération
- A.S.S.* - África Sub-Saariana
- B.A.D.* - Banco Asiático de Desenvolvimento
- B.Af.D.* - Banco Africano de Desenvolvimento
- B.M.* - Banco Mundial
- C.F.A.* - Comunidade Financeira Africana
- C.N.L.* - Conselho Nacional de Libertação
- E.U.A.* - Estados Unidos da América
- F.L.N.C.* - Front pour la Liberation Nationale
- F.N.L.A.* - Frente Nacional de Libertação de Angola
- F.M.I.* - Fundo Monetário Internacional
- H.I.E.S.* - Household Income and Expenditure Survey
- I.D.H.* - Índice de Desenvolvimento Humano
- I.P.H.* - Índice de Pobreza Humana
- J.V.P.* - Janatha Vimukthi Peramuna (Frente de Libertação do Povo)
- L.I.C.U.S.* - Low Income Countries Under Stress
- L.S.M.S.* - Living Standard Measurement Survey
- L.T.T.E.* - Liberation Tigres of Tamil Eelam
- M.D.G.* - Millenium Development Goals
- M.L.C.* - Movimento para a Libertação do Congo
- N.E.I.* - Nova Economia Institucional
- O.C.D.E.* - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- P.A.E.* - Programa de Ajustamento Estrutural
- P.I.B.* - Produto Interno Bruto
- P.P.C.* - Paridade de Poder de Compra
- P.N.U.D.* - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento



ABREVIATURAS

R.C.D. - Rassemblement Congolais pour la Démocracie

R.D.C. - República Democrática do Congo

R.U.F. - Revolucionary United Front

S.A.D.C. - Southern African Development Community

S.A.R.P.N. - Southern African Regional Poverty Network

S.L.F.P. - Sri Lanka Freedom Party

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

U.N. - United Nations

U.N.I.D.O. - United Nations Industrial Development Organization

U.N.I.C.E.F. - United Nations Children's Fund

U.N.I.T.A. - União para a Independência Total de Angola

U.N.P. - United National Party

U.S.A.I.D. - United States Agency for International Development

Distribuição do Rendimento, Pobreza e a Eclosão de Conflitos no Contexto dos Países em Desenvolvimento: Os casos do Sri Lanka e da R. D. do Congo

António Sérgio Correia Mendonça

*Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional**Orientador: Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira***RESUMO**

A ocorrência de conflitos internos nos países em desenvolvimento ocorre num contexto fértil na incidência de fenómenos como a pobreza e a desigualdade na distribuição do rendimento, colocando a hipótese de associação entre os fenómenos. É nos continentes asiático e africano que se verifica a grande maioria dos conflitos mundialmente, apresentando também esses continentes das maiores incidências de pobreza.

O estudo do caso do Sri Lanka permite-nos verificar que a existência de boas condições iniciais após a independência e de uma distribuição do rendimento relativamente equitativa, não se constituem como condições suficientes para a estabilidade social num ambiente livre de conflitos e guerras civis. No Sri Lanka a desigualdade na distribuição do rendimento e a pobreza constituem-se como possíveis factores de eclosão da guerra civil ocorrida, dado ter apresentado uma dinâmica crescente nos anos que antecederam a sua iniciação.

A análise do caso da República Democrática do Congo revela que a existência de abundantes e valiosos recursos naturais não constitui uma condição suficiente para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento económico e social estável. Apesar da coexistência de diversos factores explicativos dos conflitos na República Democrática do Congo, é na altura em que os indicadores de pobreza apresentam os piores níveis de sempre que a guerra civil deflagra no país.

Código JEL: D74, H56, I32, D63, O53, O55.

Palavras chave: conflito; guerra civil; pobreza; distribuição do rendimento; Sri Lanka; República Democrática do Congo.

Income Distribution, Poverty and Conflicts in Developing Countries: The Cases of Sri Lanka and D. R. of the Congo

António Sérgio Correia Mendonça

M.Sc. in: Development and International Cooperation

Supervisor: Doctor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

ABSTRACT

The internal conflicts occur in developing countries in a context deeply characterized with poverty and inequality phenomena, asserting the possibility of association between these phenomena. The vast majority of internal conflicts occur in Africa and Asia that show the highest poverty incidence.

The case of Sri Lanka allows us to notice that an initial good development standing after the independence and a relative equal income distribution, will not necessarily imply social stability in an environment clear of conflicts. In Sri Lanka, inequality and poverty constitute two possible causes of the civil war occurred in the country, since it has shown a growing pattern in the years previous to its initiation.

The analysis of the case of the Democratic Republic of the Congo reveals that the existence of abundant and valuable natural resources will not imply the creation of a stable economic and social development process. We can consider the coexistence of different causes of the conflicts in the Democratic Republic of the Congo, but we can also observe that the civil war starts in the country when the poverty indicators show the worst ever performance.

JEL Classification: D74, H56, I32, D63, O53, O55.

Keywords: conflict; civil war; poverty; income distribution; Sri Lanka; Democratic Republic of the Congo.

*À minha mulher, Sofia, aos meus pais,
e à memória do meu avô, António*

ÍNDICE

Abreviaturas -	2
Resumo -	4
Agradecimentos -	9
Lista de Quadros -	11
Lista de Figuras -	13
Introdução -	14
I Parte -	18
Capítulo I – Pobreza, Distribuição do Rendimento e Suas Medidas	19
1.1. O Rendimento	19
1.1.1. Distribuição do Rendimento	20
1.1.2. Redistribuição e Condicionantes Económicas e Sociais	21
1.1.3. Causas na Desigualdade da Distribuição do Rendimento	22
1.2. Conceito de Pobreza	24
1.2.1. Desigualdade vs. Pobreza	25
1.2.2. Pobreza e Exclusão Social	27
1.2.3. Medidas de Desigualdade e de Pobreza	28
1.2.3.1. Curva de Lorenz	30
1.2.3.2. Coeficiente de Gini	32
1.2.3.3. Linha de Pobreza	35
1.2.3.4. PIB <i>per capita</i>	37
1.2.3.5. Índice de Pobreza Humana	37
1.2.4. Aspectos Qualitativos	39
1.3. Políticas de Redistribuição do Rendimento	41
1.3.1. Políticas Concretas	41
Capítulo II – Desigualdade, Pobreza e Conflitos	44
2.1. Desigualdade e Crescimento	44
2.1.1. Relação Positiva entre Desigualdade e Crescimento?	47
2.1.2. Relação Negativa entre Desigualdade e Crescimento?	48
2.1.3. Aspectos Políticos	49
2.2. Desigualdade, Pobreza e a Ocorrência de Conflitos	51
2.3. Tipologia de Conflitos	53
2.4. Causas dos Conflitos: Perspectiva Ortodoxa	54
2.5. Causas dos Conflitos: Perspectiva Não Ortodoxa	56

2.5.1. Explicações Bioeconómicas dos Conflitos	58
Capítulo III – O Estado e a Eclosão de Conflitos nos PED's	59
3.1. O Sistema de “Spoils Politics”	59
3.2. Redistribuição, Credibilidade e Conflitos	64
3.3. A Importância da Democracia na Prevenção de Conflitos	67
3.4. Instituições e Governação	70
3.5. Recursos Naturais, Conflitos e a Acção do Estado	71
Capítulo IV – Modelização Económica de Conflitos	78
4.1. A Utilização de Modelos	78
4.2. A Actividade de <i>Rent-Seeking</i>	82
4.2.1. Combate ao <i>Rent-Seeking</i>	84
4.2.2. Um Modelo Simples de <i>Rent-Seeking</i>	85
4.3. Modelização de Conflitos	87
4.3.1. O Conflito Promove a Equidade	88
4.3.2. Um Modelo de <i>Greed vs. Grievance</i>	92
4.4. Complementaridade entre Modelos de <i>Rent-Seeking</i> e de Conflitos	98
II Parte -	101
Capítulo V – Pobreza e Distribuição do Rendimento na Ásia e África Sub-Saariana e a Eclosão de Conflitos	102
5.1. A Distribuição do Rendimento no Continente Asiático e a Eclosão de Conflitos	103
5.1.1. O Papel do Estado	110
5.1.2. Políticas de Distribuição do Rendimento na Ásia do Sul	112
5.1.3. Pobreza, Distribuição do Rendimento e Conflitos na Ásia do Sul	114
5.2. A Distribuição do Rendimento no Continente Africano e a Eclosão de Conflitos	120
5.2.1. Conflitos na África Sub-Saariana	124
5.2.2. A Desigualdade na Distribuição do Rendimento na A.S.S.	127
5.2.3. O Papel do Estado	132
5.2.4. Políticas Concretas	135
Capítulo VI – Pobreza, Distribuição do Rendimento e Eclosão de Conflitos: Os casos do Sri Lanka e da R.D. Congo	137
6.1. O Caso do Sri Lanka	137
6.1.1. Contexto Político	139
6.1.2. Evolução Económica até 1977	140
6.1.3. Evolução Económica a Partir de 1977	144
6.1.4. Contexto Social	150
6.1.5. Pobreza e Distribuição do Rendimento: Causas da Eclosão do Conflito?	154
6.2. O Caso da República Democrática do Congo	160
6.2.1. Contexto Político: Da Ascensão à Queda de Mobutu	161

6.2.2. O Período Pós-Mobutu	165
6.2.3. Contexto Económico	168
6.2.4. O Papel dos Recursos Naturais	172
6.2.5. Contexto Social	174
6.2.6. Pobreza e Distribuição do Rendimento: Causas da Eclosão do Conflito?	178
6.3. Breve Balanço dos Casos Analisados	182
Conclusões	184
Anexos	189
Bibliografia	220



AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar por agradecer ao Professor Ennes Ferreira todo o interesse e apoio manifestados na orientação do presente trabalho, a motivação e ânimo transmitidos ao longo da elaboração do mesmo e, sobretudo, o facto de ter despertado em mim um interesse pelo estudo dos conflitos.

À generalidade dos colegas deste mestrado um agradecimento pela colaboração que, de uma forma ou de outra, e por motivos diversos, prestaram ao longo deste trabalho.

Um agradecimento muito especial vai para a Sofia e para os meus pais pelo apoio permanente concedido desde o início do presente trabalho.

A José Brandão, Carla Marina, Ana Ferro, ao Mário e ao Zé por terem estado presentes quando mais precisei.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índice de Gini: Alguns Exemplos	34
Quadro 2 - Indicadores do Nível de Vida na Ásia do Sul	105
Quadro 3 - Categorias de Regime Económico na Ásia	109
Quadro 4 - Evolução da Desigualdade na Distribuição do Rendimento na Ásia do Sul: Índice de Gini	115
Quadro 5 - Desigualdade na Distribuição do Rendimento na Ásia do Sul Rácio dos 10% mais Ricos face aos 10% mais Pobres	116
Quadro 6 - Incidência de Pobreza Extrema na Ásia do Sul	117
Quadro 7 - Índice de Pobreza Humana na Ásia do Sul	118
Quadro 8 - IDH na Ásia do Sul	119
Quadro 9 - Indicadores do Nível de Vida na África Sub-Saariana	123
Quadro 10 - Mortes devidas a conflitos em países seleccionados da ASS	125
Quadro 11 - Percentagem de população morta em países seleccionados da ASS e que atravessaram guerras civis	126
Quadro 12 - Desigualdade na Distribuição do Rendimento na ASS: Índice de Gini	128
Quadro 13 - Desigualdade na Distribuição do Rendimento na ASS: Rácio dos 10% mais Ricos face aos 10% mais Pobres	128
Quadro 14 - Incidência de Pobreza Extrema na África Sub-Saariana	130
Quadro 15 - Índice de Pobreza Humana na África Sub-Saariana	131
Quadro 16 - Países da África Sub-Saariana afectados por Conflitos a partir de 1980	133
Quadro 17 - O Desenvolvimento Humano no Sri Lanka até 1977	141
Quadro 18 - PIB <i>per capita</i> PPC no Sri Lanka até 1977	142

Quadro 19 - Grau de Abertura ao Exterior no Sri Lanka até 1977	143
Quadro 20 - O Desenvolvimento Humano no Sri Lanka a partir de 1977	145
Quadro 21 - PIB <i>per capita</i> PPC no Sri Lanka a partir de 1977	145
Quadro 22 - Grau de Abertura ao Exterior a partir de 1977	146
Quadro 23 - Incidência de Pobreza – Sri Lanka 1985-96	147
Quadro 24 - Coeficiente de Gini por Sector – Sri Lanka	149
Quadro 25 - Crescimento Populacional 1950-95 – Sri Lanka	151
Quadro 26 - Taxa de Desemprego por Grupo Etário	153
Quadro 27 - A Desigualdade na Distribuição do Rendimento no Sri Lanka	155
Quadro 28 - Evolução Económica e Pobreza	158
Quadro 29 - Evolução Económica da R.D.C. após a Independência	169
Quadro 30 - Incidência de Pobreza na R.D.C.	175
Quadro 31 - O Desenvolvimento Humano na R.D.C.	176
Quadro 32 - Indicadores de Saúde na R.D.C.	177
Quadro 33 - Evolução Económica e Pobreza na R.D.C.	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dois Exemplos de Curvas de Lorenz	30
Figura 2 - Dois Exemplos de Curvas de Lorenz	30
Figura 3 - Os Coeficientes de Gini e Schutz	35
Figura 4 - A Hipótese Kuznets	45
Figura 5 - Recursos Naturais e Risco de Guerra Civil	75
Figura 6 - O Paradoxo do Poder	91
Figura 7 - Modelo de <i>Greed vs Grievance</i>	94
Figura 8 - Modelo de <i>Greed vs Grievance</i>	95
Figura 9 - Modelo de <i>Greed vs Grievance</i>	95
Figura 10 - Incidência de Pobreza – Sri Lanka 1985-96	148
Figura 11 - Incidência de Pobreza por Sector – Sri Lanka 1985-96	148
Figura 12 - Curvas de Lorenz 1963-73	154
Figura 13 - Coeficientes de Gini 1963-2002 – Sri Lanka	156
Figura 14 - Curvas de Lorenz 1973-1981/82	157
Figura 15 - Evolução da Incidência de Pobreza – Sri Lanka 1960-95	159
Figura 16 - Evolução do IPH-1 na R.D.C.	181

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX tem-se verificado uma tendência crescente para a eclosão de conflitos políticos internos nos países em desenvolvimento, muitas vezes assumindo a forma de guerras civis, o que vem sublinhar a importância da eventual relação existente entre a ocorrência de conflitos e as particularidades observadas no processo de desenvolvimento dos países em questão.

Tais conflitos têm representado elevados custos económicos e sociais nos países em que ocorrem. Na prática, muitos destes conflitos acabam por não se limitar a ocorrências temporárias, apresentando alguma continuidade, criando um contexto de insegurança crónica para as respectivas populações e uma ausência de um quadro político estável propício para a adopção de qualquer estratégia de desenvolvimento coerente. Por outro lado, tendem a ocorrer num contexto de falhanço do Estado no cumprimento de algumas das suas funções básicas com uma consequente instabilidade política e social.

Na análise efectuada neste estudo, irá prevalecer uma óptica predominantemente económica na análise dos conflitos. No entanto, deveremos reconhecer que outros factores, nomeadamente políticos, étnicos e sociais são também relevantes na sua análise, podendo mesmo ser determinantes. O mesmo se poderá dizer relativamente à influência dos contextos regionais e internacionais, e dos objectivos geo-estratégicos e geo-económicos que derivam do confronto de muitos dos actores intervenientes nesses contextos. RENO (2002), por exemplo, apresenta uma perspectiva mais política associada ao colapso do Estado e à consequente formação de rebeliões. Para uma análise centrada no factor étnico ver, por exemplo, PIETERSE (1993) com um estudo sobre políticas étnicas. OSBORNE (2000), por seu turno, efectua uma associação assente na diversidade social, multiculturalismo, etnicidade e procura de renda.

A constatação empírica de que parece existir uma tendência para a ocorrência de conflitos em países com atrasos no seu processo de

desenvolvimento, assolados particularmente por fenómenos de significativa desigualdade na distribuição do rendimento e forte incidência de pobreza, vem levantar a hipótese da existência de uma relação entre os dois fenómenos.

Deste modo, será útil verificar até que ponto a ocorrência de conflitos se encontra ligada numa relação de causalidade com a desigualdade na distribuição do rendimento e com a incidência de pobreza nos países em que aqueles se manifestam, pois, a confirmar-se tal hipótese estão identificados importantes ou determinantes factores de crise que podem servir de base para a elaboração de uma agenda nacional e internacional que, quando aplicada, pode prevenir a ocorrência de tais confrontos extremos.

Neste contexto, refira-se que o facto de um país apresentar indicadores de desigualdade na distribuição do rendimento elevados, não significa que irá entrar forçosamente em guerra civil. Certamente que a probabilidade da sua ocorrência tenderá a aumentar. No entanto, a existência de países em desenvolvimento que apresentam indicadores de desigualdade elevados e que não se encontram mergulhados em nenhuma guerra civil¹, vem atestar a inexistência de uma linearidade na relação de causalidade acima descrita.

Os conflitos atrás referidos têm vindo a assolar, em especial, os continentes asiático e africano, onde se encontra a grande maioria dos países em desenvolvimento.

Na tentativa de procurar melhor entender o fenómeno causal acima indicado, escolhemos dois países, um de cada continente, para efectuar a nossa investigação: o Sri Lanka e a República Democrática do Congo.

A escolha do Sri Lanka justifica-se pela ocorrência de uma guerra civil durante dezanove anos (1983-2002), num país que beneficiou de uma óptima situação económica e social logo após a sua independência em 1948. A escolha da República Democrática do Congo justifica-se pela busca de uma explicação para as sangrentas guerras civis desde o final da década de 1990 num contexto de destruição política e económica, num país riquíssimo em recursos naturais, ao

¹ Refira-se a título de exemplo que o Brasil apresenta um índice de Gini elevadíssimo de 0,59 (ver quadro 1), não tendo sido mergulhado por qualquer guerra civil.

contrário do que sucede no Sri Lanka. Ou seja, partindo de dois casos com condições iniciais diferentes, verificaremos até que ponto existe de comum e como forte factor explicativo para a eclosão da guerra civil em ambos os países a relação causal atrás indicada.

Teremos ainda em consideração dois tipos de motivação associados à eclosão de conflitos: *greed* e *grievance*, ou, respectivamente *ganância* e *agravo*. Estes dois tipos de motivação têm sido analisados por um vasto conjunto de autores sendo Collier² a principal referência. À primeira motivação são geralmente associados factores relacionados com a obtenção de um dado benefício económico, enquanto que à segunda motivação são geralmente associados factores políticos, sociais, culturais, regionais ou do ponto de vista económico, de desigualdade na distribuição do rendimento.

Deste modo, no contexto da relação entre a pobreza e distribuição do rendimento e a eclosão de conflitos nos países em desenvolvimento, é objectivo central desta dissertação procurar verificar até que ponto os conflitos eclodidos no Sri Lanka e na República Democrática do Congo encontram na pobreza e distribuição do rendimento causas da sua ocorrência.

A verificação desta hipótese assentará na análise de dados estatísticos e indicadores referentes ao dois países contextualizando-os económica, política e socialmente.

O presente estudo encontra-se, assim, dividido em duas partes: uma primeira parte (capítulos I a IV) de índole teórica, em que se procura introduzir alguns conceitos básicos de análise e medição da distribuição do rendimento e pobreza, conjuntamente com um enquadramento teórico da sua relação com a ocorrência de conflitos; e, uma segunda parte, em que se concretiza uma análise genérica dos dois continentes considerados e uma análise específica dos países seleccionados.

No primeiro capítulo são apresentados conceitos associados à pobreza, desigualdade na distribuição do rendimento e exclusão social, algumas medidas

² Para um desenvolvimento da análise desta relação ver, por exemplo, COLLIER and HOEFFLER (2002).

básicas para esses fenómenos, bem como algumas políticas públicas de minimização desses fenómenos.

No segundo capítulo, estudaremos a relação entre desigualdade e conflitos. Começaremos por relacionar a desigualdade com o crescimento económico, contextualizando-a politicamente. Analisaremos ainda as fragilidades inerentes aos indicadores utilizados na quantificação da desigualdade, considerando diferentes perspectivas da relação entre desigualdade e conflitos.

No terceiro capítulo analisaremos qual o papel do Estado na ocorrência de conflitos nomeadamente pelo falhanço no exercício de algumas das suas funções básicas. Irão ser apresentadas diferentes perspectivas, analisando o modo de funcionamento do Estado, a sua acção redistributiva, a importância da democracia, o papel das instituições e o papel dos recursos naturais.

No quarto capítulo, iremos expôr de forma simples algumas propostas de modelização de conflitos. Começaremos por definir a actividade de *rent-seeking*, expondo um modelo simples de *rent-seeking*, introduzindo em seguida um modelo de conflito relacionando a desigualdade com a ocorrência de conflitos e um modelo de *greed vs. grievance*.

No quinto capítulo, analisaremos a realidade da distribuição do rendimento na Ásia, com maior incidência na Ásia do Sul, e na África Sub-Saariana, bem como das condições de vida dos seus habitantes. Irá ser estudada a situação económica dos dois continentes, relacionando-os de forma genérica com a ocorrência de conflitos, e sublinhando o importante papel desempenhado pelo Estado e das políticas de distribuição do rendimento. Por fim, iremos analisar indicadores de desigualdade e pobreza nesses continentes estudando a sua relação com a ocorrência de conflitos.

No sexto e último capítulo, passamos para o estudo dos casos concretos do Sri Lanka e da República Democrática do Congo, contextualizando-os política, económica e socialmente. Iniciamos com uma caracterização genérica dos conflitos nos dois países, procurando concluir acerca da eventual relação entre a pobreza e a distribuição do rendimento e a eclosão de conflitos.

Este estudo terminará com as conclusões.

I PARTE

CAPÍTULO I

POBREZA, DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO E SUAS MEDIDAS

O principal objectivo deste capítulo é o de proceder à introdução de alguns conceitos e ferramentas associados à análise da distribuição do rendimento e da incidência de pobreza, e que irão ser utilizadas em capítulos posteriores do presente trabalho.

Serão apresentados e comparados conceitos como pobreza, desigualdade, exclusão social.

Iremos, de forma sumária, expôr algumas medidas com o objectivo de ajudar a analisar e interpretar a distribuição do rendimento e a pobreza. Essas medidas auxiliarão na avaliação da dimensão e evolução da desigualdade e da pobreza, bem como na análise da eficácia de diferentes medidas políticas adoptadas pelo Estado para combater esses fenómenos. Neste contexto, irão ser analisadas no ponto 3 deste capítulo algumas políticas redistributivas concretas.

1.1. O Rendimento

Como ponto de partida, poderemos definir rendimento como o fluxo proveniente de salários, do auto emprego, da propriedade, de transferências privadas e de transferências públicas [ATKINSON (1997, p.6)]. KAKWANI (1986, p. 33), considera que a definição compreende também para além dos salários, rendimento de negócios, transferências governamentais e outros fluxos como os provenientes de investimentos banca, dividendos, royalties, rendas ou bolsas escolares. (LAMBERT, 1989, pp. 13) afirma que o rendimento poderá ainda ser considerado como o conjunto de fluxos “...que pode ser gasto mantendo intacto o valor da riqueza de um agregado familiar”, ou seja, considera a

capacidade de obtenção de um fluxo de rendimento que permita a manutenção de um dado nível de vida, assumindo que o stock de riqueza será mantido.

No entanto, o ponto fundamental na análise do rendimento vem a assentar sobretudo numa ideia de bem-estar que está subjacente à sua obtenção. Deste modo, é necessário acrescer às definições acima enunciadas um conteúdo mais abrangente que contemple domínios sociais, como os bens e serviços públicos, a saúde e a educação, ou o desenvolvimento humano³. No entanto, e por simplificação analítica, é por norma adoptado o conceito de rendimento privado.

1.1.1. Distribuição do Rendimento

A necessidade de redistribuição do rendimento justifica-se pelo facto do livre funcionamento das forças de mercado não corresponder a uma distribuição de oportunidades e meios materiais compatíveis com os valores individuais e colectivos reinantes numa qualquer sociedade⁴. Deste modo, torna-se necessária uma intervenção pública de índole redistributiva que venha a corresponder aos anseios da população. PIKETTY (1994, p. 13) realça que o que está em causa não é a busca de uma redistribuição perfeitamente equitativa, que nem seria possível, mas o respeito e a defesa do interesse individual, embora os determinantes dos valores distributivos individuais sejam sempre variáveis de sociedade para sociedade e difíceis de identificar, existindo na realidade crenças distintas sobre a importância relativa da rigidez social e do esforço individual, e consequentemente concepções distintas das diferentes redistribuições possíveis.

Em termos de unidade de análise são possíveis duas situações distintas, análise individual e agregado familiar. É vulgar uma utilização agregada das duas situações, sendo que a primeira alternativa nos permite uma análise mais fina da realidade.

No entanto, e para análise de alguns aspectos do bem-estar, é mais relevante a distribuição do rendimento entre grupos do que entre indivíduos, como a distribuição entre diferentes religiões, etnias ou regiões, correspondendo

³ Para mais desenvolvimentos a este respeito ver STEWART (2000, p. 4)

à chamada distribuição horizontal do rendimento, por oposição à mais comum distribuição vertical entre indivíduos ou agregados familiares.

Pela compreensão da diversidade da distribuição horizontal, poderemos, em parte compreender porque é que muitas vezes a redistribuição toma a forma de conflitos, pelo prejuízo em termos relativos de um determinado grupo face a outros.

1.1.2. Redistribuição e condicionantes económicas e sociais

Relativamente à unidade de análise, é por norma utilizada a análise do rendimento no contexto de uma nação, embora sejam também frequentes análises num contexto mais global, ou regional. Deste modo, a análise da distribuição do rendimento vem sobretudo a assentar na distribuição do rendimento entre indivíduos no contexto de uma nação.

Para além das condicionantes valorativas individuais e colectivas ao nível de uma sociedade, será necessário tomar em linha de conta aspectos de índole económica. Neste contexto, temos que “...as desigualdades são geradas de tal forma que o rendimento total em causa numa determinada sociedade só poderá diminuir face a uma sua redistribuição” (PIKETTY, 1994, p. 114). Por outro lado, a adopção de novas soluções tecnológicas mais eficientes tem contribuído grandemente para o aumento da desigualdade pela exclusão de importantes sectores populacionais, e pelo desperdício de importantes recursos humanos. Deste modo, temos uma nova condicionante à redistribuição do rendimento, pelo que se torna necessário identificar um limite a partir do qual diminuição do rendimento total não justifica a obtenção de uma distribuição do rendimento mais equitativa.

No entanto, a análise da ineficiência numa dada sociedade não poderá também ficar por aqui: a existência de desigualdade na distribuição do rendimento vem também implicar um desperdício de recursos humanos, que a serem utilizados aumentariam o rendimento total.

⁴ Para uma análise aprofundada desta questão ver PIKETTY (1994, pp. 112-116)

Por outro lado, é necessário considerar a importância específica das políticas redistributivas não apenas na “protecção socio-económica dos grupos mais vulneráveis da população, mas também na geração de efeitos importantes no desenvolvimento económico de longo prazo das economias pobres, sobretudo na criação de ambientes políticos estáveis” [JUSTINO (2004, p. 27)], pelo que aumentos consistentes das políticas redistributivas poderão contribuir directamente para o aumento da coesão social e formação de um ambiente económico estável.

No entanto, as extensas restrições políticas, sociais e económicas dos países em desenvolvimento como a “alta evasão fiscal, pressão política contra transferências de rendimento pelas classes mais ricas, ineficiência administrativa, limitações orçamentais” [JUSTINO (2004, p. 28)] colocam entraves ao processo. Num ambiente económico com estas características, as políticas redistributivas poderão agir de forma distorcedora nas economias dos países em desenvolvimento pois, se mal direccionadas e aplicadas, poderão resultar em desincentivos ao investimento, que consequentemente irão diminuir o crescimento económico, e aumentar ainda mais a pobreza e a desigualdade na distribuição do rendimento.

1.1.3. Causas da desigualdade na distribuição do rendimento

Um certo grau de desigualdade na distribuição do rendimento corresponde ao estado normal de qualquer sociedade. Importa analisá-la pelo facto da sua maior ou menor predominância poder corresponder à marginalização de sectores de uma dada sociedade, nomeadamente pela impossibilidade de obtenção de meios mínimos de subsistência e oportunidades.

De acordo com STEWART (2000, p. 20) são variadas as causas da desigualdade na distribuição do rendimento. Um dos principais factores referidos é o da liberalização do comércio internacional, pela pressão competitiva colocada sobre os trabalhadores menos qualificados, que correspondem à maior parte da força de trabalho dos países em desenvolvimento. Associado a este factor, ...”a

mudança tecnológica vem também aumentar a procura de trabalhadores qualificados...” [LENZ, (2003 p. 11)], contribuindo também desta forma para o aumento do fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos .

A abolição do salário mínimo contribui, de forma directa, para o aumento da desigualdade, pois de acordo com alguns estudos recentes “... os salários mínimos reais poderão ter um efeito equalizador na distribuição do rendimento” [STEWART, (2000, p. 21)]⁵. Por outro lado, “a perda de importância dos sindicatos poderá apresentar-se como relevante no aumento da desigualdade” [LENZ (2003, p.12)].

Numa situação muito particular, a transição do comunismo para o capitalismo na antiga União Soviética e Europa de Leste veio desencadear “uma das maiores e mais rápidas subidas da desigualdade alguma vez verificadas” [MILANOVIC, citado por STEWART (2000, p. 21)].

A globalização veio também contribuir directamente para o aumento da desigualdade pela diminuição do poder negocial do trabalho face ao do capital, com o efeito prático de uma livre circulação do capital, não acontecendo o mesmo relativamente ao trabalho. Paralelamente, assistiu-se a uma mudança na distribuição funcional do rendimento motivada pela maior rentabilidade dos activos financeiros e físicos face ao activo trabalho. LENZ (2003, p. 11) afirma ainda que a desregulação económica, que se tem verificado tendencialmente de uma forma global, vem também contribuir para o aumento da desigualdade.

Outro factor relevante no estudo da desigualdade é o da educação. BARRO (1999, p. 26) tendo como base uma aplicação econométrica, afirma que a influência deste factor na desigualdade verifica-se ao nível da educação primária negativamente correlacionada com a desigualdade, e ao nível do ensino superior positivamente correlacionado com a desigualdade. Concluimos assim, que o aumento dos índices de escolarização primária tenderia a diminuir a desigualdade, sendo que o aumento da escolarização tenderia a aumentá-la.

⁵ LENZ (2003, p. 3) afirma que a queda do salário mínimo foi responsável pelo aumento da desigualdade nos E.U.A.

1.2. Conceito de pobreza

É difícil apresentar uma única definição consensual de *pobreza*, o que perante a multiplicidade de conceitos existente, vem desde logo atestar a multidimensionalidade do conceito.

Para SEN (2000, p. 3), *pobreza* refere-se simplesmente a uma falta de rendimento, dado que o empobrecimento da população vem resultar da falta de rendimento, pois refere-se “... à existência de baixos níveis de vida, o que em grande medida será provocado pela má desigual distribuição do rendimento”. Para FIELDS (2000, p. 57) é simplesmente a incapacidade de fazer face às necessidades básicas, inerentes à subsistência de um qualquer indivíduo.

Por outro lado, poderemos associar o conceito de *pobreza* a uma restrição severa das escolhas. Essa é a perspectiva de Aristóteles, “uma vida empobrecida é uma em que uma pessoa não tem a liberdade de levar a cabo actividades que possa escolher” [SEN, (2000 p. 4)]. Semelhante é a perspectiva de Adam Smith, segundo a qual, “a *pobreza* é vista como uma incapacidade de prosseguir uma vida minimamente decente”.

HUGHES (2000, p. 39) rejeita a existência de uma única definição genérica, situando a pobreza em dois contextos distintos: *pobreza absoluta* e *pobreza relativa*.

Esta autora considera que “as pessoas vivendo em *pobreza absoluta* são aquelas que não têm meios de nutrição adequados, habitação e acesso a saúde e educação básicas”. Para DESSALIEN (1998, p. 2), a *pobreza absoluta* refere-se “à subsistência abaixo de um mínimo socialmente aceite de condições de vida, normalmente estabelecido em função do acesso a alimentos e outros bens essenciais”. ALTIMIR (1979, citado por BOLTVINIK 1998 p. 9) sustenta que a *pobreza absoluta* refere-se à “dignidade e direitos humanos”. RAVALLION (2003 p.4) considera que pobreza absoluta é aquela que é fixada em função de um indicador objectivo, de uma “linha absoluta de pobreza”⁶.

⁶ Para um maior desenvolvimento deste conceito ver ponto 1.2.3.3.

Por outro lado, HUGHES (1998, p. 39) considera que o conceito de *pobreza relativa* surge “num contexto de elevação dos níveis de vida, e por referência a uma média de níveis de vida”. Assim pode-se facilmente concluir que à *pobreza relativa* corresponderão limites de pobreza mais elevados nos países ou regiões mais ricos, ao contrário do que acontecia com a *pobreza absoluta*.

Deste modo, e apesar das dificuldades inerentes à medição da *pobreza absoluta*⁷ é apenas através deste conceito que é possível operar uma comparação internacional de níveis de pobreza, dada a divergência entre os diversos níveis de *pobreza relativa* para cada caso nacional.

Independentemente da impossibilidade de padronizar o conceito de pobreza e as suas causas, não é discutível a apresentação de consequências indesejáveis ao nível económico, político e social. As situações de carência a nível social conduzirão facilmente a uma baixa produtividade no trabalho e à necessidade de vultuosas transferências sociais. Por outro lado, contribuirão para um aumento de comportamentos sociais desviantes e consequente aumento dos custos de policiamento e vigilância. Em situações extremas, “a *pobreza* poderá colocar mesmo em causa a estabilidade política de um determinado território” [HUGHES (1998, p.39)]⁸.

1.2.1. Desigualdade vs. Pobreza

Intuitivamente estes conceitos podem ser considerados como distintos entre si. No entanto, e como verificaremos mais à frente, existe uma interdependência e complementaridade entre os mesmos. Assim, será conveniente precisá-los antes de proceder à sua análise.

Genericamente, pode-se considerar que no primeiro caso, é relevante a distribuição de rendimento dentro de um determinado grupo populacional em que é analisada a situação de cada membro face à dos restantes. No segundo caso,

⁷ A este respeito ver ponto 2.1. deste capítulo.

⁸ Esta temática será analisada em casos concretos nos capítulos V e VI do presente trabalho.

estamos a lidar sobretudo com privação (que pode ter uma natureza diversa, de rendimento ou de diferentes necessidades básicas).

PEREIRINHA (1981) efectua um estudo detalhado de vários conceitos de desigualdade na distribuição do rendimento bem como de alguns aspectos metodológicos⁹.

RAVALLION (2003, p. 3) refere que enquanto a desigualdade refere-se a “uma disparidade nos níveis de vida”, resultante do quanto é detido por ricos e pobres, consubstanciando uma avaliação em termos relativos do rendimento numa determinada população, pobreza refere-se genericamente a níveis de vida absolutos, se se atingiu ou não, determinadas necessidades de consumo, objectivamente quantificadas.

No entanto, em termos práticos e analíticos, existe uma grande complementaridade entre estes dois conceitos, nomeadamente no que se refere aos indicadores utilizados¹⁰.

Uma outra razão possível para esta associação, tem a ver com a maior dificuldade em definir e medir a pobreza, relativamente à distribuição do rendimento. Tal como nos sugere, BOLTVINIK (1998, p.8), hoje já é possível descrever com alguma objectividade a distribuição de rendimento num dado país, enquanto que o estabelecimento de um nível de pobreza está sempre dependente de um juízo de valor particular e casuístico e necessariamente distinto de país para país. O autor argumenta que a associação entre os dois conceitos poderá ser um meio de dotar a análise da pobreza de alguma legitimidade científica, por forma a evitar que se constitua um mero exercício subjectivo. SEN (1981, citado por BOLTVINIK 1998, p. 8) afirma que tal corresponderia à “manifestação das opiniões pessoais do investigador nas estatísticas de privação”.

RAVALLION (2003, p. 5) estabelece ainda a diferença entre desigualdade relativa, resultante dos efeitos de um maior grau de abertura comercial na desigualdade, correspondendo aos rácios de rendimentos considerados

⁹ Pereirinha no capítulo I da sua tese de doutoramento efectua um estudo da relação entre desigualdade e desenvolvimento. Para uma análise do conceito de rendimento e aspectos metodológicos, ver PEREIRINHA (1988, pp. 16-22).

¹⁰ Esta questão é analisada no ponto 2.3. deste capítulo.

isoladamente face a uma média referenciada e desigualdade absoluta, entendida como diferenças absolutas nos níveis de vida. Este autor considera que na maior parte dos casos quando é referido um aumento da desigualdade é ao conceito de desigualdade absoluta que nos referimos, sendo que em muitos desses casos, existe uma diminuição da desigualdade relativa.

Deste modo, somos forçados a concluir que nestes casos, a análise de uma determinada distribuição do rendimento estará sempre dependente de um juízo de valor, só assim se poderá concluir que a desigualdade aumentou ou diminuiu.

1.2.2. Pobreza e exclusão social

Associado ao conceito de pobreza, surge o conceito de *exclusão social* para onde tem sido dirigida uma crescente atenção em detrimento do primeiro conceito¹¹. PEREIRINHA (1995, p. 170) refere que “os conceitos de pobreza e de exclusão social correspondem a diferentes formas de analisar o problema da desvantagem de indivíduos e grupos na sociedade relativamente a uma norma social de satisfação de necessidades mínimas”.

SEN (2000, p. 5), por exemplo, argumenta que a exclusão social é “a incapacidade de um indivíduo efectuar escolhas que lhe permitam uma correcta interacção com a sociedade”, o que na prática se constitui como uma forma de pobreza, na medida em que “algumas formas de exclusão social devem ser vistas como componentes da ideia de pobreza”. Deste modo, pobreza poderá ser definida como “a falta de liberdade para efectuar certas coisas valorizáveis” [SEN (2000, p. 6)].

Podemos então estabelecer uma distinção genérica entre os dois conceitos, enquanto que a pobreza se refere à forma como os recursos numa dada sociedade se encontram distribuídos entre os indivíduos, o conceito de exclusão social refere-se mais a uma dimensão relacional, enquanto ausência de integração social de indivíduos. De acordo com PEREIRINHA (1996a, p. 211), exclusão social

¹¹ Para uma análise mais aprofundada desta relação ver [PEREIRINHA (1996a) p. 208-209].

refere-se a uma situação em que falha uma de quatro situações : integração cívica, integração económica, integração social e integração interpessoal.

O conceito de exclusão social é assim mais abrangente que o de pobreza, focalizando mais em assuntos respeitantes aos direitos sociais de cada indivíduo e participação na sociedade, sendo que a exclusão social pode ser caracterizada por um processo continuado e a pobreza como um resultado desse mesmo processo.

No entanto, estes conceitos, apesar de distintos, poderão corresponder a duas faces de uma mesma moeda, o que está em causa é a “desvantagem de indivíduos e grupos numa dada sociedade relativamente a uma norma social de satisfação de necessidades mínimas (...) e que poderemos designar por “pobreza” em sentido lato, que incluiria para além de aspectos distributivos, aspectos relacionais” (PEREIRINHA, 1996a, p.212).

1.2.3. Medição da Desigualdade e da Pobreza

Neste ponto iremos expôr de forma sumária e simples alguns indicadores de desigualdade e algumas ferramentas úteis na medição da pobreza, que irão ser utilizadas nos últimos dois capítulos do presente estudo. PEREIRINHA (1988) apresenta um tratamento aprofundado em torno da medição da desigualdade¹². Para uma análise das implicações metodológicas e especificidades da medição da pobreza ver PEREIRINHA (1995)¹³.

Em qualquer ciência social, e na ciência económica em particular, a medição de um fenómeno, consiste em fazer associar valores numéricos a um dado aspecto da vida económica ou social. Para que tal seja possível, terão de ser definidas variáveis, e recolhidas informações objectivas a partir da realidade.

A recolha dessa informação terá como base, sobretudo, a realização de inquéritos à unidade em análise (por norma as famílias enquanto agregado

¹² Para um tratamento mais vasto e aprofundado dos aspectos relacionados com a medição da desigualdade ver o capítulo II da tese de doutoramento de PEREIRINHA (1988).

¹³ PEREIRINHA (1995, pp. 177-185) efectua uma análise mais vasta e aprofundada das especificidades associadas à medição da pobreza.

económica – *household* em inglês) relativos, sobretudo, ao consumo e ao rendimento.

Neste caso, encontram-se os H.I.E.S. (Inquérito ao Rendimento e Despesa Familiares), que analisam cabazes de consumo, a distribuição do rendimento e uma análise específica de desigualdade e pobreza do agregado familiar. Tratam-se de inquéritos específicos que poderão ser direccionados tanto a espaços geográficos restritos como mais globais, em função dos objectivos.

Existem também inquéritos que incluem outro tipo de informações adicionais como a poupança, o emprego, educação, saúde ou a nutrição. Um exemplo de inquérito às famílias com estas características de abrangência de vários tópicos é o Inquérito de Medida dos Níveis de Vida (L.S.M.S.) do Banco Mundial¹⁴.

Para acompanhamento e avaliação dos efeitos dos Programas de Ajustamento Estrutural (P.A.E.), o Banco Mundial criou também dois tipos de inquérito adicionais: o Inquérito Integrado (I.S.) e o Inquérito Prioritário (P.S.). No primeiro caso trata-se de um inquérito abrangente criado para uma análise genérica às consequências nas famílias dos P.A.E. No segundo caso, é procurada uma monitorização específica dos grupos populacionais mais afectados pelo P.A.E.¹⁵.

Relativamente à medição da pobreza, o passo fundamental consistirá na identificação da fronteira que separa os pobres dos não pobres¹⁶. Tal, implicará a ordenação de indivíduos numa sociedade, segundo os níveis de pobreza através de um índice ordinal.

Quanto à distribuição do rendimento numa determinada população, um possível ponto de partida seria, em termos teóricos, o de calcular um rendimento médio, e analisar o quanto é que os diversos rendimentos estão dispersos face ao valor central, utilizando para o efeito medidas de dispersão.

¹⁴ Um protótipo de questionário L.S.M.S., e uma análise pormenorizada ao mesmo podem ser encontrados em DESSALIEN (1998a, p. 8).

¹⁵ Para uma análise mais aprofundada desta questão ver DESSALIEN (1998a, pp. 7-12).

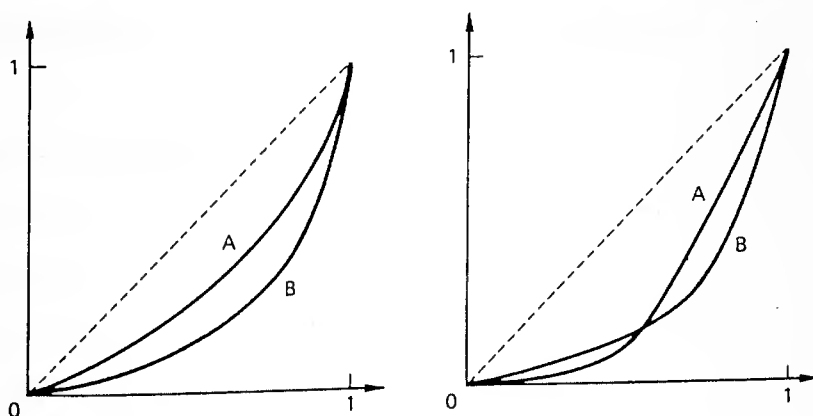
¹⁶ Estamos a falar da definição de uma linha de pobreza. A este respeito ver ponto 1.2.3.3.

Em termos práticos, é muitas vezes utilizado por diversas organizações internacionais, como medida de desigualdade e comparação da distribuição do rendimento, o rácio entre a parte do rendimento ou consumo detida pelos 10% ou 20% mais ricos pela parte detida pelos 10% ou 20% mais pobres. Esta medida pressupõe uma ordenação prévia dos indivíduos de uma sociedade de acordo com um atributo (por exemplo, o rendimento), efectuando-se a partir daí a comparação entre a parte do atributo detida por proporções iguais de pessoas localizadas nos dois extremos da distribuição.

1.2.3.1. Curva de Lorenz

Para uma análise mais precisa da desigualdade, teremos de recorrer a outros métodos. A *curva de Lorenz* é um gráfico que capta toda a informação referente a uma distribuição do rendimento por quantis, sendo as unidades de rendimento ordenadas de forma crescente, em função de um determinado atributo a ser estudado¹⁷.

Figuras 1 e 2 - Dois exemplos de Curvas de Lorenz



Fonte: LAMBERT (1989, p. 34).

A medida da desigualdade é dada graficamente pela distância face à linha de 45°, sendo que uma distribuição do rendimento perfeitamente equitativa coincidirá naturalmente com a linha de 45°, a linha de perfeita equidade. Para

comparar duas distribuições de rendimento A e B (ver Figura 1), consideramos que a menos desigual corresponderá à curva mais próxima da linha de perfeita equidade existindo *dominação à Lorenz* da distribuição de rendimento A relativamente à repartição do rendimento B, apresentando a distribuição A uma menor concentração de rendimento.

Será também possível encontrar situações em que as duas *curvas de Lorenz* se cruzam (Figura 2). Nesta circunstância, "...o critério de dominação de Lorenz não se aplicará e não estamos em condições de poder comparar a repartição do rendimento A com a repartição do rendimento B, e proceder à sua ordenação em termos de concentração do rendimento..." [PEREIRINHA et al (1996, p. 48). Verificamos que cada uma das distribuições domina à Lorenz a outra distribuição em determinado segmento da distribuição, sendo assim o critério de dominação à Lorenz, um critério incompleto de ordenação.

De acordo com KAKWANI (1984, citado por LAMBERT 1989) numa amostra de 72 países, mais de 30% dos emparelhamentos possíveis continham cruzamento de linhas.

A *curva de Lorenz* é representada por uma função $L(p)$, que é interpretada como a fracção do rendimento total recebida pela fracção p mais pequena das unidades de rendimento, satisfazendo as seguintes condições¹⁸:

- a. se $p = 0$, $L(p) = 0$;
- b. se $p = 1$, $L(p) = 1$;
- c. $L'(p) = x/\mu \geq 0$ e $L''(p) = 1/\mu f(x) > 0$
- d. $L(p) \leq p$,

onde, o rendimento x de uma unidade é uma variável aleatória com a função de densidade de probabilidade $f(x)$ com a média μ , e $L'(p)$ e $L''(p)$ são, respectivamente, a primeira e segunda derivadas de $L(p)$ em ordem a p . A

¹⁷ Para um desenvolvimento analítico aprofundado ver PEREIRINHA (1991, p. 22) ou LAMBERT (1989, pp. 39-42).

¹⁸ Foi seguida a formalização de KAKWANI (1986, p. 59)

ordenada e a abcissa da curva são, respectivamente, $L(p)$ e p . A condição c) implica que o declive da curva é positivo.

Dado que a curva representa o desvio de cada unidade de rendimento face à equidade perfeita, consiste de forma clara uma representação da desigualdade verificada na distribuição do rendimento. Naturalmente, que quanto mais próxima estiver a curva da linha de 45° , menor será a desigualdade.

A *curva de Lorenz* permite-nos ainda tirar conclusões relativamente ao bem-estar social, utilizando para isso o conceito de *Curva de Lorenz Generalizada* em que é efectuada a “... representação da concentração de um atributo A usando como critério de ordenação das famílias um outro atributo B” [PEREIRINHA et al (1996, p. 54)]¹⁹. PEREIRINHA (1991) efectua uma análise formalizada e mais aprofundada da *Curva de Lorenz Generalizada*²⁰.

1.2.3.2. Coeficiente de Gini

Apesar da facilidade de interpretação da curva de Lorenz, em termos comparativos é desejável a apresentação de um único número índice, pela possibilidade de ordenação de todas as distribuições de rendimento daí resultante. Neste sentido, torna-se útil o cálculo de alguns índices de desigualdade que cumpram com esse requisito como, por exemplo, o coeficiente de Gini e o coeficiente de Schutz, que para além das possibilidades de ordenação, vêm eliminar as desvantagens associadas ao cruzamento de curvas de Lorenz.

O *coeficiente de Gini* é um indicador do grau de concentração do rendimento, sendo a desigualdade nula quando todas as famílias tiverem o mesmo rendimento, correspondendo a uma repartição equitativa, e máxima, quando apenas uma família tiver todo o rendimento. PEREIRINHA et al (1996, p.76) chama a atenção para a existência de um juízo de valor implícito à utilização do *coeficiente de Gini*, de que “equidade é sinónimo de igualdade dos rendimentos”.

¹⁹ Para uma análise do bem-estar social usando a *Curva de Lorenz* ver LAMBERT (1989, pp. 54-67);

²⁰ Para um desenvolvimento analítico da *Curva de Lorenz Generalizada* ver PEREIRINHA (1991, p. 24).

O coeficiente de Gini²¹ mede a área entre a *curva de Lorenz* e a linha de perfeita equidade como uma fração da área sob a linha de 45° (correspondente à Área A da figura 3), correspondendo a um menos o dobro da área sob a *curva de Lorenz*:

$$G = A/A+B = 2A = 2(1/2 - B) = 1 - 2B$$

Tendo por base a análise de KAKWANI (1984, p. 65), poderá ser ainda deduzida a seguinte fórmula:

$$G = 1 + 1/n - 2/\mu n^2 \sum (n+1-i)x_i$$

Tanto o coeficiente de Gini, como o coeficiente de Schutz, que veremos mais à frente, corresponderão a um número entre zero e um, tomando o valor zero no caso de uma distribuição perfeitamente equitativa, valor um no caso de desigualdade máxima.

A título exemplificativo, apresentamos no Quadro 1 os coeficientes de Gini para alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento:

²¹ Para um maior desenvolvimento analítico ver PEREIRINHA (1988, p. 83), KAKWANI (1984, pp. 63-65) ou LAMBERT (1989, pp. 42-45).

Quadro 1 - Índice de Gini: Alguns exemplos

País	1970	1980	1990	2002	Pib per capita (US\$ - 2002)
África do Sul	0,53	0,50	-	0,59	2.299
Brasil	0,57	0,58	-	0,59	2.593
Chile	0,50	0,50	0,53	0,57	4.115
China	-	0,23	0,36	0,45	989
E.U.A.	0,34	0,35	0,38	0,41	36.006
Índia	0,31	-	0,30	0,33	487
Indonésia	0,31	0,36	0,33	0,34	817
Itália	-	0,34	0,32	0,36	20.528
Japão	0,36	0,33	0,35	0,25	31.407
Serra Leoa	0,56 ²²	-	-	0,63	150
Sri Lanka	0,38	0,42	0,30	0,34	873
Tunísia	-	0,43	0,40	0,40	2.149

Fonte: DEININGER and SQUIRE (1996) e PNUD (2004)

Um primeiro olhar para o quadro, permite-nos desde logo verificar que não existe uma relação entre o desempenho económico de um país e a desigualdade na distribuição do rendimento. Observamos que os Estados Unidos da América, a China e a Tunísia, assim como a Itália, a Índia e a Indonésia, apresentam em 2002 valores do coeficiente de Gini relativamente próximos, por oposição a valores do PIB per capita completamente distintos entre si. Pelo que podemos concluir que a desigualdade na distribuição do rendimento não é um fenómeno característico dos países em desenvolvimento nem dos países desenvolvidos.

De entre os países seleccionados, notamos que em 2002, os países que apresentam uma menor concentração na distribuição do rendimento são o Japão (0,25), a Índia (0,33) e a Indonésia (0,34) enquanto a Serra Leoa (0,63) o Brasil (0,59) e a África do Sul (0,59) apresentam os valores mais elevados.

²² Observação de 1968.

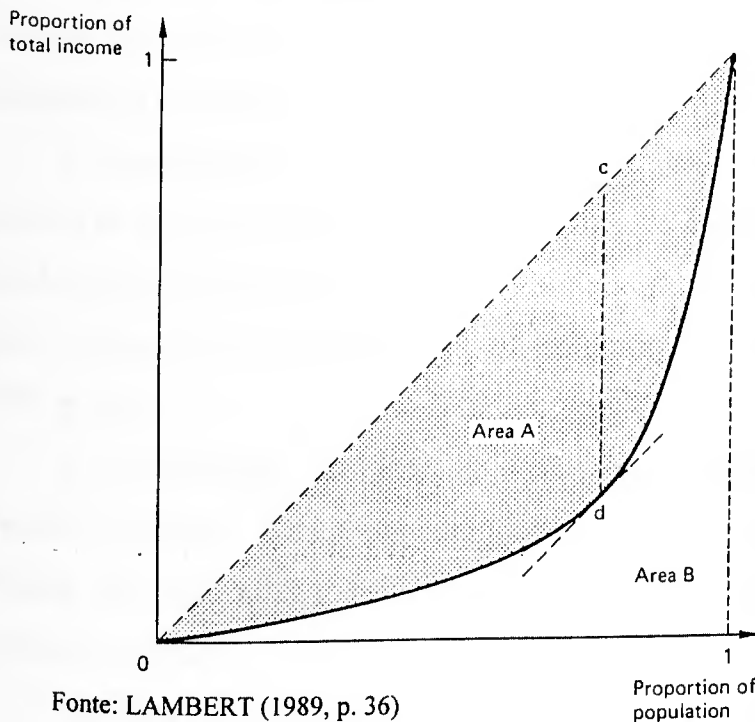
Refira-se ainda que com a exceção do Brasil e da Tunísia, todos os países aumentam a sua desigualdade na distribuição do rendimento entre 1990 e 2002.

Poderá ser ainda deduzido o *índice de Gini generalizado*, que através da introdução de um novo parâmetro (k) permite incorporar no índice a atitude de uma sociedade face à desigualdade²³.

O *coeficiente de Schutz* (S) mede a distância vertical máxima entre a *curva de Lorenz* e a linha de 45°, correspondendo a um comprimento, que no caso da figura 3 corresponde a :

$$S = \text{distância } cd$$

Figura 3 - Os coeficientes de Gini e de Schutz



1.2.3.3. Linha de Pobreza

A *linha de pobreza* constitui o método mais utilizado na análise da pobreza. Nos subpontos seguintes veremos exemplos de alguns indicadores de pobreza.

²³ Para a dedução analítica ver KAKWANI (1984, pp. 64-65).

As *linhas de pobreza* ocupam um posicionamento privilegiado na análise da pobreza, sendo o seu estabelecimento, ou seja a fixação de um limite ou de uma fronteira de pobreza, determinante em qualquer avaliação da pobreza. Tal como refere LANJOUW (1998, p. 8), “todas as *linhas de pobreza* têm um elemento de arbitrariedade”, que se refere a um juízo de valor formulado aquando da fixação de uma *linha de pobreza*.

Este conceito revela-se altamente sensível, a mínima variação a uma linha estabelecida implicará uma distinção diferente dos pobres e dos não pobres. A construção de uma *linha de pobreza* permite o cálculo de taxas de pobreza e a consequente avaliação da incidência de pobreza num determinado território, permitindo compará-la com a verificada noutros territórios, e avaliar a sua evolução ao longo do tempo, permitindo identificar as populações mais carenciadas a esse nível.

A consideração e a construção de uma *linha de pobreza* implicarão a detenção de um nível mínimo de rendimento e “o cálculo de um cabaz de bens considerados como os mínimos requeridos para o consumo (...) ou ainda factores como o acesso a serviços gratuitos, detenção de activos básicos” [BOLTVINIK (1998, p. 16)].

A consideração de todos estes aspectos focalizados numa população específica permitirá o estabelecimento de um perfil de pobreza da população afectada, que poderá ser uma ferramenta útil no estabelecimento de políticas de combate à pobreza.

Podemos efectuar distinção entre *linhas de pobreza absolutas* e *linhas de pobreza relativas*. Como refere LANJOUW (1998, p. 2) “*linha de pobreza relativa* refere-se a um ponto limite da distribuição, como por exemplo o limite de 30% da população em termos de rendimento ou consumo (...) ou metade do rendimento médio”. Por outro lado, a *linha de pobreza absoluta* encontra-se ligada a um nível específico de bem-estar, a um conjunto de atributos que terão necessariamente de ser satisfeitos.

O estabelecimento de uma *linha de pobreza* poderá também ter como referência elementos relacionados com a alimentação das populações, “sendo

normalmente definidos em função de requisitos energéticos, como o número de calorias ingeridas” LANJOUW (1998, p. 4), tendo como referência um número mínimo de calorias necessárias à subsistência, e o respectivo custo de aquisição, podendo neste caso ser estabelecida uma *linha de pobreza* tendo como base o custo de aquisição do número mínimo de calorias necessárias.

1.2.3.4. PIB *per capita*

O PIB *per capita* é o indicador de pobreza mais utilizado, em grande medida por se tratar de uma estatística disponível universalmente permitindo um grande grau de comparabilidade. No entanto, trata-se de um indicador limitado por ser demasiado genérico, podendo ser enganador: o facto de o PIB *per capita* aumentar não impede que determinados grupos populacionais específicos (que poderão ser os mais pobres) vejam os seus rendimentos decrescer. É perfeitamente possível que o rendimento se encontre concentrado em sectores específicos, enviesando qualquer análise da pobreza em grupos específicos carenciados.

Outros indicadores de pobreza normalmente utilizados são a satisfação de necessidades básicas como a “alimentação, habitação, escolaridade, saúde, água potável, instalações sanitárias” [DESSALIEN (1998, p. 11)], que no entanto poderão apresentar algumas limitações ao nível da agregação de dados.

Diversas organizações internacionais utilizam também para a análise da pobreza indicadores respeitantes às aptidões humanas considerando a esperança de vida, taxas de alfabetização ou subnutrição, e “os indicadores respeitantes à desigualdade na distribuição do rendimento, que fornecem pistas fiáveis na ausência de dados específicos sobre pobreza” [DESSALIEN (1998, p. 12)].

1.2.3.5. Índice de Pobreza Humana (IPH-1)

O Índice de Pobreza Humana foi introduzido pela primeira vez no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1997 do PNUD, procurando integrar num único número índice, dimensões associadas aos padrões de vida das

populações mais abrangentes que a análise simples do rendimento. Segundo o PNUD (2003, p. 342), o índice de pobreza humana inclui três aspectos distintos: uma vida curta, falta de instrução básica e falta de acesso a recursos públicos e privados. Repare-se que se tratam das mesmas dimensões captadas no Índice de Desenvolvimento Humano²⁴.

Na primeira dimensão considera-se o indicador da probabilidade à nascença de não atingir os quarenta anos; na segunda a taxa de analfabetismo dos adultos e na terceira a média não ponderada da população sem acesso sustentado a uma fonte de água melhorada e das crianças com peso deficiente para a idade:

$$IPH-1 = [1/3 (P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}, \text{ com:}$$

P_1 = Probabilidade de à nascença não viver até aos 40 anos;

P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos;

P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com peso deficiente para a idade.

α = Ponderador para a dimensão. Se for igual a um teremos uma média aritmética simples. À medida que α for subindo α relevar mais a dimensão em que a privação é maior. Em PNUD (2003) foi utilizado $\alpha=3$.

O IPH-1 é um indicador de pobreza para os países em desenvolvimento. O PNUD criou também o IPH-2 para países seleccionados na OCDE em para além das três dimensões consideradas no IPH-1, é considerada uma quarta, a exclusão social medida pela taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais)²⁵.

Este tipo de indicadores compósitos serão úteis, sobretudo, em comparações genéricas internacionais existindo, no entanto, o risco de “assumir erroneamente que o IPH reflecte a pobreza humana na sua totalidade” [DESSALIEN (1998, p. 8)], devendo ser tido em conta o facto de que contempla apenas um número limitado de dimensões.

²⁴ Para uma análise a este indicador ver PNUD (2003, p. 340).

1.2.4. Aspectos qualitativos

Apesar da utilidade dos indicadores acima referidos, é importante referir que a análise da desigualdade e da pobreza, poderão contemplar para além de indicadores estritamente quantitativos, também fontes de informação de carácter qualitativo e mais específico.

As abordagens qualitativas procuram entender as fontes do bem-estar, “reconhecendo que alguma informação não pode simplesmente ser traduzida em termos quantificados” [DESSALIEN (1998a, p. 6)].

Para efeitos de recolha de informação sobre a pobreza são realizados inquéritos específicos de natureza qualitativa, que recolhem informação quantitativa e qualitativa, mas que “usualmente tentam enfatizar o ponto de vista do sujeito observado” [DESSALIEN (1998a, p. 17)]. Esta autora refere que esta metodologia procura conhecer e compreender as causas da pobreza, ao mesmo tempo procurando soluções, através amostras mais reduzidas, que permitem uma análise mais profunda, mas dificultam a sua generalização. De entre as principais técnicas utilizadas estão métodos antropológicos e sociológicos.

CRAMER (2001, p. 3), refere-se a uma alternativa relacional na análise da desigualdade²⁶, que não se baseia em “sinais exteriores superficiais, como o coeficiente de Gini”, mas no estudo de relações sociais historicamente condicionadas, que não poderão ser captadas na sua essência com precisão por simples números índices.

Neste contexto, será sobretudo importante estudar o tipo de desigualdade existente, mais que a sua extensão, pois existem variados tipos de desigualdade para além da desigualdade na distribuição do rendimento, como desigualdades de sexo, institucionalização das relações de poder ou entre diferentes etnias, que deverão ser diferenciadas e enquadradas em “...relação a formas específicas de ordem política, hierarquia e características da disputa ideológica existente” [CRAMER, (2001, p. 10)].

²⁵ Para uma análise pormenorizada deste indicador ver PNUD (2003, p. 342).

Devemos, assim, ter em conta que as desigualdades não decorrem exclusivamente de disparidades salariais e outros rendimentos, mas são também determinadas pelas oportunidades e escolhas de que cada indivíduo dispõe.

“A redistribuição poderá não representar assim apenas redistribuição de rendimentos, riqueza e activos, mas também a garantia de escolhas iguais e a redistribuição de direitos políticos e sociais ao nível da educação, saúde e segurança social, oportunidades de emprego, assim como o acesso igual a instituições económicas, sociais, políticas e legais por todos os grupos populacionais” [JUSTINO (2004, p. 29)].

Estas não são as formas convencionais de redistribuição, dado que não implicam uma transferência de rendimento directa para os grupos menos protegidos, no entanto, representam também formas de redistribuição do rendimento, dos mais ricos para toda a população, permitindo aos mais desfavorecidos ser mais produtivos e menos excluídos socialmente.

No entanto, este tipo de políticas redistributivas poderá sempre implicar alguma resistência de alguns sectores da sociedade, pelo que a sua prática exigirá sempre uma actuação governamental forte e mobilizadora da sociedade civil, “uma mudança de atitudes sociais, (...) uma exigência da população em geral pela redistribuição e uma participação mais activa da sociedade civil obrigando os vários governos a executar todas as políticas associadas à redistribuição [JUSTINO (2004, p. 30)].

Poderemos afirmar que as duas abordagens da pobreza e distribuição do rendimento, quantitativa e qualitativa, complementam-se, sendo a segunda mais pormenorizada que a primeira e mais adequada para estudos que incidam sobre populações mais reduzidas. A abordagem quantitativa será mais adequada para comparações agregadas a nível regional e nacional, dado apresentar um carácter mais genérico.

²⁶ Baseada nas contribuições de, por exemplo Hirschmann e Tilly.

1.3. Políticas de Redistribuição do Rendimento

Genericamente considera-se que uma qualquer política visando a redistribuição do rendimento, tem como objectivos a manutenção da generalidade da população acima de uma dada linha de pobreza e o afastamento dos grupos vulneráveis (idosos, crianças e deficientes) da privação de rendimento. SOLIMANO (1998 p. 4) argumenta que assim que a sociedade como um todo estiver no limiar de satisfação de necessidades básicas, quaisquer desigualdades subsequentes serão irrelevantes, deixando assim, de ter sentido qualquer política de índole redistributiva.

Qualquer política redistributiva deverá por um lado ter consideração questões de carácter ético e moral, e por outro, o impacto da própria desigualdade na distribuição do rendimento no crescimento económico²⁷ equilíbrio sócio-político e capacidade de prossecução de política pública.

SOLIMANO (1998, p. 5) sustenta ainda que a desigualdade na distribuição do rendimento, é por um lado condicionada pelas diferenças nas dotações iniciais de riqueza, talento, estrato social, raça, sexo, mas por outro lado é fortemente condicionante do processo posterior de criação de riqueza.

No entanto, é também necessário considerar a desigualdade de rendimento observada como uma consequência de diferenças no esforço, ambição e exposição ao risco.

Podemos assim, estabelecer uma diferenciação entre igualdade de resultados e igualdade de oportunidades.

1.3.1. Políticas concretas

STEWART (2000, p. 11) afirma que uma das medidas que poderão conduzir a uma melhor redistribuição do rendimento no contexto dos países em desenvolvimento poderá assentar em políticas direccionadas para o sector

²⁷ A este respeito ver o capítulo II do presente trabalho.

agrícola, favorecendo a industrialização rural, dado que a maioria da população trabalha na agricultura. Essas políticas poderiam tomar a forma de introdução de reformas agrárias, fornecimento de mais informação de mercado relativa aos produtos agrícolas, mais infraestruturas rurais ou promoção de diversificação agrícola. Um indício da “benignidade” desta política é o facto da urbanização se constituir como um dos principais factores de desigualdade nos países em desenvolvimento.

Outra medida política “óbvia” poderá consistir na adopção de estratégias emprego-intensivas. Exemplo desta política é o da Ásia em que o predomínio de exportações trabalho intensivas implicaram um crescimento sustentado do emprego.

No entanto, o principal meio de combate à desigualdade a longo prazo deverá ser o da generalização da educação. No entanto, esta política não apresenta resultados imediatos no curto prazo devendo ser acompanhada por políticas governamentais activas dirigidas para os grupos mais desfavorecidos.

DEININGER and SQUIRE (1998, p.284) defendem que a acumulação de novos activos é uma muito mais eficaz forma de combater a desigualdade que a distribuição dos activos existentes, embora as duas políticas não sejam exclusivas. Uma redistribuição de activos associada a maior investimento pode aumentar o crescimento em geral e providenciar importantes benefícios aos pobres.

KANBUR (1998, p.23) sustenta que as políticas redistributivas mais eficazes deverão direccionar-se para o nível da educação, muito desigual nos países em desenvolvimento, privilegiando sobretudo as mulheres. Outras políticas eficazes poderão dirigir-se para a redistribuição de outros activos como a terra, evitando o seu controlo por elites reduzidas, e o impedimento de acesso a importantes fontes de rendimento pelos mais pobres em conjunto com políticas tributárias progressivas.

BRUNO et al. (1996, p. 23) referem, por seu turno, que os países que concedem maior prioridade à educação, saúde e nutrição conseguem um combate mais eficaz à desigualdade na distribuição do rendimento, promovendo melhor o

bem-estar sustentadamente ao longo do tempo. Os autores sublinham a importância da redução dos custos de transacção para os mais pobres, e da redistribuição de activos físicos como a terra, de forma directa, e pela redução de restrições ao crédito aos mais pobres que, no entanto, não assumem uma importância relativa tão relevante como a educação e a saúde. É realçada também a importância da composição sectorial do crescimento económico, em que um enviesamento nos preços, taxas de câmbio e investimento público em desfavor do sector rural será claramente desfavorável à igual distribuição do rendimento e crescimento económico. Os autores sublinham ainda a importância de políticas macro-económicas sensatas e equilibradas que embora possam não beneficiar no curto prazo a distribuição do rendimento, fá-lo-ão certamente no futuro, via crescimento económico²⁸.

A análise da desigualdade e da pobreza comporta assim mecanismos complexos, com efeitos diferenciados, sendo que o seu combate não poderá ser efectuado tendo por base uma informação parcial e isolada sobre o fenómeno.

²⁸ Ver no capítulo II análise da relação entre a desigualdade na distribuição do rendimento e crescimento económico.

CAPÍTULO II

DESIGUALDADE, POBREZA E CONFLITOS

Neste capítulo, relacionaremos a desigualdade e a pobreza com alguns dos seus efeitos. Iremos, por um lado, verificar até que ponto a desigualdade influencia o crescimento económico, e por outro, sendo este o ponto fundamental deste capítulo, relacionar a desigualdade na distribuição do rendimento e a incidência de pobreza com a probabilidade de eclosão de conflitos.

2.1. Desigualdade e Crescimento

Nos últimos anos tem-se assistido a uma mudança de perspectiva na análise da desigualdade e do crescimento. Enquanto que, tradicionalmente assentava no estudo da desigualdade como consequência do crescimento económico²⁹, hoje é sobretudo estudada a influência da desigualdade na distribuição do rendimento sobre o crescimento económico.

Vários autores³⁰ consideram hoje que a desigualdade restringe o investimento, através do capital humano e político que, por sua vez, tenderá a inibir directamente o crescimento económico. A acumulação de capital humano e a sua contribuição para o crescimento será limitada, se uma desigualdade persistente perpetuar através de gerações uma má afectação do investimento na educação. Tal significaria que os mais pobres, mesmo que brilhantes, ver-se-iam banidos sistematicamente da educação.

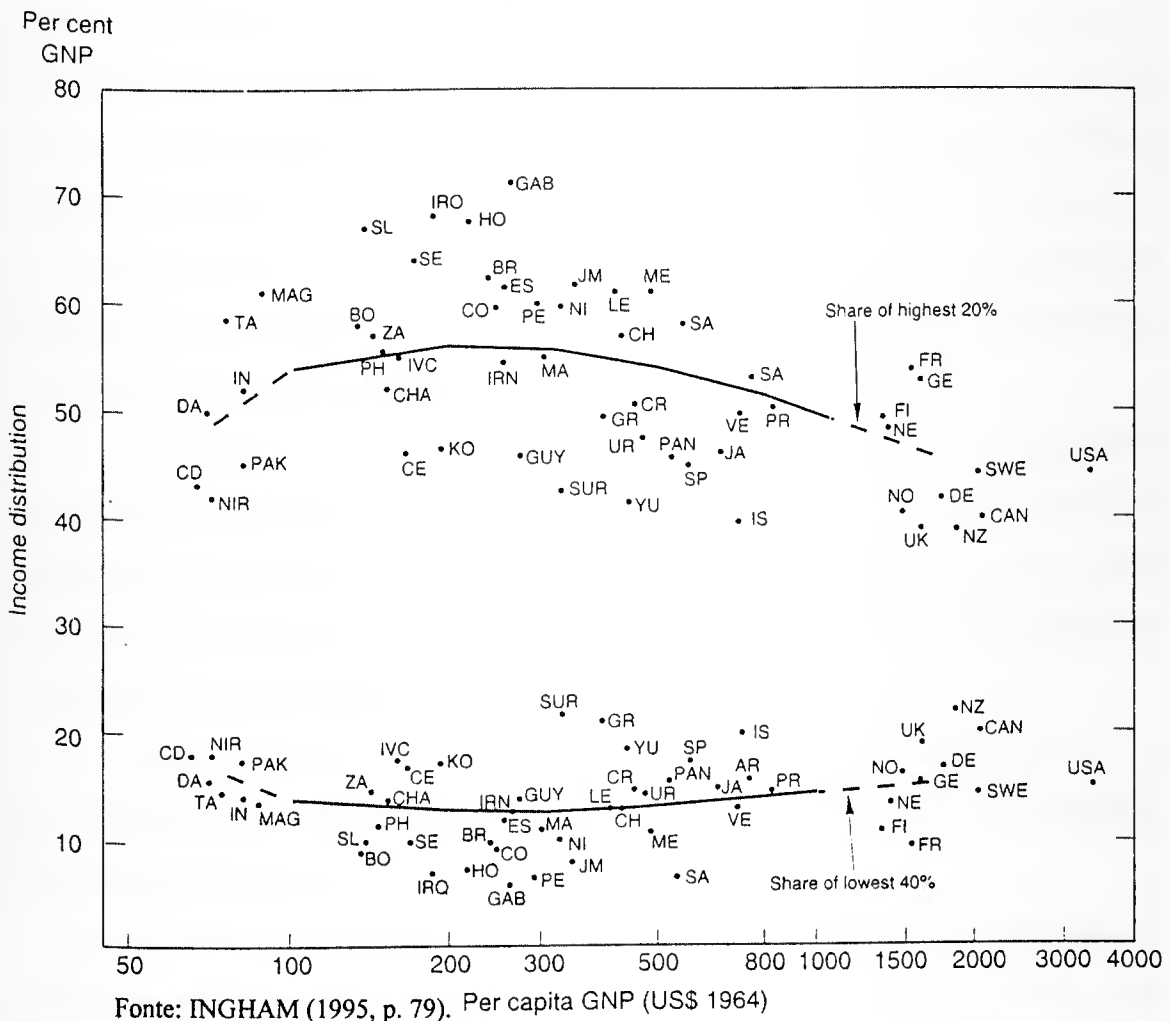
Uma das primeiras contribuições para o estudo da desigualdade e crescimento foi efectuada pelo economista Simon Kuznets em 1955 através da sua hipótese assente numa curva em “U” invertido, relacionando “os níveis de rendimento per capita com a distribuição do rendimento” [STEWART, (2000, p.

²⁹ A este respeito ver por exemplo BRUNO et al (1996 pp. 21-25).

³⁰ Ver a este respeito CRAMER (2001).

5)]. Kuznets elaborou um estudo comparativo entre diversos países, concluindo que face a um aumento do rendimento per capita, a distribuição do rendimento tornar-se-ia mais desigual numa fase inicial e mais equitativa numa segunda fase., como podemos verificar através da figura 4:

Figura 4 - A Hipótese Kuznets



Tal como referem BRUNO et al (1996, p.3) a “hipótese Kuznets” assume a existência de dois sectores numa economia, um rural de baixa desigualdade e um sector urbano mais rico com maior desigualdade. O crescimento ocorre com a transferência de trabalho do rural para o urbano. Assumindo inicialmente a totalidade da população no sector rural, quando o primeiro trabalhador muda de sector a desigualdade aumenta, diminuindo aquando da passagem do último trabalhador, formando-se neste percurso o acima referido “U invertido”.

Inicialmente a “hipótese Kuznets” foi confirmada por vários autores como OSHIMA (1970), e ROBINSON (1976) referenciados por BRUNO et al (1996, p. 3).

No entanto, na década de 1990, BRUNO et al, (1996, p. 7) exemplificando com o caso da Índia, e DEININGER and SQUIRE, (1998, p. 261), testam e rejeitam a hipótese formulada por Kuznets, concluindo ser estatisticamente pouco significativa. DEININGER and SQUIRE (1998, p. 262) referem que a “hipótese Kuznets” tende a verificar-se individualmente em alguns países desenvolvidos, mas não pode ser generalizada, sendo fácil encontrar países em desenvolvimento que não a confirmam. Neste contexto, FIELDS (2000, pp. 81-83) elaborou uma aplicação prática a partir de dados sobre a desigualdade de alguns países africanos, não obtendo resultados estatisticamente significativos, concluindo assim que a “hipótese Kuznets” não se aplica em África.

STEWART (2000, p. 5) refere que, apesar de todas as fragilidades empíricas, a curva de Kuznets tem sido grandemente aceite e, por vezes de forma dogmática, sendo muitas vezes usada politicamente como desculpa para uma não acção a nível redistributivo, na assumpção de que essa será uma consequência a ocorrer no tempo naturalmente.

RAVALLION (2000, p. 12) afirma explicitamente que quando muito “...é a desigualdade a influenciar negativamente o crescimento e não o contrário”, como inicialmente se supunha.

O autor, afirma não existir qualquer correlação entre crescimento e mudanças na desigualdade, bem como em mudanças políticas, como por exemplo uma maior abertura da economia. O autor sustenta que o facto a ser relevado é o de um elevado nível de desigualdade inicial, mesmo exibindo uma tendência decrescente, poder afectar negativamente o crescimento. No entanto, sustenta Ravallion, apesar da desigualdade poder ser qualificada como negativa para o crescimento económico, o seu combate deverá ser altamente cuidado, pois caso seja realizado de modo isolado, descontextualizado e carente de uma política económica que contemple um conjunto amplo de variáveis económicas e sociais, poderá conduzir a distorções no comércio externo e na economia

interna, afectando em última instância o crescimento económico de forma ainda mais intensa.

Uma perspectiva alternativa apresentam DEININGER and SQUIRE (1998, p. 264). Estes autores, rejeitando a causalidade entre desigualdade na distribuição do rendimento e crescimento económico, afirmam que é a distribuição de activos como a terra, e não a do rendimento, que vem ditar o efeito da desigualdade no crescimento. A relevância do estudo da terra dever-se-à à importância da sua detenção na capacidade produtiva individual e na correspondente capacidade de investimento. Por outro lado, este activo apresenta uma maior facilidade de medição face ao rendimento³¹.

2.1.1. Relação Positiva entre Desigualdade e Crescimento?

A hipótese de uma relação positiva entre desigualdade e crescimento é hoje defendida por alguns autores, existindo modelos que estabelecem uma relação positiva entre desigualdade e crescimento económico. Por exemplo SAINT-PAUL and VERDIER (1993), citados por FORBES (2000, p. 870), argumentam que em sociedades mais desiguais, o votante mediano irá apoiar uma mais alta taxa de tributação para financiar a educação pública, o que irá aumentar o capital humano agregado e o crescimento económico. GALOR and TSIDDON (1997), citados igualmente por FORBES (2000, p. 870) argumentam que a desigualdade aumenta em períodos de mudança tecnológica, a qual irá aumentar a mobilidade e a concentração de trabalhadores qualificados em sectores tecnologicamente avançados, o que gerará altas taxas de progresso tecnológico e crescimento.

FORBES (2000, p. 872) constrói um modelo econométrico em que o crescimento é função do rendimento inicial, rendimento, capital humano masculino e feminino, distorções de mercado e variáveis dummy país e período, concluindo a existência de uma relação positiva entre desigualdade e crescimento, referindo que no curto prazo, um aumento no nível de desigualdade

³¹ Para uma análise aprofundada desta perspectiva ver DEININGER and SQUIRE (1998).

na distribuição do rendimento tem uma relação positiva no subsequente crescimento económico. Na prática, isto implicaria em termos de política económica um *trade-off* para os países em desenvolvimento entre redução da desigualdade e promoção do crescimento económico, levando a uma maior indefinição e incerteza nas relações de causalidade.

SEGUINO (1997 citado por CRAMER 2001, p.12), referindo-se ao estudo de algumas economias asiáticas considera que a desigualdade na obtenção de rendimentos entre homens e mulheres foi decisiva na expansão de manufacturas, muito assente nos baixos salários das mulheres. Desta forma podemos ser tentados, também neste caso, a considerar que alguns tipos de desigualdade serão bons para o crescimento. Existirão alguns tipos de desigualdade que não geram pressões democráticas para a tributação do capital, instabilidade política ou conflitos civis.

2.1.2. Relação Negativa entre Desigualdade e Crescimento?

São vários os autores que sublinham a existência de complementaridades entre a equidade social e o crescimento, pois consideram que a desigualdade ao incendiar um conflito social, irá deter de forma clara e directa o processo de crescimento económico.

STEWART (2000, p. 8-10) partilha desta posição apresentando alguns argumentos favoráveis a uma relação positiva entre equidade e crescimento económico. Por um lado, maior desigualdade implica mais instabilidade social, e por outro implicará a adopção de medidas redistributivas mais populistas, mais lesivas do investimento. Uma outra perspectiva refere que mais desigualdade “dará um maior peso de *lobbying* aos mais ricos conduzindo a um sobreinvestimento nalgumas áreas, prejudicando o crescimento” [BRUNO et al, (1996, p. 18)].

Poderemos colocar a hipótese de que a desigualdade e a pobreza estão correlacionadas³² com uma maior incidência de instabilidade política, que por sua vez, constitui um claro desincentivo ao investimento, contribuindo novamente de forma negativa para o crescimento. CRAMER (2001, p. 4) refere que uma das principais fontes de guerra civil foi sempre a desigualdade na distribuição da riqueza e rendimento.

CALIPEL et DONSIMONI (1994, citados por AZAM et al (1996, p. 822)) nesta mesma linha de raciocínio, sustentam que a assinatura de um acordo com o F.M.I. tem um impacto negativo sobre a instabilidade política, precisamente pelo efeito redutor sobre as políticas governamentais de despesas sociais.

AZAM et al (1996, p. 820) por seu turno, vêm também defender uma relação negativa entre uma relação negativa entre desigualdade e crescimento, mas porque a primeira leva à adopção de medidas redistributivas que “impõem distorções sobre a economia” abrandando o crescimento.

2.1.3. Aspectos Políticos

SOLIMANO (1998, p. 25) argumenta que é essencial acompanhar as políticas redistributivas com políticas orientadas para o aumento da produtividade individual, porque as políticas redistributivas poderão prejudicar o investimento privado e o crescimento, pois a tributação do capital tenderá abrandar o investimento, uma alta tributação pode estimular a evasão.

Por outro lado, o investimento tende a ser muito sensível à incerteza e instabilidade social. Deste modo, as políticas de combate à desigualdade podem ter um impacto muito significativo no estabelecimento de um ambiente social adequado ao investimento e crescimento económico.

Também ao nível político, poderemos ter efeitos negativos sobre o crescimento, resultantes da pressão do votante mediano para a tributação do capital e sua redistribuição. No entanto, esta redistribuição pode funcionar como

³² A título meramente exemplificativo podemos referir NAFZIGER and AUVINEN (2002), CRAMER

desincentivo ao investimento e ao crescimento económico. Por outro lado, e não menos importante, a desigualdade poderá levar a que aqueles que se vêem privados do rendimento adoptem formas de luta mais drásticas e violentas, prejudicando o equilíbrio social.

CRAMER (2001, p.12) considera serem as relações sociais historicamente estabelecidas a determinarem o resultado e a aceitação ou não de um determinado tipo de desigualdade (sexual, racial, etc.) numa dada sociedade. A tolerância face à desigualdade será explicada por um vasto conjunto de razões sociais e materiais.

Será assim difícil o estabelecimento de uma relação sólida de causalidade entre desigualdade e crescimento em qualquer um dos sentidos. Esta afirmação é sustentada pela aplicação prática levada a cabo por BRUNO et al (1996, p. 21), que afirmam não existir qualquer suporte empírico para as relações de causalidade estabelecidas num sentido ou noutro por algumas teorias económicas.

BARRO (1999 p. 32) elabora também um estudo para aferir da relação entre desigualdade na distribuição do rendimento e crescimento económico, concluindo não existir uma relação linear e clara. Tendo por base uma análise empírica o autor sustenta que a desigualdade retarda o crescimento nos países pobres (com rendimento per capita inferior a \$ 2.000), e encoraja o crescimento dos países com rendimento per capita superior a esse montante.

Por outro lado, as políticas de combate à desigualdade não se poderão restringir a políticas de combate à pobreza, sendo necessária a articulação com os restantes indicadores sociais e económicos, promovendo designadamente a “...provisão alargada de serviços de saúde e educação, (...) sendo hoje consensual que a educação básica universal é uma condição necessária para o crescimento equitativo sustentável.” [KANBUR, 1998, p.24)]. Neste contexto, apresenta uma especial relevância a educação das mulheres.

Outros aspectos a considerar no estabelecimento de políticas de combate à desigualdade compatíveis com o crescimento económico são “o acesso ao crédito

e acesso igualitário à terra³³ [DEININGER and SQUIRE, (1996, p. 264)]. A este respeito, LE BILLON (2003, p. 301) refere que o genocídio do Ruanda em 1994 deveu-se a violência doméstica mas agravada por conflitos ligados à terra e desigualdades crescentes.

2.2. Desigualdade, Pobreza e a Ocorrência de Conflitos

A afirmação de que uma distribuição desigual do rendimento ou a existência de níveis elevados de pobreza poderão ter efeitos desestabilizadores em qualquer sociedade, tende a ser geralmente aceite.

Pelo contrário, não é consensual o tipo de efeito que a desigualdade na distribuição do rendimento e a pobreza poderão causar. NAFZIGER (2003, p. 296) refere que os conflitos e emergências humanitárias terão mais probabilidades de ocorrer em países experienciando estagnação e declínio no PIB, afectando o sentimento de privação, ou de pobreza.

Este autor considera que o crescimento negativo ou lento coloca mais pressão nas elites dirigentes, reduzindo o número de aliados e clientes que o podem suportar, minando a legitimidade do regime e aumentando a probabilidade da sua mudança. Para afastar estas ameaças, as elites políticas frequentemente usam a repressão para anular as manifestações de descontentamento. Estas políticas repressivas poderão também causar respostas violentas da parte de grupos rebeldes.

Neste mesmo sentido, ALESINA and PEROTTI (1996) efectuam uma análise para setenta e um países em desenvolvimento entre 1960 e 1985, demonstrando que a desigualdade na distribuição do rendimento ao alimentar o descontentamento social, aumentará a instabilidade socio-política, medida através do número de mortes nos distúrbios internos e golpes de Estado.

NAFZIGER (2003, p. 302) refere ainda que no caso da guerra civil do Biafra na Nigéria entre 1967 e 1970, uma elevada desigualdade na distribuição do rendimento contribuiu para uma elevada privação e pobreza dos Igbo,

³³ A este respeito ver ponto 2.1.1. do presente capítulo.

dominantes na região, mas que se sentiram lesados com uma alteração na afectação das receitas provenientes da tributação do petróleo local pelo governo central. Como reacção aos elevados níveis de privação sofridos, os Igbo acabaram por desencadear a guerra civil do Biafra.

DEININGER (2003, p. 603) vem também apresentar a desigualdade social e os baixos níveis de desenvolvimento humano como factores propensos à formação de guerras civis tendo como base os conflitos ocorridos no Uganda na década de 90.

HUMPHREYS (2002, p. 1) refere também que o crescimento económico e a riqueza estão associados a menores níveis de conflitos e guerras civis, contribuindo as recessões económicas para aumentar os riscos de conflito.

Por outro lado, perante uma estagnação ou declínio, os decisores políticos poderão ser tentados a expandir as oportunidades de *rent-seeking*³⁴ para as elites políticas, contribuindo para mais estagnação económica, e aumentando o potencial de repressão, insurgência e guerras civis.

NAFZIGER (2003, p. 297) afirma que, “dado que a desaceleração ou declínio do PIB podem destruir coligações governamentais ou exacerbar o descontentamento social, não devemos ficar surpreendidos que, desde 1980, os países africanos tenham ficado mais vulneráveis à violência política” A pobreza tenderia a constituir-se assim como um factor fundamental de descontentamento social e violência política. Este autor considera que o aumento dos conflitos políticos internos nas últimas duas décadas do século XX e início do século XXI está ligado ao crescimento económico negativo nas décadas de 1970 e 1980, e estagnação na década de 1990, referindo que foi este o factor a contribuir para a decadência política nas décadas de 1980 e 1990 na Nigéria, Serra Leoa, R.D. Congo e Libéria.

NAFZIGER (2003, p.299) refere “quase todas as emergências em África na década de 1990, foram precedidas de baixo ou negativo crescimento económico”, que indiciam um aumento da incidência de pobreza.

³⁴ Para uma definição de *rent-seeking*, ver capítulo IV.

NAFZIGER and AUVINEN (2002, p. 154) sustentam que a desigualdade conjugada com uma dívida externa significativa, com estagnação no PIB e com descrédito na lei e serviços públicos amplificam as probabilidades de conflitos. Estas situações, colocando parcelas importantes da população em situação de privação, originam descontentamento social, que poderá conduzir a violência colectiva.

NAFZIGER and AUVINEN (2002, p. 155) partindo de um estudo baseado em coeficientes de Gini, concluem que altos índices de Gini contribuem para emergências humanitárias. Os autores referem que uma elevada desigualdade contribui para a privação de grandes franjas da população, mesmo com crescimento.

Para estes autores, esta estagnação e declínio estão normalmente associados com um estado predatório, conduzido por competições regionais e étnicas, em que os conflitos terão uma existência mais ou menos regular, num contexto de uma distribuição do rendimento crescentemente desigual. NAFZIGER and AUVINEN (2002, p. 156) sublinham que esta “crescente desigualdade associada (...) a uma integração económica regional limitada poderá exacerbar a competição regional e os conflitos.

2.3. Tipologia de Conflitos

Ao nível dos conflitos, será conveniente efectuar a distinção entre três tipos de conflitos armados, seguindo a classificação proposta por WALLENSTEEN (1999, p. 5):

- *Conflito armado menor*, onde o número de mortes ocorridas no campo de batalha no decurso do conflitos é inferior a 1000. No ano de 1998 (Ver anexo I) existiam 10 conflitos com estas características por oposição a 13 em 1997;
- *Conflito armado intermédio*, com mais de 1.000 mortes ocorridas no campo de batalha verificadas durante o decurso do conflito, mas inferiores a 1.000 em qualquer ano considerado. No ano de 1998,

(Ver anexo I) existiam 13 conflitos com estas características por oposição a 14 em 1997;

- *Guerra*, com mais de 1.000 mortes em campo de batalha em qualquer ano considerado. No ano de 1998 existiam 13 conflitos com estas características, por oposição a 7 em 1997.

As duas últimas categorias referem-se em conjunto a *grandes conflitos armados*, correspondendo esta classificação a mais de dois terços dos conflitos ocorridos em 1998 (Ver anexo I).

2.4. Causas dos Conflitos: Perspectiva Ortodoxa

Para os autores mais ortodoxos, os conflitos têm claramente uma natureza económica, sendo sempre explicáveis através do estudo das relações entre variáveis económicas. Por exemplo, COLLIER and HOEFFLER (2002, p.1) consideram que são quatro as variáveis mais determinantes da ocorrência de conflitos : rendimento per capita, dotação de recursos naturais, desigualdade e fragmentação etno-linguística.

Tal como refere CRAMER (2001, p. 11), numa primeira fase estes autores (1996) consideravam que a desigualdade não era causadora de conflitos, defendendo que maior desigualdade reduziria significativamente o risco e duração da guerra. A justificação para esta afirmação, residia no facto de que um grande grau de desigualdade reflectiria a existência de uma elite dominante cujo apego ao status quo significaria, que iria permitir que o governo os tributasse temporariamente para obter fundos para qualquer guerra que lhes permitiria manter o status quo. Assim com uma grande desigualdade o governo teria uma muito maior capacidade de financiar um conflito contra rebeldes, reduzindo a sua eficácia. A desigualdade não estaria assim entre as causas explicativas da ocorrência de conflitos.

Neste mesmo sentido, NEARY (1996, p. 2) afirma que os conflitos não resultam de uma situação de pobreza absoluta. O autor nega o argumento de que a motivação para obter redistribuição pela força reduzir-se-á em distribuições de

rendimento mais iguais, argumentando que tal só se verificaria em situações muito próximas da perfeita equidade. A determinante fundamental para a busca de redistribuição pela força estaria assim na capacidade financeira dos diferentes actores para aceder às armas. Deste modo, quanto maior a desigualdade, menor seria a probabilidade de ocorrência de conflitos.

Cramer refere que em 1998, Collier and Hoeffler modificam ligeiramente a sua posição, argumentando que a desigualdade na distribuição do rendimento seria insignificante na ocorrência de conflitos. Mais recentemente, COLLIER and HOFFLER (2002, p. 1) reconhecem que alguns países pobres que experimentam guerras civis são ligeiramente mais iníquos relativamente a outros países em que isso não ocorre, o que, segundo estes autores, é explicado pelo facto do custo de oportunidade de recrutamento de rebeldes ser muito inferior nesses países.

COLLIER and HOFFLER (2002, p.11) discutem as causas dos conflitos e guerras civis (através de um modelo de *greed vs. grievance*³⁵), afirmando que “a desigualdade e a opressão política não aumentam o risco de conflito”, colocando a tónica no acesso a fontes de financiamento pelos potenciais rebeldes³⁶. Deste modo, a causa dos conflitos estaria não numa preferência de uma sociedade pelos conflitos, mas essencialmente na fraca resistência aos mesmos³⁷, e à motivação dos rebeldes pela ganância, reduzindo-se naturalmente o risco de conflito com o fortalecimento relativo das forças governamentais.

As fontes de financiamento poderiam ser determinadas pelo acesso a recursos naturais³⁸, pela existência de diásporas capazes de ceder importantes

³⁵ Poderemos traduzir por ganância vs. agravo. No capítulo IV do presente trabalho é apresentado um exemplo de um *modelo de greed vs. grievance*.

³⁶ GROSSMAN (1999, citado por COLLIER and HOFFLER, 2002), qualifica os rebeldes de “bandidos” e “piratas”.

³⁷ Essa pouca resistência em termos práticos significa que as forças governamentais não conseguem anular as forças rebeldes quando dotadas de fontes de financiamento regulares. Os autores exemplificam com o caso dos diamantes em Angola e na Serra Leoa, e com a cocaína na Colômbia.

³⁸ Os autores concluem que a ocorrência de conflitos está inversamente relacionada com a dependência face a exportações de produtos primários, o que pode ser interpretado como um fortalecimento das finanças públicas nas situações de elevada dependência. Nos países em que deflagraram conflitos, a dependência é em média inferior.

montantes, pelo apoio de governos hostis ao nacional³⁹. e pela existência de uma relação de dominação étnica num contexto nacional.

No entanto, os mesmos autores acabam por concluir que são os países com maior incidência de pobreza a estar mais sujeitos a guerras civis, mas apenas porque, face a custos de oportunidade mais reduzidos, o recrutamento é mais fácil, e não em face dos elevados índices de desigualdade e incidência de pobreza existentes nesses países.

Alternativamente, COLLIER and HOFFLER (2002, p. 11) acabam por considerar relevante um tipo de desigualdade que não a existente na distribuição do rendimento. Os autores, tendo por base cálculos de coeficientes de Gini, consideram relevante a desigualdade e a dispersão populacionais, sobretudo nos casos em que existem regiões montanhosas.

Relativamente ao agravo os autores referem que as sociedades que sofrem conflitos são mais desiguais que as pacíficas. No entanto, Collier and Hoeffler não consideram o agravo como razão explicativa para os conflitos, pelo facto dos modelos de agravo por eles construídos serem estatisticamente pouco significativos⁴⁰. O rendimento seria assim um factor importante na ocorrência de conflitos, mas apenas pela sua influência no custo de oportunidade de se juntar à rebelião em função dos possíveis ganhos futuros.

2.5. Causas dos Conflitos: Perspectiva não ortodoxa

CRAMER (2001, p. 5) afirma que os esforços efectuados com o objectivo de criar regularidades fiáveis ao longo do tempo nos diversos países nunca foram bem sucedidos. Este autor coloca em causa a metodologia utilizada nos diversos modelos econométricos, e sobretudo, a qualidade dos dados apresentados.

Cramer socorre-se dos exemplos do Ruanda e da Indonésia, que apresentam baixos coeficientes de Gini (em 2002, 0,29 e 0,34 respectivamente), sustentando que não pode daí concluir-se tratarem-se de países com baixa

³⁹ É referido o apoio do governo da Rodésia à Renamo em Moçambique.

⁴⁰ Para uma análise dos modelos construídos ver COLLIER and HOFFLER (2002, pp. 19-20).

desigualdade na distribuição do rendimento, “o que seria até absurdo” [CRAMER (2001, p. 5)]. O autor refere que a “Indonésia experimentou provavelmente aumentos no rendimento e riqueza nos últimos anos, um facto directamente observável em Jacarta, com a coexistência de impérios comerciais e pobreza extrema”, qualificando de “ridículo” o valor apresentado para o coeficiente de Gini no Ruanda.

Segundo este autor, os dados não permitem inferências fiáveis, acerca de padrões de regularidade envolvendo a desigualdade na distribuição da riqueza e do rendimento em grandes amostras de comparações internacionais, considerando que qualquer estudo ortodoxo (económico, por exemplo) está muito dependente das hipóteses formuladas, o que lhe retira fiabilidade. CRAMER (2001, p. 11), refere que há um problema com os dados, “há um problema com o modo como a economia ortodoxa concebe a desigualdade, o que só vem confirmar as fraquezas da análise económica ortodoxa a este respeito”.

Cramer sustenta que o facto de a desigualdade provocar em algumas circunstâncias manifestações de violência e conflitos, e noutras situações não ter esse efeito, significa que a desigualdade terá uma tendência para causar conflitos, mas que não poderão ser aceites de forma linear regras ou causas estritas assentes em inferências estatísticas. Tal significará que a desigualdade deverá ser estudada em conjunto com um número alargado de outras variáveis. Deverão ser consideradas as relações sociais existentes no espaço estudado, sendo mais relevantes as condicionantes históricas dessas relações históricas, que um qualquer dado estatístico.

CRAMER (2001, p. 19) sustenta que qualquer foco de investigação sobre desigualdade deverá assentar na economia política da distribuição e desenvolvimento. No fundo, a ideia que Cramer pretende transmitir, é a de que o estudo de uma possível relação de causalidade entre desigualdade e a ocorrência de conflitos deverá abranger várias disciplinas, não se devendo ancorar exclusivamente em dados estatísticos, muito embora sublinhe que a desigualdade é extremamente importante na explicação de conflitos civis, quando articulada com as condicionantes sociais, políticas, culturais e históricas.

2.5.1. Explicações Bioeconómicas para os conflitos

As análises efectuadas nos pontos anteriores fundamentaram-se sobretudo em explicações materiais e tangíveis. No entanto, HIRSHLEIFER (1998) apresenta uma teoria que apresenta como causas dos conflitos, objectivos intangíveis como o prestígio, o domínio e o respeito, ampliados por um instinto de filiação.

Este instinto será definido historicamente a partir da língua, religião, classe social, sendo que nos tempos actuais tende a assentar sobretudo na nacionalidade. HIRSHLEIFER (1998 p. 464) sustenta que muitos conflitos são realizados tendo por base razões não conectadas com benefícios materiais. Este autor sustenta que os custos de fazer guerra têm aumentado e os seus benefícios potenciais diminuídos, com os ganhos da guerra a diminuir consideravelmente face aos ganhos de um comércio pacífico e livre. No entanto, permanecem como escassos objectivos simbólicos como a honra, o prestígio e a glória. As guerras seriam assim mais conduzidas pela busca de um “lugar ao sol” do que por benefícios materiais.

Num outro artigo, o mesmo autor (1995, p. 172) sustenta existirem três determinantes fundamentais dos conflitos: preferências, correspondente a um sentimento de agressividade, no sentido de gosto e de sentimento face a outros englobando a disponibilidade de sacrifício pelos outros em função de semelhança genética e a existência de laços humanos; oportunidades, relacionado com a perspectiva de ganhos à custa de vítimas mais fracas; e percepções relacionado com a existência de erros nas avaliações dos motivos e capacidades dos outros.

A lógica de Hirshleifer é a de que deverão ser incorporados na análise económica dimensões biológicas, antropológicas, sociológicas e de ciência política, captando perspectivas de diversas ciências, que permitam compreender melhor as interacções sociais, que poderão determinar o comportamento individual de cada agente económico.

CAPÍTULO III

O ESTADO E A ECLOSÃO DE CONFLITOS NOS PED'S

Neste capítulo iremos procurar compreender como a incapacidade do Estado em cumprir com algumas das suas funções mais básicas como a distribuição do rendimento, determina, ainda que parcialmente, a ocorrência, diversidade e intensidade de conflitos e suas consequências muitas vezes devastadoras a nível económico e social.

A partir das diferentes abordagens apresentadas, procuraremos concluir do grau responsabilidade do Estado na eclosão de conflitos.

3.1. O sistema de “spoils politics”

De acordo com ALLEN (1999, p. 368), os conflitos ocorridos a partir da década de 1980, têm características muito próprias que os distinguem de outros conflitos. Estão neste caso, nomeadamente, o nível de uma crescente insegurança e criminalidade dirigidas às pessoas, uma destruição de bens alimentares e outros recursos com o objectivo da privação do seu uso por grupos específicos, um aumento da intensidade e durabilidade dos conflitos, muitas vezes generalizados dentro de um único país (casos do Ruanda e da Nigéria, por exemplo), e com um elevado número de vítimas civis. Para Allen, todas estas manifestações de violência e guerra estão associadas de alguma forma ao colapso do Estado.

Para este autor, podemos falar de uma nova forma de violência em que os conflitos passaram a ser uma espécie de norma, mais um fim que um meio. Allen identifica cinco características próprias: os alvos da violência são cada vez mais grupos de civis em detrimento dos grupos armados; proliferação de rituais de extrema brutalidade; envolvimento do Estado em grupos armados ou milícias;

direccionamento dos conflitos em função de controlo de recursos naturais; obediência a um “senhor”⁴¹.

Allen efectua uma distinção entre cinco corpos teóricos de explicação para os padrões acima referidos:

- a) uma teoria que defende a existência de uma nova forma de barbárie mais ou menos determinística e irracional. Um dos defensores desta perspectiva autores é Robert Kaplan, que prevê uma anarquia criminosa a nível mundial no século XXI causada pelo crime, escassez de recursos e doenças. KAPLAN (1994, pp. 1 –5) apresenta um conjunto de descrições casuísticas de ocorrências individuais, envolvendo estudantes e cidadão americanos, na África Ocidental que segundo ele, atestam a generalização da barbárie nessa região africana. Segundo este autor, a tirania e o crime caracterizam essa região do globo, pelo que é escolhida pelo autor para descrever o carácter político a imperar mundialmente no século XXI. KAPLAN (1994, p. 25) prevê que os Estados-Nação serão substituídos por um padrão de cidades-Estado e regionalismos nebulosos, anárquicos e caóticos.
- b) teorias da “economia de guerra” que explicam os conflitos não pela propagação de rituais étnicos tradicionais, mas pelo deteriorar das condições económicas a partir da década de 1980. Um dos principais defensores desta abordagem é Keen. Este autor valoriza a importância de interesses económicos associados aos conflitos sublinhando “o interesse em deixar os conflitos prosseguirem (...) ajudando oficiais do exército a manter postos lucrativos em regiões ricas em recursos, assistindo líderes militares e políticos autocráticos a afastar a ameaça da democracia, e adiando o dia em que os violadores dos

⁴¹ Tradução do inglês “warlord”.

direitos humanos respondem pelos seus actos”. [KEEN (2002, p. 2)];

- c) abordagens ancoradas na natureza dos sistemas políticos africanos, associando a violência a uma dura competição pela detenção de recursos naturais e à luta pela permanência no poder⁴²;
- d) abordagens pela globalização, que vêem os conflitos como o resultado do impacto destrutivo da globalização nas organizações políticas e economias domésticas. Um dos principais autores inseridos nesta corrente é KALDOR (2001, p. 48) que sustenta que “a origem de muitos dos conflitos actuais é a profunda erosão da legitimidade da autoridade política e cultura política repressiva, que é em parte herança de autoritarismo e falha de anteriores projectos de emancipação, estando ligada ao impacto da globalização”. A autora considera que a combinação entre privatização e globalização vem contribuir para a perda de legitimidade política, pois contribuem para a redução das despesas públicas, e que associadas a um clientelismo e corrupção normalmente associadas à privatização e globalização, conduzem a uma fragilização da autoridade política.
- e) Abordagens pelos factores sociais, culturais e individuais. Um dos autores aqui referenciados por Allen é Ferme com formação em antropologia. São valorizadas a história e os rituais locais na explicação dos conflitos, sendo referidos os rituais simbólicos e o exercício de violência como forma de demonstração de um status.
- f) Para além das cinco categorias referidas por Allen, poderemos considerar uma corrente explicativa com base nos recursos

⁴² Chris Allen auto-insere-se nesta corrente teórica.

naturais. Nesta corrente poderemos incluir Collier and Herbst (ver ponto 3.4).

O autor defende que todas estas abordagens, à excepção da primeira, “ajudam a entender os conflitos nas suas diversas vertentes, temporais, de resposta a estímulos económicos e externos, psicológicas e sociológicas, mas falham no entendimento de uma dimensão política que lhes estará subjacente” [ALLEN, (1999, p. 374)].

Para Chris Allen, é fundamental entender a existência de um sistema de “spoils politics”⁴³ prolongado no tempo, a determinar a existência de conflitos, ou seja, o aproveitamento do sistema político para a criação de uma organização em que o objectivo fundamental é o da apropriação de recursos e sua redistribuição entre os membros. Este sistema ocorre tanto em regimes militares como civis, e é inerentemente instável. Caracteriza-se por uma corrupção massiva e de tal modo concentrada que um pequeno grupo consegue usufruir da quase totalidade dos benefícios e pela incapacidade do Estado em fornecer uma gama larga de funções e serviços (a nível redistributivo, bem como ao nível da saúde, educação, estradas, segurança, justiça), incapaz no fundo de operar, através de um conjunto de políticas sociais, a nível redistributivo para a generalidade dos cidadãos, o que poderá originar a reacção destes através da não obediência à autoridade central.

No fundo, a ideia fundamental de Allen, é a de que os efeitos externos ao nível político e económico decorrentes da globalização contribuem para a violência endémica, mas são os efeitos da “spoils politics” que estão na origem da generalização da violência política e social. Deste modo, qualquer estratégia de resolução dos conflitos requeriria obrigatoriamente a adopção de um sistema político que não permitisse a existência de “spoils politics”, e que possibilitasse reformas democráticas e um menor apego ao poder.

KALDOR and LUCKHAM (2001, p. 51) referem que “uma posição no governo torna-se numa forma de patronato, em vez de uma forma de prosseguir políticas particulares”. O Estado deixa de desempenhar assim a sua função de

⁴³ Na falta de melhor tradução, foi mantida a expressão na língua original.

governar a sociedade, tornando-se numa organização quase exclusivamente à procura de obter benefícios e vantagens, à custa dos cidadãos.

RENO (2002, p. 837-858) fala de “interesses organizados e redes políticas” que conduzem à emergência de uma nova classe social associada a Estados em colapso. Essa nova classe com poderes dirigentes provoca, segundo o autor, o próprio colapso do Estado, manipulando as oportunidades de negócio para os seus apoiantes. Os dirigentes gerindo redes, destroem os próprios Estados, ou, pelo menos, as suas instituições formais, substituindo-as por “redes políticas de fins predatórios”, caracterizadas sempre pela exclusão de largos sectores da população e pelo aumento da incidência da pobreza.

Este sistema poderá ainda ocasionar o conflito entre etnias muitas vezes promovido pelo próprio Estado, o monopólio do poder com elevada resistência à sua transferência e uma fragilidade das forças de segurança. De acordo ainda com o autor, a permanência no tempo destes sistemas acaba por conduzir ao colapso do Estado através de duas formas: pela sua implosão ou pela sua explosão. No primeiro caso, a corrupção e o incumprimento pelo Estado das suas funções, levam a uma erosão e ao desmantelamento da autoridade do Estado. No segundo caso, existe o conflito do Estado com partes da sua população, com o regime original a ser substituído por diversas facções lideradas por diferentes “senhores”.

Em qualquer dos casos, o colapso do Estado tem efeitos a nível político, económico e social. Ao nível político, o desaparecimento das principais funções exercidas pelo Estado, em que algumas das responsabilidades mais básicas são asseguradas pelo sector privado, conducente a uma fragmentação ou mesmo desaparecimento da autoridade central. Ao nível económico, uma diminuição da actividade económica pública, com efeitos directos sobre o comércio e agricultura, e sobre o desenvolvimento de uma economia paralela. Ao nível social, os efeitos fazem-se sentir no colapso de instituições sociais com a degradação das relações sociais, e pauperização dos cidadãos. O autor aponta como exemplos concretos os casos da Serra Leoa e República Democrática do Congo.

MUSAH (2002, p. 929) associa o colapso do Estado em países em desenvolvimento a um processo de privatização da segurança a qual, através de uma intervenção militar privada e externa, coloca entraves sérios ao processo de governação em Estados frágeis. Segundo o autor, este processo caracteriza-se sempre por uma “governação irresponsável, apropriação ilegítima de recursos, ganância de empresas internacionais e proliferação de armas”.

3.2. Redistribuição, credibilidade e conflitos

Tal como Allen, AZAM (2001, p. 1; 1995, p. 507) considera que os conflitos devem ser considerados como o resultado da falha do Estado em desempenhar algumas das suas principais funções sobretudo a redistributiva do rendimento, em detrimento das explicações tradicionais ancoradas, por exemplo, na multiplicidade étnica. Para o autor, não é a divisão étnica a responsável pelos conflitos, mas a incapacidade do Estado em compreender e governar essa realidade multiétnica a nível redistributivo, assegurando a sua representação.

AZAM et al (1996, p. 819) consideram que a violência sob a forma de conflitos, é, num contexto de forte repressão, “a única possibilidade de acção das populações”. No entanto, a erupção dessa violência estará sempre dependente da adopção de políticas económicas, nomeadamente redistributivas.

Neste sentido, AZAM (2001, p. 3-7) formaliza um modelo de conflito entre governo e rebeldes, em que a probabilidade de detenção do poder depende dos recursos investidos por cada parte. A redistribuição de recursos pelo Estado constitui-se como a questão fundamental do modelo. São consideradas as variáveis R (quantidade de recursos gastos pelos rebeldes na sua luta contra o Estado), D (gastos do Estado no combate à rebelião), T (total de gastos do Estado), G (gastos de redistribuição que beneficiam o inimigo), sendo que T-G representará os gastos do governo internamente, incluindo os seus membros. Através de programas de optimização, o autor formaliza o comportamento dos rebeldes e do Estado. A função de rebelião apresenta-se como crescente com o aumento dos recursos estatais que a combatem (D) e com o aumento do bolo T e

decrecente com G. Esta função de comportamento poderá ser tida em conta pelo governo na sua acção, sendo matematicamente possível um nível G que reduza a rebelião a zero. O governo procurará maximizar o lucro, isto é a permanência no poder, sendo que esse lucro será naturalmente decrescente com G.

Através do seu modelo, Azam demonstra que a acção e o sucesso das políticas governamentais estarão muito condicionadas pela credibilidade do governo em fazer cumprir um mix de despesa anunciado (D,G). Um governo fraco sem credibilidade terá dificuldades em usar eficazmente o instrumento G (redistribuição), vendo-se “prisioneiro” da utilização de D (combate à repressão pela força) face a um dado nível de R (repressão). Por outro lado, se o governo for credível, actuará como líder Stackelberg⁴⁴, incorporando nas suas escolhas o comportamento do oponente, usando G para se manter no poder, podendo alcançar um equilíbrio com $G>0$ e $D=0$.

Para que um governo seja credível, AZAM (2001, p. 7) realça a importância da existência de instituições que forcem os governantes a manter a palavra, podendo a democracia ser um meio eficaz para o atingir. No entanto, essa democracia deverá passar por uma federação de grupos étnicos em que cada grupo teria um delegado. As eleições multi-partidárias não são assim um meio adequado de representatividade pois ocasionariam a exclusão de grupos étnicos, que com grande probabilidade originaria movimentos de rebelião, provavelmente através de uma motivação de agravo.

Deste modo, teríamos uma burocracia de Estado e uma elite política composta por diferentes grupos do país. Neste contexto, AZAM (2001, p. 9) apresenta como alternativas dois tipos diversos de políticas redistributivas: uma provisão de bens públicos de cariz redistributivo e uma política de redistribuição privada por via étnica através de salários elevados dos agentes públicos. O autor serve-se do exemplo da zona CFA para concluir da maior eficácia da segunda alternativa na promoção da paz. No entanto, esta política teria de ser balanceada

⁴⁴ Um modelo Stackelberg é um modelo oligopolístico em que um dos agentes (líder) efectua uma escolha antes do seu oponente (seguidor). A acção do seguidor depende de como o líder espera que o oponente irá reagir à sua escolha, pelo que dizemos que o líder Stackelberg incorpora na sua escolha o comportamento esperado do oponente. Para uma explicação analítica do modelo Stackelberg, ver VARIAN (1996, pp. 459-465).

por forma a evitar uma sub-provisão de bens públicos com consequências no crescimento de longo prazo.

Para Azam, a chave da origem dos conflitos, encontra-se assim na incapacidade do Estado em proceder a uma redistribuição adequada dos recursos, que rompe os laços de solidariedade inter-étnica pela exclusão de alguns grupos étnicos.

Na mesma linha de Azam, BARDHAN (1999, p. 150) considera a falta de credibilidade, muitas vezes associada à corrupção e à falta de coordenação pelo Estado, como a causa dos conflitos na A.S.S. Tal como Azam, BARDHAN (1999, p. 161) sublinha a importância da representatividade das várias etnias, mesmo que derrotadas em eleições multi-partidárias, numa coligação governamental, o que é um sinal de tranquilização para todas as etnias perante uma expectativa de que pudessem ser objecto de discriminação e de exclusão permanente. É realçada a importância da gestão dos variados grupos de interesses, tendo particular importância as transferências públicas e benefícios sociais, e a distribuição equitativa de empregos em função da importância de cada etnia. O autor cita a conclusão de Azam, segundo a qual muitos conflitos têm origem num deficiente equilíbrio entre gastos redistributivos e repressão sobre rebeliões.

O autor enfatiza ainda a necessidade de mecanismos de controlo e coordenação, fundamentalmente perante situações de grande descentralização, terreno favorável a uma maior corrupção. É apontado o exemplo do Leste Asiático, fundamentalmente pela correcta aplicação de mecanismos de crédito, promovendo áreas vitais da economia como o investimento industrial, promoção de banco de desenvolvimento público e estímulo no nascimento de mercados financeiros.

No fundo, Bardhan partilha da tese de Azam de que a origem dos conflitos se situa numa falta de credibilidade dos governos, mas salientando a influência na sua actuação de grupos opostos à privatização, da corrupção e da ausência de estruturas de mediação e compensação inter-étnica. Segundo o autor, a democracia não se apresentaria como um bom instrumento para o aumento da

credibilidade do Estado, até pela componente de autoritarismo que exerceria sobre alguns grupos étnicos afastados do exercício do poder.

3.3. A importância da democracia na prevenção de conflitos

ELBADAWI and SAMBANIS (2001, p. 245) à semelhança dos autores anteriores, argumentam que as raízes dos conflitos violentos se situam na esfera económica, e sobretudo institucional, e não, como muitas vezes é referido, na diversidade étnica e religiosa.

Através de um estudo empírico em 161 países entre 1960 e 1999, os autores demonstram que a alta incidência de guerras civis na África Sub-Saariana não está relacionada com a grande fragmentação existente a nível étnico e linguístico, mas fundamenta-se em elevados níveis de pobreza e alta dependência nas exportações de bens primários para além da falência das suas instituições políticas, o que aliás está em consonância com o que já vimos anteriormente. No entanto, e ao contrário do que sustenta Bardhan, estes autores são da opinião de que a forma mais eficaz de reduzir a incidência de conflitos na África Sub-Saariana, é através da instituição de reformas democráticas. Os autores sustentam que as guerras civis em sociedades socialmente diversificadas, representam uma falha da cooperação inter-grupo e argumentam que a melhor forma de prevenir conflitos seria através do estabelecimento de “instituições democráticas de regulação política e económica” [ELBADAWI and SAMBANIS (2001, p. 246)].

Por outro lado, os autores defendem que “...a diversidade social poderá reduzir o risco de conflitos em grande escala, pela maior facilidade existente na divisão dos grupos rebeldes...” [ELBADAWI and SAMBANIS (2001, p. 247)], sendo que os riscos que poderão advir de uma divisão étnica poderão ser sempre compensados por uma acção forte do Estado, sobretudo através de políticas redistributivas abrangendo as várias etnias.

Os autores mostram que para um qualquer país dos 161 considerados, o risco de uma guerra civil num qualquer período de cinco anos é bastante alto, rondando os 25%.

Elbadawi and Sambanis defendem que uma estratégia para prevenir conflitos deverá basear-se na promoção da democracia e da liberdade política, demonstrando através do seu modelo que para atingir esse objectivo, fundamentalmente através da via económica, seriam necessários elevados padrões de vida e de diversificação económica. Por outro lado, qualquer melhoria a nível económico teria como pré-requisito uma melhoria do ambiente político. Um ambiente de liberdade política e democracia, a verificar-se, poderia originar um “círculo virtuoso causador de maiores oportunidades para um melhor ambiente e crescimento económico” [ELBADAWI e SAMBANIS (2001, p. 261)].

AZAM et al (1996, p. 820) partilham desta visão considerando que “a democracia reduz as probabilidades de erupção de violência política”, apresentando assim também efeitos benéficos ao nível da “eficácia económica”.

Elbadawi and Sambanis utilizam ainda o seu modelo para testar a incidência de guerras civis em função de diferentes níveis de fraccionamento social, direitos políticos, padrões de vida e diversificação económica.

Perante uma situação de expansão dos direitos políticos, ou seja, de democracias fortes, a probabilidade de ocorrência de uma guerra civil é menor. Este facto sugere que a liberdade política poderá ser a melhor forma de neutralizar o risco de violência política resultante do conflito étnico. Pelo contrário, perante níveis baixos de democracia e regimes autoritários, o risco de guerra civil é elevado, sendo exponencialmente superior em sociedades polarizadas etnicamente. Dado o fraccionamento étnico na África Sub-Saariana, a liberdade política e um sistema democrático parecem ser, segundo os autores, mais adequados.

Os autores demonstram ainda que o aumento do desenvolvimento económico e da diversificação económica, e a diminuição dos níveis de pobreza, reduzem também o risco de guerra civil.

KALDOR and LUCKHAM (2001, p. 49) consideram igualmente que a democracia constituirá um meio eficaz de combate aos conflitos e necessário ao estabelecimento de uma estabilidade política. No entanto, os autores chamam a

atenção para o facto dos processos de transição de regimes autoritários para regimes democráticos, serem altamente instáveis e frágeis, ocorrendo nesta fase o desenvolvimento de diversos conflitos, que nos casos mais extremos poderão provocar o colapso do próprio Estado.

Essa instabilidade verifica-se porque “muitos dos pré-requisitos essenciais dos procedimentos democráticos – regra de lei, separação de poderes, liberdade de associação e expressão- não se encontram reunidos” [KALDOR and LUCKHAM (2001, p. 52)]. Por outro lado, quando esses requisitos se verificam minimamente, décadas de autoritarismo prejudicam a sua aplicação prática, conduzindo em muitos casos à sistemática eleição de líderes autoritários.

Um outro autor, MOHAMMED (1999, p. 111), começa por referir que os conflitos armados na A.S.S. devem-se a uma complexa interligação entre factores económicos, ambientais, sociais, políticos, culturais e religiosos.

Segundo ele, é necessário atribuir uma atenção especial aos factores ambientais. Problemas como o efeito estufa, a destruição da camada de ozono, a desflorestação, as chuvas ácidas, a degradação da terra, o esgotamento de reservas de água e de recursos de pesca serão causadores de quatro tipos de efeitos sociais e económicos: quebra do produto interno, alteração da produção agrícola, desenraizamento da população e alteração dos padrões de comportamento social. Na prática, resultariam daqui três tipos de conflito: frustração por privações sentidas (pobreza), por discriminação em relação ao seu grupo e conflitos estruturais em função de restrições externas sociais e materiais.

Para além da importância concedida às condicionantes económicas Mohammed releva os factores políticos enquanto causas dos conflitos armados, nomeadamente, pela pouca partilha de poder, pela centralização, pelo falhanço na criação de uma constituição e pela falta de respeito pelos direitos humanos e regras democráticas.

Como meio de prevenção dos conflitos, o autor considera que é requerida uma acção decidida do Estado na abertura da governação à participação popular, no assegurar de transparência nos processos de decisão política, na limitação da riqueza dos dirigentes políticos eleitos, e assegurar, tal como Azam propõe a

representação proporcional de todos os grupos religiosos e étnicos, assegurando uma redistribuição de recursos mais igual, no fundo, na concretização de um ambiente democrático e de liberdade política.

3.4. Instituições e governação

Para que o papel do Estado seja adequadamente desempenhado através de uma boa governação, é necessária uma conjugação de factores internos e externos à orgânica do próprio Estado.

Um dos factores mais importantes será o do ambiente institucional existente no contexto de actuação do Estado.

BARDHAN (1999, p.149) critica de forma directa o modo como estão a ser feitas as privatizações no contexto das economias dos países em desenvolvimento, a pretexto de ganhos de eficiência na sua gestão.

Este autor sublinha que na generalidade dos países em desenvolvimento, o mercado financeiro é tão exíguo que as empresas privadas locais acabam por estar dependentes da concessão de crédito por bancos de investimento estatais ou controlados pelo Estado, havendo sempre margem suficiente para uma interferência política na gestão dessas empresas.

Por outro lado, Bardhan refere que a privatização é mais frequente em países com governos fracos e mais sujeitos à influência de *lobbies*. Neste sentido, o Estado deverá ser suficientemente forte para resistir a pressões de intervenção no mercado vindas de grupos de interesse específicos, resistindo a interesses privados, mas sem interferir excessivamente no funcionamento do mercado. Este padrão de actuação corresponde à noção de “governo forte mas limitado” introduzida pela chamada Nova Economia Institucional⁴⁵ (N.E.I.). Um governo com estas características distingue-se pela qualidade sua intervenção, e pela credibilidade com que actua.

⁴⁵ A Nova Economia Institucional emerge associada a uma crítica à economia neoclássica e à natureza de alguns dos seus conceitos fundamentais. A Nova Economia Institucional procura introduzir a dinâmica das instituições na análise económica, defendendo que as instituições ao regularem as relações contratuais e os direitos de propriedade, acabam por ser decisivas no modo de evolução de uma sociedade. A este respeito ver por exemplo (CLAGUE, 1997).

HAQUE and AZIZ (1999, p. 68) consideram fundamental na qualidade de governação o desenvolvimento do capital humano do sector público, defendendo uma reforma do sector público que implemente incentivos ao uso adequado do capital humano, como meio propiciador de crescimento económico nos países em desenvolvimento.

Neste âmbito, será útil considerar a capacidade que os países em desenvolvimento possam ter em manter pessoas qualificadas em instituições chave, considerando a necessidade de qualidade da formação do capital humano e a capacidade para retê-lo nos países em desenvolvimento. Há que notar que a aptidão do capital humano empregado em instituições públicas será determinante da produtividade do sector público, mas será também um “importante determinante da contribuição do governo para a produtividade do sector privado” [HAQUE and AZIZ (1999, 72)], devendo contribuir na obtenção desses recursos com o sector privado, através de uma competitiva estrutura de remunerações, contribuindo para uma melhor resposta a fenómenos como a corrupção e procura de renda.

3.5. Os recursos naturais, conflitos e a acção do Estado

As receitas da exploração legal e ilegal de recursos naturais financiaram conflitos devastadores em diversas regiões, anulando esforços de desenvolvimento e causando custos e consequências importantes a nível económico, social, político e regional. BANNON and COLLIER (2003, p. 7) afirmam que os conflitos de hoje têm uma duração aproximadamente dupla dos conflitos iniciados antes de 1980. Uma possível explicação, é o facto de existirem hoje meios de financiamento que permitem sustentar um conflito durante mais tempo.

HERBST (2001) centra a sua análise nos incentivos económicos que os recursos naturais poderão apresentar no incitamento de conflitos e na perpetuação de guerras. Nesta lógica seria crescente esse incitamento com a quantidade de recursos passíveis de apropriação.

Para o autor, em qualquer conflito existe sempre um aspecto económico como determinante: “mesmo em conflitos ou revoluções de base ideológica existe sempre uma lógica económica que lhes está subjacente” [HERBST (2001, p. 277)].

No entanto, o próprio HERBST (2001, p. 282) reconhece a falibilidade desta afirmação ao reconhecer que motivações políticas ou ideológicas poderão ser decisivas num processo revolucionário (por exemplo não faria sentido considerar as motivações de Nelson Mandela como fundamentalmente económicas e isoladas de um contexto de falta de liberdade política) Deste modo, não se deve olhar apenas para a vertente económica, devendo considerar-se que factores como a ideologia e a coerção desempenham um papel importante no eclodir de conflitos.

LE BILLON (2003, p. 297), por seu turno, sustenta que um grande número de conflitos armados no terceiro mundo são financiados por matérias-primas⁴⁶, num contexto em que os interesses de grupos armados e os interesses comerciais estrangeiros, associados a um Estado enfraquecido, se apresentam como actores principais de toda a instabilidade verificada.

Segundo Herbst e Le Billon, esta perspectiva tornou-se mais visível a partir do final da guerra fria, com a vertente económica a tornar-se mais relevante e a ganhar um maior peso entre os grupos rebeldes [HERBST (2001, p. 271)]. É referido o facto de alguns líderes evidenciarem um comportamento determinado pela apropriação de recursos deixando de se empenhar na conquista do poder político. Nesta perspectiva, os conflitos e as guerras civis seriam quase exclusivamente determinados pela presença de recursos naturais.

RENO (2003, p. 44) considera ser este o caso da Serra Leoa, em que os recursos naturais determinaram o comportamento predatório de grupos guerreiros, relativamente ao comércio de diamantes. Segundo este autor, o comércio de diamantes terá gerado um rendimento anual médio entre 150 a 250 milhões de dólares num país com um PIB de apenas 636 milhões de dólares.

⁴⁶ LE BILLON (2003, p.297) refere a título exemplificativo que os conflitos da Nigéria, Angola ou Filipinas têm todos dimensões associadas à luta pela detenção de recursos naturais.

Reno refere que o controlo do mercado dos diamantes foi essencial na manutenção de alguns presidentes da Serra Leoa no poder, “presidindo ao colapso do seu próprio estado anos antes dos conflitos deflagrarem, usando o controlo coercivo dos mercados para manter o poder e impôr uma ordem precária” [RENO (2003, p. 46)]. Tal como as organizações predatórias surgidas na década de 1990, as suas estratégias estavam centradas na exploração dos diamantes. Reno sublinha que, apesar de mais violentas, as organizações rebeldes reflectiram as estratégias e tácticas presidenciais, no decurso da guerra civil.

Porém, Reno alerta para o facto de a detenção de recursos naturais, por si só não determinar os comportamentos predatórios verificados na Serra Leoa, sublinhando a influência decisiva da natureza da lei e do estado anterior à eclosão dos conflitos, e não à mera existência de recursos naturais, tendo presente que o adequado controlo dos recursos é essencial à imposição de uma ordem política legítima.

LE BILLON (2003, p. 298) sustenta que a economia política dos recursos naturais joga aqui um papel muito importante na formação e condução de conflitos armados.

A relevância dos recursos apresentar-se-á sobretudo em função da proximidade geográfica e política do poder central, de populações marginalizadas ou de fronteiras disputadas ou muito permeáveis. O autor [LE BILLON (2003, p. 303)] sustenta que a violência associada aos recursos naturais é específica dos locais onde ocorre, estando na maioria dos casos directamente conectada a relações em torno do poder político.

BANNON and COLLIER (2003, p. 4) consideram que no período após a guerra fria, em que a generalidade das organizações rebeldes perdeu a protecção financeira das super potências de então, cada organização rebelde teve de encontrar uma actividade de negócio a desempenhar paralelamente com as operações militares.

Dado que a vantagem competitiva das organizações rebeldes é, sobretudo, a da violência organizada, as actividades de negócio dessas organizações

traduziram-se sobretudo na exploração de várias formas de extorsão e, por vezes, na exploração directa e comércio de bens primários.

COLLIER and HOFFLER (2002, p. 1) sublinham igualmente que os países com recursos naturais abundantes apresentam um maior risco de ocorrência de conflitos, sobretudo, por se traduzirem, em muitos casos, na principal fonte de financiamento das forças rebeldes. Porém, estes autores afirmam que a abundância de recursos naturais poderá servir também para financiar o governo através da tributação dos bens primários a taxas muito elevadas.

COLLIER and HOFFLER (2002, p. 6) referem que as organizações rebeldes obtêm maioritariamente o seu financiamento “através da extorsão de exportações de bens primários” que se constitui como a melhor oportunidade de obter viabilidade financeira, exemplificando com os diamantes na Serra Leoa e Angola, madeira no Camboja e drogas ilegais na Colômbia, como criadores de recursos financiadores de uma guerra.

COLLIER (2003, p. 76) considera que essa extorsão assume em muitos casos a forma de “taxas informais na produção”, referindo que esta forma de actuação é sobretudo visível no caso das drogas ilegais, que no contexto actual, apenas podem ser cultivadas em territórios controlados fora do controlo de um governo. No caso das indústrias extractivas, dado exigirem, em muitos casos, a utilização de tecnologia sofisticada, encontra-se muitas vezes sob o controlo de empresas multinacionais, que ficam também sujeitas à extorsão. As organizações rebeldes poderão “ameaçar infra-estruturas dispendiosas como os *pipelines* de petróleo e gás natural” [BANNON and COLLIER, (2003, p. 4)].

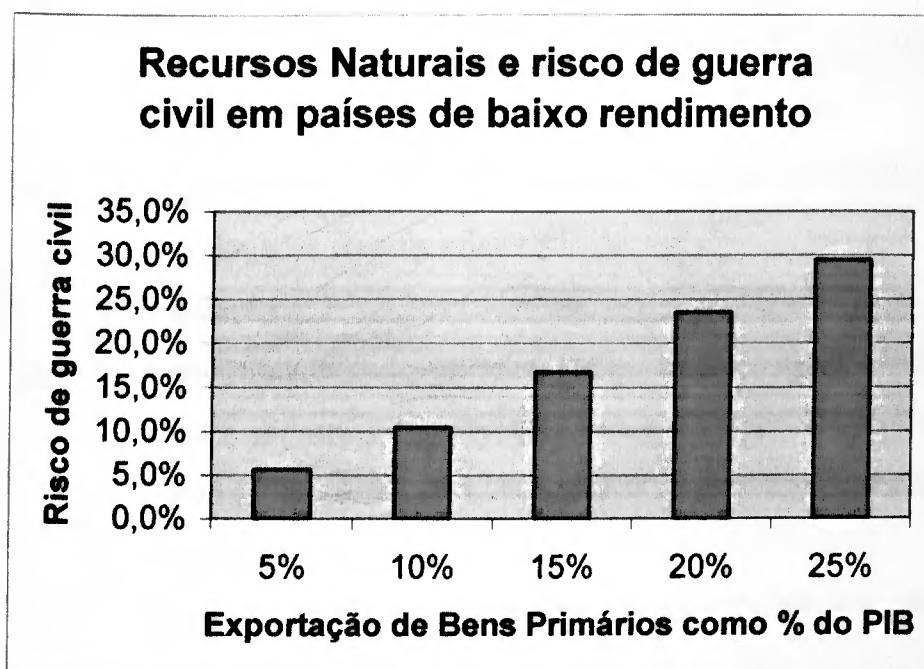
Em alguns casos, chega mesmo a verificar-se a venda antecipada de “direitos de exploração” em áreas ainda não controladas, na perspectiva de obter antecipadamente receitas que permitam o financiamento de ataques futuros⁴⁷.

⁴⁷ O autor refere o exemplo de Kabila, que teria recebido milhões de dólares de interesses comerciais do Zimbabué em troca do estabelecimento de contratos de exploração antes de efectuar o ataque final a Kinshasa.

Neste contexto, países sem exportações de bens primários não criam oportunidades para que a extorsão ocorra, apresentando um baixo risco de guerra civil, ao contrário dos países com abundância de recursos naturais,

A Figura 5 associa os recursos naturais ao risco de ocorrência de guerra civil em países de baixo rendimento, evidenciando uma forte complementaridade entre as duas variáveis consideradas.

Figura 5 - Recursos Naturais e Risco de Guerra Civil



Fonte: COLLIER (2003, p.76).

Neste contexto, deve ser sublinhada a importância do papel do Estado, e do modo como a governação é exercida, na análise das consequências de existência de recursos naturais. No início da década de 1970, tanto o Botswana como a Serra Leoa eram países de baixo rendimento, com extensos recursos diamantíferos. “Passados trinta anos verificamos que os diamantes foram centrais no colapso económico e social da Serra Leoa, (...) e essenciais no crescimento económico do Botswana” [BANNON and COLLIER (2003, p. 11)]. A diferença estará na adopção de políticas que lidem de forma adequada com os recursos naturais, sendo essencial para um qualquer governo, a correcta

contabilização das receitas recebidas com os recursos naturais, e a transparência na sua aplicação.

BANNON and COLLIER (2003, p. 12) propõem cinco medidas para a obtenção de um consenso internacional em torno da governação correcta das receitas de recursos naturais:

- a) o governo local deverá requerer às companhias internacionais nas indústrias extractivas que reportem os pagamentos efectuados, publicamente ou a instituições credíveis como forma de permitir uma comparabilidade internacional;
- b) o governo deverá requerer às companhias de extracção locais, públicas ou privadas, um relatório do mesmo teor;
- c) o governo deverá reportar as suas receitas de todas as fontes relacionadas com os recursos naturais, e assegurar a sua correcta aplicação;
- d) Uma entidade independente a nível internacional deverá recolher toda a informação reportada, reconciliar pagamentos e receitas obtendo as receitas governamentais líquidas, publicando os resultados numa base anual;
- e) O governo local deverá designar ou criar instituições domésticas credíveis para onde toda a informação referida na alínea anterior possa ser reportada.

BANNON and COLLIER (2003, p. 6) referem que o factor étnico também poderá estar interligado com os recursos naturais, dado que, em diversas situações, existe uma proximidade geográfica maior de uma determinada etnia, que poderá encontrar nos recursos naturais uma oportunidade, para se diferenciar de restantes etnias.

Herbst considera que a acção do Estado poderia ser eficaz na resolução de conflitos através do exercício da coerção, pelo combate militar aos grupos de rebeldes que ilegalmente controlassem recursos naturais. No entanto, tal acção envolveria necessariamente um acréscimo de luta e violência, pelo que a

imposição do fim da exportação ilegal de recursos naturais, por via política, promovendo a diversificação da actividade económica, seria sempre uma alternativa preferível. No entanto, o próprio Herbst mostra-se pouco crente na eficácia de uma solução deste género.

Outro aspecto tem a ver com a repartição dos benefícios associados ao acesso às matérias-primas. LE BILLON (2003, p. 307) afirma que a existência de recursos de acessibilidade mais limitada, e consequentemente restritos por norma ao controlo do aparelho estatal, apresentam-se como causa muito provável de movimentos de rebelião.

No fundo, Le Billon procura referir que na falta de uma economia desenvolvida e de instituições e Estado fortes, a abundância de recursos naturais é paradoxalmente susceptível de ter consequências nefastas sobre a economia, governação e relação entre dirigentes e populações.

Neste capítulo analisámos o papel do Estado na ecloração de conflitos nos países em desenvolvimento. A conclusão fundamental a reter será a de que a falha do Estado a desempenhar muitas das suas funções associada à existência de um sistema de “spoils politics”, acabam por gerar, entre outros efeitos, situações de exclusão de grupos populacionais pela inexistência de políticas redistributivas adequadas. Tal falhanço acaba por gerar situações de inequidade entre grupos populacionais que, associados a uma pauperização crescente da sociedade como um todo, poderão determinar um aumento da instabilidade social que poderão resultar em rebeliões conflituosas face à autoridade central.

CAPÍTULO IV

MODELIZAÇÃO ECONÓMICA DE CONFLITOS

Neste capítulo iremos expôr algumas propostas que têm sido apresentadas por diversos autores conceituados no que se refere à modelização económica de conflitos. Iniciaremos o nosso capítulo com a descrição dos modelos de *rent-seeking*⁴⁸, passando depois para a apresentação dos modelos económicos de conflitos, sublinhando a complementaridade entre as duas modelizações de rivalidade.

Este capítulo destinar-se-á, portanto, a procurar evidenciar de forma sintética uma perspectiva mais formalizada dos factores económicos que concorrem para a ocorrência de conflitos e da relevância das políticas de carácter redistributivo.

Começaremos por introduzir alguns conceitos relacionados com a modelização económica para, depois, nos debruçarmos de forma mais objectiva nos modelos de *rent-seeking* e de conflitos.

4.1. A Utilização de Modelos

VARIAN (1996, p.1-2) refere que a “Economia actua desenvolvendo modelos de fenómenos sociais”, sendo a modelização uma tentativa de simplificar o mundo real.

O modelo económico é, assim, uma representação simplificada de uma situação real, incluindo os aspectos mais importantes dessa situação. Dada toda a complexidade existente na realidade, e a impossibilidade de a captar na sua multiplicidade, a modelização implica uma abstracção parcial dessa mesma realidade, através do estabelecimento de hipóteses simplificadoras.

⁴⁸ Em português, *actividade de procura de renda*.

Os modelos procuram, a partir de uma abstracção da realidade, apreender os fundamentos da realidade económica, constituindo ponto de partida para o estudo da complexidade do mundo real económico⁴⁹.

Para elucidar da necessidade de modelização, entendida como a necessidade de simplificar a análise da realidade, VARIAN (1996, p. 2) faz uma analogia, contrapondo com uma tentativa demasiado ambiciosa para descrever cada aspecto da realidade, exemplificando com a pouca utilidade de um mapa se elaborado numa escala de um para um. Os modelos são, assim, o reflexo de uma tentativa de eliminação de detalhes irrelevantes de modo a permitir ao economista focalizar-se nas características mais relevantes da realidade que procura compreender.

Em cada situação específica dever-se-á tomar como ponto de partida um modelo que descreva, de uma forma o mais simples possível, uma determinada situação. Só a partir daí deverão ser introduzidas hipóteses adicionais as quais, tornando eventualmente o modelo mais complexo, permitam aprofundar o estudo de uma questão particular.

No contexto das hipóteses a considerar em qualquer modelo, considera-se que as hipóteses cujo objecto constitui o nosso estudo são as variáveis endógenas, ou seja, o seu comportamento é explicado por factores estudados no modelo em causa. As restantes são designadas por variáveis exógenas, sendo estas tomadas como um dado, ou seja, determinados por factores não discutidos no modelo em estudo.

De uma maneira geral todos os modelos económicos apresentam características comuns. À partida existirá uma dotação inicial de um ou mais factores que permita a tomada de decisões que visem a optimização de um determinado atributo económico e um correspondente resultado determinante de um equilíbrio.

Varian refere ainda que, na modelização económica, devem ser considerados dois princípios: “o princípio da optimização”, em que cada agente

⁴⁹ VARIAN (1997) apresenta de um modo informal quais os passos necessários à construção de um modelo, desde o surgimento de uma ideia à formalização num artigo do modelo económico criado.

procura escolher os melhores resultados possíveis para si, e o “princípio do equilíbrio”, pressupondo que os preços se ajustam até que o montante procurado de alguma coisa por cada agente seja igual ao montante que é oferecido.

No primeiro caso, o que estamos a supor é que cada pessoa escolhe *racionalmente* aquilo que realmente quer, havendo a consciência de que no mundo complexo real, nem sempre tal é verificável. No segundo caso, temos a noção de que um preço de equilíbrio é uma simplificação necessária ao estabelecimento de uma relação estável entre oferta e procura.

VARIAN (1996 p. 3) refere que o equilíbrio implica que as acções dos agentes económicos sejam consistentes umas com as outras, chegando-se a um ponto de equilíbrio entre oferta e procura. Por outro lado, todas as escolhas deverão estar sujeitas a algum tipo de restrição de recursos, que reflectam a escassez, ou seja, de que na realidade económica os agentes individuais procuram sempre consumir mais bens e serviços do que a economia é capaz de produzir.⁵⁰

Genericamente, os modelos económicos procuram apreender a essência da realidade através de instrumentos analíticos destinados a descrever o comportamento económico de agentes individuais e das interacções entre estes no contexto de um sistema económico.

Sobre este assunto, BINGER e HOFFMAN (1993, p. 89) sublinham que a economia não tem respostas definitivas sobre como ela funciona e como os indivíduos actuam em todas as circunstâncias. Estes autores consideram que os economistas procuram modelizar processos económicos, derivando hipóteses, e testar como as previsões dos seus modelos são consistentes com os resultados observados. Os economistas resumem algumas funções essenciais acerca do ambiente económico e motivação humana num conjunto de hipóteses básicas. BINGER e HOFFMAN (1993, p. 90) consideram que os economistas, usando essas hipóteses como um conjunto de *factos estilizados*, desenvolvem modelos

⁵⁰ Do problema da escassez, decorrem três problemas económicos fundamentais: o que produzir, como produzir, e como distribuir a produção entre os diversos competidores. Os economistas qualificam estes três problemas como o problema da afectação de recursos, ou seja, a economia deve afectar inputs escassos à produção de outputs e outputs escassos entre os competidores [(BINGER and HOFFMAN (1993, p. 93)]. É também relevante o conceito de eficiência. Considera-se que uma produção é eficiente quando não é possível produzir um bem sem retirar recursos da produção de outro bem, reduzindo o *output*.

económicos, normalmente expressos matematicamente, representando o comportamento dos agentes individuais e a sua interação em circunstâncias económicas.

Os modelos poderão ser usados para prever as consequências lógicas de uma qualquer mudança económica ou acção de algum agente considerado. Estas previsões são então utilizadas para comparar estatisticamente com resultados ocorrendo em condições semelhantes àquelas especificadas no modelo. Os autores consideram que o processo de construção de modelos utiliza o que é chamado de *raciocínio dedutivo*⁵¹, em que conclusões lógicas são deduzidas a partir de um conjunto de hipóteses iniciais. O *raciocínio indutivo*⁵², por seu turno, “infere princípios gerais a partir das observações” [BINGER e HOFFMAN (1993, p. 91)].

No entanto, qualquer uma destas hipóteses de raciocínio é falível no processo de construção de um modelo. No primeiro caso, corremos o risco de o simplificar em demasia, deixando escapar aspectos primordiais da realidade estudada. No segundo caso, passa-se o inverso, existe o perigo de generalizar abusivamente, tendo por base circunstâncias particulares não devidamente testadas⁵³ [Ver BLAUG (1994)].

Estes dois tipos de raciocínio, quando considerados em conjunto, poderão ser inconsistentes, não se conseguindo sucesso na explicação de um acontecimento. BINGER e HOFFMAN (1993, p. 94-95) referem que a “...melhor teoria é desenvolvida como uma interação entre as duas técnicas. Primeiro propomos um conjunto de hipóteses e deduzimos uma teoria a partir das conclusões lógicas resultantes das hipóteses. Depois testamos se o fenómeno observado está de acordo com a teoria. Se não estiver, tiram-se novas conclusões e testamo-las novamente”.

⁵¹ Para uma análise mais aprofundada desta questão, ver por exemplo, [BLAUG, (1994, pp. 38-50)].

⁵² Para uma análise mais aprofundada ver [BLAUG, (1994, pp. 50-60)].

⁵³ BLAUG (1994, p. 64) refere que “... uma teoria é corroborada, (...) se formos incapazes de encontrar factos que a refutem”. Se formos tentados a aceitar facilmente explicações imediatas para acontecimentos e não as testarmos convenientemente, estaremos a criar “uma teoria falsa”.

4.2. A actividade de *rent-seeking*

Antes de proceder à introdução dos modelos de *rent-seeking*, ou de procura de renda, vejamos em primeiro lugar em que consiste esta actividade. Considera-se que o conceito de *rent-seeking* é uma particularização do conceito mais vasto de apropriação que abrange, para além daquele, outras formas de obtenção de rendimento “a partir do roubo, redistribuição compulsória e ocupação coerciva” [HIRSHLEIFER, (1988, 202)]. A aplicação de recursos à actividade de apropriação traduz-se assim no contraponto à afectação a uma actividade de produção de bens económicos.

No seu trabalho seminal, KRUEGER (1974, p. 291) afirma que as rendas resultam de restrições governamentais à actividade económica, conduzindo a uma competição por elas. A autora sublinha que essa competição poderá desenrolar-se de forma legal, mas também de maneira ilegal, assumindo a forma de subornos, corrupção, contrabando e mercados negros.

Estando as rendas inerentes ao desenrolar da actividade económica, poderemos afirmar que a actividade de procura de renda poderá ser considerada como perfeitamente legítima e uma decorrência lógica de uma actividade económica. O problema poderá colocar-se apenas no tipo de renda, pois as rendas que atraem a *actividade de procura de renda* “levam ao desperdício de recursos” [TULLOCK, (1991, p. 51)], sendo assim lógica e relevante a distinção entre “boas rendas” e “más rendas”: no primeiro caso não existe uma perda de excedente, enquanto que, no segundo caso, tal situação verifica-se. Por simplificação, ao referirmos daqui para a frente o *rent-seeking* consideraremos tratarem-se de “más rendas”.

Por outro lado, devemos entender que do ponto de vista de um empresário, “investir na obtenção de rendas através da manipulação de um governo ou da criação de um monopólio tem o mesmo potencial de retorno que qualquer outra actividade económica” [TULLOCK, (1991 pp. 56-57)], pelo que a existência de um comportamento de procura de renda poderá ser considerado como natural.

Os custos associados à actividade de procura de renda poderão traduzir-se na protecção de um determinado tipo de renda⁵⁴, através de uma actividade de lobbying, o que representaria, na visão de TULLOCK (1995a, p. 228) desperdício do ponto de vista da sociedade como um todo. No entanto, poderemos associar ainda à actividade de protecção de um determinado tipo de renda, um certo custo de não inovação, pelo desincentivo que representa, no que se constitui como uma limitação muito relevante.

Os custos totais compreenderão, assim, o “custo associado à perda de bem-estar, mais o custo total de recursos investidos para influenciar o governo⁵⁵, e ainda o custo de oportunidade de não ter investido esses recursos noutra actividade qualquer” [TULLOCK, (1991 p. 62)].

KRUEGER (1974, p. 291), por seu turno, refere que a imposição de restrições quantitativas ao exercício de uma actividade económica implica a criação de uma licença, que deverá ser considerada como um bem. A autora diz que a atribuição de licenças implica a existência de custos importantes a nível administrativo e burocrático, ou no tempo gasto na obtenção de licenças, pelo que é expectável que sejam direccionados recursos na competição pela atribuição de licenças.

Exemplificando com o estabelecimento de restrições quantitativas à importação de bens, aquela autora defende que é de esperar o investimento em capacidade física adicional a nível fabril como forma de aplicação de recursos na competição pela obtenção de licenças, acrescentando ainda que o valor das rendas associado às licenças de importação pode ser bastante elevado, mostrando que o custo em termos de bem-estar decorrente das restrições quantitativas iguala o conjunto do custo da sua tarifa equivalente⁵⁶ mais o valor das rendas.

⁵⁴ Ver a este respeito exemplo de [TULLOCK (1991, pp. 56-59)] referente ao esforço de proprietários de terras em impedir a entrada de novos concorrentes.

⁵⁵ Constituído-se como “sunk costs”, ou seja, depois de gasto o dinheiro não poderá ser recuperado. Ver [TULLOCK (1995, p 107)].

⁵⁶ A mudança no preço de importação a partir da solução de livre mercado é a tarifa equivalente da restrição quantitativa descrita.

Na prática, existirá uma perda de excedente associada à competição pelas rendas, com essa perda de excedente a ser muito superior à situação de livre funcionamento do mercado.

Uma das ideias fundamentais da autora é a de que a rejeição dos mecanismos de mercado, frequente nos países em desenvolvimento, poderá resultar num interesse particular da elite política em aumentar a intervenção estatal, e as rendas que lhe estão subjacentes, constituindo um “círculo vicioso político” [KRUEGER (1974, p. 302)].

4.2.1. Combate ao *rent-seeking*

Tendo presentes os custos referidos no parágrafo anterior, torna-se relevante analisar formas de controlo ou anulação da actividade de *rent-seeking*.

TULLOCK [(1995, p 103)] refere que uma forma de acabar com as actividades de *rent-seeking* é a de simplesmente reduzir o leque de opções possíveis de escolha. O autor exemplifica com a redução, para um⁵⁷, do número de candidatos a um determinado cargo político. Neste contexto, as actividades associadas à luta pela renda, como assassinatos e guerras civis, seriam eliminadas. No entanto, esta não seria uma alternativa aceitável no contexto de uma sociedade livre e democrática.

Deste modo, a melhor forma de combater esses custos poderá ser através do estabelecimento de instituições que anulem ou dificultem as pressões e influências sobre o governo, de forma a que o respectivo custo marginal seja extremamente elevado e dissuasor desse tipo de actividades. Um meio de o conseguir poderia passar pelo estabelecimento de um sistema legal mais rígido⁵⁸.

Outra forma poderia passar pela introdução de um “enviesamento no processo de escolha, que a dirija numa direcção correcta” [TULLOCK (1995, p 109)]. O que Tullock refere é que o processo de decisão deverá ser aperfeiçoado

⁵⁷ Na prática o que o autor está a supor é a anulação do próprio processo de escolha.

⁵⁸ A relevância desta problemática justifica a grande importância que o estudo da economia das instituições tem vindo a ganhar nos últimos anos.

e abreviado, por forma a reduzir o espaço de manobra para actividades de procura de renda, evitando-se assim fortes perdas de eficiência.

4.2.2. Um modelo simples de *rent-seeking*

Genericamente, os *modelos de rent-seeking* pressupõem a existência de dois jogadores que se dedicam a uma disputa e onde gerem os recursos financeiros disponíveis por forma a aumentar a sua probabilidade de ganhar um determinado prémio. Tratam-se normalmente de modelos de equilíbrio parcial, em que o valor do prémio e o custo do esforço são tratados como variáveis exógenas, tendo os jogadores a liberdade de entrar e sair.

Iremos seguir a formalização considerada por NEARY (1997, p.373-376), assente num modelo de duas fases, em que cada jogador detém uma dotação inicial de recursos que está associada, numa primeira fase, à afectação entre investimento num bem de consumo (o autor considera o bem “manteiga”), e investimento num bem cuja única função é a de servir a capacidade de consumo-redistribuição (normalmente considera-se o bem “armas”)⁵⁹.

Numa segunda fase, parte da agregação dos stocks de consumo passa a configurar-se como o prémio e a probabilidade de cada jogador ganhar é dada pelo investimento efectuado na fase anterior no bem de consumo-redistribuição.

A análise deste modelo centra-se, assim, na afectação de dotações iniciais de recursos entre o bem redistributivo (armas) e o bem de consumo (manteiga). A preocupação em termos de bem-estar estará na perda de excedente associado aos gastos em armas. De referir que este tipo de modelos é utilizado sobretudo na análise de situações de *lobbying*.

Uma maneira simples de representar um *modelo de rent-seeking* será por exemplo [NEARY (1997, p. 376)]:

⁵⁹ Seguimos aqui uma formalização padrão de *modelos de rent-seeking*. A partir daqui serão possíveis diferentes aplicações. Ver por exemplo OSBORNE (2000) com uma aplicação a conflitos étnicos, em que o Estado responde aos inputs dos seus cidadãos. O autor mostra que o conflito étnico é uma actividade puramente apropriativa e não produtiva, desempenhando papel essencial a estrutura e o modo de governo (p. ex. democracias maioritárias apresentarão elevada propensão ao conflito).

Partindo de uma função genérica $f(x)$, teremos p^i a probabilidade de cada um dos jogadores obter um prémio fixo V , que estará dependente dos investimentos relativos efectuados por cada um dos jogadores na redistribuição:

$$p^i = f(x_i) / [f(x_i) + \sum^n f(x_j)], \text{ com } j \neq i.$$

$x_i = m_i + k$, onde m_i é o investimento na redistribuição escolhido pelo jogador i e $k \geq 0$ um parâmetro;

O programa de optimização do jogador i será:

$$\text{Max } R^i := p^i(x)V - m_i, \text{ em que}$$

V é o prémio fixo (consumo),

m_i o investimento na redistribuição (armas) escolhido pelo jogador i ,

R_i , representa os recursos do jogador i ;

$p^i(x)$, representa a probabilidade de sucesso do jogador i ;

Neary chega sucessivamente a:

$$\bar{m} = (1/\bar{\alpha})[(n-1)/n^2] V - k,$$

em que aumentos em V (prémio fixo) aumentam o benefício marginal de investir em m (redistribuição), e aumentos em n (número de participantes) diminuem o benefício marginal;

com $\alpha(x) := f(x)/[xf'(x)]$, com $\alpha(x)$ respectivamente maior, igual ou inferior a 1,

$f(x)$ será respectivamente côncava, linear ou convexa e,

n o número de jogadores.

e

$$V - n \bar{m} = V [n(\bar{\alpha} - 1) + 1] / \bar{\alpha} n + kn.$$

O ponto fundamental que Neary procura sublinhar com a elaboração deste modelo, é o de que nos *modelos de rent-seeking*, para valores economicamente significativos de n , o valor dissipado em *rent-seeking*, nm , nunca é maior que o valor consumido, V , o mesmo já não acontecendo no *modelo de conflito*, em que o incentivo em investir em m é maior. Neary refere que para gerar níveis positivos de m (redistribuição) em equilíbrio é necessária uma combinação de um V (prémio) suficientemente alto e/ou um n (número de participantes) suficientemente baixo. NEARY (1997, p. 377) sublinha que face a situações de um prémio reduzido ou de um número de competidores proporcionalmente elevado em relação ao prémio, o benefício marginal de investir em m será ultrapassado pelo seu custo marginal. Assim um V reduzido e n maior conduzem ao interesse dos jogadores em participar, mas em que não existe uma perda de excedente resultante do desvio de aplicações, pois m diminui. Em situações com um V elevado, e n menor, existirá uma perda de excedente superior pelo aumento de m , com custos mais elevados para a economia.

4.3. Modelização de conflitos

Como acontece com qualquer outro tipo de modelização económica (ver ponto 4.1), os modelos de conflito corresponderão a “versões sobre-simplificadas de aspectos seleccionados do mundo real” [(HIRSHLEIFER, (1988, p.203)], situação que neste caso apresenta uma dimensão bastante relevante dadas as diversas complexidades do fenómeno em estudo.

No entanto, no estudo de interacções conflituais, deveremos considerar duas condições acrescidas. Os recursos afectos à actividade produtiva determinarão o rendimento que estará disponível para os agentes envolvidos e a maior ou menor adesão à actividade conflitual determinará como o rendimento agregado será distribuído entre as partes. A adesão aos conflitos representará nestes modelos a componente redistributiva.

Assumimos, à partida, que não existe um modelo universal de conflito aplicável em todas as circunstâncias e em todas as especificidades. Como refere (HIRSHLEIFER (1995, p. 179), “a escolha de um modelo deverá assim basear-se numa determinada realidade de um modelo particular numa situação específica”.

Por simplificação, as modelizações base de conflito apresentam geralmente dois jogadores.

4.3.1. O conflito promove a equidade?

Como exemplo de formalização de um *modelo de conflito*, expomos um modelo simples⁶⁰ [HIRSHLEIFER (1995), pp. 179-184] criado para responder à questão: o conflito promove a equidade?

São consideradas quatro classes de elementos fundamentais: (i) uma função de afectação de recursos; (ii) uma função de produção; (iii) uma função de poder de combate; e (iv) uma equação de distribuição do rendimento:

- (i) Função de afectação de recursos: Cada um dos participantes divide as suas dotações iniciais R_i entre esforço de produção E_i (que irá gerar um acréscimo de rendimento global disponível conjuntamente para os dois participantes) e esforço de luta F_i (através do qual cada um dos intervenientes procura capturar para si a maior parte possível do rendimento total disponível):

$$E_1 + F_1 = R_1 \quad \text{e} \quad E_2 + F_2 = R_2.$$

- (ii) Função de produção: A tecnologia produtiva é sintetizada numa função de produção mostrando como os esforços produtivos E_1 e E_2 combinam para determinar o rendimento I – o rendimento total disponível para distribuição entre os dois participantes. Um exemplo poderá ser:

⁶⁰ Seguimos aqui uma formalização base e padrão de modelos de conflito. Para uma análise mais complexa ver HIRSHLEIFER (1988, pp. 201-233) ou NEARY (1997, pp. 377-386).

$$I = A(E_1^{1/s} + E_2^{1/s})^s$$

em que a função é caracterizada por rendimentos constantes à escala. O parâmetro A é o índice de produtividade total, indicando a influência do progresso técnico, e o parâmetro s é o índice de complementaridade, aumentando com a maior aproximação entre as nações, por exemplo devido ao comércio internacional.

- (iii) Função de poder de combate: Sintetiza os aspectos da *tecnologia do conflito*⁶¹, relacionando os esforços coercivos efectuados pelos dois intervenientes na distribuição do rendimento total disponível e os respectivos resultados:

$$p_1 = F_1^m / (F_1^m + F_2^m) \quad \text{e} \quad p_2 = F_2^m / (F_1^m + F_2^m)$$

em que F_1 e F_2 são os esforços de luta (os inputs) e p_1 e p_2 (com $p_1 + p_2 = 1$) representam a distribuição entre os dois participantes (os outputs) e m é um parâmetro.

- (iv) Equação de distribuição do rendimento: O rendimento I_i conseguido por cada um dos intervenientes irá depender do rendimento social agregado I , e do sucesso de cada um dos participantes nos esforços de luta e apropriação:

$$I_1 = p_1 I \quad \text{e} \quad I_2 = p_2 I.$$

O autor exprime o programa de optimização do participante 1 como:

$$\text{Max } I_1 = p_1(F_1 | F_2) \cdot I(E_1 | F_2) \text{ s.a. } E_1 + F_1 = R_1,$$

e o do participante 2,

$$\text{Max } I_2 = p_2(F_2 | F_1) \cdot I(E_2 | E_1) \text{ s.a. } E_2 + F_2 = R_2.$$

A partir da função de poder de combate e da equação de distribuição de rendimento, são determinadas as duas funções de reacção, respectivamente para o participante 1 e para o participante 2:

⁶¹ Raciocínio análogo ao da função de produção: refere-se à relação entre os inputs (neste caso armas p. ex.) e os outputs (rendimentos ou recursos ganhos ou perdidos) sendo também aqui aplicáveis noções

$$F_1 / F_2^m = m(E_1 + E_2) / (F_1^m + F_2^m)$$

e

$$F_2 / F_1^m = m(E_1 + E_2) / (F_1^m + F_2^m).$$

A partir daqui, e assumindo $R_1 = R_2$, é possível chegar a um equilíbrio:

$$F_1 = F_2 = R_m / [2(1 + m)], \text{ com } R = R_1 + R_2.$$

Assim, a fracção de recursos disponíveis desperdiçados em esforços de luta inúteis aumenta quanto maior for o valor de m . Com $m = 1$, exactamente metade dos recursos são desperdiçados no conflito, sendo a outra metade aplicada na actividade produtiva. Partindo de uma dotação inicial $(R_1, R_2) = (100, 100)$, teremos $(F_1, F_2) = (50, 50)$ e $(E_1, E_2) = (50, 50)$, gerando um rendimento agregado $I = 100$, com $(I_1, I_2) = (50, 50)$.

Para responder à questão colocada no início deste ponto, a qual, recorde-se, era saber se “o conflito promove a equidade?”, Hirshleifer utiliza a noção de *paradoxo de poder*⁶².

Em termos analíticos pode dizer-se que o *paradoxo do poder* surge quando a um rácio de recursos preponderante $(R_1 / R_2) > 1$ não corresponde um rácio de rendimento obtido I_1 / I_2 proporcional. Conclui-se imediatamente que quando o *paradoxo do poder* se verifica, “o conflito será uma opção relativamente mais atractiva para o lado mais pobre” [HIRSHLEIFER (1995, p. 182)]. Assim, a opção mais racional numa interacção de conflito, com as

como as de rendimentos crescentes e decrescentes à escala, economias de escala e de gama, ou complementaridade entre capital e trabalho. Ver a este respeito HIRSHLEIFER (2000, pp. 773-792).

⁶² Na prática, o que acontece é que os intervenientes mais pobres ou pequenos acabam geralmente por melhorar a sua posição relativa face aos mais ricos ou maiores. Trata-se do chamado *paradoxo do poder*. A explicação é a de que os intervenientes inicialmente mais pobres estão racionalmente motivados para lutar de uma forma mais forte, investindo mais recursos no conflito. Só quando o vencedor da contenda começa a ficar incerto, é que o interveniente mais rico ganha rendimento em termos relativos. Entre outras coisas, o *paradoxo do poder* explica redistribuições políticas de rendimento dos mais ricos para os mais pobres. Para uma análise aprofundada ver HIRSHLEIFER, (1991, pp. 177-200), com diversos exemplos e uma modelização.

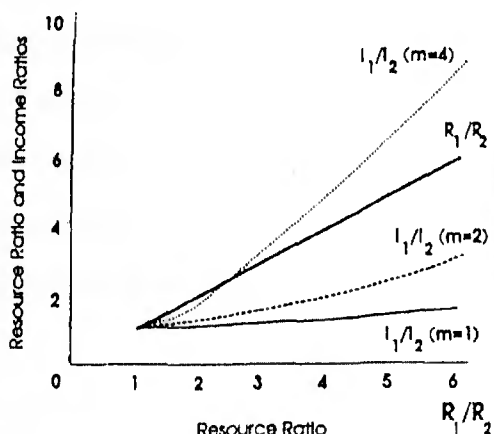
hipóteses apresentadas, é a de o lado mais pobre se especializar na luta e o lado mais rico na produção.

HIRSHLEIFER (1995, p. 184) refere que o facto das interacções conflituosas irem ou não, contribuir para uma maior equidade irá “depende de duas influências opostas”. Por um lado, os mais ricos poderão decidir mais facilmente afectar mais esforço à luta, por outro, os mais pobres estarão mais motivados para lutar de forma mais aguerrida.

Quer isto dizer que o *paradoxo do poder* nem sempre se verifica. O equilíbrio entre as duas influências é determinado pelo parâmetro m da função de poder de combate.

A figura 6 mostra-nos que face a uma dotação inicial de recursos, quando o conflito é decisivo apenas de forma moderada (parâmetro da função de poder de combate m mais baixo), o segundo factor sobrepõe-se ao primeiro, contribuindo o conflito para uma maior equidade (I_1/I_2 diminui). No entanto, quando o conflito é extremamente decisivo (m é mais elevado), os mais ricos poderão mais facilmente apoderar-se de uma parte maior do rendimento disponível, o que lhes é mais fácil em termos relativos, ficando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres (I_1/I_2 aumenta).

Figura 6 - O Paradoxo do Poder



Fonte: HIRSHLEIFER (1995, p. 184)

4.3.2. Um modelo de *greed vs. grievance*⁶³

O estudo de *modelos de greed vs. grievance* procura verificar qual dos dois grupos de factores é mais determinante na explicação dos conflitos. COLLIER and HOFFLER (2002) testam a hipótese ‘greed’ focando na capacidade de financiamento de rebeliões, por oposição à hipótese ‘grievance’ considerando factores étnicos, divisões religiosas, repressão política e desigualdade, considerando um conjunto de dados correspondentes ao período entre 1960-99. Estes autores, têm testado de forma extensa este tipo de modelos, sublinhando a maior capacidade explicativa dos factores respeitantes à hipótese ‘greed’.

Neste ponto, iremos expôr uma proposta de FERREIRA (2001, pp. 5-14) para modelização de conflito assente nas motivações dos seus intervenientes: *greed vs. grievance*. Considera-se que as duas motivações estão presentes nos dois actores do conflito. Cada um dos jogadores tentará maximizar a sua função de utilidade, função de benefícios económicos e influência política, considerando uma noção de utilidade presente e utilidade futura.

O grupo dominante politicamente e que detém o poder é designado por grupo A, e o da oposição grupo B. É assumido que já está a decorrer uma guerra civil; não existe um poder político institucionalmente partilhado; existe um grupo A que exerce o poder e um grupo B que o contesta recorrendo à força; os dois grupos são motivados pelo consumo dos recursos económicos individualmente (*Greed*, G_d^a e G_d^b), ou por alguma forma de agravo (*Grievance*, G_v^a e G_v^b); os dois grupos baseiam o acesso aos benefícios económicos a partir da exploração de recursos naturais.

As funções de utilidade para os dois grupos serão:

⁶³ É usual a utilização de *greed vs grievance* para descrever as motivações subjacentes à ocorrência de conflitos internos. O primeiro termo refere-se a uma motivação de “ganância” e o segundo a uma motivação de “agravo”. Irá ser utilizada a designação original em língua inglesa dos dois termos.

$$U^A = U(EB^A, PI^A) \text{ e } U^B = U(EB^B, PI^B)$$

onde EB^A e EB^B referem-se aos benefícios económicos a que cada grupo terá acesso, e PI^A e PI^B representam a influência política de cada grupo, o que implica que $PI^A + PI^B = 1$,

No momento t_0

$$EB^A \geq \text{ou } < EB^B$$

e

$$PI^A \geq \text{ou } < PI^B,$$

com o grupo A a ser *politicamente dominante*, exercendo o poder.

Por outro lado,

$$dU^A/d EB^A > 0 \text{ e } dU^A/d PI^A > 0$$

e

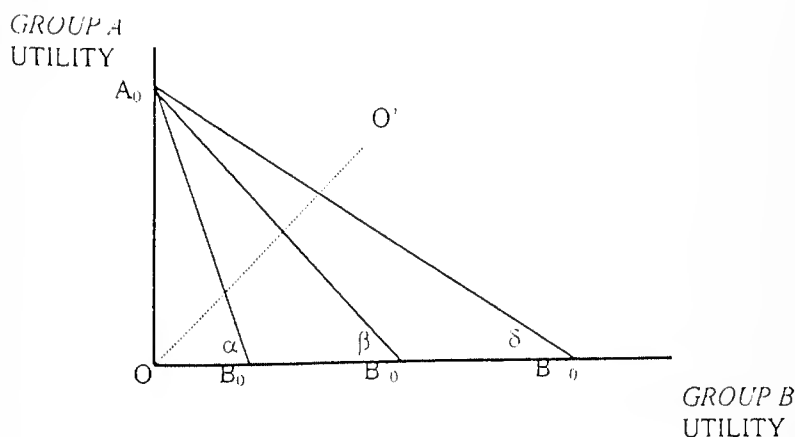
$$dU^B/d EB^B > 0 \text{ e } dU^B/d PI^B > 0$$

Apesar de o grupo B nunca partilhar o poder político, isso não quer dizer que não exerça alguma influência política, pelo facto de ter um território e ter uma população pela qual é responsável.

Por outro lado, tanto a $\max U^A$ como a $\max U^B$ estão sujeitas a uma *restrição orçamental* em termos do nível de gastos militares e de segurança (DE^A e DE^B) que constituem a possibilidade de cada grupo não ser derrotado militarmente pelo oponente.

Na figura 7 são consideradas três possibilidades:

Figura 7



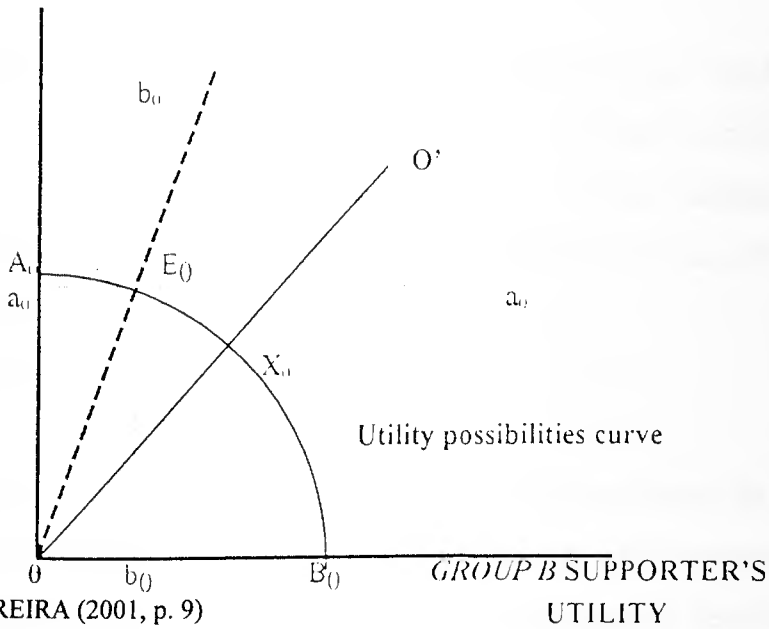
Fonte: FERREIRA (2001, p. 7)

Se for considerado OA_0 constante a linha recta com declive $\alpha > 45^\circ$ implica que $OA_0 > OB_0$; a linha recta com declive $\beta = 45^\circ$ implica que $OA_0 = OB'_0$, e para $\delta < 45^\circ$, $OA_0 < OB''_0$. Para qualquer ponto inicial E_0 localizado em qualquer uma das fronteiras de possibilidades de produção, mas situado acima da diagonal OO' implica que a_0 é sempre superior a b_0 , com a_0 e b_0 a representar a utilidade de cada grupo no momento t_0 .

Dado que A, politicamente dominante, exclui B do exercício do poder institucional, o ponto inicial é sempre favorável a A.

Na figura 8 é assumido que em t_0 qualquer ponto de equilíbrio não cooperativo na curva A_0X_0 , à esquerda da diagonal OO' , representará sempre um rácio $a_0/b_0 > 1$ e que o *trade-off* entre consumo e recursos económicos e despesas com a segurança efectuadas são, em termos relativos, favoráveis ao grupo A:

Figura 8
 GROUP A SUPPORTER'S
 UTILITY

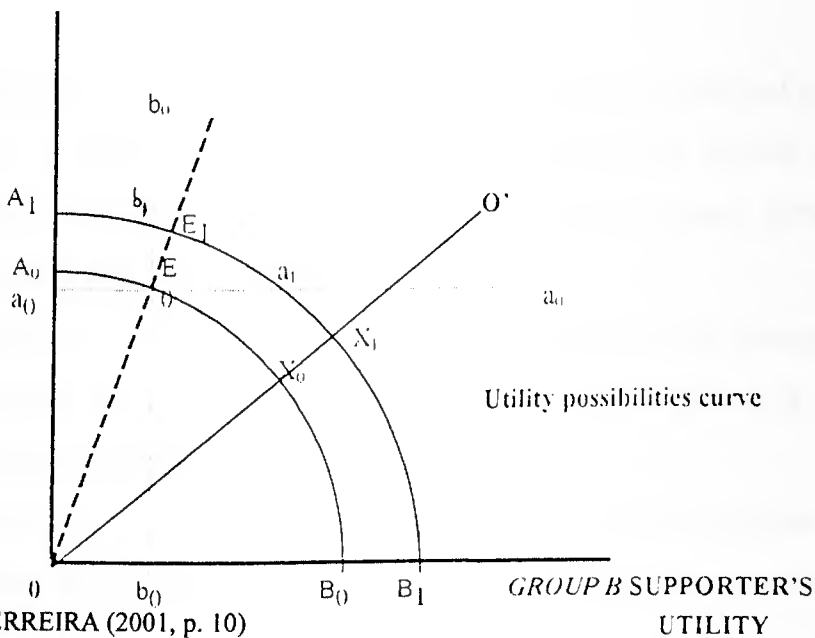


Fonte: FERREIRA (2001, p. 9)

A situação de E_0 , que corresponde a um equilíbrio não-cooperativo, será sempre vantajosa para A desde que o equilíbrio esteja na curva A_0X_0 .

A resolução do conflito pressupõe uma análise dinâmica (Figura 9):

Figura 9
 GROUP A SUPPORTER'S
 UTILITY



Fonte: FERREIRA (2001, p. 10)

Se assumimos que as duas partes acordam em negociar com o objectivo de atingir um acordo de paz, isso significa que esperam uma utilidade individual em t_1 maior que em t_0 .

A inclusão de uma nova curva de possibilidades de utilidade A_1X_1 significa que, tendo em vista um acordo de paz, existem perspectivas de crescimento, pelo aumento do crescimento económico ou pela redução esperada das despesas com a segurança. Neste contexto, existirá um mais alto nível de benefícios económicos para partilhar em t_1 do que em t_0 .

Assumindo a existência *pure greed actors* ($G_d^a = G_d^b$):

- a) *Hipótese 1* ($b_1 > b_0$): Supõe-se que a única motivação existente no grupo B é a da ganância, pelo que este não está interessado na partilha de poder político, interessa-lhe somente aumentar os seus benefícios económicos. Neste caso, qualquer ponto E_1 da nova fronteira de possibilidades de utilidade entre b_1 e B_1 é aceite pelo grupo rebelde, mesmo que envolva a perda de posição relativa em relação a A, o que ocorre entre b_1 e E_1 .

Mas a possibilidade de obtenção de uma solução consensual depende da *estratégia do grupo A*:

- b) *Hipótese 2* ($a_1 > a_0$). Dado que assumimos que a principal motivação de A é também o acesso a benefícios económicos, tentará mover-se para qualquer ponto da nova curva entre A_1 e a_1 , para garantir uma melhoria absoluta na sua utilidade.
- c) *Hipótese 3* ($a_1 > a_0$ e $a_1/b_1 > a_0/b_0$). O grupo A está interessado em melhorar a sua posição relativa face a B (entre os pontos A_1 e E_1). A solução estará assim entre b_1 e E_1 .
- d) *Hipótese 4* ($a_1 > a_0$ e $a_1/b_1 < a_0/b_0$). O grupo A aceita ficar pior em termos de posição relativa. A solução estará entre os pontos E_1 e a_1 .

Assumindo a existência *pure grievance actors* ($G_r^a = G_r^b$):

- e) *Hipótese 5* (qualquer b_1/a_1). A única razão e ser do grupo B é o agravo puro, levando a uma partilha do poder e justificando o fim da guerra com A.
- f) *Hipótese 6* ($b_1/a_1 > 1$). A solução estará à direita da diagonal $00'$ entre os pontos B_1 e X_1 .
- g) *Hipótese 7* ($b_1/a_1 < 1$, incluindo $b_1/a_1 < b_0/a_0$). Não existindo qualquer posição dominante politicamente a solução poderá estar em qualquer ponto entre A_1 e X_1 .

Dada a vantagem inicial detida pelo grupo A, qualquer solução dependerá da sua estratégia:

- h) *Hipótese 8* (qualquer a_1/b_1). O grupo dominante aceita partilhar o poder com B.
- i) *Hipótese 9* ($a_1/b_1 < 1$). O grupo A aceita deixar de ser politicamente dominante. A solução estará entre B_1 e X_1 . Esta é uma hipótese que pelo seu carácter é difícil de ser verificada na realidade.
- j) *Hipótese 10* ($a_1/b_1 > 1$, incluindo $a_1/b_1 < a_0/b_0$). O grupo A, politicamente dominante, não abdica da sua posição dominante mas aceita partilhar algum do poder detido com o grupo B. A solução estará entre os pontos A_1 e X_1 .

FERREIRA (2001, p. 13) refere que as várias hipóteses pressupõem um equilíbrio cooperativo de Nash.

O autor indica que, se nenhuma das partes insistir em melhorar a sua posição relativa, mas apenas procure aumentar a sua utilidade absoluta, como um *pure greed actor*, então a solução com cooperação estará em qualquer ponto entre a_1 e b_1 .

Se os dois grupos buscarem simultaneamente a melhoria da sua utilidade em termos absolutos e relativos, quando agindo como *pure greed actors*, não haverá solução possível.

Do mesmo modo, se os dois grupos buscarem o domínio político de forma intransigente, também não haverá solução possível.

Ferreira afirma que o mais importante a ter em conta neste tipo de modelos, é a consideração de que as duas motivações encontram-se presentes nos dois grupos oponentes, mesmo que com ponderações diferentes, sublinhando que os conflitos africanos intermináveis resultam dos benefícios económicos resultantes de dominação política. O autor sublinha que é mais provável atingir-se um ponto de equilíbrio se o grupo A, interessado em manter-se no poder, agir como um *líder à Stackelberg*. Neste contexto, poderá abdicar de parte da sua utilidade relativa, conduzindo a que qualquer ponto à esquerda de X_1 , no tempo t_1 , será aceitável para ele e melhorará a utilidade absoluta e relativa do grupo B.

4.4. Complementaridade entre os modelos de *rent-seeking* e de conflito

Tanto num modelo como noutro, os n jogadores participantes partilham um prémio baseado numa função em que o sucesso de cada interveniente está dependente do investimento relativo dos jogadores na actividade redistributiva.

HIRSHLEIFER (1989, p. 101) refere que tanto os *modelos de rent-seeking* como os *modelos de conflito* estão incluídos numa categoria mais vasta de modelos de rivalidade. Os dois tipos de modelização poderão mesmo ser considerados como complementares, sendo que a aplicação de cada um deles a uma dada situação estará dependente dos detalhes dessa mesma situação.

NEARY (1997, p. 374)⁶⁴ afirma que “para modelos de *lobbying* em que os agentes são relativamente pequenos face à economia como um todo, a abordagem *rent-seeking* parece ser a apropriada”, enquanto que “quando os jogadores se deparam com restrições explícitas de recursos, ou as decisões de

⁶⁴ Note-se que esta comparação efectuada por Neary e as respectivas conclusões têm por base as modelizações de *rent-seeking* e conflito no artigo mencionado, não sendo extrapoláveis para todas as modelizações.

afecção de recursos têm um impacto discernível no valor do prémio”, a segunda opção torna-se a mais viável. Esta última é aplicada sobretudo em situações de procura de riqueza através do uso de força militar.

Segundo este autor, os dois modelos diferem na valorização do custo marginal do investimento efectuado na redistribuição. Nos *modelos de rent-seeking*, o jogador pode retirar o investimento na redistribuição e aplicá-lo nouro uso para seu benefício, fora do próprio jogo. Tal não acontece no modelo de conflito: se um jogador retirar uma unidade de investimento na redistribuição, não ganha controlo sobre ela. A unidade não pode ser retirada do jogo, simplesmente aumenta o prémio a que o jogador terá acesso.

Deste modo, os investimentos na redistribuição tenderão a ser superiores no *modelo de conflito*, podendo mesmo ser superiores ao investimento no consumo. No *modelo de rent-seeking*, com o aumento do número de participantes, o investimento na redistribuição diminui, sendo o prémio diluído. No *modelo de conflito*, o custo marginal do investimento na redistribuição (custo com desvio da riqueza) diminui com o aumento do número de participantes, o que faz com que o investimento na redistribuição aumente com o número de participantes.

O *modelo de conflito* resulta num gasto positivo em redistribuição, mas a um nível mais baixo de recursos no sistema do que no caso de *rent-seeking*. Neste último, com o aumento do número de participantes, diminui o custo marginal de investir na redistribuição pelo que cada jogador, para um mesmo nível de recursos, investirá mais na redistribuição e menos em consumo.

Deste modo, e tendo por base os dois modelos de Neary, concluímos que no *modelo de conflito* existirão mais actividades de redistribuição que de consumo, o que também implicará um maior desperdício de recursos face ao *modelo de rent-seeking*.

O autor sublinha, no entanto, uma diferença fundamental na formalização por ele efectuada, sublinhando que os de *rent-seeking* adoptam uma abordagem de equilíbrio parcial, onde o prémio associado é uma variável exógena ao

modelo. Ao invés, o *modelo de conflito* considerado adopta uma abordagem de equilíbrio geral, em que o prémio é uma variável endógena ao modelo.

II PARTE

CAPÍTULO V

POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO NA ÁSIA E ÁFRICA SUB-SAARIANA E A ECLOSÃO DE CONFLITOS

Na generalidade dos países em desenvolvimento, a análise da pobreza e da distribuição do rendimento está no topo das preocupações, sendo hoje geralmente aceite que “a pobreza e a desigualdade estão entre as principais fontes de conflito” [LUCKHAM et al (2001, p.1)].

A pobreza associada à desigualdade na distribuição do rendimento e a ocorrência de conflitos traduzem-se em fenómenos percebidos como simultâneos em alguns países em desenvolvimento, numa relação aparentemente reforçada mutuamente.

A este propósito, refira-se a iniciativa de apoio aos LICUS (Países de Baixos Rendimentos sob Tensão), criada pelo Banco Mundial para fazer face a situações em que os programas de ajuda tradicional não têm sido eficazes⁶⁵. De acordo com o Banco Mundial (2003, pp. 1-3), pelo menos 500 milhões dos cidadãos mais pobres do mundo residem nos LICUS, sendo países caracterizados por políticas, governação e instituições fracas, falta de capacidade de usar recursos financeiros na redução da pobreza, factores que os colocam numa posição de maior vulnerabilidade à instabilidade social. Esta classificação de países LICUS associa assim os níveis de pobreza verificados no contexto dos países em desenvolvimento com os conflitos neles ocorridos.

Entre as políticas já adoptadas estão as relativas a uma maior transparência na gestão das receitas dos recursos naturais em Angola, a mobilização de colectividades para a implementação de programas de redução da pobreza no Tajiquistão, a execução de políticas de formação no Sudão, o diálogo

⁶⁵ Entre os países LICUS a receber apoio para o período 2004-2005 estão o Burundi, as Comores, a Costa do Marfim, a Guiné-Bissau, a Libéria o Togo e o Zimbabué. Em 2003, receberam apoio a Angola, a República Centro-Africana, o Haiti, a Papua Nova Guiné, a Somália, o Sudão e o Tajiquistão, que continuarão a receber apoio no período 2004-2005.

sobre medidas de governação económica no Haiti e o apoio ao fornecimento de bens públicos na Somália.

Iremos neste capítulo apresentar, genericamente, alguns aspectos da distribuição do rendimento em dois grandes espaços, a África Sub-Saariana e o continente asiático, considerando o papel central desempenhado pelo Estado a este nível, articulando-o com a ocorrência de conflitos nesses dois grandes espaços.

No capítulo seguinte, passaremos para o estudo particularizado ao nível nacional tanto na África Sub-Saariana como no Continente Asiático.

5.1. A Distribuição do Rendimento no Continente Asiático e a eclosão de conflitos

Neste ponto, iremos analisar a distribuição do rendimento nos países em desenvolvimento do continente asiático, e alguns dos aspectos directamente relacionados com o desenvolvimento económico e humano, articulando-os com a ocorrência de conflitos no continente.

Apesar de este ponto abranger genericamente todo o continente asiático, a nossa análise, para efeitos estatísticos, centrar-se-á, sobretudo, na região da Ásia do Sul, tendo como base a divisão estatística considerada pelo PNUD e pelo Banco Mundial, e tendo em conta o estudo individualizado do Sri Lanka que irá ser efectuado no capítulo VI.

No Anexo IV podemos verificar os níveis de PIB *per capita* em paridades de poder de compra, por região mundial, apresentando a Ásia do Sul no ano de 2002 um valor inferior ao verificado na generalidade das restantes regiões mundiais em desenvolvimento (US\$ 2.658 PPC, para uma média de US\$ 4.054 PPC em todos os países em desenvolvimento), e um valor apenas superior ao verificado na África Sub-Saariana (US\$ 1.790 PPC). No entanto, constata-se que a Ásia do Sul apresenta uma taxa de crescimento do PIB *per capita* bem acima da média mundial (3,2% entre 1990 e 2002, apenas superada pela Ásia Oriental e Pacífico com 5,4%), o que, genericamente, indicia uma melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Por outro lado, verificamos também existir uma elevada concentração do PIB na Ásia do Sul. Só a Índia (milhares de milhões de US\$ - 2.799,6 PPC) concentra mais de 70% de todo o PIB da Ásia do Sul (milhares de milhões de US\$ - 3.898,7 PPC)⁶⁶.

Se analisarmos os valores do Índice de Desenvolvimento Humano⁶⁷ por região em 2002 (Anexo V), observamos que a Ásia do Sul apresenta um dos valores mais baixos (0,584), abaixo da média dos países em desenvolvimento (0,663).

Analisando o Anexo VI, verifica-se que tendo a Ásia do Sul cerca de 23% da população mundial, contribui apenas para pouco mais de 2% do PIB, por oposição, por exemplo, aos países da OCDE que, com apenas 18% da população, contribuem para mais de 82% do PIB.

No quadro 2 apresentamos quatro indicadores, o PIB *per capita* PPC, o Índice de Educação⁶⁸, a percentagem de pessoas malnutridas e a taxa de mortalidade infantil, com o objectivo de analisar de forma genérica os níveis de vida em países seleccionados da Ásia do Sul.

⁶⁶ Dados do PNUD (2004).

⁶⁷ Índice compósito calculado pelo PNUD tendo por base outros três indicadores: índice de esperança de vida, índice de educação e índice do PIB, construída com o objectivo de se constituir como uma medida resumo do desenvolvimento humano, abrangendo a longevidade (esperança de vida), o conhecimento (ponderação entre a taxa de alfabetização de adultos -2/3 e a taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior -1/3) e a dignidade do nível de vida (PIB *per capita* PPC). Para uma análise da metodologia de cálculo do índice ver PNUD (2003, p.341).

⁶⁸ O índice de educação combina a taxa de alfabetização de adultos (ponderação de dois terços) e a escolarização bruta combinada do ensino primário, secundário e superior (ponderação de um terço), pelo que índice de educação= 2/3(índice de alfabetização de adultos) + 1/3 (índice de escolarização bruta). Para uma explicação mais completa do cálculo ver PNUD (2003, p. 341).

Quadro 2 - Indicadores do nível de vida na Ásia do Sul

	PIB <i>per capita</i> (PPC US\$) - 2002	Índice de Educação - 2002	Pessoas subnutridas (% da pop. total - 1999/2001) ⁶⁹	Taxa de mortalidade infantil - por 1.000 nados vivos
Índia	2.670	0,59	21	67
Bangladesh	1.700	0,45	32	51
Paquistão	1.940	0,40	19	83
Sri Lanka	3.570	0,83	25	17
Ásia do Sul	2.658	0,57	22	69
Países em Desenv.	4.054	0,71	17	61

Fonte: PNUD (2004)

Numa primeira análise podemos afirmar que os níveis de vida são baixos na totalidade dos países seleccionados, no contexto da generalidade dos países em desenvolvimento. Relativamente ao PIB *per capita*, todos os valores apresentados são bastante baixos, sobretudo no Bangladesh (1.700 US\$ PPC) e no Paquistão (1.940 US\$ PPC).

O índice da educação apresenta um nível dos mais baixos no contexto dos países em desenvolvimento, com excepção do Sri Lanka, que apresenta um valor razoável nesse mesmo contexto (0,83).

No que diz respeito às pessoas subnutridas, todos os países apresentam valores elevados, sendo os mais altos os verificados no Bangladesh (32%) e no Sri Lanka (25%).

Finalmente, relativamente à taxa de mortalidade infantil, apesar dos valores serem significativamente inferiores aos da África Sub-Saariana⁷⁰, todos os países apresentam valores elevados, sobretudo o Paquistão (83).

Defendendo que crescimento económico e distribuição mais igualitária do rendimento têm sido os objectivos fundamentais do desenvolvimento, JONG-IL YOU (1998, p. 37) refere existir a crença de que estes dois objectivos têm sido

⁶⁹ O valor apresentado refere-se a uma média entre os anos de 1999 e 2001.

atingidos no continente asiático. No entanto, essa conclusão não parece ser generalizável. Esses pressupostos apenas verificar-se-ão no Japão, Coreia do Sul e Taiwan.

Nestes países, a baixa desigualdade surge como consequência de condições iniciais de excepcional equidade na distribuição da riqueza, em resultado de reformas pós-guerra e da rápida expansão do emprego no consequente processo de crescimento. Poderemos, assim, assumir *a priori* que países com menor desigualdade terão maiores probabilidades de conseguir crescimento económico e desenvolvimento.

YOU (1998, p. 42) defende também que a hipótese Kuznets⁷¹ da relação em U invertido entre a desigualdade e o nível de rendimento verifica-se numa amostra de oito países asiáticos⁷², assinalando-se um aumento da desigualdade média numa fase inicial de aumento do rendimento, descendo quando atingidos os mais altos valores de rendimento⁷³.

Será assim forçado referir-se que os países asiáticos têm uma desigualdade especialmente baixa, havendo uma grande diversidade de situações no contexto de todo o continente, não sendo a desigualdade decrescente exclusiva da Ásia.

A distribuição pouco desigual do rendimento verificada no Japão, Taiwan e Coreia do Sul justifica-se pela rápida expansão do emprego em sectores intensivos em trabalho, no contexto de políticas industriais muito activas, sendo aqui relevantes as altas taxas de poupança verificadas nessas economias.

Essas altas taxas de poupança são fortemente influenciadas por regras institucionais, estruturais das economias em questão, com destaque para a relevância basilar para a tipologia do sistema financeiro, assente sobretudo no sistema bancário. Ao contrário de muitos países ocidentais, nomeadamente os Estados Unidos da América (E.U.A.), o sistema baseado no mercado e assente na

⁷⁰ Ver ponto 5.2.

⁷¹ A este respeito ver o capítulo II.

⁷² Os oito países são o Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Malásia, Tailândia e Indonésia.

⁷³ You, tendo por base dados de 1994 representa graficamente os rácios de desigualdade para os oito países referidos, concluindo que apenas o Japão, Indonésia, Taiwan e Coreia do Sul se poderão considerar como tendo uma baixa desigualdade na distribuição do rendimento.

intermediação financeira⁷⁴ assume uma importância relativamente menor. Esta opção vem permitir uma menor dispersão do capital e uma maior retenção de lucros⁷⁵, por oposição a uma maior pressão para a distribuição de dividendos.

A nível familiar, foram tomadas opções políticas de promoção da poupança, através da restrição do financiamento do consumo.

YOU (1998, p. 54) chama ainda a atenção para o facto de que a influência de uma distribuição equitativa inicial da riqueza e do rendimento tenderá a dissipar-se ao longo do tempo, sendo difícil a continuação estável da expansão do emprego.

Por seu turno, MIZOGUCHI e YOSHIDA (1998, p. 184), sublinham que “...enquanto o rendimento real médio tem aumentado de forma sustentada no continente asiático devido ao crescimento económico, permanecem muitos problemas sociais originados por uma distribuição do rendimento desigual”, rejeitando também assim a ideia de uma distribuição excepcionalmente equitativa do rendimento no continente asiático⁷⁶.

Actualmente, estão patentes no continente asiático variados exemplos de conflitos, sendo mais visíveis os do “Afeganistão, Sri Lanka e Filipinas, mas sendo também relevantes os da Índia, Indonésia, Myanmar e Paquistão, Cambodja ou Laos” [MAHMOOD (2001, p. 43-44)]. Segundo o Anexo II verificamos que a Ásia é a região a nível mundial onde se tem verificado um maior número de conflitos armados, mesmo superior ao número verificado no continente africano.

De acordo com o Anexo III, verificamos que o conflito verificado no Afeganistão assumiu a forma de conflito *guerra*⁷⁷, enquanto que nos restantes

⁷⁴ Para uma análise comparativa dos sistemas financeiros assentes no sistema bancário e no mercado ver por exemplo, THIEL (2001, pp. 27-36).

⁷⁵ YOU (1998, p. 53) sublinha que a retenção de lucros levou ao crescimento no Japão, Coréia do Sul e Taiwan, mas conduziu à estagnação na Índia. Segundo este autor, a diferença esteve na procura de investimento, indispensável ao crescimento.

⁷⁶ MIZOGUCHI e YOSHIDA (1998, pp. 189-192) efectuem um estudo da desigualdade na distribuição do rendimento no continente asiático utilizando um índice análogo ao índice de Gini (IRA – Índice Relativo Avançado), para cada país com o objectivo de classificar cada país face a uma distribuição de rendimento mundial. Os autores concluem que a distribuição de rendimento asiática cresceu para valores superiores quando comparados com o rendimento mundial. No entanto, permanecem no continente problemas sociais resultantes de uma desigual distribuição do rendimento.

⁷⁷ Relativamente à tipologia de conflitos, ver ponto 2.1 do capítulo II.

países acima referidos, no período de 1946 a 2001, já ocorreram conflitos com níveis de intensidade variáveis e classificados nas três categorias de conflito consideradas, isto é conflito armado menor, intermédio e guerra civil.

Vários autores defendem a existência de uma correlação entre países com problemas internos e o crescimento económico, sendo que, de entre os “20 países mais pobres do mundo, 16 estão envolvidos em grandes conflitos” [MAHMOOD (2001, p. 44)], o que aliás, e como já foi anteriormente descrito, está na base da recente classificação de países LICUS feita pelo Banco Mundial. A razão para a existência desta correlação é a de na presença de coesão social, esta reduzir o risco de conflito, assentando essa coesão em dois planos distintos: “nos laços entre indivíduos, famílias aldeias e tribos; e na relação entre o indivíduo e o Estado” [MAHMOOD (2001, p. 45)] que pode ser fraca ou forte. O aumento da desigualdade na distribuição do rendimento irá enfraquecer fortemente essa realidade.

Para ilustrar a relação entre desempenho económico e conflitos internos, MAHMOOD (2001, p. 46) estabelece quatro regimes económicos do Sul e Leste Asiáticos: economias de baixo rendimento (Afeganistão, Bangladesh, Índia, Paquistão, Filipinas e Sri Lanka) caracterizadas por baixo crescimento do PIB, baixo nível de emprego e baixo rendimento; economias em transição (Cambodja, China, Laos, Myanmar e Vietname) caracterizadas por alto crescimento do PIB e baixo emprego e rendimento; economias de grande crescimento (Indonésia, Malásia, Tailândia) com alto crescimento do PIB e emprego e médio rendimento; e economias de alto rendimento (Japão, Coréia, Singapura e Taiwan) com médio/alto crescimento do PIB, pleno emprego e alto rendimento.

Ao analisarmos o quadro seguinte, verificamos ser possível explicar as clivagens sociais a partir de três variáveis: crescimento do PIB; emprego e rendimento.

Quadro 3 – Categorias de Regime Económico na Ásia

	Economias de baixo crescimento	Economias em transição	Economias de alto crescimento	Economias de alto rendimento
Crescimento do PIB	<i>Baixo</i>	<i>Alto</i>	<i>Alto</i>	<i>Alto/Médio</i>
Emprego	<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Alto</i>	<i>Pleno</i>
Rendimento	<i>Baixo</i>	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>

Economias em cada grupo

	<i>Afganistão</i>	<i>Cambodja</i>	<i>Indonésia</i>	<i>Japão</i>
	<i>Bangladesh</i>	<i>China</i>	<i>Malásia</i>	<i>Coréia do Sul</i>
	<i>Índia</i>	<i>Laos</i>	<i>Tailândia</i>	<i>Singapura</i>
	<i>Paquistão</i>	<i>Myanmar</i>		<i>Taiwan</i>
	<i>Filipinas</i>	<i>Vietname</i>		
	<i>Sri Lanka</i>			

Fonte: MAHMOOD (2001, p. 46)

Note-se que todos os países do primeiro grupo apresentam conflitos internos (ver anexo III) com destaque para o Sri Lanka e as Filipinas.

No estudo da distribuição do rendimento no continente asiático, deverá também ser considerada a importância dos direitos de propriedade na explicação do “acesso a factores de produção como o capital e a terra” [MAHMOOD (2001, p. 49)], fortes determinantes do acesso ao rendimento⁷⁸, e consequentemente do emprego, produtividade e crescimento económico.

Os países de baixo rendimento apresentam um mercado de terra caracterizado por laços extra-económicos sendo a terra ainda propriedade de um grupo que restringe de forma significativa o seu acesso, através de rendas e

⁷⁸ Ao considerar que é o acesso à terra e ao capital a determinar o emprego, produção e rendimento, Mahmood considera que as restrições no acesso a esses dois factores têm implicações directas na redução do emprego pelas restrições directas à utilização do trabalho, e menos crescimento económico pela existência de menos produtores, concorrência e produtividade, e consequentemente menos produto. Os direitos de propriedade e as mudanças nas instituições que os regulam são assim fortes determinantes do emprego, rendimento e crescimento.

condições contratuais, influenciando directamente o desemprego e as clivagens sociais características de muitos países em desenvolvimento.

5.1.1. O papel do Estado

O papel do Estado no continente asiático, concentra-se fundamentalmente em dois grandes papéis: “gestão de clivagens e gestão política e económica” [MAHMOOD (2001, p. 60)].

A acção do Estado poderá ter uma natureza mais económica ou mais política. Quanto maiores forem as imperfeições de mercado, maior será a gestão estatal desses mercados, tornando-se predominante a gestão política pelo Estado em detrimento da gestão económica. Se as imperfeições de mercado forem menores, o inverso tenderá a verificar-se.

Nas economias de baixo crescimento⁷⁹, como é o caso da generalidade das economias dos países em desenvolvimento, as imperfeições do mercado da terra, conduzem a uma intervenção estatal mais forte. O papel do Estado na gestão macroeconómica acaba por ser em alguns casos tão limitado, “que em muitas das economias de baixo crescimento muito desse papel assume simplesmente a gestão dos condicionamentos externos impostos como contrapartida da concessão de empréstimos” [MAHMOOD (2001, p.61)]. Neste contexto, a promoção estatal da mudança tecnológica acaba por ser baixa, a provisão de protecção social muito limitada, e as suas políticas redistributivas reduzidas, com consequências directas nas taxas de pobreza, níveis de desigualdade, e incidência e intensidade de conflitos sociais.

Nas economias em transição, mantém-se uma gestão política forte do Estado, mas com um papel mais forte na protecção social e redistribuição. Esta acção vem moderar a pobreza e baixar a desigualdade e clivagens sociais.

Nos países de economias em crescimento, o Estado tem mais espaço para políticas macroeconómicas e progresso tecnológico, mas com um papel limitado na protecção social e políticas redistributivas.

Nas economias de alto rendimento, os direitos de propriedade eficientes reduzem o papel do Estado na gestão política, o que lhe dá mais espaço para políticas macroeconómicas, promoção do progresso tecnológico, desenvolvimento da protecção social e políticas redistributivas. Assim, a pobreza é muito baixa, bem como a desigualdade e as clivagens sociais.

Pode-se inferir uma simetria muito forte entre as clivagens sociais e as variáveis económicas críticas como o emprego, rendimento e crescimento do produto no Sul e Leste da Ásia. Naturalmente que as clivagens sociais serão maiores nas economias de baixo crescimento e menores nas economias de alto rendimento. As imperfeições dos mercados de trabalho e da terra vêm traduzir o espaço que o Estado tem para actuar. A persistência das imperfeições implicará que a intervenção estatal será mais política que económica. Assim o espaço necessário para a gestão política anularia o espaço necessário para a gestão económica.

A governação e a estrutura do poder político, factores muito relevantes no contexto da diversidade asiática, assumem uma importância crucial determinando a qualidade e amplitude da acção do Estado, sendo marcadamente decisiva a existência de “distorções no funcionamento das instituições administrativas e judiciais” [HORIUCHI (2001, p. 429)].

Por outro lado, é também relevante o passado colonial de muitos dos países asiáticos, que veio condicionar as estruturas de poder político criadas logo após a independência. Em muitos casos “assistiu-se à substituição de uma autoridade colonial, por uma nova classe privilegiada e dominadora, controladora dos recursos, riqueza, prestígio e emprego” [HORIUCHI (2001, p. 434)]. Este grupo monopolizou os privilégios existentes, olhando para a diversidade social e sua livre expressão como uma ameaça ao seu domínio. Para manter o monopólio, são usadas a violência e as decisões arbitrárias, dificultando a coesão social e estimulando a constituição de grupos contestários.

⁷⁹ Refira-se que a tipologia das economias asiáticas apresentada neste ponto é a mesma apresentada no quadro 3 do ponto anterior.

5.1.2. Políticas de distribuição do rendimento na Ásia do Sul

Na maioria dos países em desenvolvimento, a pobreza generalizada e a forte desigualdade na distribuição do rendimento, assume uma importância política e social muito efectiva e relevante. Neste contexto, são relevantes as políticas fiscais e o seu papel redistributivo no curto e longo prazos, bem como as de regulação do acesso a factores produtivos, como a terra, ou as políticas de promoção do desenvolvimento rural.

Em termos práticos, as políticas de redistribuição do rendimento no continente asiático têm tido uma grande dificuldade de implementação, em parte devido à pouca capacidade de imposição do Estado face a grupos internos detentores de privilégios. A título de exemplo, poderão ser referidas “as tentativas falhadas de implementação como as políticas de reforma da terra no Myanmar, Paquistão e Filipinas, em que as forças que se opõem à equalização são muito poderosas adiando a sua concretização” [OSHIMA (1998, p. 359)].⁸⁰

Por outro lado, há que ter em conta a necessidade de compatibilização entre as políticas de equalização do rendimento e o crescimento do produto. Alguns tipos de políticas deverão ser evitadas por travarem o crescimento económico, como foi o caso das “políticas de alimentação e habitação do Sri Lanka, que foram disponibilizadas a todos, incluindo os ricos” [OSHIMA (1998, p. 359)]. O custo dessas políticas teve de ser suportado por fortes cargas fiscais tornando aquelas claramente ineficientes. Quando o crescimento é lento, outros factores como as condições do tempo e a instabilidade política, têm um maior impacto na distribuição do rendimento.

As principais políticas de redução da desigualdade na distribuição do rendimento adoptadas no continente asiático a partir da década de 1960 traduziram-se em⁸¹:

⁸⁰ A implementação de políticas redistributivas é também prejudicada pelo forte peso das despesas militares. No Sri Lanka, em 2001-2, os gastos militares eram exactamente iguais (em % do PIB) ao conjunto de gastos públicos na saúde e educação (3,1%). No caso do Paquistão as despesas militares (4,7%) excedem claramente o conjunto das despesas com saúde e educação [PNUD (2004)].

⁸¹ Seguimos a estrutura apresentada por OSHIMA (1998, pp. 360-363).

- Programas de desenvolvimento rural criados com o objectivo de aumentar o rendimento e o bem estar das famílias de baixo rendimento, sobretudo pequenos agricultores e trabalhadores sem terra, através da provisão de terra, crédito, irrigação e electrificação. Estas políticas procuram aumentar a produtividade dos pequenos agricultores, evitando que o poder dos grandes proprietários impeça o desenvolvimento rural;
- Promoção de actividades não agrícolas para os meses secos, sobretudo ligadas à floresta e à pesca;
- Políticas industriais promotoras da produções intensivas no factor trabalho com o objectivo de reduzir a desigualdade na distribuição do rendimento. Estas estratégias vêm beneficiar as pequenas empresas, e aumentar o emprego e rendimento dos trabalhadores menos qualificados;
- Promoção da formação e escolaridade, eliminando bolsas de trabalhadores não qualificados⁸²;
- Políticas de controlo populacional conduzindo a uma redução do excesso de oferta de trabalho;
- Políticas de redução das discrepâncias inter-regionais, permitindo uma redução do excesso de oferta de trabalho;
- Medidas fiscais afectando a desigualdade através da discriminação positiva da população mais pobre, através da implementação de uma progressividade clara na tributação com forte incidência nas classes de maior rendimento, o que se tem revelado muito difícil de concretizar nos países em desenvolvimento.

De facto, “a interacção entre progressividade do imposto, políticas de transferência e distribuição do rendimento é afectada por um conjunto de factores que são específicos dos países em desenvolvimento” [KE-YOUNG-CHOU (2000, p. 10)], que se traduzem na existência de uma reduzida base tributável,

⁸² No pós guerra houve um investimento forte no capital humano na generalidade dos países do continente asiático, atingindo uma média de anos de escolaridade para população com idade superior a vinte e cinco anos “de 10,4 no Japão, 6,6 na Coréia do Sul, 5,5 no Sri Lanka, até 1,4 no Paquistão” [OSHIMA (1998, p. 374)].

fraca administração fiscal, evasão fiscal generalizada, predominância de impostos indirectos e um muito limitado conjunto de impostos sobre a riqueza e capital, e de transferências e políticas de protecção social. Este ambiente característico das economias dos países em desenvolvimento, vem colocar fortes entraves à eficácia das políticas fiscais na redistribuição do rendimento.

A principal contribuição das políticas fiscais como instrumento redistributivo deve estar no aumento dos rendimentos necessários para financiar políticas direccionadas para diminuir inequidades e combater carências de rendimento mais significativas. Para atingir estes fins, os sistemas fiscais terão de alargar as suas bases tributáveis, limitar as isenções e taxas reduzidas, algo dificilmente aplicável na realidade de muitos países em desenvolvimento do continente asiático.

Refira-se que “as políticas de bem estar no continente asiático são muito modestas para ter impacto substancial na distribuição do rendimento, com valores médios de 1 % a 2% do produto, face a 13% nos Estados Unidos da América” [OSHIMA (1998, p. 379)].

Assim, e no contexto dos países asiáticos em desenvolvimento, as medidas mais eficazes e imediatas de combate à desigualdade na distribuição do rendimento poderão estar no desenvolvimento rural e na promoção de actividades produtivas alternativas à sazonalidade agrícola, atingindo as bolsas de população de menores rendimentos e contribuindo para a diminuição das discrepâncias regionais.

5.1.3. Pobreza, distribuição do rendimento e conflitos na Ásia do Sul

No contexto do estudo da ocorrência de conflitos e dos seus factores explicativos⁸³, é importante a análise da causalidade entre pobreza e desigualdade e a ocorrência de conflitos, com o objectivo de avaliar a importância da pobreza na explicação dos conflitos violentos endémicos.

⁸³ Ver a este respeito o capítulo II.

Tendo por base o estabelecimento de uma “linha de pobreza”⁸⁴, PEIRIS (1999, p.2) efectua um estudo aplicado à Ásia do Sul, sustentando haver uma tendência generalizada de longo prazo de quebra nos rácios de pobreza na Ásia do Sul, tendo por base dados estatísticos referentes a períodos compreendidos entre as décadas de 1970 e 1990⁸⁵.

Por outro lado, existe também um aumento claro de asiáticos do Sul cujo rendimento está abaixo dos níveis mínimos aceitáveis, que vive num estado de aguda pobreza económica, tendo duplicado o seu número de 200 milhões para 400 milhões num espaço de 50 anos.

O quadro 4 apresenta-nos índices de Gini referentes a alguns países da Ásia do Sul. Podemos observar uma relativa homogeneidade dos valores observados em 2002 (tendendo para 0,30) nos cinco países e uma regularidade nos valores observados desde a década de 1970, com excepção do Sri Lanka que apresentou valores mais elevados nas décadas de 1970 e 1980. No entanto, não deixa de ser curiosa a existência de uma tendência de crescimento da concentração do rendimento em todos os países entre 1990 e 2002.

Quadro 4 - Evolução da desigualdade na distribuição do rendimento na Ásia do Sul: Índice de Gini

País	1970	1980	1990	2002
Índia	0,30	-	0,30	0,33
Paquistão	0,30	0,32	0,31	0,33
Bangladesh	0,29 ⁸⁶	-	0,29	0,32
Nepal	-	0,30 ⁸⁷	-	0,37
Sri Lanka	0,38	0,42	0,30	0,34

Fonte: DEININGER and SQUIRE (1996) e PNUD (2004)

⁸⁴ Ver conceito no ponto 2. do capítulo I.

⁸⁵ Os dados apresentados por Peiris referem uma diminuição do número de pobres no Paquistão de 35,5% em 1975 para 14,7 % em 1995; uma diminuição de 70,5% em 1973/74 para 47,0% em 1995/96 no Bangladesh e uma diminuição de 56,4% em 1973/74 para 37,5% em 1993/94 nas áreas rurais indianas. Em todos os casos é considerada uma linha de pobreza de 1 dólar americano por dia.

⁸⁶ Observação de 1969.

⁸⁷ Observação de 1984.

Através do quadro 5 observamos, mais uma vez, uma certa homogeneidade da desigualdade na distribuição do rendimento entre os cinco países considerados da Ásia do Sul. Os valores apresentados encontram-se próximos dos verificados dos países desenvolvidos, sendo muito inferiores aos verificados na África Sub-Saariana.

**Quadro 5 - Desigualdade na distribuição do rendimento na Ásia do Sul:
rácio de rendimento 10% mais ricos para 10% mais pobres**

Pais/Ano do Inquérito	Parte do rendimento dos 10 % mais pobres	Parte do rendimento dos 10% mais ricos	Rácio dos 10% mais ricos para os 10% mais pobres
Índia (1999/2000)	3,9	27,4	7,0
Paquistão (1998/1999)	3,7	28,3	7,6
Bangladesh (2000)	3,9	26,7	6,8
Nepal (1995/1996)	3,2	29,8	9,3
Sri Lanka (1995)	3,5	28,0	7,9

Fonte: PNUD (2004)

JIN (2004, p. 3) sublinha que a Ásia do Sul tem crescido a um ritmo baixo de 2% ao ano, representando apenas 2% do PIB mundial, sendo o rendimento *per capita* sensivelmente o mesmo da África Sub-Saariana. O número de pobres estimado com base no critério de 1 dólar por dia ajustado em PPC é de 425 milhões de pessoas, aproximadamente 32% da população. Jin acredita que a Ásia do Sul conseguirá cumprir com a meta de diminuir para metade a pobreza em 2015 face 1990, apesar de os indicadores de saúde e educação terem vindo a evoluir muito lentamente.

A meta a que se refere Jin é a de diminuir para metade a proporção de pobres com rendimento inferior a 1 dólar por dia entre 1990 e 2015, e está relacionada com o primeiro dos MDG (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) que é o de erradicar a pobreza extrema e a fome. Os MDG's foram elencados na Declaração do Milénio apresentada na Assembleia Geral das Nações Unidas a 18 de Setembro de 2000, que foi a resultado prático de diversas

conferências realizadas durante a década de 1990. A Declaração do Milénio traduz-se no acordo dos governos em seguir políticas conducentes à concretização oito objectivos e dezoito metas apresentados na Declaração⁸⁸.

Peiris sublinha a dificuldade em estabelecer uma correlação entre medidas de pobreza e ocorrência de conflitos. No entanto, analisando “o aumento ao longo do tempo das pessoas em estado de pobreza e a taxa de motins, por outro lado” [PEIRIS (1999, p. 4)], conclui que a pobreza será o factor mais omnipresente que qualquer outro na explicação da ocorrência de conflitos.

Pela análise do quadro 6 verificamos uma incidência de pobreza extrema relativamente elevada na Ásia do Sul. A excepção é o Sri Lanka que apresenta um valor relativamente inferior.

Quadro 6 - Incidência de pobreza extrema na Ásia do Sul (1990 – 2002⁸⁹)

Pais/Região	População com rendimento inferior a 1 US\$ por dia (%)
Índia	34,7
Paquistão	13,4
Bangladesh	36,0
Nepal	37,7
Sri Lanka	6,6
Ásia do Sul	44,01

Fonte: PNUD (2004) e DRAMAN (2003)

Verificamos que de entre os países apresentados no quadro 7, a generalidade apresenta valores elevados, indicando alta privação nas três dimensões consideradas: uma vida longa e saudável; conhecimento e nível de vida digno. A excepção é o Sri Lanka que apresenta um valor razoável no contexto dos países em desenvolvimento (18,2).

⁸⁸ Para uma descrição dos objectivos e metas subjacentes à Declaração do Milénio ver, por exemplo UNITED NATIONS (2002). Para uma análise crítica dos objectivos ver VANDEMOORTELE (2002).

⁸⁹ Os dados referem-se ao ano mais recente disponível do período considerado.

Quadro 7 - Índice de pobreza humana para os países em desenvolvimento (IPH-1)⁹⁰ na Ásia do Sul (1990 –2002⁹¹)

País/Região	Índice de pobreza humana para os países em desenvolvimento (IPH-1) (%)
Índia	31,4
Paquistão	41,9
Bangladesh	42,2
Nepal	41,2
Sri Lanka	18,2

Fonte: PNUD (2004)

Peiris refere que “em certos tipos de conflito, a privação e outras formas de pobreza como a exploração e a opressão constituem a sua principal causa, sendo que num conjunto alargado de outros casos em que as causas principais apontadas são a inimizade histórica, fanatismo religioso, resistência contra a assimilação, extinção cultural, a pobreza desempenha um papel chave” [PEIRIS (1999, p. 4)]. A pobreza teria neste último caso um efeito indirecto na ocorrência de conflitos. No entanto, Peiris sublinha que no caso da Ásia do Sul é a pobreza que invariavelmente cria as condições necessárias, ou é a causa fundamental, para um conflito, tome este a forma que tomar.

A Ásia do Sul tem a maior aglomeração mundial de pessoas vivendo num estado de pobreza, apresentando nos últimos 50 anos níveis de desenvolvimento muito baixos (ver quadro 8), tendo os seus habitantes estado sujeitos a vários tipos de conflito violento. Por outro lado, a ocorrência de conflitos vem retardar o desenvolvimento e agravar a pobreza.

⁹⁰ Enquanto o IDH mede a realização média, o IPH-1 mede privações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano captadas no IDH: uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte em idade prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos; conhecimento: exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos; um nível de vida digno – falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade. Para uma simulação do cálculo do indicador, ver ponto 1.2.3.5. deste trabalho.

⁹¹ Os dados referem-se ao ano mais recente disponível do período considerado.

Quadro 8 - IDH na Ásia do Sul

	1975	1980	1990	2002
Índia	0,411	0,437	0,514	0,595
Paquistão	0,346	0,373	0,444	0,497
Bangladesh	0,315	0,363	0,417	0,509
Nepal	0,291	0,330	0,418	0,504
Sri Lanka	0,613	0,648	0,698	0,740

Fonte: PNUD (2004)

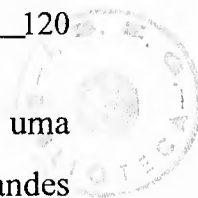
Embora Peiris considere a pobreza como a causa mais presente na generalidade dos conflitos, a sua influência não poderá ser vista de uma forma uniforme em todos os países e regiões.

Assim, a ligação entre pobreza e distúrbios deverá ter em atenção um conjunto de informações complementares, não podendo ser vista de forma linear. Deverá ser sublinhada a importância dos recursos naturais e a sua articulação com os níveis de pobreza verificados em cada região. A este respeito, PEIRIS (1999, p. 16) refere que no estado indiano do Bihar, “os distritos mais ricos em minérios foram objecto de agitações para a criação de entidades políticas autónomas”, por contraposição aos restantes distritos.

Por outro lado, a existência de identidades étnicas é também aqui relevante, sobretudo em situações em que o governo central ou estatal é visto como defensor dos interesses de um grupo étnico específico, marginalizando outros.

A análise da desigualdade na distribuição do rendimento deverá ser também considerada independentemente dos níveis de pobreza. PEIRIS (1999, p. 25) sublinha que no estado indiano do Punjab, são referidas as falhas existentes ao nível da governação, não sendo neste caso a pobreza o factor fundamental, mas as disparidades na distribuição do rendimento entre diferentes grupos populacionais.

Poder-se-á referir que “a variação no nível de desenvolvimento económico não tem uma relação evidente com as variações na incidência de conflitos



especialmente ou temporalmente” [PEIRIS (1999, p. 32)]. Existirá sim uma evidência da influência directa ou indirecta da pobreza em todos os grandes conflitos. No entanto, essa influência não será exercida de forma tão significativa e evidente em situações de predomínio de pobreza extrema, pois esta tenderá a causar apatia nas populações afectadas, como destaca NEARY (1996, p. 2).

A pobreza nas suas diferentes formas, não satisfação de necessidades básicas, privação relativa, marginalização no acesso a recursos, negação dos benefícios do desenvolvimento, conduz de forma mais persistente do que qualquer outra causa às condições para a observância de conflitos, sobretudo se associada também a factores de desigualdade na distribuição dos rendimentos e à detenção de recursos naturais.

Poder-se-á mesmo afirmar que “a pobreza lançou as sementes do terrorismo, mostrando a experiência asiática que as causas do conflito social são a pobreza crónica e, num sentido geral, de privação e falta de esperança” [JIN (2004, p. 2)].

Numa outra perspectiva, HORIUCHI (2001, p. 435) refere que os países asiáticos que foram bem sucedidos na redução da pobreza, conseguiram atingir crescimento económico, concluindo que “...a redução da pobreza coloca uma economia no caminho do crescimento”.

5.2. A Distribuição do Rendimento no Continente Africano e a eclosão de conflitos

A África Sub-Saariana (ASS) distingue-se de outras regiões a nível global no que se refere ao número de conflitos existentes, à sua persistência e ao impacte massivo que têm evidenciado na vida e condição de vida dos seus habitantes. A este respeito, a seguir à Ásia (ver Anexo II), o continente africano apresenta o maior número de conflitos ocorridos. Em 1998, por exemplo, nos continentes asiático e africano verificavam-se mais de 80% dos conflitos assinalados no mundo.

No Anexo III podemos observar os conflitos armados ocorridos entre 1946 e 2001. Numa primeira análise podemos verificar a existência de variados

conflitos nos três níveis de classificação propostos por Wallenstein⁹², atingindo uma muito elevada proporção de todos os conflitos do continente.

Relativamente às condições de vida dos habitantes do continente, refira-se que a pobreza é uma característica generalizada e persistente de todos os países da África Sub-Saariana, permanecendo uma grande discrepância entre “um pequeno grupo de elite, uma classe média embrionária e uma massa empobrecida de camponeses e pobres urbanos” [DOUMA (1999, p. 3)]. A pobreza reflecte-se como a característica mais comum da vivência dos africanos, tanto urbanos como rurais.

No Anexo IV podemos verificar os níveis de PIB *per capita* PPC por região mundial, que apresenta a África Sub-Saariana no ano de 2002 com um valor muito inferior ao verificado nas restantes regiões mundiais PPC US\$ 1.790, contra uma média de PPC US\$ 4.054 em todos os países em desenvolvimento.

Refira-se que estão na África Sub-Saariana os 25 países mais pobres do mundo, estando também a maioria dos países voluntários como países LICUS piloto⁹³ para os anos de 2003 a 2005, apresentando um PIB *per capita*⁹⁴ mais baixo em 2002 que o apresentado na década de 1970. Pelo Anexo IV se vê que a África Sub-Saariana apresentou uma taxa de crescimento do PIB *per capita* negativa entre 1975 e 2002 (-0,8%), o que só por si é um indicador dos problemas crescimento económico e de desenvolvimento que a África Sub-Saariana tem vindo a atravessar. Como destacam NAFZIGER and AUVINEN (2001, p. 7), “o crescimento *per capita* negativo interage com a predação política numa espiral descendente, verificada em países como Angola, Libéria, Serra Leoa e R.D. Congo”, contribuindo directamente para a decadência e colapso do Estado⁹⁵.

Por outro lado, verifica-se uma grande concentração do PIB da África Sub-Saariana, com a África do Sul (PPC milhares de milhões de US\$ - 456,8) e a Nigéria (PPC milhares de milhões de US\$ - 113,6) a representarem quase 50%

⁹² Ver a este respeito o ponto 2.1 do capítulo II.

⁹³ Ver a este respeito introdução ao capítulo V.

⁹⁴ O PIB *per capita* é aqui utilizado como indicador de desenvolvimento, apesar das suas limitações. A este respeito, ver por exemplo, INGHAM (1995, pp. 12-15).

⁹⁵ Ver ponto 5.2.2.

do PIB de toda a África Sub-Saariana (PPC milhares de milhões de US\$ - 1.157,4)⁹⁶.

Se analisarmos os valores do Índice de Desenvolvimento Humano em 2002 (Anexo V), a África Sub-Saariana apresenta o valor mais baixo (0,465), bem abaixo da média dos países em desenvolvimento (0,663), o que significa que está no nível de Desenvolvimento Humano Baixo, ao contrário da média dos Países em Desenvolvimento que está no nível de Desenvolvimento Médio. Por outro lado de acordo com o *ranking* do PNUD (2004), observa-se que nos últimos vinte lugares da classificação de IDH, dezanove são de países da África Sub-Saariana.

Por outro lado, tendo a África Sub-Saariana cerca de 10% da população mundial, contribui apenas para 1% do PIB, por oposição aos países da OCDE que, com aproximadamente 18% da população contribuem para 82% do PIB.

No quadro 9, e à semelhança do que fizemos para a Ásia do Sul apresentamos quatro indicadores, o PIB *per capita*, o Índice de Educação, pessoas subnutridas e taxa de mortalidade infantil, com o objectivo de analisar de forma genérica os níveis de vida em países seleccionados da África Sub-Saariana.

A escolha destes países justifica-se pelo facto de todos eles terem experimentado conflitos políticos internos na segunda metade do século XX, tendo em conta que será efectuado um estudo individualizado da República Democrática do Congo no capítulo VI deste trabalho.

⁹⁶ Dados de PNUD (2004)

Quadro 9 - Indicadores do nível de vida na A.S.S.

	PIB <i>per capita</i> (PPC US\$) - 2002	Índice de Educação - 2002	Pessoas subnutridas (% da pop. total - 1999/2001) ⁹⁷	Taxa de mortalidade infantil - por 1.000 nados vivos
Uganda	1.390	0,70	19	82
Costa do Marfim	1.520	0,47	15	102
Etiópia	780	0,39	42	114
Moçambique	1.050	0,45	53	125
Serra Leoa	520	0,39	50	165
Rep. Dem. Congo	650	0,51	75	129
África S. S.	1.790	0,56	32	108
Países em desenv.	4.054	0,71	17	61

Fonte: PNUD (2004)

O primeiro ponto a notar de forma óbvia é o de que os níveis de vida são muito baixos na totalidade dos países seleccionados. Relativamente ao PIB *per capita*, apenas o Uganda, a Costa do Marfim e Moçambique apresentam valores superiores 1.000 US\$ PPC⁹⁸, com a Serra Leoa a apresentar um valor muito baixo de 520 US\$ PPC.

Relativamente ao índice da educação, devemos salientar que o Uganda apresenta um valor relativamente elevado no contexto dos países em desenvolvimento (0,70). Os restantes países apresentam valores muito baixos, com a Etiópia e a Serra Leoa nos valores inferiores (0,39).

No que diz respeito às pessoas subnutridas, com excepção do Uganda e da Costa do Marfim, todos os países apresentam valores extremamente elevados, sendo o da República Democrática do Congo elucidativo da qualidade de vida verificada no país (75%)⁹⁹, certamente uma consequência directa da guerra civil

⁹⁷ O valor apresentado refere-se a uma média entre os anos de 1999 e 2001.

⁹⁸ A título de exemplo refira-se que o PIB per capita da Noruega era em 2002 de 36.600 US\$ PPC e o dos Estados Unidos da América de 35.750 US\$ PPC.

⁹⁹ A República Democrática do Congo apresenta o valor mais elevado a nível mundial de pessoas subnutridas.

que aí se vive e do modo como o Governo tem conduzido a sua política económica e social.

Relativamente à taxa de mortalidade infantil, todos os países apresentam valores demasiadamente elevados relativamente à generalidade dos outros países, sendo o maior o da Serra Leoa (165)¹⁰⁰.

5.2.1. Conflitos na África Sub-Saariana

É usual considerar-se que a pobreza e os conflitos apresentam-se numa relação dinâmica e mutuamente reforçada pelo que a pobreza e a desigualdade permanecem como uma das principais fontes de conflito no contexto da África Sub-Saariana.

Vinte e oito estados da África Sub-Saariana estiveram ou estão envolvidos em conflitos nas últimas duas décadas, dos quais “dezassete tiveram de enfrentar conflitos em períodos anteriores, e oito têm as raízes da guerra nas lutas da era de pré-independência” [LUCKHAM et al (2001, p. 4)]. A extensão da violência tem escalado de forma muito clara, afectando mais os civis que os combatentes. Estima-se que nas vítimas dos conflitos entre “40% a 80% sejam civis” [LUCKHAM et al (2001, p. 6)]. Como podemos ver nos quadros 10 e 11, em Angola, Eritreia, Etiópia, Libéria, Ruanda, Somália e Sudão o número de vítimas da guerra atingiu as centenas de milhar, atingindo em alguns casos proporções de genocídio, não contando com os casos dos traumatizados, privados das condições de vida e forçados a deixar as suas casas.

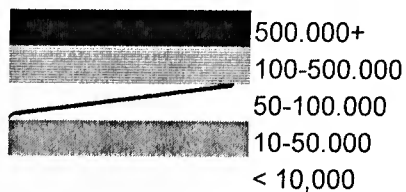
¹⁰⁰ É o valor mais elevado mundialmente.

Quadro 10 – Mortes devidas a conflitos em países seleccionados da África Sub-Saariana

País	1900-1970	1970-1980	1980-1990	1990-2000
Angola	1961-75	1976-95		1998<
Eritreia		1974-1991		1998<
Etiópia	1935	1974-79, 1976-91		1998<
Libéria			1985-88	1990-97
Moçambique	1965-75		1976-94	
Nigéria	1967-70		1980;1984	1991
Ruanda	1956-65			1992-97
Serra Leoa				1991<
Somália			1988-95	
Sudão	1963-72		1983-	
Uganda	1966	1970-78	1980-87	1992<
Zimbabwe		1972-79	1983-84	
R. D. Congo	1960-65			1993, 1996 <

Fonte: LUCKHAM (2001, p. 8)

Legenda: N.º de vítimas



Quadro 11 – Percentagem de população morta em países seleccionados da África Sub-Saariana e que atravessaram períodos de guerra civil

País	Período	Mortes (milhares)	% da população	% da Pop. per annum
Angola	1961-75	55	-	-
	1976-95	750 a 1.500	5% a 10%	0,2% - 0,5%
Eritrêa	1974-91	75 a 150	6%	0,35%
	1998-2001	10	0,30%	-
Etiópia	1974-91	575	1,00%	0,005%
	1976-79	40	0,10%	0,003%
	1998-2001	10	0,02%	-
Libéria	1985-88	5	0,30%	0,10%
	1990-1996	150 a 200	8% a 10%	1,6% a 2%
Moçambique	1965-75	30	0,30%	0,03%
	1976-95	1.050	7,5% a 10%	0,4% a 0,5%
Ruanda	1956-65	105	4%	0,40%
	1992-97	500 a 1.500	5% a 8%	1% a 1,6%
Serra Leoa	1991-presente	31	0,70%	0,08%
Somália	1988-1995	355	9% a 10%	1,3% a 1,4%
Sudão	1963-72	500	4%	0,44%
	1983-presente	1.500	8% a 10%	0,5% a 0,6%
Uganda	1971-79	310	2,50%	0,30%
	1980-87	315	2,00%	0,30%
R. D. Congo	1960-65	100	0,60%	0,12%
	1996-2001	-	-	-

Fonte: LUCKHAM (2001, p. 8)

A partir dos quadros anteriores poderemos discutir a relação de causalidade entre pobreza e ocorrência de conflitos.

O Anexo VII apresenta-nos os países com economias de baixo rendimento em 2002. Entre os sessenta e três países, trinta e oito estão localizados na África Sub-Saariana, todos eles tendo experienciado alguma forma de conflito, sendo precisamente os países enunciados no Quadro 16. A partir destas estatísticas poderemos considerar existir “uma tendência clara para os países pobres experienciarem conflito” [DRAMAN (2003, p. 6)], conduzindo assim à afirmação de que a “desigualdade e a pobreza persistente em grupos

populacionais são causas importantes de rixas, insurreições e outras formas de levantamentos civis” [JUSTINO (2004, p. 2)].

5.2.2. A desigualdade na distribuição do rendimento na A.S.S.

A desigualdade na distribuição do rendimento poderá ser apontada como uma ameaça muito relevante para a paz e estabilidade dos indivíduos e das sociedades em que vivem. DOUMA (1999, p. 1) refere que “a pobreza e a desigualdade são o resultado final de um processo em que grupos específicos são marginalizados ou privados dos seus recursos base, aumentando a capacidade mobilizadora desses grupos”.

Analisando o quadro 12 verificamos, em primeiro lugar, uma concentração extremamente elevada do rendimento, com a Serra Leoa a apresentar o valor mais elevado de 2002 (0,63). Observamos também uma tendência para o aumento da concentração do rendimento na África do Sul, Costa do Marfim e Nigéria ao longo da década de 1990. Nos extremos do quadro encontram-se a Serra Leoa e o Zimbabué com uma concentração do rendimento extremamente elevada e o Ruanda, que apresenta uma concentração relativamente baixa no contexto dos países da África Sub-Saariana (0,29).

Refira-se que não são apresentados dados nos quadros 12 a 14 para todos os países indicados nos quadros 9 e 10, por uma questão de não termos conseguido obter dados referentes a esses países para os períodos estudados. Infelizmente, entre os países excluídos está o país que é objecto do nosso estudo no capítulo VI, a República Democrática do Congo, para a qual não conseguimos obter qualquer dado referente à desigualdade na distribuição do rendimento.

Quadro 12 - Desigualdade na distribuição do rendimento na África Sub-Saariana: Índice de Gini

País	1970	1980	1990	2002
África do Sul	0,53	0,50	0,48	0,59
Costa do Marfim	0,53	0,50	0,37	0,45
Nigéria	0,36	0,37	0,41 ¹⁰¹	0,51
Ruanda	-	0,29 ¹⁰²	-	0,29
Serra Leoa	0,56 ¹⁰³	-	-	0,63
Zimbabwe	0,62 ¹⁰⁴	-	0,57	0,57

Fonte: DEININGER and SQUIRE (1996) e PNUD (2004)

O quadro 13 confirma algumas das conclusões retiradas no quadro anterior, nomeadamente quanto à relativamente baixa desigualdade verificada no Ruanda (5,8) e quanto ao país que apresenta a maior desigualdade na distribuição do rendimento a Serra Leoa, apresentando o valor de 87,2, ou seja os 10% mais ricos detêm 87,2 vezes mais rendimento ou consumo que os 10% mais pobres.

Quadro 13 - Desigualdade na distribuição do rendimento na África Sub-Saariana: Rácio dos 10% mais Ricos face aos 10% mais Pobres

País/Ano do Inquérito	Parte do rendimento dos 10 % mais pobres	Parte do rendimento dos 10% mais ricos	Rácio dos 10% mais ricos para os 10% mais pobres
África do Sul (1995)	0,7	46,9	65,1
Costa do Marfim (1998)	2,2	35,9	16,2
Nigéria (1996-97)	1,6	40,8	24,9
Ruanda (1983-85)	4,2	24,2	5,8
Serra Leoa (1989)	0,5	43,6	87,2
Zimbabwe (1995)	1,8	40,3	22,0

Fonte: PNUD (2004)

¹⁰¹ Observação de 1992.

¹⁰² Observação de 1983.

¹⁰³ Observação de 1968.

¹⁰⁴ Observação de 1969.

Para além da desigualdade estrita na distribuição do rendimento, é útil olhar para a desigualdade existente no acesso a oportunidades de emprego e educação, que conduziu muitos jovens (ex. Serra Leoa e Moçambique) a juntarem-se a movimentos rebeldes na procura de ganhos económicos imediatos, poder não acessível por qualquer outra forma¹⁰⁵ como destaca DRAMAN (2003, p. 10). Muitos destes jovens estão desempregados e vivem em áreas urbanas com sérias implicações de segurança.¹⁰⁶

Draman refere que só a facilidade com que as elites dirigentes recrutam jovens para participar em rebeliões demonstra o papel da pobreza em muitos dos conflitos na África Sub-Saariana.

Por seu turno, LUCKHAM et al (2001, p. 13) referem-nos que “na Libéria e no Ruanda a violência não apenas permitiu ganhos económicos, como concedeu uma oportunidade para demonstrar fúria contra aqueles identificados como desfrutando de vantagens económicas injustas”. A fraqueza do Estado contribui igualmente para este tipo de comportamento pela falta de mecanismos de punição do crime.

Para BOUMA (1999, p. 4), poder-se-á questionar mesmo se “a pobreza e a desigualdade são identificadas como o resultado consciente de políticas propositadas de exclusão e discriminação iniciadas pela elite do poder de uma etnia, religião ou grupo linguístico particulares”, colocando um carácter intencional na elaboração de políticas que provocam um aumento da pobreza e da desigualdade na distribuição do rendimento.

Pela análise do quadro 14 verificamos uma forte incidência de pobreza extrema na África Sub-Saariana, com a Nigéria e a Serra Leoa a apresentarem mais de metade da população nessas condições. A excepção é a África do Sul que apresenta um valor relativamente inferior.

¹⁰⁵ DRAMAN (2003, p. 10) sustenta que se os jovens têm apenas a opção da pobreza, poderão ser mais inclinados a aderir a uma rebelião, por oposição a um contexto de maiores oportunidades.

¹⁰⁶ DRAMAN (2003, p. 11) refere que ao aderir a movimentos rebeldes os jovens acabam por obter alimentação e vestuário, assim como oportunidades de reconhecimento e evolução que lhes estariam normalmente inacessíveis.

**Quadro 14 - Incidência de pobreza extrema na África Sub-Saariana
(1990 –2002¹⁰⁷)**

Pais/Região	População com rendimento inferior a 1 US\$ por dia (%)
África do Sul	7,1
Costa do Marfim	15,5
Nigéria	70,2
Ruanda	35,7
Serra Leoa	57,0
Zimbabwe	36,0
África Sub-Saariana	44,67

Fonte: PNUD (2004) e DRAMAN (2003)

Quanto às três dimensões abrangidas pelo Índice de Pobreza Humana (IPH-1) (vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida digno), temos uma proporção elevada da população a estar privada do acesso aos benefícios dessas dimensões (Quadro 15):

¹⁰⁷ Os dados referem-se ao ano mais recente do período considerado.

Quadro 15 - Índice de pobreza humana para os países em desenvolvimento (IPH-1)¹⁰⁸ na África Sub-Saariana (1990 –2002¹⁰⁹)

País/Região	Índice de pobreza humana para os países em desenvolvimento (IPH-1) (%)
África do Sul	31,7
Costa do Marfim	45,0
Eritrêa	41,8
Etiópia	55,5
Nigéria	35,1
Rep. Dem. Congo	42,9
Ruanda	44,7
Serra Leoa	-
Zimbabué	52,0

Fonte: PNUD (2004)

Deve ser também sublinhada a importância da privação relativa na eclosão de descontentamento social, sendo que no contexto africano a alta concentração do rendimento e a pobreza contribuem para a ocorrência de conflitos e emergências humanitárias. São apontados os exemplos da Nigéria e África do Sul, onde apesar de um crescimento económico positivo, a existência de uma elevada desigualdade conduziu a conflitos políticos e a emergências humanitárias.

DRAMAN (2003, p. 2) aponta que “a pobreza e a falta de oportunidades económicas foram factores mais importantes para a instabilidade na África Ocidental que a actuação de Charles Taylor (Libéria) e da RUF (Serra Leoa)”. Numa perspectiva diferente [NAFZIGER and AUVINEN (1997) demonstram

¹⁰⁸ Enquanto o IDH mede a realização média, o IPH-1 mede privações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano captadas no IDH: uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte em idade prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos; conhecimento: exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos; um nível de vida digno – falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade. Para uma simulação do cálculo do indicador, ver PNUD (2003, p. 342).

que a incidência de emergências humanitárias está fortemente associada a baixo ou negativo crescimento económico, baixos níveis de desenvolvimento económico, estagnação da produção agrícola e desigualdade extrema na produção do rendimento].

Para demonstrar a relação entre pobreza e conflitos na A.S.S., DRAMAN (2003, p. 11) refere que no Sudão, por exemplo, a pobreza persistente do Sul por comparação com o Norte, associada ao sentimento de que o governo sediado no Norte estava a explorar os recursos da região sem dar qualquer retorno, contribuiu para o eclodir do conflito em 1983. Draman refere ainda, que em Angola e Moçambique, o ressentimento da população rural face às elites urbanas detentoras do poder económico e político, contribuiu para a emergência dos conflitos nos dois países.

5.2.3. O Papel do Estado

Não é possível dissociar os dados atrás referidos da falha da actuação do Estado ao lidar com o subdesenvolvimento e a pobreza, que vêm originar e alimentar esses conflitos.

Em primeiro lugar, será útil referir que os governos africanos não têm uma existência tão antiga como a da generalidade dos governos dos países ocidentais, dado que a maioria dos países do continente torna-se independente a partir da década de 1960. A realidade mostra que os governos africanos são de uma forma geral autocráticos e fracos, em que muitas vezes o poder de governo é algo atingido através de golpes de Estado.

Por outro lado, a própria ocorrência dos conflitos vem fragilizar a capacidade de actuação do Estado. Países como a Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim e a República Democrática do Congo viram a capacidade de actuação do Estado seriamente afectada (Quadro 16):

¹⁰⁹ Os dados referem-se ao ano mais recente do período considerado.

Quadro 16 – Países da África Sub-Saariana afectados por conflitos a partir da década de 1980

	Estado seriamente incapacitado durante o conflito	Estado relativamente intacto durante o conflito
Conflitos activos ou terminados recentemente	<i>Libéria</i> <i>Ruanda</i> <i>Serra Leoa</i> <i>Somália</i>	<i>Angola</i> <i>Burundi</i> <i>Sudão</i>
Conflitos anteriores em larga escala	<i>Chade</i> <i>Uganda</i>	<i>Etiópia</i> <i>Eritreia</i> <i>Moçambique</i> <i>África do Sul</i>
Novos conflitos em larga escala (iniciados no final da década de 1990)	<i>Congo</i> <i>Rep. Dem. Congo</i> <i>Guiné-Bissau</i>	
Conflitos localizados de pequena escala		<i>Comoros</i> <i>Djibuti</i> <i>Mali</i> <i>Namíbia</i> <i>Niger</i> <i>Senegal</i> <i>Zimbabué</i>
Violência política sem guerra		<i>RCA</i> <i>Gana</i> <i>Quénia</i> <i>Lesoto</i> <i>Mauritânia</i> <i>Nigéria</i> <i>Togo</i>

Fonte: DRAMAN (2003, p.6)

RENO (2002, p. 837) considera haver uma deslocação do poder das instituições do Estado para o comércio, existindo uma manipulação das leis e regulamentos, por parte dos reguladores, de forma a permitir aos seus associados aceder a oportunidades económicas como a transacção de bens ilegais. Criam-se redes políticas com o objectivo de monopolizar o comércio, incluindo o ilegal.

Estes reguladores destroem os próprios Estados, começando pelas suas instituições e substituem-nos por redes políticas assentes em práticas comerciais predatórias. Estas redes negligenciam partes importantes da população que se vêem atiradas para situações de pobreza num contexto de colapso dos serviços estatais.

O enfraquecimento do Estado dever-se-á em parte, também, à aplicação dos Programas de Ajustamento Estrutural¹¹⁰ (P.A.E.) “que vieram impulsionar a privatização da economia e a contenção de despesas, que vieram a resultar no enfraquecimento da capacidade dos órgãos de poder do Estado, com maiores dificuldades em garantir a segurança dos cidadãos e o controlo do seu território” [FERREIRA (2001a, p.80)] . Este enfraquecimento vem abrir caminho ao aparecimento de contra-poderes que utilizam a violência para desafiar o poder estabelecido.

Desta forma, “em vez de ser uma força pública, o Estado em África tende a ser privatizado, apropriado para o serviço de interesses privados da facção dominante da elite” [NAFZIGER e AUVINEN (2001, p. 5)].

Dada a crescente escassez de recursos, a luta pelo acesso a recursos naturais, sobretudo terra e água, tem-se afirmado como uma das principais questões relevantes no processo de decisão política em contexto rural. Nestas lutas são envolvidos vários grupos incluindo proprietários ausentes que competem com os residentes pelos recursos escassos. Se os usuários locais forem confrontados por poderosas elites externas próximas do Estado, existirão conflitos violentos.

Na mesma lógica têm-se desenrolado as lutas por recursos preciosos. Verifica-se a existência de diversos grupos lutando pelo controlo desses recursos manipulando a existente diversidade étnica para forçar uma vitória militar sobre os adversários, criando novas oportunidades de *rent-seeking*.

Considerando a dimensão dos recursos naturais em muitos dos conflitos africanos, verificamos que se caracterizam pela luta militar pela obtenção da

¹¹⁰ A este respeito, DRAMAN (2003, p. 11) refere que “após duas décadas de ajustamento estrutural em África, o resultado foi um rendimento crescente com desigualdade crescente e mais pobres”.

totalidade do poder¹¹¹, desde o controlo do aparelho do Estado, à apropriação das riquezas do país. NAFZIGER e AUVINEN (2001, p. 6) sublinham que estas actividades tendem a predominar em “países que têm abundantes exportações minerais (por exemplo diamantes e petróleo) como a Serra Leoa, Angola, R. D. Congo ou Libéria”, concluindo estar relacionada a ocorrência de conflitos com a existência de um Estado fraco, sujeito a uma actividade de *rent-seeking* generalizada. Num “Estado fraco ou falhado”, alguns “senhores da guerra” e comerciantes tendem a lucrar mais num contexto de guerra e violência que num contexto de paz” [NAFZIGER e AUVINEN (2001, p. 15)].

Numa outra vertente a democratização tem também contribuído para uma crescente polarização entre grupos populacionais e a emergência de conflitos que conduzem à retirada do Estado enquanto mediador nas situações de pobreza, ocupado enquanto interveniente nas lutas entre grupos rivais pelo domínio na distribuição do rendimento.

5.2.4. Políticas Concretas

Apesar de uma rápida tendência de urbanização da África Sub-Saariana, “esta permanece predominantemente rural” [DOUMA (1999, p. 5)].

As condições de vida das populações estão assim ainda muito dependentes de condições naturais e da obtenção de rendimentos sazonais abrangendo famílias inteiras, com condições e técnicas agrícolas pouco evoluídas, num contexto de forte competição pelo controlo de recursos.

Por outro lado, a democratização acabou muitas vezes por conduzir a efeitos perversos com o “aumento da polarização entre grupos populacionais e uma emergência de conflitos violentos, neutralizadores do papel do Estado” [DOUMA (1999, p.6)]. Com o Estado neutralizado como potencial mediador para lidar com a distribuição do rendimento, todas as políticas de redistribuição do rendimento e de recursos naturais tornam-se ineficazes.

¹¹¹ Na mesma lógica DOUMA (1999, p. 13) refere que a luta pelo acesso a recursos importantes entre grupos rivais dirige-se em última instância ao último pré-requisito do poder, o controlo do Estado. Este processo tem conduzido a uma crescente dissociação entre a burocracia do Estado e os habitantes.

As extensas restrições políticas, sociais e económicas dos países em desenvolvimento, como a alta evasão fiscal e a incapacidade do Estado em se impor aos grupos populacionais mais privilegiados, dificultam a eficácia de qualquer política pública.

Neste contexto, é necessário considerar a importância específica das políticas redistributivas não apenas na protecção dos sectores da população mais desfavorecidos, mas também na geração de um ambiente económico mais estável e propiciador do desenvolvimento económico de longo prazo das economias dos países em desenvolvimento.

Assim, a acção redistributiva na África Sub-Saariana poderia assentar no aumento do investimento em políticas de educação, cuidados de saúde, reformas agrárias, criação de empregos trabalho-intensivos, iniciativas de micro-crédito que estarão entre as variáveis críticas para o estabelecimento de ambiente social, económica e politicamente estável nos países da África Sub-Saariana,

Uma possível acção política poderá passar pela redução das discrepâncias inter-regionais. Muitos conflitos ocorrem pela existência de grandes discrepâncias entre regiões ricas e regiões menos desenvolvidas, que por sua vez tendem a acentuar-se com a ocorrência de conflitos.

Por outro lado, as áreas rurais têm sofrido de forma particular os efeitos dos conflitos internos em diversos países da África Sub-Saariana, “devastando culturas, animais, redes de rega, deslocando mercados e forçando agricultores ao abandono das suas terras” [LUCKHAM et al (2001, p. 34)].

Deverá assim ser promovido o aumento do rendimento e bem estar dos agricultores de baixos rendimentos e, trabalhadores sem terra, através da provisão de terras e orientação de culturas, criando condições para o estabelecimento estável desses agentes e promovendo o desenvolvimento rural equilibrado, defendendo os pequenos agricultores.

CAPÍTULO VI

POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO E A ECLOSÃO DE CONFLITOS: OS CASOS DO SRI LANKA E DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Depois de se ter analisado no capítulo anterior, de forma genérica, a distribuição do rendimento, a incidência de pobreza e a ocorrência de conflitos nos continentes asiático e africano, passaremos agora para a investigação de dois estudos de casos.

Irão ser apresentadas duas situações distintas, referentes ao Sri Lanka e à República Democrática do Congo, e onde será estudada a ocorrência de guerra civil nesses países. Relevar-se-ão comparativamente as características dos dois casos, procurando, em ambas as situações, verificar até que ponto se constata uma relação de causalidade entre a pobreza, a distribuição do rendimento e a ecloração do conflito. Pelo facto de estes serem o resultado do funcionamento do conjunto da sociedade, na sua análise irão ser contemplados os contextos económico, político e social em que se manifestam.

6.1. O Caso do Sri Lanka

O Sri Lanka apresentava, aquando da sua independência em 1948, uma prosperidade económica assinalável no contexto asiático, com elevados níveis de desenvolvimento humano, dotação de infra-estruturas e de um sistema político e judicial funcionais, tendo usufruído de uma boa herança colonial britânica. Como refere [ABEYRATNE (2002), p. 4], “para além de um elevado rendimento, apresentava excelentes padrões de educação e saúde” no contexto dos países em desenvolvimento. O sistema político era considerado na época como um modelo de democracia de referência para os restantes países do terceiro mundo, caracterizado por uma elevada participação popular nos processos de escolha

política, tendo sido o Sri Lanka “um dos primeiros países do mundo a usufruir de sufrágio universal em 1931” [PERERA (2001, p. 387)].

O grande desafio ao processo de desenvolvimento não era tanto o do aumento dos níveis de vida da população, mas o da sua manutenção perante um elevado crescimento populacional¹¹².

O conflito político do Sri Lanka iniciou-se ao longo da década de 1970, apresentando duas grandes facetas: a relacionada com o movimento separatista Tamil¹¹³, os Tigres para a Libertação do Tamil Eelam (L.T.T.E.), apelidado muitas vezes por conflito étnico entre a maioria Sinhala e a minoria Tamil; e a provocada pela Frente de Libertação do Povo (J.V.P.)¹¹⁴ dentro da comunidade Sinhala que, por duas vezes, desenvolveu acções armadas com o objectivo de mudar o regime político [ACCORD (1998)]¹¹⁵.

O prolongamento dos conflitos acabou por conduzir ao início de uma guerra civil em 1983 que se prolongou até 2002 e “que causou entre 60.000 a 100.000 mortes” [WAGNER (2004, p. 3)] e “mais de um milhão de deslocados internamente, muitos deles deslocados por diversas vezes” [OFSTAD (2002, p. 165)], para além de mais de meio milhão de emigrantes forçados.

O conflito determinou também a existência de importantes custos económicos. ARUNATILAKE et al (2001, p. 1496) sublinham a existência de custos directos como as despesas militares, ajuda a vítimas ou a perda de infra-estruturas, e de custos indirectos do conflito como a diminuição do Investimento Directo Estrangeiro, do fluxo de turistas, do investimento público ou custos com desalojados.

ABEYRATNE (2002, p. 3) refere-se ao conflito do Sri Lanka como um “conflito político duplo”, não podendo ser autonomizado o factor étnico

¹¹² Ver a este respeito ponto 5.1.3.

¹¹³ A tradução prática deste movimento fazia-se sentir sobretudo através dos LTTE (Tigres para a Libertação do Tamil Eelam), através de acções no Norte e Este do país.

¹¹⁴ A sua acção fez-se sobretudo através da organização JVP (Frente de Libertação do Povo), tendo-se concentrado no Sul do país.

¹¹⁵ Em ACCORD (1998) podemos encontrar uma descrição pormenorizada de todos os actores participantes na guerra civil do Sri Lanka.

enquanto factor explicativo de um conflito que é global, e que deve ser contextualizado no próprio processo de desenvolvimento do país¹¹⁶.

6.1.1. Contexto político

O primeiro sinal grave de conflito político no Sri Lanka surge em 1971 através de uma insurreição organizada por jovens da comunidade maioritária Sinhala¹¹⁷, com o objectivo de atingir o poder político, o que viriam a repetir numa tentativa ensaiada em 1986.

Também os movimentos de rebelião dos jovens da comunidade Tamil¹¹⁸ iniciaram-se na década de 70, através de assassinatos políticos na segunda metade dessa década. Gradualmente, os Tigres para a Libertação do Tamil Eelam (L.T.T.E.) foram aumentando a sua acção com o objectivo de criar um Estado Tamil separado até lançar uma guerra armada em larga escala em 1983 [ACCORD (1998)]¹¹⁹.

A existência simultânea de conflitos das duas comunidades ao longo da década de 70, desenvolvidos de uma forma crescente na década de 80, conduziu a uma quebra da lei e da normalidade das relações sociais no país. Neste contexto, refira-se que a intervenção da Índia no final da década de 80 procurando impor um acordo de paz, apenas contribuiu para uma maior desestabilização social do país [SILVA (2001)].

Verificou-se, assim, a existência de um conflito político duplo com uma rebelião de jovens das comunidades Sinhala e Tamil contra o poder político do país representado pelas duas comunidades [SILVA (1997)]¹²⁰. A combinação de factores sociais, económicos e políticos acabou por resultar numa divisão dentro

¹¹⁶ A este respeito Abeyratne sublinha que a Malásia apresentava na sua independência características económicas, sociais e culturais muito semelhantes às do Sri Lanka, incluindo a composição étnica e as desigualdades entre grupos étnicos, tendo conseguido um processo de desenvolvimento económico rápido, tendo o Sri Lanka acabado numa guerra civil. Neste contexto, teriam de existir razões para além das étnicas a determinar a ecloração do conflito no Sri Lanka.

¹¹⁷ A comunidade Sinhala é a maior do país com cerca de 82% dos habitantes (ver anexo VIII).

¹¹⁸ A comunidade Tamil (Sri Lanka) constitui o quarto maior grupo étnico do país com 4,4% dos habitantes (ver anexo VIII), depois dos Sinhala, Muçulmanos e Tamil indianos.

¹¹⁹ Em ACCORD (1998) é apresentada uma descrição pormenorizada da guerra civil iniciada em 1983, nomeadamente da intervenção indiana no país no final da década de 80.

das diversas comunidades, entre aqueles que representavam o poder político e os movimentos rebeldes que os contestavam.

A influência do contexto político nas condições económicas e sociais do país, parece poder ser avaliada pelo facto de o Sri Lanka ter sido liderado por quatro diferentes governos, do Partido para a Liberdade do Sri Lanka (S.L.F.P.) (1956-59, 1960-65 e 1970-77) e do Partido da União Nacional (U.N.P.) (1965-70), período em que prevalece a estratégia de industrialização por substituição de importações¹²¹, e que provocou uma incerteza de rumo praticamente de cinco em cinco anos. Neste contexto, constante mudança política ocorrida entre as duas principais forças políticas, o (U.N.P.), adepto de um maior liberalismo económico, e o S.L.F.P., de tendência mais socialista vieram a reflectir-se igualmente em alterações nas políticas de desenvolvimento do país. O seu resultado directo é a coincidência de se ter registado entre o final da década de 50 e da década de 70, o menor crescimento económico do país [ABEYRATNE (2002, p. 5)].

6.1.2. Evolução económica até 1977

A boa herança colonial referente aos níveis de vida¹²² da população do Sri Lanka, associada à introdução de diversos programas de assistência social no período que se seguiu à independência, permitiu a obtenção de elevados níveis de desenvolvimento humano no país, especialmente quando comparados com outros países em desenvolvimento.

A análise do quadro 17 permite-nos concluir uma evolução clara dos níveis de desenvolvimento humano entre as décadas de 50 e 60.

Tal situação veio a conduzir a um muito elevado crescimento populacional e a um conjunto de exigências da sociedade ao nível de recursos e oportunidades que a evolução económica do país, porém, não conseguiu satisfazer, o que

¹²⁰ Este autor defende que o modelo de democracia é em grande medida responsável por uma violência de cariz étnico, por não acautelar a defesa das minorias.

¹²¹ Ver a este respeito o ponto 6.1.2 deste capítulo.

¹²² Entre os benefícios sociais concedidos pelo Estado estavam a saúde gratuita, a educação gratuita (incluindo refeições, uniformes e manuais gratuitos até ao nível universitário), e subsídios alimentares.

conduziu a uma exclusão gradual de indivíduos e grupos sociais do processo de desenvolvimento. A criação de recursos económicos e oportunidades para todos os cidadãos dependeria da obtenção de um forte crescimento económico anual consecutivo que o país não conseguiu alcançar. PEIRIS (2001, p. 9) refere que no período imediatamente a seguir à independência, de entre as principais aspirações da população, estava a de um rápido crescimento económico acompanhado de uma diversificação da economia, o que deveria permitir a melhoria das condições de vida. Entre 1960 e 1971, verificamos uma continuação da evolução positiva do desenvolvimento humano e condições de vida no Sri Lanka que, no entanto, se processou de forma mais lenta relativamente à década anterior (quadro 17).

Quadro 17 - O Desenvolvimento Humano no Sri Lanka até 1977

Indicadores	1950	1960	1971
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nados vivos)	82	58	48
Esperança de vida	58,2 *	62	65,5
Alfabetismo (%)	65,4 **	75	78,5

* Observação referente a 1955.

** Observação referente a 1953.

Fonte: Government of Sri Lanka (2004a)

ABEYRATNE (2002, p. 11), por seu turno, chama a atenção para o facto de que a estratégia redistributiva do país no longo prazo e “na ausência de um ímpeto de crescimento económico forte (...) ficou sob crescente ameaça em duas frentes”:

- a) A manutenção do sistema de assistência social requeria um fluxo contínuo de recursos para o suportar financeiramente, que acabou por não ser gerado;
- b) O crescente número de beneficiários, associados aos hábitos ganhos pelos elevados padrões de assistência concedida.

ABEYRATNE (2002, p. 11) sublinha ainda que a expansão de todo o sistema de assistência social não assentou num crescimento económico sustentado, mas nos recursos económicos acumulados historicamente, que formaram as suas condições iniciais enquanto Estado.

O quadro 18 permite-nos efectuar uma análise comparativa da evolução do PIB *per capita* em quatro países asiáticos diferentes considerando o PIB *per capita* PPC (Paridades de Poder de Compra). Verificou-se que em 1950, dois anos após a sua independência, o Sri Lanka apresentava uma posição muito positiva, a par das Filipinas, em termos de crescimento económico, face aos restantes países considerados, mantendo um valor do PIB *per capita* PPC elevado relativamente à Tailândia e ndia em 1960, mas já menor face às Filipinas. Em 1977, as Filipinas e a Tailândia apresentam um valor muito superior do seu PIB *per capita* PPC enquanto que o Sri Lanka, após partir de uma posição privilegiada, apresenta uma variação do produto interno bruto *per capita* PPC muito mais baixa face a qualquer um dos restantes países no período de 1950 a 1977.

Quadro 18 - PIB *per capita* – PPC no Sri Lanka

Países	1950	1960	1977	Variação % (1950-1977)
Filipinas	265	481	1.345	508%
Tailândia	188	275	1.139	606%
Índia	127	199	532	419%
Sri Lanka	262	332	824	315%

Fonte: HESTON, SUMMERS, ATEN (2002)

Uma possível causa do mau desempenho do país desde a independência até  década de 70 poderá ter sido a da adopção de uma estratégia continuada de

”substituição de importações”¹²³ a partir do “início da década de 60 passando de uma economia aberta para uma economia fechada” [FIELDS (1980, p. 195)], acompanhada de uma intervenção política errada em favor de indústrias capital intensivas e linhas de produção ineficientes¹²⁴, que implicaram elevados custos de funcionamento e, sobretudo, a debilitação do sector privado “por oposição ao papel do Estado como principal empresário e fornecedor na economia” [ABEYRATNE (2002, p. 14)].

Através do quadro 19 podemos verificar que o Sri Lanka apresentava uma muito menor abertura ao exterior em 1977 do que em 1950 e em 1960, enquanto que os restantes países apresentam um comportamento distinto. O regime de substituição de importações implicou “a imposição de controlos apertados às importações e pagamentos externos” [ABEYRATNE (2002, p.12)].

Quadro 19 - Grau de abertura ao exterior (Preços Correntes) no Sri Lanka até 1977

Países	1950	1960	1977
Filipinas	25,65	21,02	45,18
Tailândia	41,11	32,69	45,13
Índia	11,59	11,59	12,26
Sri Lanka	92,64	94,36	63,97

Fonte: HESTON, SUMMERS, ATEN (2002)

Esta situação conduziu ainda a um excesso de burocracia nas transacções, a um aumento de actividades de *rent-seeking* e a um excesso de contratações de

¹²³ Esta estratégia consiste numa forte restrição às importações, como forma de protecção às indústrias internas. Esta estratégia, adoptada por diversos países em desenvolvimento, revelou-se como inadequada em face da reduzida dimensão dos mercados internos onde foi aplicada não permitindo economias de escala na produção e, em face do desfasamento competitivo que as empresas nacionais acabariam por ter, por não competirem directamente com outras oriundas dos mercados internacionais. A este respeito ver, por exemplo, CHACHOLIADES (1990, pp. 238-239).

¹²⁴ Para uma análise do falhanço das estratégias de desenvolvimento autocentrado e de substituição de importações ver, por exemplo, BARTOLI (2003, pp. 48-53).

funcionários com base em critérios políticos. Todas estas situações terão contribuído para uma quase estagnação económica durante a década de 1970¹²⁵.

Neste cenário, a continuação da prevalência por políticas distributivas associadas a um baixo crescimento económico, conduziu a que a sociedade fosse compelida a dividir uma proporção decrescente de recursos, sendo, na prática, forçada a partilhar pobreza.

Podemos inferir que, antes de 1977, os diversos governos “preocuparam-se sobretudo com a redistribuição esquecendo um pouco o crescimento” [ABEYRATNE (2002, p. 15)].

6.1.3. Evolução económica a partir de 1977

Só a partir de 1977, com a introdução de reformas mais liberais, é atingido um crescimento económico mais significativo, que até poderia ter sido mais elevado se o país não se encontrasse no meio de uma guerra civil. No entanto, ainda hoje o Sri Lanka apresenta uma elevada proporção de funcionários públicos¹²⁶ no conjunto do mercado de trabalho do Sri Lanka.

A análise do quadro 20 permite-nos observar que entre 1977 e 2000, o desenvolvimento humano no Sri Lanka continua a evidenciar uma evolução muito positiva.

¹²⁵ Alternativamente a uma estratégia continuada de “substituição de importações” de forma continuada, esta poderia ter sido implementada de uma forma breve e transitória para um regime mais liberalizada, como foi o caso da Malásia na década de 1960.

¹²⁶ Ver anexo IX.

Quadro 20 - O Desenvolvimento Humano no Sri Lanka a Partir de 1977

Indicadores	1977	1990	2000
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nados vivos)	42	19	13
Esperança de vida	69,9*	72,5**	72,3 a)
Alfabetismo (%)	87,2*	86,9**	91,6

* Observação de 1981.

** Observação de 1991.

Fonte: Government of Sri Lanka (2004a)

a) Fonte: PNUD (2004)

Já pelo quadro 21 podemos verificar que o comportamento do Sri Lanka, ao nível do PIB *per capita* PPC é melhor quando comparado com o período anterior, mas ainda assim mais modesto face a dois outros países, para o que terá contribuído também a guerra civil em que o país mergulhou a partir de 1983.

Quadro 21 - PIB *per capita* – PPC no Sri Lanka a partir de 1977

Países	1977	1990	2000	Variação % (1977-2000)
Filipinas	1.345	2.599	4.065	302%
Tailândia	1.139	4.175	6.715	590%
Índia	532	1.484	2.684	505%
Sri Lanka	824	2.158	3.841	466%

Fonte: HESTON, SUMMERS, ATEN (2002)

Através do quadro 22 verificamos que o Sri Lanka acompanha o comportamento evolutivo dos restantes países no que concerne ao grau de abertura ao exterior, aumentando-o. ABEYRATNE (2002, p. 12) refere a importância da liberalização comercial no comportamento do crescimento

económico moderado alcançado, apesar da guerra civil ocorrida a partir de 1983 e de toda a instabilidade política e social associada.

Quadro 22 - Grau de abertura ao exterior (Preços Correntes) a partir de 1977

Países	1977	1990	2000
Filipinas	45,18	60,87	104,11
Tailândia	45,13	75,73	127,61
Índia	12,26	16,86	30,45
Sri Lanka	63,97	68,05	90,21

Fonte: HESTON, SUMMERS, ATEN (2002)

Como foi explanado em capítulos anteriores, a probabilidade de ocorrência de conflitos num país pode aumentar com o seu nível de pobreza, tal como sustentam NAFZIGER (2003), PEIRIS (1999) ou DRAMAN (2003). Neste sentido, e no caso do Sri Lanka, KORF e SILVA (2003, p. 3) apontam a pobreza como um dos principais factores explicativos da ocorrência dos conflitos. Estes autores destacam a escassez de recursos como a terra e a falta de oportunidades de emprego acompanhando um baixo crescimento económico, como causadores de uma pobreza generalizada a grandes grupos populacionais independentemente da sua etnia.

A partir do quadro 23 pode-se afirmar que a pobreza apresenta uma incidência sobretudo rural.

Quadro 23 - Incidência de Pobreza (% da população) – Sri Lanka 1985-96

Sector	1985/86	1990/91	1995/96
Urbano a)	18,4	15,0	14,7
Rural a)	35,6	22,0	27,0
Proprietários a)	20,5	12,6	24,9
Sri Lanka a)	30,9	19,9	25,2
IPH-1 b)	-	-	18,2
População vivendo com menos de 1 dólar / dia b)	-	-	6,6

a) Fonte: World Bank (2000) Linha de Pobreza de Referência¹²⁷ (Rs. 791,67/pessoa a preços de 1995/96).

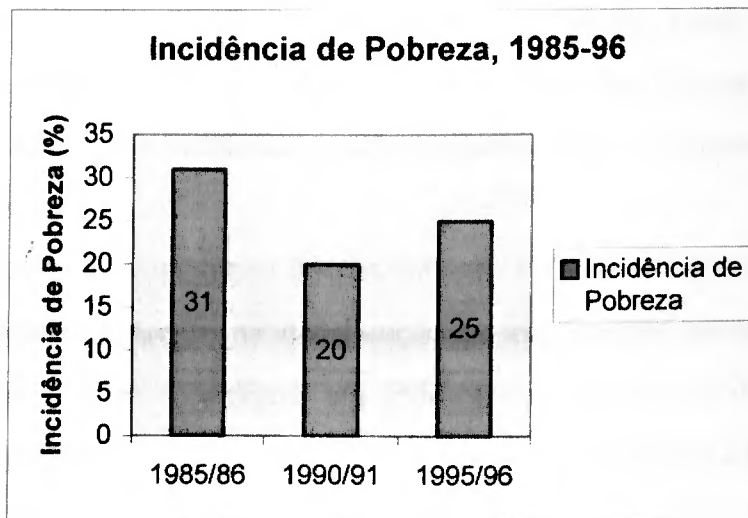
b) Fonte: PNUD (2004). Refere-se a estudo realizado durante a década de 1990.

Este quadro mostra-nos igualmente que a pobreza diminuiu consecutivamente no sector urbano desde 1985/86 até 1995/96. No sector rural, que apresenta uma incidência muito superior de pobreza, verificou-se uma queda bastante significativa entre 1985/86 e 1990/91, aumentando novamente a incidência em 1995/96 (Ver figura 11).

A nível nacional, verifica-se uma quebra da incidência da pobreza passando de 30,9% em 1985/86 para 19,9% em 1990/91, aumentando novamente para 25,2% em 1995/96. A pobreza permanece, assim, alta no Sri Lanka, com um quarto da população abaixo da linha de pobreza (figura 10).

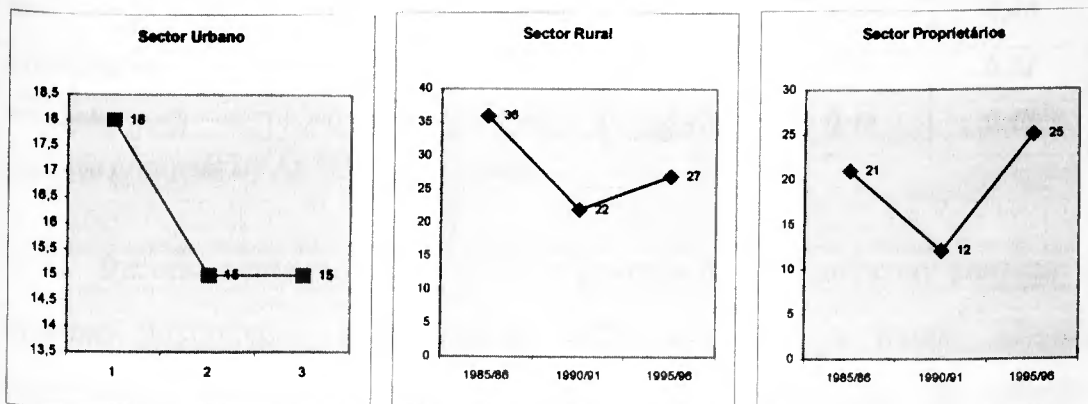
¹²⁷ Apenas considerámos a linha de pobreza de referência. O Banco Mundial procedeu também ao cálculo de uma linha de pobreza superior, para efeitos comparativos no valor de Rs. 950/pessoa.

Figura 10 - Incidência de Pobreza 1985-96



Fonte: WORLD BANK (2000)

Figura 11 - Incidência de Pobreza Por Sector 1985-96



Fonte: WORLD BANK (2000)

A nível de políticas de combate à pobreza, está actualmente em execução o programa Samurdhi, instituído em 1995, KELEGAMA (2001, p. 9) refere que o programa apresenta três componentes:

- a) subsídio de subsistência, para a aquisição de bens essenciais;
- b) concessão de planos de crédito, seguros, poupança e segurança social para melhorar o acesso a financiamento pelo agregados familiares;

c) desenvolvimento de infra-estruturas produtivas como projectos de fornecimento de água e estradas.

A este respeito, SHAW (2004) sublinha que um dos mais eficazes meios de combate à pobreza nos contextos rurais, tendo em conta as restrições existentes no acesso ao mercado e infraestruturas seria o desenvolvimento de micro-empresas.

Em relação à distribuição do rendimento, verifica-se uma tendência para uma desigualdade crescente na distribuição do rendimento desde 1980/81 até 2002, com um ligeiro interregno em 1990/91, sendo que a desigualdade é claramente superior no sector urbano face ao sector rural (quadro 24).

Quadro 24 - Coeficiente de Gini por sector – Sri Lanka

Sector	1980/81	1985/86	1990/91	1995/96	2002
Urbano	0,44	0,48	0,62	0,47	0,51
Rural	0,38	0,43	0,42	0,46	0,46
Proprietários	0,27	0,31	0,25	0,34	0,32
Sri Lanka	0,43	0,46	0,47	0,46	0,48

Fonte: GOVERNMENT OF SRI LANKA (2004b)

Recentemente, no ano de 2002, o governo do Sri Lanka, em conjunto com diversas instituições internacionais entre as quais o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial¹²⁸, adoptou uma estratégia de redução da pobreza assente num forte crescimento económico numa perspectiva de médio prazo para valores rondando os 8% a 10% [GOVERNMENT OF SRI LANKA (2004b, p. 2)].

Ainda antes da implementação deste programa fizeram-se já sentir críticas à sua aplicação tendo surgido movimentos públicos como o “Movimento Nacional para a Terra Nacional e Reforma Agrícola” que acusam o programa de

¹²⁸ O programa englobou um empréstimo global do Banco Mundial de 450 mil milhões de rupias.

de uma excessiva liberalização da economia, tornando-a demasiado dependente de interesses exteriores ao Sri Lanka.

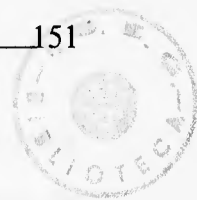
KAR (2003, p. 2), por exemplo, sustenta que o programa assenta no pressuposto de que uma maior privatização e medidas isoladas como a desregulamentação do mercado de trabalho conduzirão necessariamente a um maior crescimento económico e redução da pobreza.

Este autor sublinha que o programa não analisa os aspectos que contribuíram para que as políticas de desenvolvimento do Sri Lanka tivessem falhado nas últimas épocas, nem considera os aspectos redistributivos positivos das mesmas. KAR (2003, p. 15) refere que as políticas recomendadas parecem coadunar-se com as receitas tradicionais do F.M.I. e do Banco Mundial, sem qualquer indicação de que irá conduzir a melhores resultados. No fundo, existe o receio de que a pretexto dos erros cometidos pelo Sri Lanka a partir de 1960, se encontrem motivações para uma política radicalmente diferente sem que tal responda às necessidades do país.

6.1.4. Contexto social

Para ABEYRATNE (2002, p. 17), um processo de desenvolvimento não pode estar limitado à satisfação das necessidades básicas, devendo atender à expansão de recursos e oportunidades que permitam a utilização das competências e qualificações obtidas pela população, o que remete esta questão para, entre outras coisas, o aspecto demográfico.

Segundo KELEGAMA (2001, p. 3), o Sri Lanka acaba por “passar pelas três fases de transição demográfica num período reduzido de 50 a 70 anos, (...) tendo criado na segunda fase uma explosão populacional que o processo de crescimento económico não conseguiu integrar” (quadro 25). Esta rápida transição demográfica poderá ser explicada pela melhoria das condições de educação e pelo desenvolvimento social geral.



Quadro 25 - Crescimento populacional 1950-95 Sri Lanka

Ano	População (milhões)	Taxa de natalidade (por 1000)	Taxa de mortalidade (por 1000)	Crescimento populacional (%)
1950	7,5	40,5	12,6	3,3
1960	9,9	36,6	8,6	2,8
1970	12,5	29,4	7,5	2,1
1980	14,7	28,4	6,2	1,9
1990	17,0	20,1	5,8	1,1
2002	19,0	19,1	5,8	1,5

Fonte: Government of Sri Lanka (2004a)

Neste sentido, a explosão populacional veio criar uma estrutura etária da população completamente distinta. KARUNARATNE (2000, p. 211)] considera que a estrutura etária influenciou a desigualdade na distribuição do rendimento por duas grandes razões:

- a) A pirâmide populacional tradicional já não existe no Sri Lanka, em resultado da quebra na taxa de natalidade das décadas de 1980 e 1990. Por outro lado, as oportunidades de emprego subiram a um ritmo muito reduzido, com repercussões no desemprego e na desigualdade na distribuição do rendimento;
- b) Verificou-se um aumento da esperança de vida de 60 para 73 anos entre 1960 e 1995. Este efeito, conjugado com o anterior, está a provocar um gradual envelhecimento da população. Serão de antever problemas futuros na distribuição do rendimento entre a população¹²⁹ mais idosa no Sri Lanka nos próximos anos.

¹²⁹ Karunaratne estimou que um aumento de 3% no rendimento da população com idade superior a 55 anos no período entre 1963-78 conduziu a um aumento de 2% no coeficiente de Gini. Com o aumento crescente da população com mais de 55 anos nos próximos anos é de esperar um aumento da desigualdade nos próximos anos.

KARUNARATNE (2000, p. 214) refere ainda que os principais determinantes da distribuição do rendimento no Sri Lanka são, para além da estrutura etária, o emprego e o nível educacional.

Em resultado do ambiente social favorável, a população do Sri Lanka quase duplicou entre 1950 e 1970, criando uma forte pressão para a manutenção dos benefícios sociais concedidos e para a exigência de recursos económicos e oportunidades para todos.

Por outro lado, ABEYRATNE (2002, p. 18), considera que os jovens da década de 70, em face de todas as melhorias sociais verificadas, constituíam, face à geração anterior, uma parte maior da população, mais saudável e mais educada, sendo politicamente mais consciente, mais informada acerca dos desenvolvimentos políticos e económicos ocorridos no exterior. Com mais capacidades e qualificações, a geração mais nova acaba por sentir que tem pouco papel a desempenhar e pouco espaço para participar no desenvolvimento do país, tendo legitimamente grandes aspirações e expectativas que acabam frustradas.

Ora neste sentido, PEIRIS (2001, p. 7) chama a atenção para o facto do conceito de *direitos económicos* ideais, se se verificarem, facilitam a estabilidade e a harmonia políticas. Ao invés, desvios a esses direitos são potenciais causadores de instabilidade e conflitos.

Por outro lado, o rápido crescimento populacional conjugado com uma grande expansão da educação veio provocar um acréscimo do desemprego, aumentando significativamente entre 1963-73, o que, associado a uma queda do crescimento económico, criaram dificuldades acrescidas à população em geral e aos jovens em particular.

A análise do quadro 26 permite-nos identificar que o forte aumento do desemprego entre 1963 e 1973 apresentou uma concentração muito forte nas classes etárias mais baixas. Isto pode ser um dos factores explicativos para a criação de um clima de descontentamento social e político entre os jovens e uma pré-disposição para apoios a acções de luta mais radicais contra o governo, como se veio a verificar nos anos 70 e o início da guerra civil em 1983. Tal como GOODHAND (2001, p. 25) sublinha, a marginalização da juventude deverá ser

entidade como determinante no conflito, entendido globalmente. Curiosamente, coincidência ou não, a taxa de desemprego nestas faixas etárias diminuiu em 1986/87.

Quadro 26 - Taxa de desemprego por grupo etário (%)

Grupo etário	1963	1973	1986/87
14-18	47,5	65,8	48,0
19-25	30,3	47,5	35,3
26-35	7,8	15,2	10,6
36-45	2,4	3,9	3,2
46-55	2,7	1,2	0,7
Mais de 55	1,9	0,8	0,6
Total	13,8	24,0	15,5

Fonte: ABEYRATNE (2002)

Parece poder concluir-se assim que o conflito político no Sri Lanka apresenta fundamentos económicos, sociais e políticos, sendo um processo multidimensional.

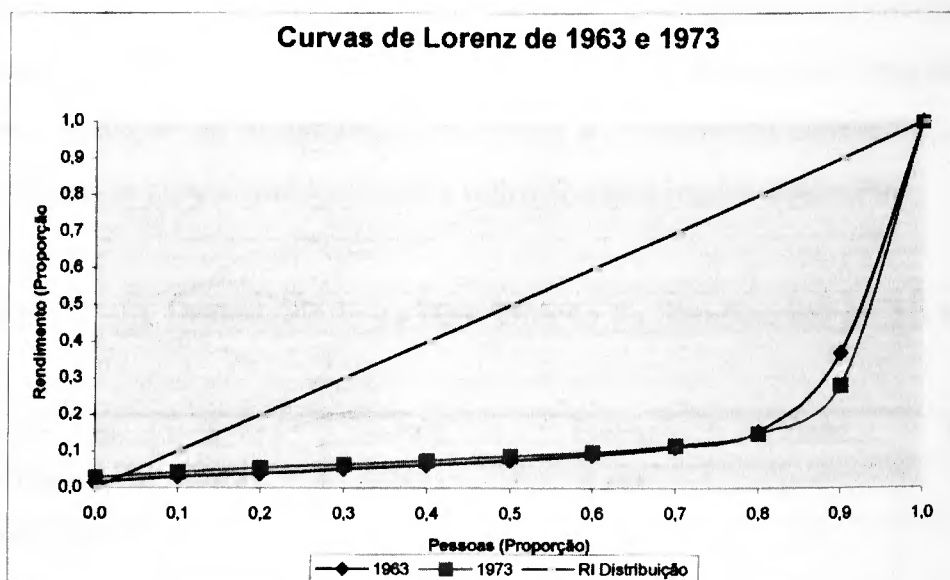
Entre as principais causas apontadas estão a discriminação económica e a desigualdade entre grupos sociais bem como a exclusão social¹³⁰ de grupos populacionais. KORF e SILVA (2003, p. 4) sublinham a importância da exclusão de oportunidades de grupos populacionais, considerando a pobreza e as privações como fundamentais nesse processo de exclusão social. O conflito político acabou por resultar de um processo de exclusão social de grupos populacionais impedidos de participar na vida activa do seu país, quer do ponto de vista económico, quer político. A situação agrava-se até degenerar em guerra civil¹³¹.

¹³⁰ Para uma análise deste conceito ver o ponto 2.2 do capítulo I.

6.1.5. Pobreza e Distribuição do Rendimento: causas da eclosão do conflito?

Se olharmos para a evolução dos indicadores de pobreza e distribuição do rendimento entre a década de 1960 e de 1980, poderemos inferir sobre a importância dos referidos factores na eclosão de conflitos no Sri Lanka a partir da década de 1970 e da guerra civil a partir de 1983.

Figura 12 - Curvas de Lorenz 1963/1973



Fonte: FIELDS (1980)

Analisando o quadro 27, verificamos existir, inicialmente, uma tendência decrescente na desigualdade da distribuição do rendimento no Sri Lanka entre a década de 1960 e 1970. O coeficiente de Gini baixa significativamente entre 1963 e 1973 de 0,45 para 0,35, enquanto que o rácio dos 10% mais ricos face aos 10% pobres e dos 20% mais ricos face aos 20% mais pobres também baixa de uma forma clara, passando respectivamente, de 27,56 para 16,65 e de 12,46 para 9,10.

Deste modo, a hipótese de causalidade entre a desigualdade na distribuição do rendimento e a ocorrência de conflitos parece encontrar aqui

¹³¹ De acordo com Wallensteen um conflito é considerado como uma guerra civil se se verificarem mais

algum sentido visto que o conflito mais violento, isto é, pela via armada, não ocorre ainda, isto é, no período em que se verifica uma diminuição da desigualdade

Apesar de, graficamente, nada ser possível concluir acerca da concentração das distribuições de 1963 e 1973, dado que as curvas de Lorenz se cruzam, através da figura 12 é possível verificar um aumento da proporção de rendimento detido pelas pessoas dos decis mais baixos, entre 1963 e 1974.

Verificamos, assim, que até à década de 70 houve uma tendência para a adopção de políticas conducentes a uma distribuição mais equitativa do rendimento que, no entanto, não terá relevado suficientemente a dimensão do crescimento económico¹³². FIELDS (1980, p. 195) afirma que “enquanto em Taiwan a redução da desigualdade se deveu a crescimento económico, no Sri Lanka deveu-se pura e simplesmente à redistribuição sem crescimento”.

Quadro 27 - A Desigualdade na Distribuição do Rendimento no Sri Lanka

Indicador / Ano	1963	1973	1980/81	1990/91	2002 a)
Coef. de Gini a)	0,45	0,35	0,45*	0,47	0,48
10% mais pobres (%)	1,17	1,8	1,4	1,9	1,7
20% mais pobres (%)	3,87	4,97	4,5	5,2	4,8
Rácio 10% mais ricos pelos 10% mais pobres	27,56	16,65	24,14	19,21	22,71
Rácio 20% mais ricos pelos 20% mais pobres	12,46	9,10	10,56	9,87	11,19

* Observação referente a 1979.

Fonte: TUDAWE (2000)

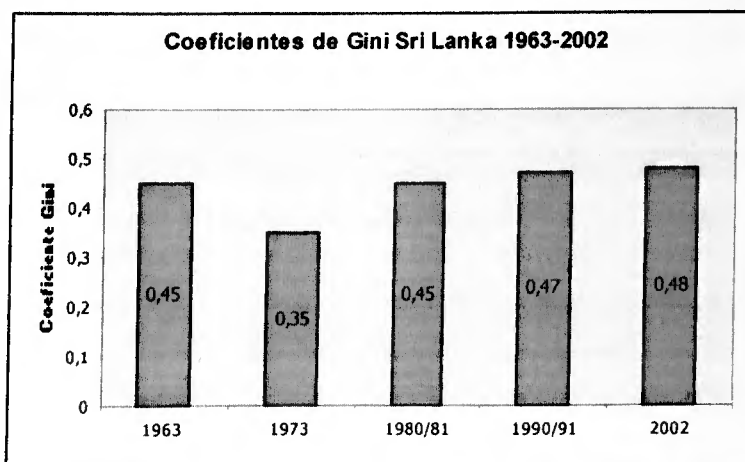
a) Fonte: GOVERNMENT OF SRI LANKA (2004a).

de 1.000 mortes em campo de batalha (ver ponto 2.1. do capítulo II).

¹³² Ver dados de evolução do PIB *per capita* no quadro 6.11.

No entanto, de 1973 a 1981, assiste-se a um aumento do coeficiente de Gini de 0,35 para 0,45 (figura 13) e que continua a evidenciar uma tendência crescente nos anos posteriores a 1981. A isto corresponde um aumento do rácio dos 10% mais ricos face aos 10% mais pobres e dos 20% mais ricos face aos 20% mais pobres, passando respectivamente de 16,65 para 24,14 e de 9,10 para 10,56, pouco tempo antes da eclosão da guerra civil no Sri Lanka em 1983¹³³. Isto é, a um aumento dos indicadores de desigualdade a partir da década de 1970 corresponde um aumento do nível de contestação social e política. Parece, portanto, poder concluir-se que se assistiu uma relação positiva entre o aumento da desigualdade na distribuição do rendimento e a eclosão da guerra civil no Sri Lanka em 1983. Apesar de as curvas de Lorenz se cruzarem, não sendo graficamente possível concluir acerca da concentração das duas distribuições em causa, podemos verificar na figura 14 uma diminuição entre 1973 e 1981/82 da proporção de rendimento detida pelas populações do decil inferior, afastando-se a curva de Lorenz nos decis inferiores da recta de igual distribuição.

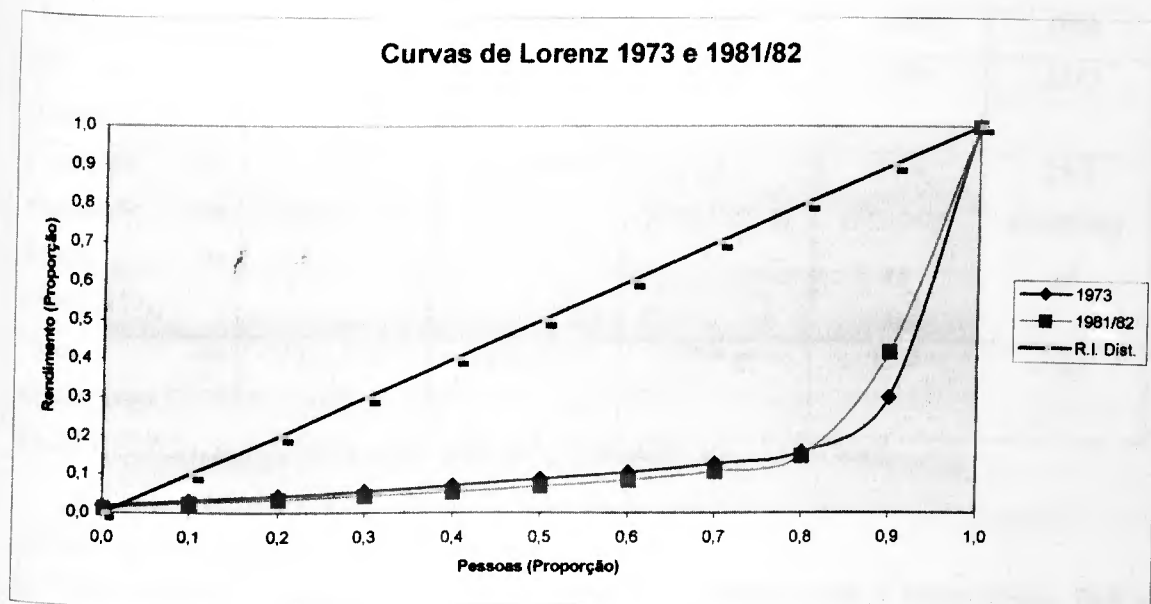
Figura 13 - Coeficientes de Gini 1963-2002



Fonte: GOVERNMENT OF SRI LANKA (2004a).

¹³³ Ver ponto 6.1.1. deste capítulo.

Figura 14 - Curvas de Lorenz 1973-1981/82



Fonte: KARUNARATNE (2002)

Através de uma análise ao quadro 28 observamos uma diminuição do PIB *per capita* entre as décadas de 1960 e 1970 no Sri Lanka, num período em que muitos dos países a nível mundial conseguiram fortes crescimentos, apesar de se encontrarem numa posição inicial muito mais desvantajosa face ao Sri Lanka. Temos, assim, uma deterioração clara da situação económica do país.

Quadro 28 - Evolução Económica e Pobreza

Indicador / Ano	1960	1970	1980	1990	1995
PIB <i>per capita</i> (Laspeyres) a)	1253	1240	1635	2096	2215
Proporção de População em Estado de Pobreza (%)	11,2 (1969/70) b)	19,1 (1973) b)	23,6 (1981/82) b)	19,9 (1990/91) c)	25,2 (1995/96) c)
Taxa de desemprego	13,8 d) e)	24,0 d) f)	17,9 g)	15,9	12,3

Fonte: HESTON, SUMMERS (1992) e HESTON, SUMMERS and ATEN (2002).

a) Índice de base fixa tendo, preços de 1985.

b) Fonte: TUDAWE (2000) a partir de dados de Bhalla e Glewwe (1986) e Marga (1981). Para a estimativa da proporção da população em estado de pobreza é utilizada a linha de pobreza de Rs. 202,49 a preços de 1985/86 correspondente ao consumo diário de 2500 Kcal por adulto (20-39 anos) equivalente.

c) Fonte: WORLD BANK (2000). A linha de pobreza considerada é de Rs. 791,67 mensais a preços de 1995/96.

d) Fonte: ABEYRATNE (2002). Observações referentes a 1963 e 1973.

e) Observação referente a 1963.

f) Observação referente a 1973.

g) Fonte: CENTRAL BANK OF SRI LANKA (2004). Observação referente a 1981.

A deterioração económica é confirmada no agravamento das condições de vida dos habitantes do Sri Lanka. Verifica-se uma tendência para o aumento da proporção de população em estado de pobreza entre 1969-70 e 1981-82, período que lançou as razões para o despoletar da guerra civil. Isto foi acompanhado de um aumento muito acentuado da taxa de desemprego entre as décadas de 1960 e de 1970, de 13,8% para 24%, seguido de uma ligeira diminuição no início da década de 1980, mas mantendo um valor elevado.

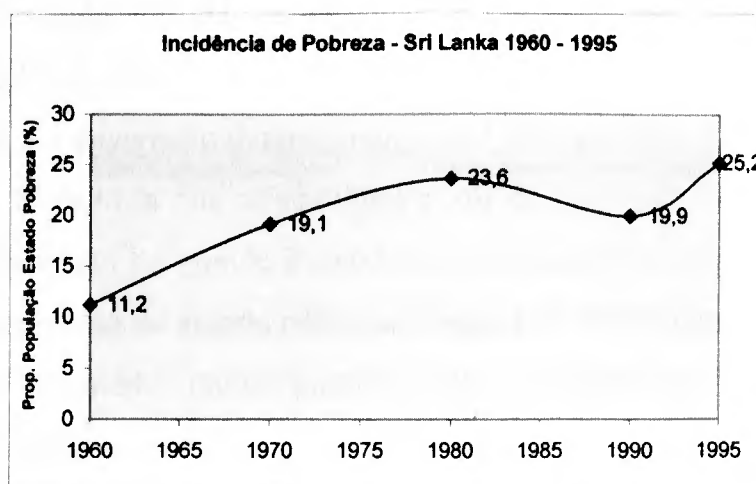
Entre 1980 e 1990 verificamos uma diminuição da incidência de pobreza, voltando a aumentar entre 1990 e 1995/96. No entanto, refira-se que a linha de pobreza, considerada nos estudos efectuados em 1969/70, 1973 e 1981/82, difere

da linha de pobreza considerada nos estudos de 1990/91 e 1995/96, pelo que os dados não são linearmente comparáveis.

Deste modo, tendo em conta a evolução dos indicadores de pobreza, revelando um aumento da sua incidência entre a década de 1960 e o início da década de 1990 (figura 15), parece poder concluir-se pela hipótese de causalidade entre o aumento da pobreza e a ocorrência de conflitos no caso do Sri Lanka no período considerado, tendo em conta os conflitos eclodidos nas décadas de 70 e 80 no país.

Neste sentido, PEIRIS (2001, p. 7) considera que privações ao nível dos *direitos económicos*¹³⁴ em relação a um segmento da sociedade, são reconhecidas como causas dos conflitos no Sri Lanka como sejam os ocorridos em 1971 e entre 1986 e 1990. Entre essas privações estava a do desemprego e consequentes efeitos ao nível da pobreza. ABEYRATNE (2002, p. 18) partilha desta posição sublinhando a importância da frustração das expectativas criadas pela sociedade no desestabilizar crescente da sociedade e que culminou na guerra civil.

Figura 15 - Evolução da Incidência de Pobreza – Sri Lanka 1960-95



Fonte: TUDAWÉ (2000)

¹³⁴ A este respeito ver ponto 6.1.3.

6.2. O Caso da República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo (R.D.C.) ex-República do Zaire, fica localizada na África Central, na sub-região dos Grandes Lagos, apresentando uma população de aproximadamente 52 milhões de habitantes, com um crescimento demográfico anual de aproximadamente 3%, e uma densidade populacional de vinte e dois habitantes por quilómetro quadrado. Cerca de 60% da população reside em áreas rurais vivendo da agricultura, caça e pesca.

Este país apresenta uma elevada densidade e diversidade de recursos minerais, localizados sobretudo na províncias Orientais, como o cobre, o cobalto, os diamantes, o ouro e o coltan. No entanto “a má governação política do país traduziu-se num crescimento económico negativo e numa pobreza crescente da população¹³⁵” [GOUVERNEMENT DE LA R. D. DU CONGO (2004, p. 1)].

A R.D.C. é hoje um dos mais pobres países do mundo¹³⁶, com “80% dos seus 52 milhões de habitantes a residir no limite que a dignidade humana pode suportar, com menos de US\$0,20 por dia¹³⁷” [GOVERNMENT OF THE D. R. OF THE CONGO (2002, p. 4)]. Por outro lado, “cerca de 64% da população está subnutrida tornando a R.D.C. o país mais pobre do mundo a este respeito”¹³⁸ [OXFAM (2002, p. 5)].

O país foi governado durante mais de 30 anos por uma ditadura autoritária liderada por Mobutu, a que se seguiu, a partir da queda daquele em 1997, um período de transição de grande instabilidade institucional, pilhagens e conflitos sociais num contexto de grande pobreza. Assim, em 1997 e entre 1998 e 2001, o país viu-se envolvido numa guerra civil extremamente custosa a nível económico, social, humanitário e político com “mais de três milhões de mortos (...), quase quatro milhões de deslocados e 10.000 a 15.000 crianças usadas como

¹³⁵ Os dados indicados no quadro 30 a 33 confirmam esta afirmação.

¹³⁶ Em 2002, a R. D. C. Apresentava-se classificada na posição 168 no *ranking* de desenvolvimento humano do P.N.U.D. num total de 177 países considerados.

¹³⁷ Refira-se que este valor encontra-se bem abaixo das linhas de pobreza usualmente consideradas pelo P.N.U.D. de US\$1 e US\$2 por dia.

¹³⁸ É considerada a linha de 1900 Kcal diárias por pessoa.

soldados” [GOVERNMENT OF THE D. R. OF THE CONGO (2002, p. 4)] e descrita por SMIS and OYATAMBWE (2002, p. 413) como um dos conflitos mais complexos do pós-guerra fria.

Apesar dos esforços envolvendo os actores internos e intermediários internacionais, para terminar definitivamente com a instabilidade e a violência armada internas, estas prosseguem.

6.2.1. Contexto político: Da ascensão à queda de Mobutu

Uma questão basilar no estudo dos conflitos ocorridos na R.D.C. é a da governação. Nunca o povo deste país africano teve, após a sua independência, um governo eleito e representativo dos seus interesses, o que conduziu a um significativo sofrimento colectivo. Para esta evolução, terá contribuído a saída abrupta dos belgas do território congolês em 1960, impedindo uma transição democrática estável a caminho da independência. YOUNG (2002, p. 37) refere que os últimos três presidentes do país, Mobutu, Laurent Kabila e Joseph Kabila, podem ser apelidados de líderes acidentais, dado terem sido, mais do que opções emanadas da sua população, designados, seleccionados e treinados por actores externos. Este autor refere que Mobutu foi escolhido pelos serviços secretos belgas e norte americanos em 1959 para evitar uma possível influência soviética na região, ascendendo à Presidência em 1965 com o apoio dos referidos países. Por outro lado, sublinha que Laurent Kabila foi escolhido e financiado pelo Ruanda em 1996, enquanto que o seu filho Joseph Kabila apresenta a particularidade de nunca ter vivido no país e de, sendo filho adoptivo de Laurent Kabila, ser filho biológico de dois ruandeses tutsis, tendo sido escolhido por representantes zimbabueanos, angolanos e alguns congolezes, após a morte do seu pai em 2001.

A R.D.C. teve de se deparar logo após a sua independência em 1960 com “golpes, tentativas de secessão, revoltas locais e massacres” [BUTTS et al. (2002, p. 2)], um conflito secessionista no Katanga, região à altura responsável por cerca de metade de todos os recursos naturais do país, impulsionado pelo

líder rebelde Tshombe, que reivindicava a secessão/independência ou, pelo menos, uma autonomia alargada face ao governo central liderado pelo primeiro-ministro Lumumba [GIBBS, (2000, pp.362-363)]¹³⁹. Alguns autores defendem a ideia de que “Tshombe foi usado pela Bélgica para avançar com interesses neocolonialistas” [NDIKUMANA and EMIZET (2003, p. 5)], que o apoiaram militar, financeira e diplomaticamente. De facto, era na província de Katanga “onde se concentrava a grande maioria dos investimentos belgas” [GIBBS (2000, 363)].

O objectivo era o de criar um contra-poder aos interesses nacionalistas de Lumumba vistos como ameaças aos interesses económicos belgas. O seu nacionalismo, assente em tendências socialistas, terá “custado a sua vida dado que era visto como um obstáculo ao neocolonialismo belga¹⁴⁰” [NDIKUMANA and EMIZET (2003, p. 5)]. GIBBS (2000, p. 369) refere que a aceitação de ajuda militar soviética por Lumumba terá sido decisiva para esse desfecho.

Em Kasai desenrolou-se um conflito de secessão entre 1960 e 1962, em moldes semelhantes ao do Katanga, desempenhando uma papel de relevo as grandes reservas diamantíferas da região. No entanto, neste caso, o movimento rebelde não contou com o apoio do governo belga. Apesar da falta de apoio explícito belga, GIBBS (2000, p. 367) sublinha um alinhamento da acção do governo de South Kasai com o de Tshombe.

No período pós-Lumumba, de 1964 a 1965, surge uma outra rebelião, esta partir de Kwilu, com o objectivo de derrotar o novo governo liderado por Adoula, e uma outra liderada pelo Conselho Nacional de Libertação (C.N.L.) de tendências comunistas, a partir do Leste, como resposta à falha do governo de Adoula em unificar a Nação e acusado de ser um veículo de recolonização belga pelo controlo da economia. O resultado foi um período de instabilidade social, com uma incapacidade do exército em derrotar as rebeliões.

¹³⁹ Gibbs apresenta uma explicação pormenorizada da ascensão do primeiro-ministro Lumumba e do presidente Kasavubu ao poder em 1960, que promoveram então um acréscimo de pluralidade política na R.D. Congo.

¹⁴⁰ NDIKUMANA and EMIZET (2003, p.5) referem que Lumumba terá sido assassinado em 17 de Janeiro de 1961, numa trama organizada pelos belgas, tendo o governo belga reconhecido o seu envolvimento em Janeiro de 2002.

Em 1965, com o apoio dos E.U.A. e da Bélgica, Mobutu ascende ao poder, tomando de imediato medidas “com o objectivo de estabilizar e consolidar o poder” [NDIKUMANA and EMIZET (2003, p. 15)], procurando criar um sentido de identidade nacional promovendo a cultura nacional e eliminando influências culturais ocidentais.

Em 1967, Mobutu impõe um sistema de partido único como forma de consolidar o seu poder. Em 1969, “promove uma forte onda de investimento privado, mas assente em indústrias de substituição de importações” [KIAKWAMA and CHEVALIER (2001, 630)]. Tal como em muitos outros países, a prossecução desta estratégia prejudicou a competitividade do país e o seu desempenho económico.

Em meados da década de 1970, passou a promover-se o culto da personalidade como forma de sustentação do absolutismo de Mobutu através de um programa de *zairinização*. Este programa procurava eliminar influências externas no contexto político e social do país. Uma das principais consequências traduziu-se na nacionalização ou distribuição a privados nacionais das pequenas e médias empresas de propriedade privada estrangeira. Por outro lado, para consolidar o seu poder, “Mobutu fundiu o partido e as instituições de Estado colocando membros do seu grupo étnico em posições governamentais chave e no sector paraestatal” [NDIKUMANA and EMIZET (2003, p. 15)].

Em 1974, aquele ditador leva a cabo um programa de *radicalização*, estratégia para fazer face a problemas económicos como o desemprego e a inflação. No entanto, esse programa veio a resultar apenas na nacionalização das grandes empresas de propriedade belga, não cumprindo minimamente com os objectivos fixados. Muitos dos preços, incluindo as taxas de juro, foram fixados administrativamente e o regime comercial foi tornando-se crescentemente restritivo.

Por outro lado, Mobutu conseguiu manter uma posição externa estável tirando partido dos recursos do país e da posição estratégica do país no contexto da guerra fria, combatendo a ascensão do comunismo em África. Este apoio

permitiu que Mobutu continuasse com políticas repressivas e de violações dos direitos humanos, paralelamente a um crescente enriquecimento pessoal¹⁴¹.

A partir da segunda metade da década de 70, Mobutu toma medidas para eliminar a influência política do exército e a sua importância estratégica no contexto social do país. Esta opção terá sido eficaz na redução da ameaça militar interna a Mobutu mas, por outro lado, tornou o exército vulnerável e ineficaz na defesa do país.

Os primeiros grandes desafios militares com que Mobutu teve de se defrontar foram os chamados conflitos Shaba I e a Shaba II num contexto de declínio da actividade económica. As invasões da região do Shaba foram realizadas pela F.L.N.C. (Frente para a Libertação Nacional), a partir do Leste de Angola e contando com o apoio do governo angolano, tal como refere FERREIRA (1997, p. 322) apresentando os dois conflitos características distintas. A primeira decorre em 1977 não encontrando a F.L.N.C. grande resistência militar das forças governamentais à sua acção no terreno. No entanto, “Mobutu acaba por ser salvo pelas tropas marroquinas” [NDIKUMANA and EMIZET (2003, p.19)]. A segunda invasão decorre em 1978 tendo como objectivo a remoção directa de Mobutu do poder, acabando este “por ser salvo por tropas francesas e belgas com o apoio da força aérea norte-americana” [NDIKUMANA and EMIZET (2003, p.20)]. Para além deste objectivo interno, a acção da F.L.N.C. também foi entendida como uma sua instrumentalização por parte do governo angolano a fim de pressionar Mobutu a deixar de apoiar logística e militarmente as acções armadas da F.N.L.A. e da U.N.I.T.A.¹⁴²

Quando, mais tarde, na década de 1990, após pressão dos governos francês e norte americano para a adopção de reformas democráticas, Mobutu não cede, os países ocidentais abandonam-no e deixam de cooperar. Cria-se um contexto de crise económica e caos político, surge a rebelião liderada por Kabila

¹⁴¹ BUTTS et al (2002, p. 4) referem que na década de 1980 a fortuna pessoal de Mobutu era já de \$US 4 biliões igual ao défice público do Zaire da época.

¹⁴² No capítulo V sua tese de doutoramento, FERREIRA (1997) analisa de forma exaustiva as diferentes implicações do governo angolano na Shaba I e Shaba II, como resposta ao auxílio de Mobutu à acção armada da F.N.L.A. e da U.N.I.T.A.

na segunda metade da década de 90, iniciando-se em Outubro de 1996 e culminando com a queda de Mobutu em Maio de 1997.

Um outro dado importante tem a ver com a entrada de Hutus ruandeses na R.D.C. em fuga do seu país em resultado do genocídio de 1994, tendo usado o território congolês “como base para *raids* no Ruanda” [BUTTS et al. (2002, p. 2)]. Em resposta, as autoridades ruandesas entram no território congolês e destroem, de forma simples, os campos de refugiados Hutu. A facilidade com que o conseguiram, incentivou o “Ruanda – juntamente com o Uganda e Angola – a criar uma oportunidade para substituir Mobutu e criar um regime mais amigável em Kinshasa” [BUTTS et al. (2002, p. 3)]. EMIZET (2000, p. 172) refere declarações do Vice-Presidente do Ruanda Paul Kagame em que o objectivo do derrube de Mobutu é reconhecido, acção que teria tido o apoio dos E.U.A.

Esta rebelião foi conduzida pela A.F.D.L. (Aliança das Forças de Libertação Democrática) liderada por Laurent Kabila, e com o apoio militar do Ruanda, Uganda, Zimbabué e Angola. A rebelião ultrapassou com muita facilidade as fragilizadas tropas da R.D.C., ascendendo com facilidade Laurent Kabila à presidência do país.

Esta rebelião, apesar de financiada em grande parte por países estrangeiros motivados por razões económicas e geo-estratégicas, foi muito apoiada pelo povo congolês em virtude da deterioração das condições de vida e do aumento da incidência de pobreza que já geravam alguma instabilidade interna.

6.2.2. O período pós-Mobutu

Um ano após a subida de Laurent Kabila à presidência, começa a surgir a ideia de que ele estaria a defender os interesses do Ruanda e Uganda, “sendo visto pelos congolezes como um fantoche ruandês” [EMIZET (2002, p. 9)]. No entanto, Kabila acaba por terminar a cooperação militar com esses países sendo ordenada a retirada de todas as forças estrangeiras do país. Nesta altura, Kabila junta às pressões internas que vinha sofrendo, pressões externas para o seu

afastamento, terminando a cooperação militar com o Ruanda, o Uganda e Angola que tinha conduzido ao derrube de Mobutu.

O fim da presidência de Mobutu não veio, assim, trazer mais paz e unidade à República Democrática do Congo. Kabila sente dificuldades em unificar o país e, por outro lado, acaba por ser, numa segunda fase, demasiado independente para os interesses ruandeses e ugandeses.

Como consequência forma-se um movimento anti-Kabila apoiado pelo Ruanda e Uganda, iniciando-se uma nova guerra civil a 2 de Agosto de 1998. Kabila acaba por ser salvo por Angola, Zimbabué e Namíbia, numa intervenção militar no âmbito da S.A.D.C., sendo que o movimento pró-deposição de Kabila encontrou alguma resistência interna por haver a ideia de que apenas serviria os interesses ruandeses e ugandeses [MOORE, (2001, p. 131)].

Esta rebelião traduziu-se inicialmente num grupo coeso, o RCD (Ajuntamento Congolês para a Democracia), com forte interferência ruandesa e ugandesa. No entanto, uma disputa do acesso aos benefícios resultantes da exploração de recursos naturais levou ao confronto entre as tropas dos dois países em Agosto de 1999, e que viria a ser vencida pelo Ruanda.

Em Novembro de 1998 surge outro movimento rebelde na província do Equador, o M.L.C. (Movimento para a Libertação do Congo), capturando várias cidades nesta região. O apoio ugandês a este movimento não foi bem visto pela R.C.D. No entanto, a desorganização e desagregação da R.C.D., transformou o M.L.C. num movimento relevante.

Os dois grupos apresentavam como propostas a restauração de um Estado federal, o estabelecimento de um sistema liberal e o desenvolvimento de um sistema económico aberto. No entanto, a sua acção prática foi discutível: “em quase todos os lugares ocupados por mais de um ano, os rebeldes são detestados (...), eles culpam Kabila pela sua oposição à democracia e a inabilidade para governar o país, mas os rebeldes são piores. Os partidos políticos não são autorizados a operar nas áreas ocupadas, e aqueles que defendem os direitos humanos são perseguidos e silenciados [EMIZET (2002, pp. 26-27)]. Por outro

lado, “Kabila tornou-se num herói nacional tal como Lumumba antes dele, porque se recusou a ceder a domínio estrangeiro” [EMIZET (2002, p. 34)].

Esta rebelião acaba por ser diferente da anterior pois não existe o mesmo apoio popular, apenas o grupo Mai Mai era visto como representando interesses congolezes. Tal como refere MOORE (2001, p. 130) a única justificação que motivou algum apoio interno com derivava do facto de Kabila ter extinguido todos os partidos à excepção do dele. Por outro lado, os diferentes grupos rebeldes não partilham uma mesma agenda sendo os seus objectivos conflituantes, tomando aqui o conflito uma importante componente externa à R.D.C.

Genericamente, esta instabilidade social reflecte alguma incapacidade da governação de Kabila em acalmar a situação política e social no Leste do país, e em conter os rebeldes Hutus, o que veio a inquietar o Ruanda. Não menos importante terá sido a percepção de Kabila de que não podia confiar na aliança ruandesa-ugandesa para qualquer estabilidade governamental na R.D.C.

No entanto, onze meses após o início da guerra civil as diferentes partes em conflito assinam um acordo de paz em Lusaka: “o aspecto positivo deste acordo foi o estabelecimento de um diálogo inter-congolês para a constituição de um governo de unidade nacional” [EMIZET (2002, p. 10)].

Em 2001, Laurent Kabila é assassinado sendo substituído pelo seu filho Joseph Kabila, num governo que inclui vice-presidentes dos movimentos rebeldes R.C.D. e M.L.C.. BUSTIN (2002, p. 538) sugere algum simbolismo na data escolhida para o assassinato de Laurent Kabila, véspera do quadragésimo aniversário do assassinato de Lumumba¹⁴³.

Todos os políticos nas novas instituições são nomeados e negociados ao abrigo do diálogo intercongolês (I.C.D.). YOUNG (2002, p. 38) destaca a experiência limitada de Joseph Kabila, sublinhando a sua capacidade questionável para liderar um Estado grande e complexo, em decomposição avançada. A seu favor, é referido o facto de não fazer parte das sucessivas

¹⁴³ Este autor sugere que a escolha da data (16 de Janeiro de 2001) não terá sido ocasional, procurando dessa forma atingir directamente o povo congolês.

combinações políticas operadas em Kinshasa desde a década de 1960. Por seu turno, SMIS and OYATAMBWE (2002, p. 422) destacam a vontade de Joseph Kabila em resolver o conflito e restaurar a cooperação regional e internacional com o objectivo de restituir alguma credibilidade ao governo congolês.

A guerra civil ocorrida em 1997 e a que se seguiu partir de 1998, demonstram as relações complexas formadas em torno da existência de recursos naturais e da existência de interesses económicos na perpetuação do conflito, tudo assente na gritante desigualdade social e de distribuição do rendimento.

Na prática, acaba por se estabelecer uma forte presença ruandesa e ugandesa na exploração dos recursos naturais, forçando a saída do mercado dos agentes locais, sendo também relevante a presença de tropas do Zimbabué, da Namíbia e de Angola.

6.2.3. Contexto económico

A realização de qualquer análise à realidade económica e social da R.D.C. debate-se, desde logo, com um problema ao nível dos dados utilizados, existindo uma falta de dados fiáveis e actualizados. O próprio governo da R.D.C. reconhece “as limitações dos dados existentes apontando para a sua fraqueza estatística, incoerência e, por vezes, inconsistência” [GOVERNMENT OF THE D. R. OF THE CONGO (2002, p. 9)].

NDIKUMANA and EMIZET (2003, p. 16) distinguem quatro fases distintas na economia da R.D.C. no período seguinte à independência:

- a) Crescimento pós-independência (1960-74) que continuou o desempenho existente antes da independência;
- b) Crise pós-Zairinização (1974-78);
- c) Período de ajustamento falhado (1978-88);
- d) Colapso económico (desde 1988).

Através do quadro 29 verificamos que o período entre 1967 e 1974 foi o único a registar uma taxa de crescimento anual positiva (1,5%) com uma contribuição muito acentuada do sector industrial e uma contribuição positiva do

sector dos serviços. A inflação apresenta neste período o valor mais baixo (21,4%) relativamente a todos os outros períodos considerados, com especial destaque para o período de 1998-1998 (3.367,6%).

Quadro 29 - Evolução Económica da R.D.C. após a independência

Período	Cresc. Anual PIB per capita (%)	Valor Acrescentado Agricultura (Cresc. Anual %)	Valor Acrescentado Indústria (Cresc. Anual %)	Valor Acrescentado Serviços (Cresc. Anual %)	Inflação (%)	Défi ce Orçamental (% PIB)
1960-67	-0,3	-	-	-	-	-
1967-74	1,5	-3,3	6,2	1,9	21,4	-3,9
1974-78	-6,5	-2,7	-8,5	-7,3	51,2	-5,6
1978-88	-1,2	-0,6	-1,7	-1,3	55,9	-2,1
1988-98	-7,8	-0,6	-15,8	-14,7	3367,6	-6,1

Fonte: NDIKUMANA and EMIZET (2003)

NDIKUMANA and EMIZET (2003, p. 16) referem que o programa (de ajustamento estrutural) aplicado em 1967 com o apoio do F.M.I. terá tido um efeito positivo na economia congoleza, o que viria a ser anulado pelos programas de *zairinização* e *radicalização* aplicados por Mobutu em 1974.

“A *Zairinização* caracterizou-se por uma má gestão levando ao abaixamento dos preços na produção, atrasos nos pagamentos dificultando a produção” [KIAKWAMA and CHEVALIER (2001, 639)]. Para lidar com as consequências da crise de 1975, em grande parte construída internamente, o governo introduziu uma série de medidas de controlo económico apertado que apenas contribuíram para uma maior estagnação da economia.

A *Zairinização* veio provocar uma perda de confiança do sector privado sobretudo no exterior, resultando numa queda forte na concessão de crédito. Como resultado, o governo passou a acumular um défi ce externo significativo.

O quadro 29 permite-nos observar também que é no período de 1974 a 1978 que se verifica o desempenho económico mais negativo, antes da década de

90, com um crescimento económico de $-6,5\%$ / ano. O sector industrial sofre uma quebra muito grande, disparando a inflação para mais do dobro do período anterior (de $21,4\%$ para $51,2\%$).

Por outro lado, a R.D.C., importadora de petróleo, sofre bastante com o choque petrolífero de 1973/74. Para além deste facto, como sublinham [KIAKWAMA and CHEVALIER (2001, 631)], “em 1975, o preço do cobre, principal exportação do país, cai dramaticamente, resultando num declínio de 40% nos termos de troca”

No final da década de 70 e durante a década de 80 o governo de Mobutu com o apoio do F.M.I. e do B.M. aplica um programa de ajustamento estrutural com o objectivo de reverter os efeitos do programa de Zairinização. No entanto, os resultados não foram significativos, com o P.I.B. a cair anualmente $1,2\%$ entre 1978 e 1988, e com a inflação a apresentar valores de $55,9\%$ anuais, apesar do défice orçamental em % do PIB ter sido reduzido para $-2,1\%$. Simultaneamente os termos de troca deterioraram-se 20% entre 1980 e 1983, mantendo-se a dívida externa num nível muito elevado. O programa não cumpria assim com os objectivos inicialmente fixados. BARTOLI (2003, pp. 54-61) efectua uma análise à aplicação dos programas de ajustamento estrutural nos países da A.S.S., relevando o seu insucesso social, e sublinhando o papel a desempenhar pelas organizações das Nações Unidas na valorização da dimensão humana no desenvolvimento.

Na sequência do período de *Zairinização* e do ajustamento falhado proposto pelo F.M.I., a R.D.C. continua numa espiral de declínio económico.

Assim, não é de estranhar que, mais tarde, NDIKUMANA and EMIZET (2003, p. 26), tendo por base o modelo Collier-Hoeffler¹⁴⁴, confirmem a maior probabilidade de ocorrência de uma guerra civil no período de 1995 a 1999. Os autores sublinham que o baixo rendimento e o baixo crescimento económico esperado fizeram aumentar significativamente o risco de guerra civil.

¹⁴⁴ O modelo Collier-Hoeffler é um modelo *greed vs. grievance* em que são considerados factores de ganância e agravo como explicadores de um conflito (ver exemplo de um modelo *greed vs. grievance* no capítulo IV).

São estes os dois factores que no modelo explicam o aumento de probabilidade de ocorrência de guerra no período considerado (PIB per capita e taxa de crescimento). Os autores referem que não existe qualquer outra variável explicativa, considerada no modelo, que cause uma mudança significativa na probabilidade prevista de guerra na década de 90, conduzindo a uma sucessiva perda de capacidade de actuação do governo a nível económico e militar.

Como resultado desta crise, a economia fica dominada pelo sector informal. O sector formal apresenta muito baixos salários e benefícios. As condições de trabalho são desumanas, especialmente no sector público com um salário médio de US\$15. No sector privado, na ausência de um salário mínimo, as empresas apenas pagam um salário de subsistência.

Com o apoio de organizações internacionais como o Banco Mundial (B.M.), o Fundo Monetário Internacional (F.M.I.) e o Banco Africano de Desenvolvimento (B.Af.D.), o Governo da República Democrática do Congo começou a elaborar a partir de 2001 uma estratégia de redução da pobreza assente em três pilares:

- a) Restauração e consolidação da paz - “restauração e consolidação da paz interna, cuidado para as vítimas dos conflitos, estabilidade nas fronteiras e com os vizinhos; activa participação das comunidades e boa governação” [GOVERNMENT OF THE D. R. OF THE CONGO (2002, p. 31)];
- b) Estabilização macroeconómica e estímulo a um crescimento favorável aos pobres – “só um crescimento sustentado poderá diminuir a pobreza, liberalização da economia, reabilitação de infraestruturas e reanimando sectores produtivos” [GOVERNMENT OF THE D. R. OF THE CONGO (2002, p. 34)]. O aumento da poupança daí resultante deverá permitir ao sistema bancário financiar o investimento privado.
- c) Dinamização da comunidade, “consolidação da estrutura institucional, criação de estrutura federada para mobilizar a dinâmica da comunidade e implementação de um mecanismo nacional para assegurar o apoio à

dinâmica da comunidade” [GOVERNMENT OF THE D. R. OF THE CONGO (2002, p. 11)].

Na prática, os esforços de redução da pobreza deverão dirigir-se para a melhoria da saúde, educação e nível de vida geral.

O Governo congolês procura envolver toda a população nos esforços de redução da pobreza incluindo representantes locais, capacitar as organizações locais para dignosticar e elaborar estratégias de redução da pobreza; induzir o diálogo entre o governo e parceiros de desenvolvimento internos e externos, assegurar que as participações locais¹⁴⁵ são incluídas nas políticas de combate à pobreza.

As causas apontadas para a pobreza pelo Governo da República Democrática do Congo são a má governação; desigualdades sociais; má nutrição; decadência das infraestruturas e falta de recursos financeiros.

6.2.4. O Papel dos Recursos Naturais

A exploração dos recursos naturais da República Democrática do Congo assume uma importância basilar não só na economia do país como na economia mundial.

De acordo com BUTTS et al. (2003, p. 4) “na década de 60, 80% dos diamantes industriais eram produzidos na R.D.C. (...), sendo o urânio congolês a alimentar as primeiras armas nucleares dos Estados Unidos”. Por outro lado, a produção de cobalto, importante para a indústria aeronáutica, tornou o regime de Mobutu invulgarmente importante para a política africana dos E.U.A. A R.D.C. detém 8% das reservas mundiais de diamantes e 80% das reservas africanas de coltan.

A exploração de recursos naturais tem-se processado de forma descontrolada, não quantificável e de legalidade questionável. Os lucros obtidos com a sua transacção “não são investidos nas comunidades de onde são originários, sendo efectivamente saqueados por indivíduos, na sua maioria não

congoleses” [OXFAM (2002, p. 4)]. BUSTIN (2002, p. 555) destaca o papel importante que têm ainda hoje actores belgas nas transacções ilícitas de diamantes e coltan. A este respeito, SAMSET (2002, p. 477) refere que 50% das exportações verificadas em tempo de guerra na região Leste, dominada pelo Ruanda e pelo Uganda, não tiveram qualquer benefício local. A mesma autora estima que cerca de 5% do PIB da R.D. Congo em tempo de guerra ter-se-á devido a roubo.

A Oxfam afirma que o exército do Zimbabué está localizado nas áreas de Kasai e Katanga, ricas em diamantes, cobre, cobalto e madeira, o exército do Ruanda nas áreas de Kivu e Maniema, ricas em coltan, ouro, madeira e diamantes e o exército do Uganda nas áreas de Ituri e Kivu do Norte ricas em ouro, madeira, diamantes e coltan.

As tropas ruandesas entraram no território congolês aparentemente por razões de segurança interna na sequência do genocídio de 1994. No entanto, a Oxfam afirma que “o posicionamento das tropas está mais ligado ao posicionamento das minas minerais que das forças rebeldes”. Por outro lado, “as exportações de Coltan do Ruanda evoluíram muito rapidamente de oitenta e três toneladas por ano para mil quatrocentos e quarenta toneladas por ano, (...) tendo as exportações de diamantes e ouro também aumentado muito rapidamente desde o início da guerra, apesar de o Ruanda não possuir minas domésticas” [OXFAM (2002, p. 8)].

As exportações de ouro do Uganda, por seu turno, aumentaram também muito rapidamente no decurso da guerra. Relativamente aos diamantes, o Uganda “apresenta valores muito elevados, não havendo registos de exportações antes do início da guerra em 1997” [OXFAM (2002, p. 9)], nem qualquer produção de diamantes no Uganda.

O Zimbabué, por seu turno, argumenta que a sua presença na R.D.C. é legítima por se realizar no âmbito da intervenção de segurança efectuada pela

¹⁴⁵ Para uma análise aprofundada da importância da participação da sociedade civil no desenvolvimento, ver BARTOLI (2003, pp. 119-126).

S.A.D.C. No entanto, é referido haver um enriquecimento pessoal de agentes governamentais do Zimbabué como resultado da sua presença na R.D.C.

A participação das forças armadas angolanas tem sido justificada não só pela necessidade de protecção do enclave de Cabinda rico em petróleo e localizado perto da fronteira com a R.D.C., apesar dos interesses da Sonangol na exploração das reservas de petróleo localizadas naquele país, mas também como forma de impedir uma rectaguarda de apoio à U.N.I.T.A. [FERREIRA (1997)]. Este factor deixou de ter sentido em Fevereiro de 2002, altura em que Savimbi morreu e um Protocolo de Entendimento foi assinado entre o Governo Angolano e aquela organização em 4 de Abril de 2002.

6.2.5. Contexto social

É na década de 90 que se verifica claramente o pior desempenho de todos os períodos considerados com um crescimento económico anual de $-7,8\%$, um aumento do défice orçamental e uma inflação descontrolada (mais de 3.000%).

Em consequência, as estatísticas disponíveis no país apontam para um empobrecimento generalizado: “em 2001 o PIB *per capita* era de US\$74, sendo que a preços de 1985 o PIB *per capita* passou de US\$1,31 em 1973 para US\$0,91 em 1994 e US\$0,30 em 1998” [GOVERNMENT OF THE D. R. OF THE CONGO (2002, p. 10)].

Como resultado desta situação, e como podemos verificar pela análise do quadro 30, a pobreza torna-se um fenómeno endémico e global na República Democrática do Congo, abrangendo tanto as áreas rurais como as urbanas, apesar de uma tendência para uma maior agudização nas zonas rurais.

Por outro lado, verificamos que o IPH-1 (Índice de Pobreza Humana) exhibe uma tendência decrescente entre 1960 e 1990, subindo em 1995. O número de calorias ingeridas por pessoa/dia diminui consecutivamente entre 1960 e 1995, onde atinge o valor claramente mais baixo nos períodos considerados.

Entre 1960 e 1990, temos, assim, uma diminuição do IPH-1, mas uma diminuição das calorias ingeridas. A partir de 1990, temos um aumento de IPH-1

mantendo-se uma diminuição das calorias ingeridas, reflectindo um aumento generalizado da pobreza na R.D.C.

Quadro 30 - Incidência de Pobreza na R.D.C.

	1960	1970	1980	1990	1995
IPH-1 Urbano	45,4	36,5	25,2	20,6	18,5
IPH-1 Rural	67,7	61,9	53,0	47,7	49,2
IPH-1	61,3	55	45,9	40,4	42,6
Calorias ingeridas por dia	2.252	2.158	2.163	2.060	1.875

Fonte: GOVERNMENT OF THE D.R.C. (2002)

De acordo com o GOVERNMENT OF THE D. R. OF THE CONGO (2002, p. 11), “a pobreza manifesta-se também de forma muito desigual, sendo o PIB *per capita* de US\$322,9 em Kinshasa e de US\$25,3 na província do Equador. Por outro lado, 44% das mulheres não têm qualquer rendimento por oposição a 22% dos homens”.

Aquele documento acentua que “o desemprego cresceu de forma abrupta como resultado da inabilidade do Estado em gerir as empresas públicas, e a política de *joint-ventures* e incentivos para investir. Em 2000, 2% da população total, 4% da força de trabalho e 8% força de trabalho masculina estava empregada, comparando com 8%, 18% e 35%, respectivamente, em 1958” (p. 13). A crise social e política da década de 90 esteve na base de um descontentamento crescente, e os conflitos que ocorreram, apenas exacerbaram uma espiral de tendência crescente a um ponto em que o emprego e a falta de treino vocacional tornaram-se uma das causas básicas de grave instabilidade social. O resultado foi uma deterioração da pobreza, um aumento da vulnerabilidade da população e a proliferação do desemprego urbano.

A análise das condições sociais e indicadores de desenvolvimento humano de uma população permitem-nos retirar conclusões relativamente aos seus níveis de vida e satisfação de necessidades básicas.

Pela leitura do quadro 31 podemos verificar uma evolução negativa do I.D.H.entre 1975, 1985, 1995 e 2002 passando sucessivamente de 0,410 para 0,429, e de 0,380 para 0,365, aumentando apenas ligeiramente entre 1975 e 1985. A esperança de vida aumenta de 45 para 48,7 anos entre 1970 e 1995, voltando a diminuir em 2002 para 41 anos. A taxa de alfabetismo aumenta entre 1970 e 1995 de 44% para 77%, diminuindo em 2002 para 61%. Verifica-se assim uma tendência para a deterioração do desenvolvimento humano, apesar da diminuição da taxa de mortalidade infantil e aumento do alfabetismo.

Quadro 31 - O Desenvolvimento Humano na R.D.Congo

Indicadores	1970	1985	1995	2002
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1000 nados vivos)	147*	129***	128*	129
Esperança de vida	45	53	48,7**	41
Alfabetismo (%)	44*	66	77*	61a)
Índice de Desenvolvimento Humano	0,410*b)	0,429**	0,380**	0,365*

a) Dado referente a 2000.

b) Dado referente a 1975.

Fontes: www.unicef.org/infobycountry/drcongo_statistics.html

*www.sarpn.org.za/RegionalViews/drc.php

** P.N.U.D. (2004)

*** USAID (2004)

Em relação à educação, o governo congolês sublinha a grande deterioração das infraestruturas públicas no regime anterior. Um dado preocupante refere-se aos níveis de literacia que apresentam uma tendência recente decrescente de 77% em 1995 para 61% em 2002. A taxa de admissão à

escola primária era, em 1995, de 42,8% nas áreas urbanas e 14% nas áreas rurais. A taxa de retenção na escola no 5.º ano era de 60,3% nas áreas urbanas e 15,1% nas áreas rurais. Estima-se que “entre 3 a 3,5 milhões de crianças com idades entre os seis e onze anos não recebam qualquer educação formal” [OXFAM (2002, P. 4)], mostrando um panorama pouco animador em relação à educação.

O quadro 32 sintetiza alguns indicadores de saúde na R.D.C. Verificamos que a maioria da população não tem acesso a água potável, tendo-se observado um agravamento entre 1990 e 1995. O P.N.U.D. refere que 75% da população estava subnutrida em 2002, enquanto que em 1990 era apenas de 31%. Por outro lado, de acordo com a UNICEF, 79% da população não usa instalações sanitárias adequadas. Através do quadro 32 verificamos que praticamente três quartos da população não tem acesso a serviços de saúde, verificando-se um ligeiro aumento entre 1990 e 1995.

O número de crianças com peso deficiente tem apresentado uma tendência crescente, atingindo em 1995 34%.

A prevalência de SIDA era no final de 1999 de 5,07%, causando 300.000 mortos por ano e “criando próximo de um milhão de órfãos” [EMIZET (2002, p. 11)].

Quadro 32 - Indicadores de Saúde na R.D.C.

	1970	1980	1990	1995
% pessoas sem acesso a água potável	84	67	55	58
% pessoas sem acesso a serviços de saúde	74	74	72	74
% crianças com peso deficiente (-5 anos)	29	28	33	34

Fonte: GOVERNMENT OF THE D.R. CONGO (2002)

6.2.6. Pobreza e Distribuição do Rendimento: causas da ecloração do conflito?

NDIKUMANA and EMIZET (2003, p. 18) afirmam que a dívida pública da R.D.C. apenas em parte foi utilizada para o desenvolvimento do país, tendo sido usada por Mobutu e seus colaboradores mais próximos para aplicações privadas no exterior. E embora Mobutu já tenha morrido, a sua família detém uma fortuna de 12 mil milhões de dólares fora do país.

A propósito da distribuição do rendimento, NDIKUMANA and BOYCE (2002, p. 1) afirmam que toda a região da África Sub-Saariana é um credor líquido face ao exterior, no sentido em que os activos privados detidos no exterior e medidos pela fuga de capitais acumulada excede as obrigações totais medidas pelo stock de dívida externa, apesar da pobreza generalizada na região. Por outro lado, a fuga de capitais acaba por conduzir a um acréscimo do financiamento externo, criando um ciclo de financiamento externo e fuga de capitais. NDIKUMANA and BOYCE (2002, p. 6) referem que este factor teve uma importância fundamental na explicação da fuga de capitais na R.D.C., tendo os empréstimos externos ao regime de Mobutu prosseguido, apesar de se saber que grande parte dos fundos acabavam por ter como destino o enriquecimento pessoal de elementos ligados à governação de Mobutu.

Estes autores afirmam que os empréstimos externos são recursos apropriáveis por líderes corruptos para enriquecimento privado e canalização para o exterior, por questões de segurança individual. Para eles há a evidência de que esta foi uma causa primordial para a fuga de capitais da R.D.C. durante o regime de Mobutu. (Ver Anexos X e XI).

Apesar de não existirem indicadores fíaveis que traduzam a distribuição do rendimento na R.D.C.¹⁴⁶, se tivermos em conta a pobreza generalizada da

¹⁴⁶ Não conseguimos ter acesso a indicadores de desigualdade da distribuição do rendimento na R.D.C. nos anos que antecederam as guerras civis do país. O único indicador a que tivemos acesso refere-se ao coeficiente de Gini para o ano de 1999: 0,42 [UNIDO (2004, p. 40)]. No entanto, o facto de não termos conseguido obter dados para outros anos impede-nos uma análise da evolução da desigualdade no país. Por outro lado, dado que não conseguimos obter mais nenhum indicador de desigualdade publicado por um outra instituição internacional não nos foi possível ter uma base de comparação para o dado acima indicado.

população congoleza, associada aos montantes astronómicos associados à fuga de capitais a título privado, poderemos facilmente supor a existência de uma desigualdade relativamente elevada: por um lado, verificamos uma tendência para a deterioração crescente das condições de vida da população congoleza a partir de 1970; por outro, a leitura do Anexo XI mostra-nos uma tendência crescente para a fuga de capitais da R.D.C. durante a presidência de Mobutu, sobretudo entre 1970 e 1981, com picos em 1973, 1978 e 1981.

Em termos gerais, a fuga de capitais entre 1970 e 1996 é de 10.035,4 milhões de dólares, uma das maiores da (A.S.S.) (Anexo X).

No entanto, e dada a falta de indicadores fiáveis, poderemos apenas supor um aumento da desigualdade entre 1970 e 1990, bem como uma hipotética influência desse aumento na eclosão de guerras civis na década de 1990.

A análise do quadro 33 permite-nos identificar um decréscimo do PIB *per capita* (preços constantes 1996) sucessivamente em todos os períodos entre 1970 e 1995. O PIB *per capita* PPC apresenta uma diminuição muito significativa entre 1980 e 1990 (de 2.169 para 1.730 dólares) baixando ainda em 1995 para 1.005,8 dólares.

Quadro 33 - Evolução Económica e Pobreza na R.D.C.

Indicador / Ano	1970	1980	1990	1995
PIB <i>per capita</i> (Laspeyres) a)	1053,45	713,64	569,58	321,71
PIB <i>per capita</i> PPC b)	2.781	2.169	1.730	1.005,8
Calorias ingeridas por dia b)	2.158	2.163	2.060	1.875
IPH -1 b)	55	45,9	40,4	42,6
Índice de Desenvolvimento Humano	0,419**	0,426	0,417	0,380

Fonte: HESTON, SUMMERS, ATEN (2002).

a) Índice de base fixa tendo, preços de 1996.

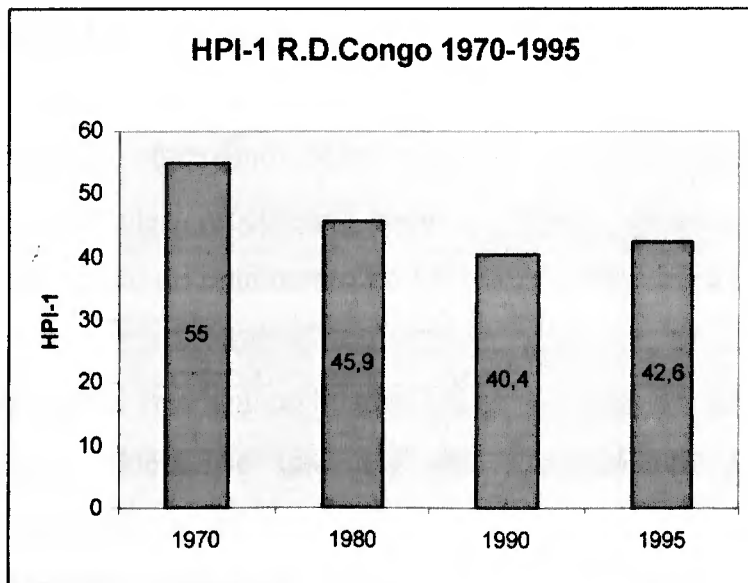
b) Fonte: GOVERNMENT OF THE D.R.CONGO (2002)

*Dado referente a 1992.

**Dado referente a 1975.

Estes indicadores demonstram de forma clara uma deterioração na situação económica do país com implicações evidentes na esfera social e que inevitavelmente se reflectem ao nível da disputa política.

Quanto ao desenvolvimento humano, verificamos um retrocesso claro entre 1980 e 1990, com uma diminuição do I.D.H. de 0,426 para 0,417, e de 1990 para 1995, com uma diminuição de 0,417 para 0,380, reflectindo um deteriorar das condições de vida dos congolezes e uma pauperização crescente.

Figura 16 - Evolução do IPH-1 na R.D.C.

Fonte: GOVERNMENT OF THE D.R.CONGO (2002)

Por outro lado, entre 1990 e 1995, observamos um aumento do IPH-1 de 40,4 para 42,6 (Figura 16), e uma diminuição do número de calorias ingeridas diariamente de 2.060 para 1.875, que reflectem de uma forma clara o aumento da incidência de pobreza na R.D.C.

Muito embora o acesso aos benefícios decorrentes da exploração dos recursos naturais do país e os factores políticos assumam um papel muito relevante na eclosão da guerra civil na R.D.C., não deixa de ser verdade que a mesma ocorre num contexto de deterioração dos indicadores sociais, especialmente os ligados de pobreza do país, os quais atingem os valores mais elevados de sempre.

Deste modo, não deixando de ter presente a possibilidade da proeminência dos recursos naturais para explicar os conflitos congolezes, em que tiveram papel de relevo actores externos à R.D.C., a hipótese de causalidade entre o aumento da pobreza e a ocorrência de conflitos tenderá a verificar-se na R.D.C, servindo de pano de fundo, onde assenta o descontentamento social, condição interna

propícia para a vontade de apoiar a mudança. No caso da R.D.C., por meio da violência, que degenerou em guerra civil.

6.3. Breve Balanço dos Casos Analisados

Neste capítulo, efectuámos dois estudos de casos referentes a dois países de continentes diferentes, procurando testar a hipótese de causalidade entre a pobreza e a distribuição do rendimento no Sri Lanka e República Democrática do Congo.

Os dois países revelam realidades muito distintas ao nível económico, político e social. Conclui-se que não são minimamente equiparáveis os desempenhos económicos dos dois países, tal como não o são os respectivos recursos económicos. Ao nível político, estamos perante duas realidades distintas, uma assente numa participação política num regime democrático, solidamente estabelecido, caso do Sri Lanka, e outra, em que a população se encontrou arredada do processo de escolha dos seus representantes nas últimas décadas, como é o caso da República Democrática do Congo. Ao nível social, verificámos que o Sri Lanka apresenta níveis relativamente elevados de desenvolvimento humano, no contexto dos países em desenvolvimento, por oposição à R. D. Congo, que apresenta níveis de desenvolvimento humano de entre os mais reduzidos mundialmente.

O objectivo deste trabalho teve como aspecto central estudar a influência da pobreza e da distribuição do rendimento na ecloração dos conflitos nos dois países. No entanto, a escolha efectuada não significa que estes factores possam ser considerados os únicos, nem necessariamente os mais preponderantes, causadores dos conflitos referidos. Outros factores internos de índole económica, como a existência de recursos naturais, ou factores de ordem cultural, étnica, histórica ou política serão também importantes na explicação dos conflitos nos países estudados, não procurando este trabalho estabelecer a sua desvalorização face aos factores explicativos estudados. Por outro lado, os contextos regionais e os interesses geo-políticos e geo-estratégicos de diversos países estrangeiros não

podem deixar de ser tomados em consideração. A este propósito, o caso da R.D.C. é mais elucidativo do que o do Sri Lanka.

Contudo, o ponto fundamental do presente capítulo, em face dos contextos económico, político e social analisados, é o de que parece poder concluir-se que a pobreza e a distribuição do rendimento terão, portanto, influenciado a ecloração das guerras civis verificadas no Sri Lanka e na República Democrática do Congo, já que diante das diferenças apontadas entre os dois países, sobressai como elemento comum e de comportamento tendencial negativo, o agravar das condições sociais, da desigualdade da distribuição do rendimento e aumento da pobreza.

CONCLUSÕES

A análise efectuada neste estudo permite-nos observar que a grande maioria dos conflitos verificados mundialmente ocorre nos continentes africano e asiático, exactamente aqueles que apresentam das maiores incidências de pobreza e níveis elevados ou relativamente elevados de desigualdade na distribuição do rendimento.

Tal como vimos no capítulo I do presente trabalho, o estudo da pobreza e desigualdade na distribuição do rendimento não se deverá limitar a uma análise isolada dos respectivos indicadores, pelo que procurámos efectuar uma investigação que contemplasse os contextos político, social, humano e económico das realidades a investigar.

O estudo destes diversos contextos torna-se ainda mais relevante se tivermos em linha de conta que os dados estatísticos poderão apresentar, por vezes, alguma discrepância face à realidade¹⁴⁷.

Por outro lado, verificámos que os conflitos tenderão a ocorrer com maior probabilidade em contextos de privação e pobreza associados a uma estagnação ou declínio económicos, que segundo NAFZIGER and AUVINEN (2002) poderão ser determinados em parte por comportamentos de procura de renda ou de *rent-seeking*.

O contexto político influencia, de forma significativa, a evolução da pobreza e da distribuição do rendimento, relevando-se aqui o papel do Estado e a acção governativa, isto é, as políticas públicas. A existência de um sistema de “spoils politics”¹⁴⁸, tal como definido por ALLEN (1999), em que um pequeno grupo de agentes consegue apropriar-se de uma parte substancial dos recursos do Estado, destruindo as suas instituições formais, substituindo-as por práticas predatórias generalizadas que excluem largos sectores da população, incapacitando-o de cumprir algumas das suas funções mais básicas com especial destaque para a política redistributiva, acaba por influenciar de forma directa os

¹⁴⁷ A questão da fiabilidade dos dados é discutida no capítulo II do presente estudo.

níveis de vida da população e a estabilidade social. O caso da República Democrática do Congo reflecte grandemente esta situação. Um outro conjunto de autores, como AZAM (2001) e BARDHAN (1999), valoriza sobretudo a incapacidade do Estado em proceder a uma redistribuição adequada de recursos, excluindo grupos populacionais, e a conseqüente falta de credibilidade das políticas públicas como determinantes na ocorrência dos conflitos.

Os diferentes contextos relevantes no processo de eclosão dos conflitos, são por vezes classificados e associados a dois tipos de motivação distintos: a *ganância* ou *greed*, muitas vezes relacionada com o acesso aos benefícios decorrentes da exploração de recursos naturais; e o *agravo* ou *grievance*, frequentemente associada a factores étnicos, culturais, políticos, ou de desigualdade na distribuição do rendimento. A modelização destes dois tipos de motivação permite-nos apreender que algumas das dimensões relevantes na ocorrência de conflitos poderão ser incorporadas, em termos formais, em apenas aqueles dois tipos de motivação e que lhes poderão estar subjacentes.

Tendo muitas vezes como base a modelização acima referida, alguns autores mais ortodoxos na análise económica dos conflitos como, por exemplo COLLIER (2002; 2003), tendem a valorizar mais a motivação *greed* na ocorrência dos mesmos, assentando as suas conclusões na utilização de modelos econométricos. Por outro lado, autores menos ortodoxos, como por exemplo CRAMER (2001), tendem a relativizar a importância dos dados estatísticos na explicação dos conflitos. Estes autores rejeitam que os conflitos possam ser explicados de forma linear por regras assentes em inferências estatísticas, valorizando a articulação das condicionantes económicas com as sociais, políticas, culturais e históricas de cada ocorrência específica. Alternativamente, poderão ainda ser consideradas motivações de ordem biológica e antropológica (ver a este respeito HIRSHLEIFER (1998)), valorizando causas intangíveis na explicação dos conflitos.

A realidade dos continentes em que se inserem os casos estudados apresenta alguma similitude, no que concerne à nossa hipótese de trabalho,

¹⁴⁸ Para uma análise deste sistema ver o capítulo III do presente trabalho.

tendo-se concluído que no Sri Lanka e na República Democrática do Congo, parece existir uma tendência para a verificação de uma relação de causalidade entre a incidência de pobreza e a ocorrência da guerra civil. A este respeito DRAMAN (2003, p. 2) refere a pobreza como um factor mais determinante na ocorrência dos conflitos que a acção política de Charles Taylor na Libéria e da R.U.F. na Serra Leoa, por exemplo.

Por outro lado, grande parte das motivações que levam à guerra civil apresentam algumas diferenças na perspectiva do *greed* e *grievance*. Nota-se uma maior predominância da motivação *greed* na República Democrática do Congo, apesar de a motivação *grievance* ser também bastante relevante, enquanto que no Sri Lanka parece estar presente sobretudo a motivação *grievance*.

A análise realizada da evolução económica e da ocorrência dos conflitos no Sri Lanka permitiu-nos verificar que uma boa condição inicial, a nível económico e social, no contexto dos países em desenvolvimento, como ponto de partida para uma independência após um período colonial não é uma condição suficiente para o desenvolvimento e estabilidade social. Simultaneamente, o estudo deste caso levou-nos também a perceber que a predominância de políticas económicas de cariz redistributivo, por si só, não é condição suficiente para a geração de um ambiente social estável e livre da probabilidade de ocorrência de conflitos e guerras civis.

A hipótese de causalidade entre o aumento da desigualdade na distribuição do rendimento e a eclosão de conflitos parece verificar-se no caso da guerra civil iniciada em 1983 no Sri Lanka, não estando essa causalidade presente no conflito ocorrido na década de 70 e que, talvez por isso, não tenha desembocado, então, em guerra civil.

Por isso, a pobreza, tudo indica que veio a tornar-se uma causa dos conflitos e guerra civil verificados no Sri Lanka, pois apresentou uma dinâmica crescente nas décadas antecedentes dos referidos conflitos, afectando largos sectores da população incluindo os escalões etários mais baixos. A pobreza

poderá, assim, ser apontada como factor tendencialmente perturbador da coesão social do país e com fortes repercussões no domínio político.

Por outro lado, o estudo efectuado da evolução económica e da ocorrência de conflitos na República Democrática do Congo, leva-nos a concluir que a existência de abundantes recursos naturais não é uma condição suficiente para o desenvolvimento económico e social.

Tendo em mente a nossa hipótese de trabalho, verificámos que a falta de dados fiáveis não permite concluir, de forma objectiva, relativamente à influência da desigualdade na distribuição do rendimento na ocorrência de conflitos na R. D. Congo.

No entanto, as elevadas fugas de capital de familiares e membros do governo, crescentes durante a presidência de Mobutu, associadas aos cada vez mais intensos fenómenos de pobreza e forte degradação das condições de vida dos congolezes, indiciam a existência de uma elevada desigualdade na distribuição do rendimento a qual, associada a uma tendência claramente crescente da incidência de pobreza (atingindo valores muito elevados na década de 90) e à deterioração da situação económica do país, poderá ter influenciado de forma directa a forte instabilidade social e a guerra civil ocorridos na R. D. Congo na segunda metade da década de 90.

Apesar desta guerra civil poder ser associada a um conflito com características predominantemente associadas ao acesso aos recursos naturais e aos benefícios extraídos directamente da sua apropriação, observámos que é no momento em que as condições de vida dos cidadãos se degradam de forma mais intensa, apresentando os valores mais baixos de sempre, que a guerra civil acaba por eclodir na República Democrática do Congo, indiciando uma relação de causalidade entre o aumento da incidência da pobreza e a eclosão da guerra civil no país, pelo menos ao nível da criação de condições objectivas e subjectivas que enquadram e predispõem para o descontentamento e violência.

O estudo da hipótese de causalidade entre a pobreza e a desigualdade na distribuição do rendimento e a ocorrência de conflitos em contextos distintos como o do Sri Lanka e o da República Democrática do Congo, não significa que

estes factores sejam os únicos a explicá-los, nem necessariamente os mais relevantes enquanto causa explicativa das referidas guerras civis. Factores de ordem cultural, étnica, histórica, política, ou associados à exploração de recursos naturais serão também importantes, e porventura determinantes, na explicação dos conflitos ocorridos nos países em causa. Paralelamente, não pode ser omitida a influência de contextos regionais e internacionais e dos objectivos geo-estratégicos e geo-económicos que determinam a rivalidade dos actores participantes nesses contextos. Por exemplo, ao invés do que aconteceu no Sri Lanka, as influências de interesses regionais, nomeadamente, terão tido uma importância mais decisiva no alimentar da guerra civil na R.D. Congo do que no caso do Sri Lanka. No mesmo sentido, o facto de a luta armada no Sri Lanka apresentar, num dos seus aspectos, uma reivindicação de independência/autonomia de uma determinada região do país, diferencia-o do caso da R.D. Congo onde, inicialmente, a luta pela tomada do poder central guiou o levantamento armado.

Finalmente, sublinhe-se que a existência de uma elevada desigualdade na distribuição do rendimento e de uma elevada incidência de pobreza não implica, necessariamente, a ocorrência de uma guerra civil. O objectivo fundamental deste estudo foi o de analisar aquela hipótese de causalidade no contexto específico do Sri Lanka e da República Democrática do Congo. A investigação efectuada permitiu obter uma ideia relativamente forte acerca dessa causalidade. Contudo, reconhecemos, ela não é obrigatoriamente extrapolável para outros contextos.

ANEXOS

ANEXO I

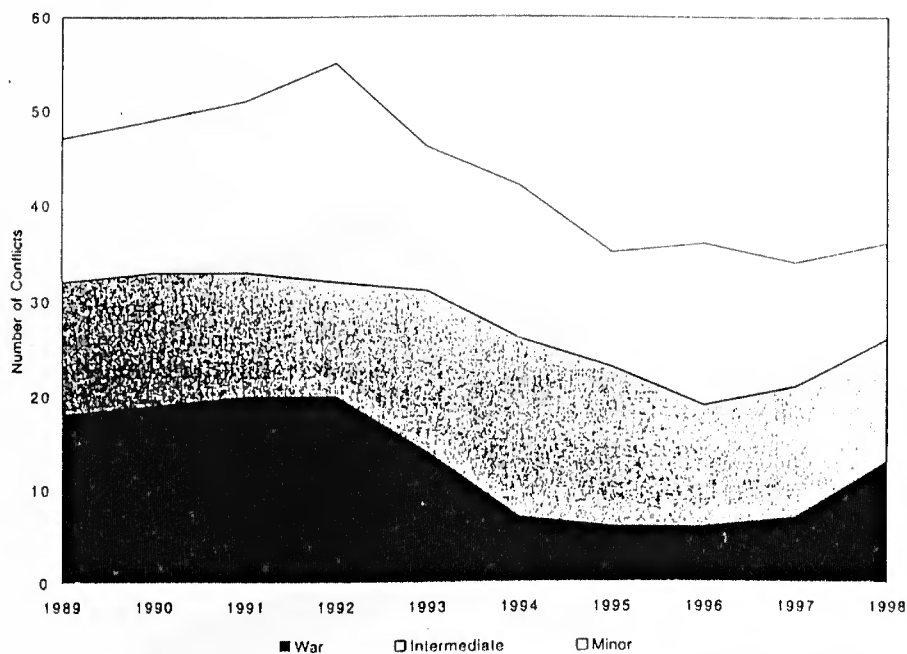
CONFLITOS ARMADOS POR NÍVEL DE ACTIVIDADE 1989-98

Table I. Armed Conflicts and Conflict Locations, 1989-98

Level of conflict	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	All years*
Minor	15	16	18	23	15	16	12	17	13	10	48
Intermediate	14	14	13	12	17	19	17	13	14	13	13
War	18	19	20	20	14	7	6	6	7	13	47
All conflicts	47	49	51	55	46	42	35	36	34	36	108
All locations	37	39	38	41	33	32	30	29	27	31	73

* At the highest level recorded.

Figure 1. Number of Armed Conflicts by Level of Activity and Year, 1989-98



FONTE: WALLENSTEEN AND SOLLENBERG (1999)



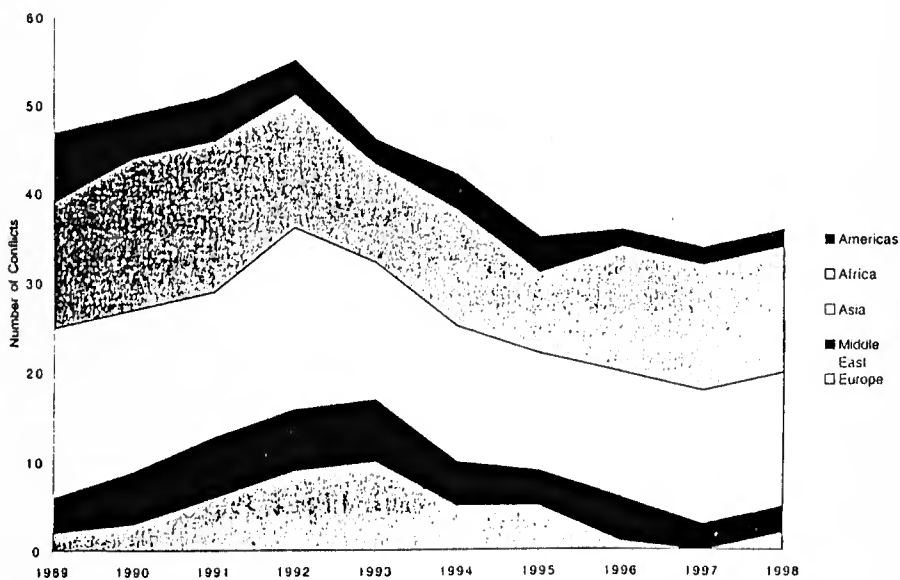
ANEXO II

NÚMERO DE CONFLITOS ARMADOS POR REGIÃO 1989-98

Table III. Number of Armed Conflicts by Region, 1989-98

	<i>Europe</i>	<i>Middle East</i>	<i>Asia</i>	<i>Africa</i>	<i>Americas</i>
1989	2	4	19	14	8
1990	3	6	18	17	5
1991	6	7	16	17	5
1992	9	7	20	15	4
1993	10	7	15	11	3
1994	5	5	15	13	4
1995	5	4	13	9	4
1996	1	5	14	14	2
1997	0	3	15	14	2
1998	2	3	15	14	2

Figure 2. Number of Armed Conflicts by Region, 1989-98



FONTE: WALLENSTEEN AND SOLLENBERG (1999)

ANEXO III

CONFLITOS ARMADOS NA ÁSIA E A.S.S. 1946-2001

FONTE: GLEDITSCH et al (2002)

Location	Incompatibility	Opposition organization	Year	Intensity level
S. Yemen ²⁵	Govt	Faction of Yemenite Socialist Party	1986	War
Syria	Govt	Military faction Muslim Brotherhood	1966 1979-81 1982	Minor Minor War
Turkey	Terr (Kurdistan)	PKK (Partiya Karkeren Kurdistan: Kurdish Worker's Party)	1984-86 1987-91 1992-97 1998-2001	Minor Intermediate War Intermediate
Yemen	Govt	Devrimci sol (Revolutionary Left)	1991-92	Minor
	Terr (South Yemen)	Democratic Republic of Yemen	1994	War
Asia				
Afghanistan ²⁶	Govt	Various organizations ²⁷ , Multinational Coalition ²⁸	1978-2001	War
Bangladesh	Terr (Chittagong Hill Tracts)	JSS/SB (Parbattya Chattagram Jana Sanghati Samiti: Chittagong Hill Tracts People's Coordination Association)/ Shanti Bahini (Peace Force)	1974-86 1987-92	Minor Intermediate
(Brunei)	Terr (North Borneo)	<i>United Kingdom, British Sultanate of Brunei vs. North Kalimantan Liberation Army</i>	1962	Minor
Burma/Myanmar ²⁹	Govt	CPB (Communist Party of Burma), leftist organizations ³⁰	1948-53 1954-67 1968-78 1979-88 1991-92	War Intermediate War Intermediate Minor
	Terr (Arakan)	ABSDF (All-Burma Students Democratic Front) Arakan insurgents ³¹	1948-88	Minor

²⁵ People's Republic of South Yemen until 1970 when the name was changed to People's Democratic Republic of Yemen.

²⁶ Supported by the Soviet Union in 1979-88.

²⁷ PDPA (People's Democratic Party of Afghanistan), Mujahideen (Afghanistan-based), Mujahideen (Pakistan-based), Mujahideen (Iran-based), Military faction, Taleban, Hezb-i-Islami, Hezb-i-Wahdat, Jumbish-i Milli-ye Islami, Jami'at-i-Islami; the latter three developing into UIFSA (United Islamic Front for the Salvation of Afghanistan).

²⁸ The Multinational Coalition, active in 2001, comprising troops from Australia, Canada, France, Germany, Italy, Japan, Jordan, Netherlands, Poland, Russia, Turkey, United Kingdom and USA.

²⁹ Due to the complex situation that has existed in Burma since independence, it is hard to find any reliable casualty figures that can be related to specific groups. Thus, the data on Burma 1948-88 are estimations. From 1989 onwards the data is more exact. Note that Burma was heavily involved in fighting the Kuomintang in 1950-54. This is recorded as part of the China-Taiwan conflict.

³⁰ Various factions of the Burmese Communist Party have developed over the years, such as the Red Flag and White Flag movements, Parliamentary Democracy Party, People's Liberation Front, National Democratic United Front, Nationalities Liberation Alliance. There are also several organizations operating along ethnic divisions, such as the Palung National Front and Palung State Liberation Organization.

Location	Incompatibility	Opposition organization	Year	Intensity level
		Arakan insurgents	1991-92	Minor
		Arakan insurgents ³²	1994	Minor
Terr (Mon)		Mon Insurgents ³³	1948-63	Minor
		NMSP (New Mon State Party)	1990	Minor
Terr (Shan)		SSA (Shan State Army), SSIA (Shan State Independence Army)	1960-63 1964-70	Minor War
		SSNPLO (Shan State Nationalities People's Liberation Organization), SSRA Shan State Revolutionary Army, MTA (Mong Tai Army), PSLO (Palung State Liberation Organization)	1976-88 1994	Intermediate War
		MTA (Mong Tai Army)	1995	Intermediate
		SSA (Shan State Army), SURA (Shan United Revolutionary Army), SSNA (Shan State National Army)	1997-99 2001	Intermediate Intermediate
Terr (Kachin)		PNDF (Pawngyung National Defense Force)	1949	Minor
		KIO (Kachin Independence Organization)	1961-75 1976-92	War Intermediate
Terr (Kaya)		KNPP (Karenni National Progressive Party)	1957 1992 1996	Minor Minor Minor
Terr (Karen)		KNU (Karen National Union), KNDO (Karen National Defence Organization)	1948-49 1950-91 1992	War Intermediate ³⁴ War
		France vs. <i>Khmer Issarak</i>	1993-95 1997-2001	Intermediate Intermediate
(Cambodia) Terr (Cambodia)			1946-53	Minor ³⁵
Cambodia ³⁶	Govt	Khmer Rouge	1967 1968-69 1970-75 1978	War Intermediate War War
		FUNK (Front uni national du Kampuchea: National United Front of Kampuchea) ³⁷ , North Vietnam		
		KNUFNS (Kampuchean National United Front for National Salvation), Vietnam		

³¹ APLP (Arakan People's Liberation Party), ANLP (Arakan National Liberation Party), CPA (Communist Party of Arakan, AIO (Arakan Independence Organization), ALP/ALA (Arakan Liberation Army), MLO (Moslem Liberation Organization of Burma), NUFA (National United Liberation Front of Arakan). By 1994 there were at least six groups active with Rohingya Solidarity Organization (RSO), being the largest.

³² This conflict is coded as being a minor conflict for more than 40 years in total. This is contrary to our coding criteria. To date we have not succeeded in establishing when the accumulated death toll exceeded 1000 battle-deaths.

³³ Various organizations including MNDO (Mon National Defence Organisation), MPF (Mon People's Front) and NMSP (New Mon State Party).

³⁴ Possibly war in 1991.

³⁵ Possibly intermediate or war 1946-53.

³⁶ Supported by troops from South Vietnam and the USA 1970-73. Supported by troops from Vietnam in 1979-89.

³⁷ Coalition of KCP (Khmer Communist Party)/Khmer Rouge and Sihanoukists.

<i>Location</i>	<i>Incompatibility</i>	<i>Opposition organization</i>	<i>Year</i>	<i>Intensity level</i>
		<i>Khmer Rouge, FUNCINPEC (Front uni national pour un Cambodge indépendant, neutre, pacifique et coopératif. United National Front for an Independent, Neutral Peaceful and Cooperative Cambodia)</i> ³⁸ , KPNLF (Khmer People's National Liberation Front)		
Cambodia - Thailand	Terr (Common border)		1979-88 1989 1990-98	Intermediate ³⁹ War Intermediate
Cambodia - Vietnam	Terr (Common border)		1966 1977-78	Minor Minor
China	Govt	People's Liberation Army	1975-77	Minor ⁴⁰
	Terr (Taiwan)	Taiwanese insurgents ⁴¹	1946-49	War
	Terr (Tibet)	Tibet	1947	War
China - Taiwan ⁴²	Govt/Terr (Taiwan strait)		1950 1956 1959	Minor War War
			1949 1950 1952-54 1958	War Intermediate War War
China - India	Terr (Aksai Chin, Arunachal Pradesh)		1962 1967	War Intermediate
China - Burma	Terr (Common border)		1969	Minor
China - Soviet Union	Terr (Ussuri river)		1969	Minor
China - Vietnam	Terr (Various) ⁴³		1978 1979 1980-81 1983-84 1986-88	Minor War Intermediate Intermediate Intermediate

³⁸ Formed 1981.

³⁹ Possibly war 1979-88.

⁴⁰ Possibly intermediate or war 1975-77.

⁴¹ Note that this separatist insurgency involves Taiwanese aborigines and is unrelated to later China-Taiwan conflicts.

⁴² Taiwanese troops, or rather the Kuomintang, was also fighting Burmese troops in Burma in 1950-54 as part of their struggle against China. Taiwan was supported by troops from the USA in fighting Chinese troops from 1954 and on.

⁴³ Including their common land border, the Gulf of Tonkin, the Paracel Islands and the Spratly Islands.

Location	Incompatibility	Opposition organization	Year	Intensity level
Hyderabad - India	Govt	CPI (Communist Party of India)	1947-48	War
Hyderabad - India	Terr (Hyderabad)		1948	War
India ⁴⁴	Govt	CPI (Communist Party of India) Naxalites/ CPI-M (Communist Party of India - Marxist) ⁴⁵ Naxalites/ PWG (People's War Group), MCC (Maoist Communist Centre)	1948-51 1967-72 1989-94 1996-2001	War Minor Minor Minor
	Terr (Punjab/Khalistan)	Sikh insurgents ⁴⁶	1983-86 1987 1989-92 1993	Minor Intermediate War Intermediate
	Terr (Nagaland)	NNC (Naga Underground Rebels) NSCN (Naga Socialist Council of Nagaland)	1956-59 1961-68 1989-97	Minor Minor Minor
	Terr (Manipur)	PLA (People's Liberation Army) UNLFA (United National Liberation Front), KNF (Kuki National Front), PLA (People's Liberation Army)	1982-89 1991-94 1997-2000	Minor Minor Minor
	Terr (Tripura)	TNV (Tripura National Liberation Front) ATTFF (All Tripura Tribal Force) ATTFF (All Tripura Tribal Force), NLFT (National Liberation Front of Tripura)	1978-88 1993 1995-2001	Minor Minor Minor
	Terr (Mizoram)	MNF (Mizo National Front)	1966-68	Minor
	Terr (Kashmir)	Kashmir insurgents ⁴⁷	1989 1990-93 1994-98 1999-2001	Minor War Intermediate War
	Terr (Assam)	ABSU (All Bodo Students Union), BPAC (Bodo People's Action Committee) ULFA (United Liberation Front of Assam) BDSF (Bodo Security Force), ULFA (United Liberation Front of Assam), ULFA faction, BLTF (Bodo Liberation Tigers Force), NDFB (National Democratic Front for Bodoland)	1989-90 1991 1992-2001	Minor War Intermediate

⁴⁴ Due to the complex situation that has existed in India since independence, it is hard to find reliable casualty figures that can be related to specific groups. Thus, the data on India 1948-88 are estimates. From 1989 onwards the data are more exact.

⁴⁵ The CPI-M (Communist Party of India - Marxist) split in 1969 into CPI-ML (Communist Party of India - Marxist-Leninist) and MCC (Maoist Communist Centre). The CPI-ML has since then split into numerous factions, one of the most important being People's War Group (PWG).

⁴⁶ A large number of groups have been active, reportedly more than 24 organizations and splinter groups in 1992. Some of the larger groups have been the KLF (Khalistan Liberation Force) and the KCF (Khalistan Commando Force).

⁴⁷ A large number of groups have been active. 60 groups were reported active in 1990, 140 in 1991 and 180 in 1992. Some of the larger groups have been JKLF (Jammu and Kashmir Liberation Front (JKLF)), the Hizb-e-Mujahideen and, in recent years, also the Harkat-ul-Mujahideen, Lashkar-e-Toiba and Jesh-e-Mohammadi.

Location	Incompatibility	Opposition organization	Year	Intensity level
India - Pakistan	Terr (Jharkhand)	Jharkand mukti morcha	1993	Minor
	Terr (Kashmir)		1947-48 1964 1965 1971 1984 1987 1989-90 1992 1996-98 1999 2000-01	War Intermediate War War Intermediate Intermediate Intermediate Intermediate Intermediate War Intermediate
(Indonesia)	Terr (Indonesia)	<i>Netherlands vs. Indonesian People's Army</i>	1946-49	Minor
Indonesia	Terr (South Moluccas)	Republic of South Moluccas	1950	War
	Terr (West Papua)	OPM (Organisasi Papua merdeka: Organization for a Free Papua)	1965 1976-78	Minor War
	Terr (East Timor)	Fretilin (Frente revolucionária de Timor leste independente: Revolutionary Front for an Independent East Timor)	1975-78 1979-89 1992 1997-98	War Intermediate Intermediate Intermediate
	Terr (Aceh)	GAM (Gerakan Aceh merdeka: Free Aceh Movement)	1989 1990 1991 1999-2001	Minor War Intermediate Intermediate
	Govt	Darul Islam Movement Darul Islam Movement, PRRI (Revolutionary Government of the Indonesian Republic), Permesta movement	1953 1958-61	War Intermediate
Indonesia - Netherlands	Terr (West New Guinea)		1962	Minor
(Laos)	Terr (Laos)	<i>France vs. Lao Issara</i>	1946-49 1950-53	Minor Intermediate ⁴⁸
Laos ⁴⁹	Govt	Pathet Lao ⁵⁰ , Neutrals Pathet Lao, North Vietnam ULNLF (United Lao National Liberation Front)	1959-61 1963-73 1989-90	War War Intermediate

⁴⁸ Possibly war in 1950-53.

⁴⁹ Supported by troops from Thailand in 1960-61 and 1969. Supported by troops from the USA, South Vietnam in 1963-73

⁵⁰ Possibly supported by troops from North Vietnam.

<i>Location</i>	<i>Incompatibility</i>	<i>Opposition organization</i>	<i>Year</i>	<i>Intensity level</i>
Laos - Thailand	Terr (Common border)		1986-88	Minor
(Malaya)	Terr (Malaya)	United Kingdom, Australia, New Zealand vs. Communist Party of Malaya	1948-57	War
Malaysia ⁵¹	Govt	CPM (Communist Party of Malaya)	1958-60 1974-75 1981	Minor Minor ⁵² Minor ⁵³
Malaysia ⁵⁴ - Indonesia	Terr (North Borneo)	CCO (Clandestine Communist Organization)	1963-66	Minor
Nepal	Govt	Nepali Congress CPN-M (Communist Party of Nepal-Maoist)/UPF (United People's Front)	1963-66 1960-62 1997-2000 2001	Minor Minor Minor Intermediate ⁵⁵
N. Korea ⁵⁶ - S. Korea ⁵⁷	Terr (Korea)		1949 1950-53	Minor ⁵⁸ War
Pakistan	Terr (East Pakistan)	Mukti Bahini: Liberation Force	1971	War
	Terr (Baluchistan)	Baluchi separatists	1974 1975-77	War Intermediate ⁵⁹
Papua New Guinea	Govt	MQM (Mohajir Qaumi Movement)	1995-96	Minor
	Terr (Bougainville)	BRA (Bougainville Revolutionary Army)	1989-90 1992-96	Minor Minor
Philippines	Govt	HUK (Hukbong Mapagpalaya ng Bayan: People's Liberation Army) NPA (New People's Army), RAM-SFP (Reform Movement of the Armed Forces - Soldiers of the Filipino People) ⁶⁰ , Military faction	1946-54 1972-80	War Minor

⁵¹ Supported by troops from the United Kingdom in 1958-60.

⁵² Possibly intermediate in 1974-75.

⁵³ Possibly intermediate in 1981.

⁵⁴ Supported by troops from the United Kingdom.

⁵⁵ Possibly war in 2001.

⁵⁶ Democratic People's Republic of Korea. Supported by troops from the Soviet Union and China.

⁵⁷ Republic of Korea. Supported by UN Alliance comprising troops from: United States, Australia, Canada, France, Greece, New Zealand, Great Britain, the Philippines, Thailand, South Africa and Turkey from 1950, and the Netherlands, Belgium, Luxembourg, Colombia and Ethiopia from 1951.

⁵⁸ Possibly war in 1949.

⁵⁹ Possibly war in 1975-77.

⁶⁰ In 1991 renamed RAM (Revolutionary Alliances of the Masses).

Location	Incompatibility	Opposition organization	Year	Intensity level
		Tchad: Movement for Democracy and Justice in Chad	1991-94 1997-2001	Minor Minor ⁸⁰
Chad - Libya	Terr (Aozou strip)		1987	War
Chad - Nigeria	Terr (Lake Chad)		1983	Minor
Comoros	Govt	Presidential guard	1989	Minor
	Terr (Anjouan)	MPA (Anjouan People's Movement)	1997	Minor
Congo Brazzaville ⁸¹	Govt	FDU (Forces démocratiques unies: United Democratic Forces), Angola Opposition militias ⁸²	1997 1998-99	War War
Congo/Zaire ⁸³	Terr (Katanga)	Katanga	1960-62	Minor
	Terr (South Kasai)	Independent Mining State of South Kasai	1960-62	Minor
	Govt	CNL (Conseil national de libération: National Liberation Council) Opposition militias ⁸⁴	1964-65 1967	War Minor
		FLNC (Front de libération nationale congolais: Congolese National Liberation Front)	1977 1978	Minor Intermediate ⁸⁵
		AFDL (Alliance des forces démocratiques pour la libération du Congo-Kinshasa: Alliance of Democratic Forces for the Liberation of Congo-Kinshasa), Rwanda, Angola	1996 1997	Minor War
		RCD (Rassemblement congolaises pour la démocratie: Congolese Democratic Rally), RCD-ML (Rassemblement congolaises pour la démocratie-Mouvement de libération: Congolese Democratic Rally-Liberation Movement), MLC (Mouvement de libération congolais: Congolese Liberation Movement), Rwanda, Uganda	1998-2000 2001	War Intermediate ⁸⁶
Djibouti	Govt	FRUD (Front de restauration de l'unité et de la démocratie: Front for the Restoration of Unity and Democracy)	1991-94	Minor
Equatorial Guinea	Govt	Military faction	1979	Minor

⁸⁰ Possibly intermediate in 2001.

⁸¹ Supported by troops from Angola in 1998-99.

⁸² The Ninja militia representing Bernard Kolélas of MCDDI (Mouvement congolais pour la démocratie et le développement intégral: Congolese Movement for Democracy and Integral Development) and the Cocoye militia representing Pascal Lissouba of UPADS (Union panafricaine pour la démocratie sociale: Pan-African Union for Social Democracy).

⁸³ Renamed Democratic Republic of Congo (DRC) in 1997. Government of DRC supported by troops from Zimbabwe, Angola, Namibia and Chad in 1998-99, and by troops from Zimbabwe, Angola and Namibia in 2000-01.

⁸⁴ Including Katangese gendarmes and mercenaries.

⁸⁵ Possibly war in both 1977 and 1978.

⁸⁶ Possibly war in 2001.

<i>Location</i>	<i>Incompatibility</i>	<i>Opposition organization</i>	<i>Year</i>	<i>Intensity level</i>
<i>(Morocco/Spanish territories)</i> <i>Terr (Morocco/</i> <i>Spanish territories)</i>		<i>Spain</i> ⁹⁹ vs. <i>NLA (National Liberation Army)</i>	1957	Minor
Morocco	Govt	Military faction	1971	Minor
Morocco, Mauritania ¹⁰⁰ (Western Sahara)	Terr	POLISARIO (Frente popular de liberación de Saguia el Hamra y Rio de Oro: Popular front for the Liberation of Saguia al Hamra and Rio de Oro)	1975-80 1981-89	War Intermediate ¹⁰¹
<i>(Mozambique) Terr (Mozambique)</i>		<i>Portugal vs. Frelimo (Frente de libertação de Moçambique: Front for the Liberation of Mozambique)</i>	1964-65 1966-71 1972-73 1974	Minor Intermediate War Intermediate
Mozambique	Govt	Renamo (Resistência nacional moçambicana: Mozambican National Resistance, MNR)	1976-80 1981-92	Minor War
Niger	Terr (Air and Azawad)	FLAA (Front de libération de l'Air et l'Azawad: Air and Azawad Liberation Front) CRA (Coordination of the Armed Resistance) UFRA (Union des forces de la résistance armée: Union of Forces of the Armed Resistance)	1990-92 1994 1997	Minor Minor Minor
	Terr (Toubou)	FDR (Front démocratique pour le renouveau: Democratic Front for Renewal) FARS (Forces révolutionnaires du Sahara: Revolutionary Armed Forces of the Sahara)	1996 1997	Minor Minor
Nigeria	Govt	Military faction	1966	Minor
	Terr (Biafra)	Republic of Biafra	1967-70	War
Rhodesia	Govt	ZANU (Zimbabwe African National Union), ZAPU (Zimbabwe African People's Union)	1972-75 1976-79	Minor War
Rwanda	Govt	FPR (Front patriotique rwandais: Rwandan Patriotic Front) Opposition alliance ¹⁰²	1990 1991-92 1993-94 1998 1999-2000 2001	Minor War Intermediate War Intermediate War
Senegal	Terr (Casamance)	MFDC (Mouvement des forces démocratiques de Casamance: Movement of the Democratic Forces of the Casamance)	1990 1992-93	Minor Minor

⁹⁹ Supported by France.

¹⁰⁰ Mauritania involved 1975-79.

¹⁰¹ Possibly war in some of the years, e.g. 1987.

¹⁰² Consisting of former government troops of Forces armées rwandaises (Rwandan Armed Forces) and the Interahamwé militia.

Location	Incompatibility	Opposition organization	Year	Intensity level
Sierra Leone ¹⁰³	Govt	RUF (Revolutionary United Front), AFRC (Armed Forces Revolutionary Council), ECOMOG (ECOWAS [Economic Organization of West African States], Monitoring Group), Kamajors ¹⁰⁴	1995 1997-2001	Minor Intermediate
Somalia ¹⁰⁵	Govt	Military faction SSDF (Somali Salvation Democratic Front), SNM (Somali National Movement), SPM (Somali Patriotic Movement), USC (United Somali Congress) [led by Madhi], USC (United Somali Congress) faction [led by Aided]	1991-93 1994-97 1998-99 2000 1978 1981-86 1987-88 1989-92 1993-96	Minor Intermediate War Intermediate Minor Minor Intermediate War Intermediate
South Africa	Terr (Namibia)	SWAPO (South West Africa People's Organization)	1966-78 1979 1980-83 1984-85 1986-88	Minor Intermediate War Intermediate War
	Govt	ANC (African National Congress), PAC (Pan Africanist Congress), Azapo (Azanian People's Organization)	1981-88 1989-93	Minor War
Sudan	Govt	Sudanese Communist Party Islamic Charter Front	1970 1976	Minor Minor
	Terr (Southern Sudan) ¹⁰⁶	Anyanya ¹⁰⁷ SPLM (Sudanese People's Liberation Movement), Faction of SPLM, NDA (National Democratic Alliance) ¹⁰⁸	1963-72 1983-92 1993-94 1995-2001	War War Intermediate ¹⁰⁹ War
Togo	Govt	MITD (Mouvement togolaise pour la démocratie: Togolese Movement for Democracy) Military faction	1986 1991	Minor Minor
(Tunisia)	Terr (Tunisia)	France vs. National Liberation Army	1953-56	Minor
Tunisia	Govt	Résistance armée tunisienne (Tunisian Armed Resistance)	1980	Minor

¹⁰³ Supported by troops from the United Kingdom in 2000.

¹⁰⁴ ECOMOG active in 1997-98. AFRC and Kamajors active in 1997-99.

¹⁰⁵ Somalia is not included as an armed conflict in 1997-2001 since no government can be identified. If the government criteria are disregarded, Somalia would be included for the years 1997-2001 as an intermediate armed conflict, since it meets the other criteria of armed conflict.

¹⁰⁶ By 1997 the incompatibility had widened to concern governmental power in addition to the territorial dispute.

¹⁰⁷ Formed Southern Sudanese Liberation Movement in 1970 together with other southern Sudanese opposition organizations.

¹⁰⁸ NDA includes SPLM as its largest member organization.

¹⁰⁹ Possibly war in 1993-94.

Location	Incompatibility	Opposition organization	Year	Intensity level
Tunisia - France	Terr (Bizerte)		1961	War
Uganda ¹¹⁰	Govt	Military faction UPA (Uganda People's Army) Military faction Military faction, UNLA (Uganda National Liberation Army), Tanzania NRA (National Resistance Army) ¹¹¹ , UFM (Uganda Freedom Movement), UPM (Ugandan Patriotic Movement), UNRF (Uganda National Rescue Front), UFDM (Ugandan Federal Democratic Movement), UPF (Uganda People's Front), UPDA (Ugandan People's Democratic Army), UPC (Uganda People's Congress), UNLA (Uganda National Liberation Army), FOBA (Force Obote Back Again), HSM (Holy Spirit Movement) Faction of UPDA (Uganda People's Democratic Army), UPA (Uganda People's Army), HSM (Holy Spirit Movement), UDCM (United Democratic Christian Movement), UPDCA (Uganda People's Christian Democratic Army) LRA (Lord's Resistance Army), WNBF (West Nile Bank Front), ADF (Alliance of Democratic Forces)	1971 1972 1977 1978 1979 1981-88 1989 1990 1991 1994-95 1996-2001	Minor Minor Minor Minor War War Intermediate War Minor Intermediate
Americas				
Argentina	Govt	Military faction Military faction (Azules: Blue) ERP (Ejército revolucionario del pueblo: Revolutionary Worker's Party), Montoneros	1955 1963 1973-74 1975 1976-77	Minor Minor Minor War Intermediate ¹¹²
Argentina - UK	Terr (Malvinas/Falkland Islands)		1982	War
Bolivia	Govt	Popular Revolutionary Movement MNR (Movimiento nacionalista revolucionario: National Revolutionary Movement) ELN (Ejército de liberación nacional: National Liberation Army)	1946 1951 1967	War Minor Minor
Chile	Govt	Military faction	1973	Minor

¹¹⁰ Supported by troops from Libya in 1978-79.

¹¹¹ NRA took power in 1986 after which many of the other organizations continued the struggle against NRA.

¹¹² Possibly war in 1976-77.

ANEXO IV

PIB per capita PPC (US\$) Por Região - 2002

REGIÃO	PIB <i>PER CAPITA</i> PPC (US\$)	TX. CRESC. ANNUAL DO PIB <i>PER CAPITA</i> PPC (%) 1990-2002
ÁSIA ORIENTAL E PACÍFICO	4.768	5,4
AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS	7.223	1,3
ÁSIA DO SUL	2.658	3,2
ÁFRICA SUB-SAARIANA	1.790	-0,8*
ESTADOS ÁRABES	5.069	1,0
EUROPA CENTRAL E DE LESTE E CEI	7.192	-0,9
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	4.054	2,8
MUNDO	7.804	1,2

* Observação refere-se à taxa de crescimento do PIB *per capita* PPC para o período de 1975-2002.

FONTE: PNUD (2004)

ANEXO V

I.D.H. Por Região - 2002

REGIÃO	I.D.H.
ÁSIA ORIENTAL E PACÍFICO	0,740
AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS	0,777
ÁSIA DO SUL	0,584
ÁFRICA SUB-SAARIANA	0,465
ESTADOS ÁRABES	0,651
EUROPA CENTRAL E DE LESTE E CEI	0,796
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	0,663
MUNDO	0,729

FONTE: PNUD (2004)

ANEXO VI

População (milhões de habitantes) e PIB (milhares de milhões US\$) Por Região - 2002

REGIÃO	POPULAÇÃO MUNDIAL (MILHÕES)	PROPORÇÃO NA POP. MUNDIAL (%)	PIB (MILHARES DE MILHÕES US\$)	PROPORÇÃO NO PIB MUNDIAL (%)
ÁSIA ORIENTAL E PACÍFICO	1.917,6	30,8	2.562,6	8,0
AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS	530,2	8,5	1.676,1	5,2
ÁSIA DO SUL	1.480,3	23,8	757,1	2,4
ÁFRICA SUB-SAARIANA	641,0	10,3	303,5	1,0
ESTADOS ÁRABES	296,6	4,8	712,3	2,2
EUROPA CENTRAL E DE LESTE E CEI	408,9	6,7	971,1	3,0
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	4.936,9	79,3	6.189,3	1,9
PAÍSES DA OCDE	1.148,1	18,4	26.298,9	82,4
MUNDO	6.225,0	-	31.927,2	-

FONTE: Cálculos efectuados pelo autor a partir de dados de PNUD (2004).

ANEXO VII**Economias de Baixo Rendimento (2002)**

AFEGANISTÃO	HAITI	REP. DEM. CONGO
ANGOLA	ÍNDIA	RUANDA
ARMÉ니아	INDONÉSIA	S. T. E PRÍNCIPE
AZERBAIJÃO	LAOS	SENEGAL
BANGLADESH	LESOTO	SERRA LEOA
BENIN	LIBÉRIA	SALOMÃO, ILHAS
BUTÃO	MADAGASCAR	SOMÁLIA
BURKINA FASO	MALAWI	SUDÃO
BURUNDI	MALI	TAJIQUISTÃO
CAMBOJA	MAURITÂNIA	TANZÂNIA
CAMARÕES	MOLDOVA	TIMOR LESTE
CHADE	MONGÓLIA	TOGO
CONGO	MOÇAMBIQUE	UCRÂNIA
CORÉIA DO NORTE	MYANMAR	UGANDA
COSTA DO MARFIM	NEPAL	UZBEQUISTÃO
ERITRÉIA	NICARÁGUA	VIETNAME
ETIÓPIA	NÍGER	YEMEN
GÂMBIA	NIGÉRIA	ZÂMBIA
GANÁ	PAQUISTÃO	ZIMBABUÉ
GEÓRGIA	PAPUA NOVA GUINÉ	
GUINÉ EQUATORIAL	QUÉNIA	
GUINÉ	QUIRGUISTÃO	
GUINÉ-BISSAU	REP. CENTRO AFRICANA	

FONTE: DRAMAN (2003)

ANEXO VIII

Composição Étnica – Sri Lanka - 2001

ETNIA	TOTAL	SECTOR URBANO	SECTOR RURAL	SECTOR PROPRIETÁRIOS
TOTAL	16.864.544	2.466.474	13.498.358	899.712
SINHALA	13.810.664	1.565.466	12.149.551	95.647
%	81,8	63,5	90,0	10,6
TAMIL S. LANKA	736.484	345.394	291.307	99.873
%	4,4	14,0	2,2	11,1
TAMIL INDIANOS	855.888	50.190	109.993	695.705
%	5,1	2,0	0,8	77,3
MUÇULMANOS	1.349.845	453.117	889.176	7.552
%	8,0	18,4	6,6	0,8
OUTROS	111.663	52.307	58.331	1.025
%	0,6	2,1	0,4	0,1

FONTE: GOVERNMENT OF SRI LANKA (2004)

ANEXO IX**Trabalhadores do Sector Público na Ásia- 1997**

PAÍS	TRAB. SECTOR PÚBLICO (%)
BANGLADESH	1
ÍNDIA	1,9
INDONÉSIA	2,1
MALÁSIA	4,5
PAQUISTÃO	1,9
FILIPINAS	2,3
SINGAPURA	3,7
SRI LANKA	5,7
TAILÂNDIA	3,1

FONTE: WORLD BANK (2000)

ANEXO X

INDICADORES DE FUGA DE CAPITAL DA ÁFRICA SUB-SAARIANA 1970-1996

FONTE: NDIKUMANA AND BOYCE (2002)

Table 2: Indicators of Capital Flight from 30 Sub-Saharan African Countries, 1970-1996
(million 1996 \$)

Country	Period covered	Real capital flight	Cumulative stock of capital flight (including interest earnings)		Net external assets
			Value (1996 m\$)	% of GDP	
Angola	1985-1996	17032.5	20405.0	267.8	9179.9
Benin	1974-1996	-3457.4	-6003.8	-271.9	-7598.1
Burkina Faso	1970-1994	1265.5	1896.6	96.5	700.4
Burundi	1985-1996	818.9	980.9	108.9	-146.0
Cameroon	1970-1996	13099.4	16906.0	185.6	7364.4
Central African Republic	1970-1994	250.2	459.0	50.8	-482.1
Congo, Dem. Rep.	1970-1996	10035.4	19199.9	327.1	6373.5
Congo, Rep.	1971-1996	459.2	1254.0	49.6	-3986.6
Côte d'Ivoire	1970-1996	23371.0	34745.5	324.7	15221.9
Ethiopia	1970-1996	5522.8	8017.9	133.4	-2060.7
Gabon	1978-1996	2988.7	5028.1	87.0	717.7
Ghana	1970-1996	407.3	289.3	4.2	-6152.9
Guinea	1986-1996	342.8	434.2	11.0	-2806.1
Kenya	1970-1996	815.1	2472.6	26.8	-4458.4
Madagascar	1970-1996	1649.0	1577.5	39.5	-2568.3
Malawi	1970-1994	705.1	1174.8	93.8	-971.3
Mali	1970-1996	-1203.6	-1527.2	-57.5	-4533.2
Mauritania	1973-1995	1130.8	1830.0	167.4	-572.2
Mauritius	1975-1996	-267.8	465.9	10.8	-1351.7
Mozambique	1982-1996	5311.3	6206.9	218.4	-1359.4
Niger	1970-1995	-3153.1	-4768.9	-247.7	-6392.1
Nigeria	1970-1996	86761.9	129661.0	367.3	98254.4
Rwanda	1970-1996	2115.9	3513.9	249.9	2470.8
Senegal	1974-1996	-7278.1	-9998.2	-214.9	-13661.1
Sierra Leone	1970-1995	1472.8	2277.8	257.1	1072.7
Sudan	1970-1996	6982.7	11613.7	161.1	-5358.3
Togo	1974-1994	-1382.1	-1618.3	-155.4	-3149.0
Uganda	1970-1996	2154.9	3316.1	54.8	-358.3
Zambia	1970-1991	10623.5	13131.2	354.9	5491.8
Zimbabwe	1977-1994	8222.3	10882.9	149.0	6074.8
Total		186796.9	273824.3	171.9	84956.5

Sources: For SILIC countries: Boyce and Ndikumana (2001). Series for non-SILIC countries are computed following the methodology in Boyce and Ndikumana (2001).

^a Net external assets = accumulated capital flight (with imputed interest earnings) minus stock of debt.

ANEXO XI

FUGAS DE CAPITAL ANUAIS EM 30 PAÍSES DA A.S.S. 1970-1996

FONTE: NDIKUMANA AND BOYCE (2002)

Table A1: Real Capital Flight (million 1996 US \$) for 30 SSA Countries

Year	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Angola	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Benin	NA	NA	NA	NA	70.1	-5.6	-157.2	-85.4	-144.5	-167.3	-599.1
Burkina Faso	50.4	49.3	15.1	19.6	122.1	-46.4	-14.1	105.6	167.6	36.2	139.5
Burundi	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Cameroon	-84.7	-31.6	-267.7	-474.6	-21.7	144.4	-110.0	462.7	128.1	-392.8	232.1
Central African Rep.	-15.3	17.4	21.4	76.2	-4.5	-7.2	31.5	-25.7	-25.0	-11.1	-10.1
Congo, Dem. Rep.	801.6	263.8	849.9	1907.2	1534.9	99.8	465.3	-1567.2	2002.9	771.9	916.1
Congo, Rep.	NA	-51.4	-11.5	116.9	-231.5	-494.3	-853.3	-60.5	253.0	234.4	439.6
Côte d'Ivoire	267	306.2	388.2	481.0	244.4	853.5	576.5	1969.2	1404.6	260.5	1323.6
Ethiopia	31.9	-10.2	-530.7	78.8	-97.5	-76.7	-217.5	-113.2	17.6	-106.9	-168.1
Gabon	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	450.5	675.0	397.4
Ghana	-53.3	-294.1	317.8	370.4	-610.4	133.3	-370.2	114.4	-37.3	110.4	304.3
Guinea	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Kenya	36.4	90.4	84.1	412.1	526.6	449.4	345.8	84.6	190.8	-38.4	77.9
Madagascar	22.6	1381.2	270.4	-82.7	655.4	180.7	-1327.7	1424.4	-1170.0	-85.1	-300.1
Malawi	11.1	88.5	-35.4	161.9	143.2	192.9	161.1	156.7	52.7	-352.1	-63
Mali	58.2	-88.9	51.2	80.0	50.4	-62.2	-131.6	-35.2	-2.2	-230.8	58.5
Mauritania	NA	NA	NA	304.1	408.6	-214.8	230.6	57.4	75.5	-106.7	4.1
Mauritius	NA	NA	NA	NA	NA	NA	140.2	92.9	100.2	71.3	136.8
Mozambique	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Niger	55.2	62.4	83.1	104.2	-180.8	-193.8	-320.4	-321.6	1.0	-478.5	88.1
Nigeria	-485.1	-564.2	626.1	3634.8	1448.2	1857.7	4162.4	9022.8	4060.4	-612.9	2093.1
Rwanda	-106.1	30.7	24.7	34.4	34.9	67.7	77.0	119.0	288.7	320.9	223.8
Senegal	NA	NA	NA	NA	-329.9	-67.5	-222.6	63.8	-102.1	-506.0	-135.9
Sierra Leone	42.9	236.0	32.6	299.0	185.3	-26.8	92.8	92.2	3.7	29.3	57.1
Sudan	45.3	107.2	-226.8	115.8	673.8	270.5	307.4	206.3	-215.7	545.2	1004.1
Togo	NA	NA	NA	NA	160.6	-183.4	28.5	273.9	94.3	160.8	-50.4
Uganda	213.2	67.9	6.2	136.7	64.1	-23.3	51.8	-306.3	-90.7	325.2	70.4
Zambia	1386.4	1328.7	104.4	260.7	-393.4	104.3	84.3	605.2	455.5	944.3	-274.6
Zimbabwe	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	98.3	403.9	-118.6	238.4

Table A1 (continued): Real Capital Flight (million 1996 US \$) for 30 SSA Countries

Year	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Angola	NA	NA	NA	NA	2452.0	724.2	2803.8	533.4	1144.7	731.9
Benin	-532.3	-771.6	-96.9	-98.6	-174.3	-60.4	-60.7	-102.1	254.7	-212.4
Burkina Faso	86.9	79.8	55.9	48.5	-47.0	52.7	36.5	-7.3	23.1	77.8
Burundi	NA	NA	NA	NA	82.7	103.5	181.2	20.6	34.4	-5.1
Cameroon	222.6	329.6	629.2	1900.0	-244.0	2166.4	1271.3	427.8	1371.0	1083.3
Central African Republic	132.3	62.6	42.4	51.3	28.4	1.5	44.2	28.7	-36.0	-104.1
Congo, Dem. Rep.	1715.9	530.0	289.2	-79.8	778.2	366.4	514.7	-585.6	-292.2	183.8
Congo, Rep.	-240.5	623.2	392.2	690.4	688.5	-326.8	886.8	-390.2	215.6	-177.8
Côte d'Ivoire	289.6	969.5	183.3	212.7	701.0	1015.2	1718.5	1033.7	1375.9	2703.4
Ethiopia	772.2	1649.2	618.8	185.6	707.6	421.3	1340.0	-471.1	-270.9	425.1
Gabon	45.9	223.2	304.7	-47.1	24.6	-292.8	255.0	-122.2	267.1	406.6
Ghana	-638.9	100.9	422.4	464.0	-77.0	-489.6	387.2	-333.5	301.5	59.4
Guinea	NA	NA	NA	NA	NA	120.1	217.9	48.4	-328.0	171.9
Kenya	-331.4	-123.7	241.3	-431.3	625.0	-259.4	567.4	-310.3	-333.8	316.7
Madagascar	-408.2	-72.0	-156.9	190.7	-14.4	92.1	314.2	-110.0	-479.2	-69.2
Malawi	-30.5	-4.8	88.5	-89.4	141.1	149.4	177.0	142.4	326.0	55.2
Mali	70.4	30.0	83.7	201.3	-145.6	-282.6	-121.5	-310.3	-169.7	65.9
Mauritania	-28.8	80.9	101.7	127.8	82.6	-61.5	2.7	-21.9	-150.1	115.9
Mauritius	331.2	109.8	5.4	-3.1	-13.4	-36.4	-228.4	-165.4	-215.5	27.4
Mozambique	NA	-398.3	-110.9	830.1	1373.8	121.8	84.3	-299.0	-223.5	175.7
Niger	-185.0	-364.7	29.4	49.0	15.0	-92.3	-209.9	-131.5	-533.5	44.2
Nigeria	9293.6	-509.4	2836.1	341.2	2443.8	5835.9	5762.2	2164.5	2314.7	5105.5
Rwanda	-24.4	42.4	32.4	77.0	89.5	131.5	153.9	153.9	15.3	133.5
Senegal	-183.1	-278.0	-135.3	-126.6	-436.0	-161.4	-52.2	-549.0	-1139.7	-140.5
Sierra Leone	72.3	-158.8	78.6	31.6	-34.0	56.2	91.7	21.8	20.2	13.6
Sudan	303.7	-182.8	-97.0	1405.1	398.2	-161.8	599.1	61.5	2192.5	845.8
Togo	-95.4	-245.7	-379.7	-198.4	-90.1	-137.7	-83.7	-55.3	14.7	-141.5
Uganda	219.0	197.8	178.5	260.8	35.0	76.4	329.8	-207.2	-10.5	142.4
Zambia	914.2	-493.1	41.1	284.8	274.6	1099.4	830.1	825.9	1488.2	743.9
Zimbabwe	891.9	977.8	528.1	383.0	150.6	487.6	991.2	187.4	718.0	314.7

Table A1 (end): Real Capital Flight (million 1996 US \$) for 30 SSA Countries

Year	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Angola	2002.7	1820.7	1438.0	1526.2	1566.9	288.0
Benin	-308.9	-24.5	-175.5	101.0	4.6	-110.7
Burkina Faso	-40.6	139.7	87.6	26.9	NA	NA
Burundi	23.8	63.9	86.9	49.7	203.5	-26.4
Cameroon	815.1	1545.1	426.8	820.6	421.4	329.2
Central African Republic	70.5	-89.0	-24.9	-5.2	NA	NA
Congo, Dem. Rep.	-513.6	-646.7	-166.7	241.7	270.2	-616.9
Congo, Rep.	-82.3	353.2	38.9	-372.7	255.4	-1435.9
Côte d'Ivoire	1758.9	1314.3	1570.5	-1574.5	1429.4	594.8
Ethiopia	380.8	395.8	263.4	452.5	71.5	-226.3
Gabon	160.0	-127.7	-97.0	146.5	54.7	264.5
Ghana	-358.3	144.9	-224.2	196.3	84.5	382.5
Guinea	21.0	-55.7	243.9	64.3	-73.6	-87.4
Kenya	-6.8	-263.7	-194.1	-205.3	-15.9	-719.3
Madagascar	416.8	298.3	103.6	286.1	451.0	-163.1
Malawi	-181.8	-180.6	-109.5	-295.6	NA	NA
Mali	-83.4	255.6	-51.3	-429.3	68.6	-132.8
Mauritania	14.4	-249.5	169.5	61.6	126.4	NA
Mauritius	-76.8	-41.6	-178.2	-158.5	-7.0	-158.7
Mozambique	191.5	709.9	336.2	2201.4	63.0	255.4
Niger	-370.3	57.2	-70.0	-170.6	-118.9	NA
Nigeria	8387.7	5688.6	4066.9	2851.8	1475.5	3459.9
Rwanda	103.6	2.7	-29.9	-37.6	81.6	74.6
Senegal	-662.6	-530.6	-599.4	-431.5	-49.6	-502.4
Sierra Leone	215.6	310.0	102.6	31.8	-424.5	NA
Sudan	-199.8	122.6	154.6	82.6	-198.6	-1176.1
Togo	-306.9	-48.0	-154.0	55.4	NA	NA
Uganda	41.0	70.5	54.0	250.8	24.9	-23.3
Zambia	8.6	NA	NA	NA	NA	NA
Zimbabwe	459.8	1103.4	478.4	-71.0	NA	NA

Sources: Boyce and Ndikumana (2001) for SILIC countries; series for non-SILIC countries are computed using the methodology of Boyce and Ndikumana (2001).

ANEXO XII

MAPA DO SRI LANKA

FONTE: UN (2004)

ANEXO XIII

MAPA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

FONTE: UN (2002)

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABEYRATNE, Sirimal (2002)**, “Economic Roots of Political Conflict: The Case of Sri Lanka”, *ASARC Working Papers*, n.º 2002-3, Australian National University, Canberra.
- ACCORD (1998)**, *Demanding Sacrifice: War and Negotiation in Sri Lanka*, Conciliation Resources, London.
- ALESINA, Alberto and R. Perotti (1996)**, “Income Distribution, Political Instability and Investment”, *European Economic Review*, Vol. 40, n. 6, pp. 1203-1228.
- ALLEN, Chris (1999)**, “Warfare, Endemic & State Collapse in Africa”, *Review of African Political Economy*, N.º 81, pp. 367-384.
- AMARAL, João F. et al (org.) (1995)**, *Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- ARUNATILAKE, Nisha et al (2001)**, “The Economic Cost of the War in Sri Lanka”, *World Development*, Vol. 29, n. 9, pp. 1483-1500.
- ATKINSON, Anthony B. (1997)**, “Measurement of trends in poverty and the income distribution”, *DAE Working Papers*, No. 9712, pp. 1-18.
- AZAM, Jean-Paul et al (1996)**, “Risque Politique et Croissance en Afrique”, *Revue Économique*, N.º 3, pp. 819-829.
- AZAM, Jean-Paul (2001)**, “The Redistributive State and Conflicts in Africa”, *Centre for the Study of African Economies*, W.P. Series n.º 3, Oxford.
- BANCO MUNDIAL (2003)**, *Países de Baixos Rendimentos sob Tensão – Visão Geral da Implementação*.
- BANNON, Ian and COLLIER, Paul (2003)**, *Natural Resources and Violent Conflict: Options and Actions*, The World Bank, Washington.

- BARDHAN, Parnab (1999)**, "Institutions, Governance and Political Economy of Development: Some Reflections", *Journal of African Economies*, Vol. 8, AERC Supplement, pp. 149-167.
- BARRO, Robert J. (1999)**, "Inequality, Growth and Investment", *W.P. 7038*, NBER, Cambridge.
- BARTOLI, Henri (2003)**, *Repensar o Desenvolvimento – Acabar com a Pobreza*, Instituto Piaget, Lisboa.
- BHALLA, S. and P. Glewwe (1986)**, "Growth and Equity in Developing Countries: A Reinterpretation of The Sri Lankan Experience", *World Bank Economic Review*, 1, pp. 35-63.
- BINGER, Brian R. and HOFFMAN, Elizabeth (1993)**, *Microeconomics with Calculus*, Harper Collins, USA.
- BLAUG, Mark (1994)**, *A Metodologia da Economia*, Gradiva, Lisboa.
- BOLTVINIK, Julio (1998)**, *Poverty Measurement Methods*, UNDP.
- BRUNO, Michael et al. (1996)**, "Equity and Growth in Developing Countries: Old and New Perspectives on the Policy Issues", *Policy Research*, Working Paper 1563, World Bank, Washington.
- BUSTIN, Edouard (2002)**, "Remembrance of Sins Past: Unraveling the Murder of Patrice Lumumba", *Review of African Political Economy*, vol. 93/94, pp. 537-560.
- BUTTS, Kent and A. BRADSHAW JR. (eds.) (2002)**, *Central African Security: Conflict in the Congo*, Center for Strategic Leadership, US Army College, PA.
- BUTTS, Kent et al (2002)**, "Introduction", in *BUTTS and BRADSHAW (eds.) (2002)*, pp. 1-8.
- CHACHOLIADES, Miltiades (1990)**, *International Economics*, Mc-Graw Hill, New York.
- CHOU, Ke-Young (2000)**, "Income Distribution and Tax and Government Social Spending Policies in Developing Countries", *IMF n.º 62*, pp. 1-47.

- CHRISTIAENSEN, Luc et al (2003)**, "Reforms, Remoteness and Risk in Africa", *Discussion Paper n.º 2003/70*, WIDER, United Nations University, pp. 1-25.
- CLAGUE, Christopher (ed.) (1997)**, *Institutions and Economic Development*, The John Hopkins University Press, London.
- CLAGUE, Christopher (1997)**, "The New Institutional Economics and Economic Development" in Christopher Clague (ed.), *Institutions and Economic Development*, The John Hopkins University Press, London.
- COLLIER, Paul (ed.) (2003)**, *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*, World Bank, Washington.
- COLLIER, P. and A. HOEFFLER (2002)**, "Greed and Grievance in Civil War", *Paper 160*, The Berkeley Electronic Press.
- COLLIER, Paul (2003)**, "What Makes a Country Prone to Civil War?" in Paul Collier (ed.), *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*, World Bank, pp. 53-91.
- CRAMER, Christopher (2001)**, "Economic Inequalities and Civil Conflict", *Discussion Paper 1501*, CDPR, London.
- DATT, Gaurav and D. GUNewardena (1997)**, "Some Aspects of Poverty in Sri Lanka: 1985-90", *Policy Research Working paper*, n.º 1738, World Bank, Washington.
- DEININGER, Klaus and L. SQUIRE (1996)**, "A New Data Set for Measuring Income Inequality", *World Bank Economic Review* 10(3): 565-91..
- DEININGER, Klaus (2003)**, "Causes and Consequences of Civil Strife: Micro-Level Evidence from Uganda", *Oxford Economic Papers*, Vol. 55, pp. 579-606.
- DEININGER, Klaus and L. SQUIRE (1998)**, "New ways of looking at old issues: inequality and growth", *Journal of Development Economics*, Vol. 57, pp. 259-287.
- DESSALIEN, Renata L. (1998)**, *Review of Poverty Concepts and Indicators*, UNDP.
- DESSALIEN, Renata L. (1998a)**, *The Data: Where to Fund Them*, UNDP.

- DEVARAJAN, Shantayanam; D. DOLLAR and T. HOLMGREN (eds.)** (2001), *Aid and Reform in Africa, Lessons from Ten Case Studies*, World Bank, Washington.
- DOUMA, Pyt (1999)**, "Poverty, Conflict and Development interventions in Sub Saharan Africa", Paper Prepared for the Global Development Conference, World Bank, pp.1-18.
- DRAMAN, Rasheed (2003)**, "Poverty and Conflict in Africa: Explaining a Complex Relationship", Paper Prepared for the Experts Group Meeting on Africa-Canada Parliamentary Strengthening Program, pp. 1-18.
- ELBADAWI, Ibrahim and SAMBANIS, Nicholas (2001)**, "Why Are There So Many Civil Wars in Africa? Understanding and Preventing Violent Conflict", *Journal of African Economies*, Vol. 9, N.º 3, pp. 244-259.
- EMIZET, Kisangani (2002)**, "The DROC: Non-State Actors on Center Stage", in *BUTTS and BRADSHAW (eds.) (2002)*, pp. 9-36.
- EMIZET, Kisangani (2000)**, "The Massacre of Refugees in Congo: a Case of UN Peace-Keeping Failure and International Law", *The Journal of Modern African Studies*, vol. 38, n. 2, pp. 163-202.
- FERREIRA, José M. et al (org.) (1996)**, *Entre a Economia e a Sociologia*, Celta, Oeiras.
- FERREIRA, Manuel E. (1997)**, *Angola: A Indústria Transformadora numa Economia de Direcção Central e Planificada e em Situação de Guerra (1975-1991)*, Dissertação apresentada no ISEG para a obtenção do grau de Doutor em Economia, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- FERREIRA, Manuel E. (2001)**, "The Economics of Conflict Resolution in a Two-Side Grievance and Quasi-Greed Model of Civil War: The Case of Angola", Paper prepared for the Fifth Annual Middlesex Conference on Economics and Security, Middlesex University Business School, London.
- FERREIRA, Patrícia (2001a)**, "Conflitos em África", *Estratégia*, N.º 15, pp. 79-185.

- FIELDS, Gary (1980)**, *Poverty, Inequality and Development*, Cambridge University Press, Cambridge.
- FIELDS, Gary (2000)**, "The Dynamics of Poverty, Inequality and Economic Well-being: African Economic Growth in Comparative Perspective", *Journal of African Economies*, Vol. 9, AERC Supplement, pp. 45-78.
- FORBES, Kristin J. (2000)**, "A Reassessment of the Relationship Between Inequality and Growth", *The American Economic Review*, Vol. 90, N. 4, pp. 869-887.
- GIBBS, David (2000)**, "The United Nations, International Peace-Keeping and the Question of Impartiality: Revisiting the Congo Operation of 1960", *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 38, n. 3, pp. 359-382.
- GLEDITSCH, Nils et al (2002)**, "Armed Conflict 1946-2001: A New Dataset", *Journal of Peace Research*, 39 (5), pp. 615-637.
- GOODHAND, Jonathan (2001)**, "Violent Conflict, Poverty and Chronic Poverty", *Chronic Poverty Research Centre*, Working Paper n.º 6.
- GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO (2004)**, *Credit de Relance Economique Post-Reunification*, Kinshasa.
- GOVERNMENT OF THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE CONGO (2002)**, *Interim Poverty Reduction Strategy Paper*, Kinshasa.
- GOVERNMENT OF SRI LANKA (2004a)**, *Regaining Sri Lanka, Special Statistic Appendix – Trends in Key Economic Variables, 1950-2003*, Colombo.
- GOVERNMENT OF SRI LANKA (2004b)**, *Household Income and Expenditure Survey – 2002, Preliminary Report*, Colombo.
- HAQUE, Nadeem and AZIZ, Jahangir (1999)**, "The Quality of Governance: 'Second-generation' Civil Service Reform in Africa", *Journal of African Economies*, Vol. 8, AERC Supplement, pp. 68-106.
- HARTLEY, K. And SANDLER, T. (1995)**, *Handbook of Defense Economics, Vol. 1*, Elsevier B.V, Holland.

- HERBST, Jeffrey (2001)**, "Economic Incentives, Natural Resources and Conflict in Africa", *Journal of African Economies*, Vol. 9, N.º 3, pp. 270-294.
- HESTON, Alan and R. SUMMERS (1992)**, *Penn World Table*, Version 5.6, C.H.A.S.S., University of Toronto, Canada.
- HESTON, Alan, R. SUMMERS and B. ATEN, (2002)**, *Penn World Table*, Version 6.1., Centre for International Comparisons at the University of Pennsylvania.
- HIRSHLEIFER, Jack (1989)**, "Conflict and rent-seeking success functions: Ratio vs. difference models of relative success", *Public Choice*, N.º 63, pp. 101-112.
- HIRSHLEIFER, Jack (1988)**, "The Analytics of Continuing Conflict", *CISA Reprint No. 5*, Center for International and Strategic Affairs, University of California, Los Angeles. pp. 201-233.
- HIRSHLEIFER, Jack (1998)**, "The Bioeconomic Causes of War", *Managerial and Decision Economics*, N. 19, p. 457-466.
- HIRSHLEIFER, Jack (2000)**, "The Macrotechnology of Conflict", *Journal of Conflict Resolution*, Vol. 44, Nº 6, pp. 773-792.
- HIRSHLEIFER, Jack (1991)**, "The Paradox of Power", *Economics and Politics*, Vol. 3, pp. 177-200.
- HIRSHLEIFER, Jack (1995)**, "Theorizing about Conflict", in *Handbook of Defense Economics*, Edited by K. Hartley and T. Sandler, Elsevier Science, pp. 166-189.
- HORIUCHI, Shinsuke (2001)**, "Diversity, Stability and Order in Asia", in *Social Cohesion and Conflict Prevention in Asia*, World Bank, pp. 429-441.
- HUGHES, Helen (2000)**, "Growth, poverty and Income Distribution", *Journal of the Asia Pacific Economy*, N. 5(1/2), pp. 38-44.
- HUMPHREYS, Macartan (2002)**, *Economics and Violent Conflict*, Harvard University, Harvard.

- INGHAM, Barbara (1995)**, *Economics and Development*, McGraw-Hill, England.
- JIN, Liquin (2004)**, "Poverty and Security in Asia", Paper prepared for the Asia Society Speeches 2004.
- JUSTINO, Patricia (2004)**, "Redistribution, Inequality and Political Conflict", *Poverty Research Unit W.P. n.º 18*, University of Sussex, Sussex.
- KAKWANI, Nanak C. (1986)**, *Analysing Redistribution Policies, a Study using Australian Data*, Cambridge University Press, Cambridge.
- KALDOR, Mary and LUCKHAM, Robin (2001)**, "Global Transformations and New Conflicts", *IDS Bulletin*, Vol. 32, N.º 2, pp. 48-69.
- KAMBUR, Ravi (1998)**, "Income Distribution and Development", *World Bank Working Paper 98-13*, World Bank, Washington.
- KAPLAN, Robert (1994)**, "The Coming Anarchy: How Scarcity, Crime, Overpopulation, Tribalism, and Disease are Rapidly Destroying the Social Fabric of our Planet", *Atlantic Monthly*, V. 273, n.º 2.
- KAR, Debayani (2003)**, *The IMF-World Bank Plan for Sri Lanka: Will It Help or Hinder South Asian Success?*, Center for Economic and Policy Research, Washington.
- KARUNARATNE, Hettige (2000)**, "Age as a Factor Determining Income Inequality in Sri Lanka", *The Developing Economies*, XXXVIII-2, pp. 211-42.
- KEEN, David (2002)**, "Since I am a Dog, Beware my Fangs: Beyond a Rational Violence Framework in the Sierra Leonean War", *Crisis States Programme*, W.P. n.º 1, London School of Economics, London.
- KELEGAMA, Saman (2001)**, "Poverty Situation and Policy in Sri Lanka", Paper prepared for the 'Asia and Pacific Forum on Poverty, Asian Development Bank, Manila.
- KIAKWAMA, Gilbert and J. CHEVALIER (2001)**, "Democratic Republic of Congo", in DEVARAJAN; DOLLAR and HOLMGREN (eds.) (2001) pp. 629-644.

- KORF, Benedikt and K. SILVA, (2003)**, "Poverty, Ethnicity and Conflict in Sri Lanka", Paper prepared for the conference 'Staying Poor: Chronic Poverty and Development Policy, University of Manchester, Manchester.
- KRUEGER, Anne (1974)**, "The Political Economy of the Rent-Seeking Society", *The American Economic Review*, Vol. 64, N° 3, pp. 291-303.
- LAMBERT, Peter J. (1989)**, *The Distribution and Redistribution of Income*, Basil Blackwell, Cambridge.
- LANJOUW, Jean O. (1998)**, *Demystifying Poverty Lines*, UNDP.
- LE BILLON, Philippe (2003)**, "Matières Premières, Violences et Conflits Armés", *Revue Tiers Monde*, t. XLIV, n.° 174, pp. 297-321.
- LENZ, Gabriel (2003)**, *The Policy-Related Causes and Consequences of Income Inequality*, Princeton University.
- LUCKHAM, Robin et al (2001)**, "Conflict and Poverty in Sub-Saharan Africa: an assessment of the issues and evidence", *IDS Working Paper 128*, pp. 1-63.
- MAHMOOD, Moazam (2001)**, "Underlying Causes of Social Cleavages in Asia: Employment, Property Rights, and the Role of the State", in *Social Cohesion and Conflict Prevention in Asia*, World Bank, pp. 43-64.
- MARGA INSTITUTE (1981)**, *An Analytical Description of Poverty in Sri Lanka*, Colombo.
- MILANOVIC, B. (1994)**, "Determinants of Cross-Country income inequality: An "augmented" Kuznets hypothesis", *Policy Research Working Paper 1246*, World Bank, Washington.
- MIZOGUCHI, Toshiyuki and T. YOSHIDA (1998)**, "Evaluation of Asian Income Distribution and Poverty Ratios Using Worldwide Income Distribution", *Asian Economic Journal*, Vol. 12, No 2, pp. 183-193.
- MOHAMMED, Nadir (1999)**, "Economic Implications of Civil Wars in Sub-Saharan Africa and the Economic Policies Necessary for the Successful Transition to Peace", *Journal of African Economies*, Vol. 8, AERC Supplement, pp. 107-148.

- MOORE, David (2001)**, "From King Leopold to King Kabila: The Continuities and Contradictions of the Long Board from Warlordism to Democracy in the Heart of Africa", *Review of African Political Economy*, n.º 87, pp. 130-135.
- MUSAH, Abdel-Fatau (1999)**, "Privatization of Security, Arms Proliferation and the Process of State Collapse in Africa", *Development and Change*, 33(5), pp. 911-933.
- NAFZIGER, Wayne and AUVINEN, Juha (2001)**, *Economic Development, Inequality and Humanitarian Emergencies*.
- NAFZIGER, Wayne and AUVINEN, Juha (2002)**, "Economic Development, Inequality, War and State Violence", *World Development*, Vol. 30, N.º 2, pp. 153-163.
- NAFZIGER, Wayne (2003)**, "Inequality and Conflict", in *African Economic Development*, Emmanuel Nnadozie (ed.), Academic Press, New York, pp. 295-312.
- NAFZIGER W. e J. AUVINEN (2002)**, "Economic Development, Inequality, War and State Violence", *World Development*, Vol. 30, N. 2, pp. 153-163.
- NAGEL, Stuart (2000)**, "Economic Growth and Inequality", *SPAEF – International Journal of Economic Development*, Vol. 2, N.º 1, pp.1-16.
- NDIKUMANA, Léonce and J. BOYCE (2002)**, *Public Debts and Private Assets: Explaining Capital Flight from Sub-Saharan African Countries*, University of Massachusetts Amherst.
- NDIKUMANA, Léonce and K. EMIZET (2003)**, "The Economics of Civil War: The Case of the Democratic Republic of Congo", *Working Paper Series*, n. 63, Political Economy Research Institute, University of Massachusetts Amherst.
- NEARY, Hugh M. (1997)**, "A comparison of rent-seeking models and economic models of conflict", *Public Choice*, n.º 93, pp. 373-388.

- NEARY, Hugh M. (1996), "Social Welfare and the Initial Resource Distribution in an Economic Model of Conflict", *Discussion Paper n. 94-34*, The University of British Columbia, Vancouver.
- NNADOZIE, Emmanuel (2003), *African Economic Development*, Academic Press, New York, pp. 295-312.
- OFSTAD, Arve (2002), "Countries in Violent Conflict and Aid Strategies: The Case of Sri Lanka", *World Development*, Vol. 30, n.º 2, pp. 165-180.
- OSBORNE, Evan (2000), "Diversity, Multiculturalism and Ethnic Conflict: A Rent-Seeking Perspective", *Kyklos*, n.º 53, pp. 509-526.
- OSHIMA, Harry (1998), "Income Distribution Policies in East Asia", *The Developing Economies*, XXXVI-4, Japan External Trade Organization, pp. 359-386.
- OXFAM (2002), "Poverty in the Midst of Wealth: The Democratic Republic of Congo", *Oxfam Briefing Papers*, n.º 12.
- PEIRIS, G. (2001), "Poverty and Entitlement Dimensions of Political Conflict in Sri Lanka: A Bibliographic Survey", *Working Paper Series*, n.º 7, Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'.
- PEIRIS, G. (1999), "Poverty, Development and Conflict in South Asia", Paper prepared for the Global Development Conference, World Bank.
- PEREIRINHA, José A. et al (1996), *Economia II – Textos de Apoio*, Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- PEREIRINHA, José A. (1991), "Fundamentos Teóricos da Economia do Bem-Estar: Análise das Desigualdades Sociais e da Pobreza", *Estudos Especializados em Economia e Política Social*, M1-08, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- PEREIRINHA, José A. (1988), *Inequalities, Household Income Distribution and Development in Portugal*, Thesis Submitted for the Award of the Degree of Doctor of Philosophy, Institute of Social Studies, The Hague.

- PEREIRINHA, José A. (1995)**, “Pobreza e Exclusão Social: Fronteiras Conceptuais, Relevância para a Política Social e Implicações na sua Medida”, in *AMARAL et al (org.) (1995)*, pp. 169-187.
- PEREIRINHA, José A. (1996a)**, “Pobreza e exclusão social”, in *FERREIRA et al. (org.) (1996)* pp. 208-232.
- PERERA, Jehan (2001)**, “Approaches to Ending the Civil War in Sri Lanka: The Role of the State and Civil Society”, in *Social Cohesion and Conflict Prevention in Asia*, World Bank, pp. 382-417.
- PIETERSE, Jan N. (1993)**, “Varieties of Ethnic Politics and Ethnicity Discourse”, *Working Paper Series*, n. 154, Institute of Social Studies, The Hague.
- PIKETTY, Thomas (1994)**, *Introduction à la Théorie de la Redistribution des Richesses*, Economica, Paris.
- PNUD (2003)**, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*, Mensagem, Sintra.
- PNUD (2004)**, *Human Development Report 2004*.
- RAVALLION, Martin (2000)**, *Growth, Inequality and Poverty*, Development Research Group, World Bank, Washington.
- RAVALLION, Martin (2003)**, “The Debate on Globalization, Poverty and Inequality: Why Measurement Matters”, *World Bank Policy Research Working Paper*, No.3038, Washington.
- RENO, William (2003)**, “Political Networks in a Failing State: The Roots and Future of Violent Conflict in Sierra Leone”, *International Politics and Society*, N.º 2, pp. 44-66.
- RENO, William (2002)**, “The Politics of Insurgency in Collapsing States”, *Development and Change*, 33(5), pp. 837-858.
- ROWLEY, Charles et al (1991)**, *The Political Economy of rent-seeking*, Kluwer Academic Publishers, Boston.
- SAMSET, Ingrid (2002)**, “Conflict of Interests or Interests in Conflict? Diamonds and War in the DRC”, *Review of African Political Economy*, Vol. 93/94, pp. 463-480.

- SARPN (2004)**, "Southern African Regional Poverty Network: Poverty Indicators" (www.sarpn.org.za/RegionalViews/drc.php).
- SEN, Amartya (2000)**, "Social Exclusion: Concept, Application and Scrutiny", *Social Development Papers, Asian Development Bank*, N. 1.
- SHAW, Judith (2004)**, "Microenterprise Occupation and Poverty Reduction in Microfinance Programs: Evidence from Sri Lanka", *World Development*, vol. 32, n. 7, pp. 1247-1264.
- SILVA, Kalinga (2001)**, "Sri Lanka's Prolonged Ethnic Conflict: Negotiating a Settlement", *International Negotiation*, Vol. 6, n. 3, pp. 437-469.
- SILVA, Purnaka de (1997)**, "Futures Beyond Conflict", *Futures*, Vol. 29, n. 10, pp. 971-983.
- SMIS, Stefaan and W. OYATAMBWE (2002)**, "Complex Political Emergencies, the International Community and the Congo Conflict", *Review of African Political Economy*, n. 93/94, pp. 411-430.
- SOLIMANO, Andrés (1998)**, *Beyond Unequal Development: An Overview*, World Bank, Washington.
- STEWART, Frances (2000)**, "Income Distribution and Development", *QEH Working Paper Series*, Number 37, London.
- THIEL, Michael (2001)**, "Finance and economic growth – a review of theory and the available evidence", *Economic Paper n. 158*, European Commission, Brussels.
- TOLLISON, Robert and CONGLETON, Roger (1995)**, *The Economic Analysis of rent-seeking*, Edward Elgar, Aldershot.
- TUDAWE, Indra (2000)**, "Review of Poverty Related Data and Data Sources in Sri Lanka", *MIMAP Sri Lanka Series*, n.º 4, Institute of Policy Studies, Colombo.
- TULLOCK, Gordon (1995)**, "Efficient Rent Seeking", in *TOLLISON and CONGLETON (1995)* pp. 97-112.
- TULLOCK, Gordon (1991)**, "Rents and Rent-Seeking", in *ROWLEY et al (1991)* pp. 51-62.

- TULLOCK, Gordon (1995a)**, "The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies and Theft", in *TOLLISON and CONGLETON (1995)* pp. 224-232.
- UNICEF (2004)**, "Info by Country: Democratic Republic of the Congo At a Glance" (www.unicef.org/infobycountry/drcongo_statistics.html)
- UNIDO (2004)**, *UNIDO Industrial Development Report 2004*, United Nations Industrial Development Organization, Vienna.
- UNITED NATIONS (2002)**, *Implementation of the United Nations Millenium Declaration, Report of the Secretary-General to the Fifty-seventh session of the General Assembly*, Vienna.
- USAID (2004)**, *USAID Country Health Statistical Report – Congo, D.R. (Kinshasa)*, Washington.
- VANDEMOORTELE, Jan (2002)**, *Are the MDG's feasible?*, United Nations Development Programme, New York.
- VARIAN, Hal R. (1997)**, *How to Build an Economic Model in Your Spare Time*, UC Berkeley, U.S.A.
- VARIAN, Hal R. (1996)**, *Intermediate Microeconomics – A Modern Approach*, W.W. Norton & Company, New York
- WAGNER, Christian (2004)**, "Sri Lanka – A New Chance for Peace?", *The European Institute for Asian Studies*, n.º 04/01, Berlin.
- WALLENSTEEN, Peter and SOLLENBERG, Margareta (1999)**, "Armed Conflict, 1998-98", *Journal of Peace Research*, Vol. 36, no. 5, pp. 593-606.
- WORLD BANK (2001)**, *Social Cohesion and Conflict Prevention in Asia*, World Bank, Washington.
- WORLD BANK (2000)**, *Sri Lanka: Recapturing Missed Opportunities, Poverty Reduction and Economic Management, South Asia Report*.
- YOU, Jong-II (1998)**, "Income Distribution and growth in East Asia", *Journal of Development Studies*, Vol. 34, n.º 6, pp. 37-65.
- YOUNG, Crawford (2002)**, "The Democratic Republic of the Congo: Everyone's problem" in *BUTTS and BRADSHAW (eds.) (2002)*, pp. 37-46.